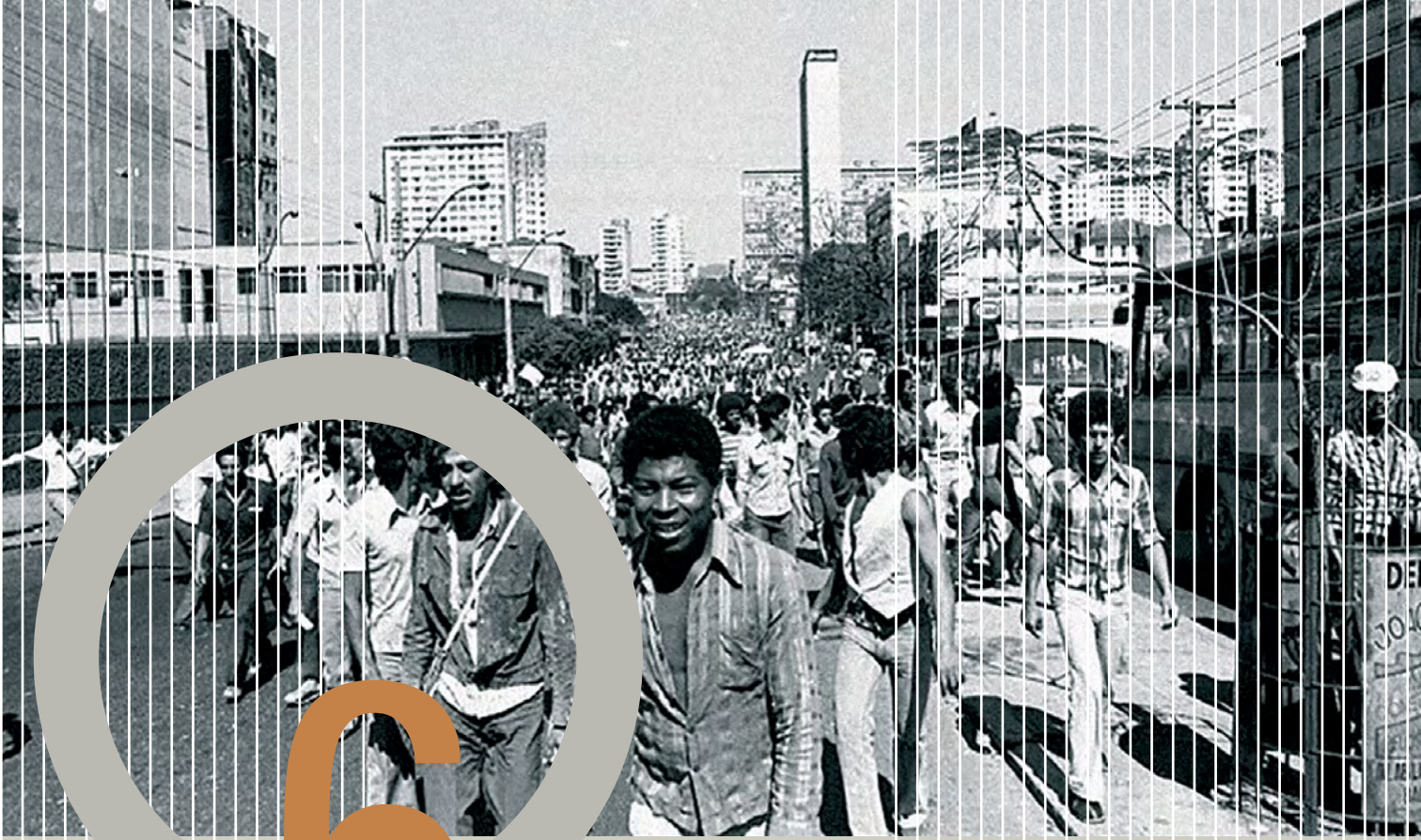


3

VOLUME |

6. A REPRESSÃO AO MUNDO DO TRABALHO E AO MOVIMENTO SINDICAL URBANO EM MINAS GERAIS, DE 1946 A 1988 13

- 6.1 Introdução 14
- 6.2 A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror 17
- 6.3 O massacre de Ipatinga 107
- 6.4 A guerra suja do regime ditatorial militar contra os trabalhadores urbanos em Minas Gerais 196
- 6.5 Entidades sindicais atingidas pela repressão 236
- 6.6 Violações aos direitos dos trabalhadores 239
- 6.7 Conclusões e responsáveis 254



A REPRESSÃO AO MUNDO DO TRABALHO E AO MOVIMENTO SINDICAL URBANO EM MINAS GERAIS, DE 1946 A 1988

Coordenador: Jurandir Persichini

Redação: José Antônio Marçal

Marcelo Freitas

Ronald Rocha

Colaboradores: Andreia Silva

Bernardo Carvalho

Bruno Braga

Carlos Machado

Carolina Scarpelli

Everson Tardeli

Flávia dos Santos

Isabela Corby

Josias Ferreira

Júnia Mourão

Luiz Gonzaga de Oliveira

Marina Araújo

Myriam Costa

Oraldo Paiva

Sebastião da Silva

Robert Sales



6.1 Introdução

Este Capítulo do Relatório elaborado pela Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) pretendeu apurar, arrolar e descrever as violações aos direitos fundamentais dos trabalhadores urbanos em Minas Gerais, assim como apresentar suas conclusões e recomendações. Compõe-se de três partes, selecionadas a partir de um critério histórico-cronológico:

Parte 1 – A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror;

Parte 2 – O Massacre de Ipatinga;

Parte 3 – A guerra suja do regime ditatorial militar contra os trabalhadores urbanos em Minas Gerais.

A primeira parte é dedicada aos operários da mineração, ao movimento sindical, às correntes políticas e às pessoas da região onde, hoje, se localizam Nova Lima, Raposos e Rio Acima, municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O levantamento, portanto, abarca o conjunto formado pela Mina Morro Velho e as suas galerias, perfuradas e mantidas para extração aurífera, e, mais amplamente, pela região onde trabalhavam ou moravam os seus operários, com o entorno de aglomerados urbanos e rurais. Além de abordar os fatos ocorridos entre 1946 e 1964, buscará inseri-los e compreendê-los nas circunstâncias histórico-sociais do País, de Minas Gerais e dos municípios afetados.

A pesquisa utilizou os arquivos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região (SDM), do Centro de Memórias de Nova Lima e da Câmara Municipal de Nova Lima, materiais do Arquivo Público Mineiro, processos judiciais, notas taquigráficas da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), livros, teses acadêmicas, ensaios, artigos, revistas, jornais e páginas eletrônicas, além de depoimentos, entrevistas e relatos das seguintes testemunhas diretas ou indiretas: Alcebíades Campbell, Aluísio Vieira, Anélio Marques Guimarães, Armando Ziller, Clodesmidt Riani, Dimas Perrin, Iguatemy Corrêa, João Paz Rocha, José Carlos Alexandre, José Gomes Pimenta (Dazinho), Magda Campbell, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, Sinval Bambirra e Tarcísio Delgado.

A segunda parte deste Documento apura o evento repressivo acontecido em outubro de 1963, composto pela série de conflitos irrompidos entre as 22 horas



do dia 6 e o final da manhã do dia 7, envolvendo os trabalhadores da Usiminas, os vigilantes da empresa, os soldados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e populares. Tais acontecimentos ficaram conhecidos no País como o “massacre de Ipatinga”. O objetivo foi reconstituir a sequência de fatos que os constituiu e acompanhar a trajetória de seus desdobramentos até os dias atuais.

Para tanto, consultaram-se a bibliografia já publicada sobre o assunto e os jornais da época, além de documentos oficiais sobre o tema, produzidos pela Usiminas, pela ALMG e pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJM). O conjunto de informações classificadas possibilitou a revisão sobre o tamanho do conflito a partir de algo ainda obscuro: o número de feridos. Para a checagem os dados e a localização de novas fontes, a Covemg contou, em Ipatinga, com o apoio da vereadora Lene Teixeira e do ex-deputado Ivo José.

A última parte deste Capítulo pretendeu arrolar e descrever os casos de violações aos direitos fundamentais dos trabalhadores urbanos e apurar as repressões sofridas pelas suas organizações sindicais durante o regime ditatorial militar, no Estado de Minas Gerais. O período compreendido pela apuração dos fatos vai do golpe de 1964 até 1988, quando só então foi promulgada a Constituição que marcou a implantação do regime democrático, ainda que limitado e restritivo.

Os casos de repressão arrolados foram levantados nas seguintes fontes: arquivos dos órgãos estatais, inclusive do aparelho repressivo, abrigados no Arquivo Público Mineiro (APM); depoimentos de trabalhadores e dirigentes sindicais à época; bibliografias produzidas a partir de pesquisas em matérias de jornais, artigos, teses, dissertações, livros, *sites* e arquivos sindicais. A Covemg realizou oitivas com Agnaldo Quintela, Ênio Seabra, Luiz Marcos Magalhães, Clodesmidt Riani, Carlos Vitor Alves Delamônica, Antônio Carlos de Ramos Pereira (Carlão), Antônio de Faria Lopes, João Paulo Pires Vasconcelos e Oraldo Paiva. Foram também estudadas entrevistas e depoimentos, alguns com as mesmas pessoas ouvidas pela Covemg: Antônio de Faria Lopes, Clodesmith Riani, Sinval Bambirra, Ênio Seabra e Fernando Cabral, além de Francisco e Zildo, operários e sindicalistas da construção civil.

Os estudos sobre a repressão ao mundo do trabalho e ao movimento sindical urbanos em Minas Gerais, de 1946 a 1988 consideraram a conclusão, já apresentada pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão da Verdade do



Estado de São Paulo, de que a coerção político-ideológica atingiu, sistematicamente, os trabalhadores brasileiros durante o regime militar.¹ Assim, a Covemg da proposição de que em Minas Gerais não poderia ser diferente, premissa amparada nos fatos. Do início ao fim, encontra-se perpassado pela ideia de que as violações aos direitos fundamentais no passado ultrapassaram os períodos e conjunturas em que aconteceram. Como processos sociopolíticos, eles são compreendidos em uma perspectiva mais ampla, pois deixaram legados e sequelas que se perpetuaram em um tempo histórico além de sua manifestação empírico-fática, inclusive sobrevivendo nas instituições estatais, na cultura política e na memória coletiva.

Os relatos e apurações evidenciam que um grande número de trabalhadores sofreu danos e prejuízos irreparáveis nos planos profissionais, sociais e familiares, do ponto de vista individual e coletivo. Assim, o legado da repressão resultou na difusão e consolidação de uma cultura do medo e de uma forma de hegemonia em que, não raro, prevalece a coerção sobre o consenso. Sem dúvida, as arbitrariedades perpetradas contra o movimento operário e sindical durante o regime militar pretenderam eliminar ou retardar a sua organização e o desenvolvimento de sua consciência.

Visto à luz da experiência democrática mais recente, inaugurada pela Constituição de 1988, a violação aos direitos fundamentais abrange formas ainda não completamente reconhecidas e consagradas no senso comum e até na sociedade política. Os crimes detectados pela Covemg incluem desde intervenções aos Sindicatos, passando por vigilâncias aos trabalhadores – individualmente ou a suas organizações –, controles, constrangimentos, perseguições, ameaças e demissões, até repressões mais evidentes e pesquisadas, como prisões, torturas, condenações, desaparecimentos e assassinatos.

A Covemg assume, pois, a perspectiva de que as diversas espécies de violações a direitos – das abertas e brutais as mais sutis e difusas – tiveram funções complementares na opressão e controle ao mundo do trabalho e aos seus movimentos coletivos, como as organizações sindicais e as greves. Com frequência, as formas mais veladas constituíram o “contexto e a preparação” para as ocorrências mais graves de abuso e arbitrariedade,² que acabaram assumindo, no seu ápice, o método caracterizado como terrorismo de Estado. Os tipos difusos de coerção também produziram, além de prejuízos materiais e sociais, danos à saúde física e emocional dos trabalhadores atingidos, derramando-se para os seus familiares, amigos e companheiros de trabalho.

6.2 A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror

Origem da Companhia Morro Velho e do movimento sindical na região de Nova Lima, Raposos e Rio Acima

As minas da Cia. Morro Velho se localizam na Região Central do Estado, mais precisamente na bacia do Rio das Velhas, à montante, próximo a Belo Horizonte. O município de Nova Lima, emancipado em 1891, tinha 87.391 habitantes em 2013, considerando-se os dados projetados pelo IBGE. Raposos, desmembrado de seu território em 27/12/1948, possuía 15.345 habitantes em 2010. Rio Acima, contíguo a ambos, também separado na mesma data, possuía 10.026 habitantes em 2016. Nesses três municípios se localizava a mina de Morro Velho e/ou residiam as famílias de operários empregados na mineração.

As primeiras escavações sistemáticas de ouro nas imediações das localidades conhecidas como Campos de Congonhas das Minas de Ouro, como o antigo Arraial dos Raposos e como Santo Antônio do Rio Acima, constituem uma fase da expansão mineradora pelo centro mineiro afora, em cujo epicentro Vila Rica se colocara desde 1699. A extração em maior escala começou no início do século XVIII, nas terras do Padre Antônio Freitas, onde as jazidas ficaram conhecidas como as Minas de Morro Velho. Em 1814 já trabalhavam na empreitada 122 escravos e 24 homens livres.³ Sobre tal atividade inicial, que prosseguiu por dois séculos, encontram-se menções em Saint Hilaire, Richard Burton e Caldeleugh.⁴

Durante os anos 1830, na região se implantaram várias companhias estrangeiras, ao lado de antigas minerações brasileiras. Em 1834, algumas foram vendidas, diretamente ou por intermediários, a *St. John d'El Rey Mining Company Limited*, que já operava há quatro anos na cidade homônima de São João Del Rei.⁵ Às vésperas da abolição de 1888, a Cia. Morro Velho reunia, entre os 2.500 trabalhadores, nada menos do que 1.690 escravos.⁶ Portanto, era uma empresa escravocrata, embora na formalidade adotasse o padrão de sociedade por ações.

Assim, o capital variável da Companhia – imobilizado em força de trabalho livre – era superado pelo patrimônio consubstanciado em propriedade humana, evidenciando que a burguesia inglesa, concomitantemente às suas proclamações e





poses abolicionistas em face do tráfico negreiro, mimetizou-se no nível local nas relações de produção precedentes e até as desenvolveu enquanto a lei continuava a permiti-lo. Ao mesmo tempo, o imposto se reduzia a zero, as novas forças produtivas permaneciam dispensáveis e os lucros se mostravam generosos.

Roberto Costa, em texto escrito “na cadeia”⁷ desmascarou tal hipocrisia. Enquanto a potência do norte europeu pretextava moral abolicionista, ao sul a empresa sustentava a incompetência da justiça brasileira para julgar a manutenção de pessoas na condição de escravos, quando, legalmente, já deveriam ter sido libertados:

[...] a *Brazilian Mining Co.*, cessando suas atividades em Catta Branca (Minas Gerais), vendeu à Cia. Morro Velho, entre ‘móveis e semoventes’, 385 escravos, com a condição expressa de que seriam libertados após 14 anos, ou seja, em 1859. [...] passaram-se os 14 anos e mais ... 20 anos e a Cia. Morro Velho continuava a explorar os escravos remanescentes, (165, pois haviam morrido 220) quando constituíram advogado o bacharel Jacintho Dias da Silva, que encaminhou a causa ao MM. Juiz da Comarca de Sabará – Dr. Frederico Augusto Álvares da Silva, que deu ganho de causa aos escravos, condenando a empresa a pagar a importância de RS. 550\$ por cabeça, a título de salário e indenização pelos 20 anos de trabalho ... roubados aos escravos.⁸ [grifo do autor]

Continua Roberto Costa:

Recorreu a Cia. Morro Velho ao Tribunal de Relação em Ouro Preto e...ao seu ouro arrancado pelos escravos ludibriados pela empresa, conseguindo a revogação da sentença, do que recorreram os escravos para o Supremo Tribunal que – em 15/10/1881 reconheceu seus direitos, por decisão que empolgou a nação ... menos, é claro a Cia. Morro Velho.⁹

Os diretores da Companhia avocaram a incompetência da justiça brasileira para dirimir questões entre ingleses, como argumento de que o contrato fora produto de transações entre “*gentlemen* britânicos”; mas tiveram que desistir da pretensão diante da gritaria geral provocada por “tamanho insulto à nossa justiça e soberania”¹⁰ Tal passado escravocrata ficou vivo na memória operária, que Wilson Carneiro Vidigal deixou grafada no hino do Sindicato: “Salve a liberdade dos escravos, / Grilhões a rolares pelo chão, / Liberdade para outros bravos, / Quebrando agora outras formas de opressão.”¹¹



Indiferente à Lei Imperial n.º 3.270, de 1885 – mais conhecida como Saraiva-Cotegipe –, que regulava a extinção gradual do “elemento servil” em meio a disputas políticas acirradas em âmbito nacional sobre a escravatura, narradas por José Flávio Motta,¹² a decisão da Companhia Morro Velho sobre a passagem a processos extrativos calcados em novas forças produtivas só iria efetivar-se após os terríveis desabamentos de 1886, em Congonhas, que sacudiram o subsolo com a potência de um terremoto, enterraram dezenas de trabalhadores a 570 metros de profundidade, interromperam a distribuição de dividendos, lançaram a empresa em situação crítica e geraram clamores generalizados, como revelou a pesquisadora.¹³

Apesar da boataria que anunciava uma retirada iminente do capital inglês, os proprietários resolveram manter as atividades mineradoras. A reabertura de 1888, após dois anos de indefinições na gestão interna e posterior à promulgação da Lei Áurea, já foi obra de um estabelecimento de características capitalistas, com trabalho exclusivamente proletário de brasileiros e imigrantes.¹⁴ Alguns anos depois, quando as frações superiores da burguesia inglesa já concentravam e centralizavam os ativos, assim como readaptavam o seu Estado para o trânsito às práticas imperialistas,¹⁵ começavam a constituir-se, na Mina Morro Velho, as condições socioeconômicas básicas para a emergência do movimento operário.



Figura 1 - Vista parcial da planta industrial da Companhia Morro Velho. Fonte: acervo família Victor Gomes

O aparecimento local do operariado tinha um retardo de um século em relação às primeiras organizações criadas pelo moderno mundo do trabalho na Europa, mas era contemporâneo



e compatível com o processo inicial de formação do capital nas grandes cidades brasileiras. O primeiro ensaio de greve foi articulado em 1900, provocado pela iminência de um corte salarial, concebido e anunciado a pretexto do alinhamento com alterações no câmbio e no preço do ouro. Para contextualizar-se o evento: sua realização aconteceu três anos após a inauguração de Belo Horizonte, então ainda nomeada como Cidade de Minas, e durante a presidência¹⁶ de Francisco Silviano de Almeida Brandão em Minas Gerais, do Partido Republicano Mineiro (PRM).

Tal movimento pode ser arrolado entre as primeiras lutas operárias no Brasil, que Sebastião Soares localizou no início do século XIX e seu entorno.¹⁷ Importa registrar que, apesar do art. 72, §8º, da Constituição de 1891, dispondo sobre a licitude universal de associação e de reunião “livremente e sem armas” e limitando a intervenção policial à manutenção da “ordem pública”,¹⁸ a tentativa paralista se deparou com a repressão desencadeada pela PMMG, deslocada da recente capital para Nova Lima, depois de mera solicitação patronal, efetuando várias prisões. Note-se que a empresa se relacionava com o aparato repressivo do Estado sem qualquer mediação institucional.

A estreia dos mineiros na luta de massas se deu simultaneamente ao surgimento de novos equipamentos e técnicas de extração e elaboração, mas no terreno em que os lucros ainda eram catapultados a partir dos privilégios oligárquicos, mantidos na Primeira República pela Companhia Morro Velho, inclusive a inexistência de um arcabouço jurídico trabalhista e de quaisquer encargos sociais,¹⁹ isto é, quando a questão operária era vista como um simples “caso de polícia”. Operava-se a extração de mais-valia absoluta, intensificada pela manipulação do labor, seja o estendendo, seja concentrando tarefas na unidade temporal, mediante a imposição de um ritmo acentuado.

A jornada de trabalho nas galerias da mina podia chegar a 16 horas. Segundo Orlando Corrêa de Sá Bandeira, “houve épocas ali em que se entrava para o trabalho às 4 horas e se saía às 19 ou 20 horas”.²⁰ Nas três primeiras décadas dos anos 1900, a organização racional do trabalho, as adequações infraestruturais, a implantação da primeira ferrovia eletrificada no Brasil, o transporte por trilhos ao interior da mina, a insuflação de ar refrigerado em locais profundos, a perfuração de galerias até 2.450 metros e os processos químicos mais eficientes na preparação do minério, embora elevassem a produtividade, encontravam limites exógenos de aplicação, sobretudo com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e suas repercussões econômicas.

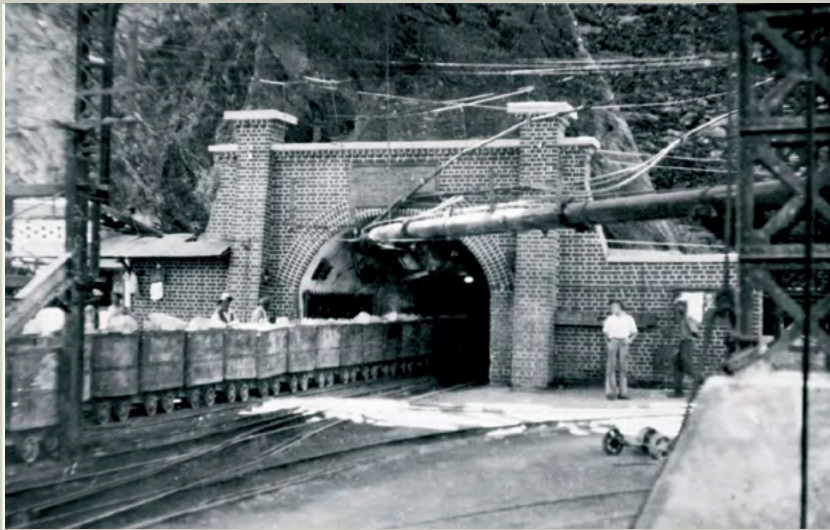


Figura 2 - Boca da Mina Morro Velho, em Nova Lima. Fonte: acervo família Victor Gomes

Foi nesse período que se acentuou a disseminação de ideias progressistas entre os mineiros de Nova Lima. O Decreto nº 1.637, de 1907 – que teve inspiração cristã e fora expedido um ano após o Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro –, concedia certa legalidade ao movimento sindical por referir-se ao direito de organização para todas as categorias laborais, embora visasse a uma utópica “harmonia [...] entre o capital e o trabalho”.²¹ Localmente, as condições penosas, os acidentes recorrentes, as moléstias funcionais – a exemplo da tuberculose e da silicose –, os desníveis salariais e a truculência patronal, dentro e fora da mina, acirravam a luta de classes, gerando uma situação de revolta latente e crônica.

As greves dos anos 1920, que uniram, pela primeira vez, os empregados da Companhia Morro Velho por cima das diferenças nacionais e corporativas,²² inserem-se no processo de paralisação geral desencadeado a partir de 1917, que mobilizou multidões em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Curitiba. Fazem parte, pois, da vertente social que pesou na implantação do Direito do Trabalho, inoculando na forma jurídica a dimensão de conquista e de brecha para demandas sindicais, mesmo que tolhida por óbices ideológicos e sérios limites institucionais. Evaristo de Moraes Filho registrou as mobilizações, lutas e transformações desse período, vinculando-as às primeiras leis sociais efetivadas.²³

Ao fim e ao cabo, em meio a grandes agitações sociais, concluía-se, em seus aspectos cruciais, a longa e singular revolução democrático-burguesa no



Brasil. Sem um evento fundante, de caráter único e radical, seria mantido o monopólio da terra no campo, a dependência econômica diante dos centros mundiais do capitalismo, os traços autocráticos em nível do regime político e o conservadorismo cultural.²⁴ Assim, a afirmação histórica do capital assumiria um caráter passivo, conforme conceito de Gramsci. As tarefas institucionais de cunho antioligárquico, somente cumpridas, assim mesmo de modo parcial, no levante e nas reordenações institucionais de 1930, refletiram-se nos seus desdobramentos imediatos, em especial na supremacia contra as reações locais e nos avanços efetivados pela Assembleia Constituinte convocada logo após.

Nesse quadro, o proletariado nascente, além de expandir-se como classe, viu-se alçado ao centro das preocupações estatais, como alvo social necessário da reconstrução hegemônica e da disciplina legal. As formas embrionárias e espontâneas de organização associativa, emergentes no mundo do trabalho, passaram a ser acolhidas por meio de estatutos político-institucionais, inaugurando um novo terreno de disputa. A Constituição de 1934, ao dispor sobre normas específicas das relações trabalhistas – como o salário mínimo, a jornada de 8 horas, as férias, o repouso semanal e maior liberdade sindical –, reforçou o clima psicossocial favorável a outros direitos.

Apesar das ligações da Companhia Morro Velho com os governos municipal, estadual e central – lembrem-se os empréstimos ingleses para a construção da capital mineira e a dispensa do serviço militar para os jovens alistados na região de Nova Lima –, que lhe valiam isenções de impostos e negligência nas fiscalizações, alguns espaços se abriram para os movimentos organizados entre seus empregados, que já estavam constituindo-se como classe desde o final do século XIX. Já em 1931, o Decreto nº 19.770, do Governo Provisório, pretendia “organizar as profissões idênticas, similares ou conexas para defender os seus interesses” e permitia a criação de entidades gerais, como federações e confederações, incluindo uma Confederação Brasileira do Trabalho, segundo registrou José Carlos Arouca.²⁵

Em 1932, quando a fase depressiva da 3ª onda longa do capitalismo chegara ao auge, o Decreto nº 22.132 estabelecia a sindicalização vinculada ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), condicionando-lhe as prerrogativas pessoais de férias e reclamações judiciais, e o estado de Minas Gerais se concentrava no esforço para sustentar a guerra civil contra o levante oligárquico de São Paulo. No mesmo ano, o Partido Comunista do Brasil



(PCB), que já se implantara em Juiz de Fora, Itajubá e Belo Horizonte, chegou ao município de Nova Lima: o comerciante judeu León Lermann, que foi presidente da União Israelita de Minas, havia sido enviado à cidade para criá-lo.

De início, recrutou Anélio Marques Guimarães, que criou, com mais dois operários – Pedro Pinto Carneiro e Geraldo de Souza –, a primeira célula dentro da mina.²⁶ Assim que surgiu, esse núcleo assumiu, ao lado da construção orgânica, a tarefa de criar o Sindicato local.²⁷ Tal objetivo, encaminhado por meio de métodos cuidadosos e discretos, mas amplos, como registrou a pesquisadora Yonne Grossi, estava envolvido nas ambiguidades institucionais das entidades representativas em face do Estado – direito de existência, mas sem autonomia –, que em 1934 seriam constitucionalmente reordenadas em moldes mais liberais. A comemoração do 1º de maio, em 1935, foi um êxito.

De qualquer modo, as movimentações de massas iniciais e a meta de organizar a entidade representativa dos mineiros colocaram a organização comunista local, no nascedouro, sob a mira repressiva. A empresa jamais admitira estender aos trabalhadores brasileiros os mesmos direitos já desfrutados pelos ingleses assalariados e residentes em Nova Lima:

[...] querendo assim demonstrar o maior desprezo pelo serviço pesadíssimo que recebe de milhares de operários, ainda não lhes permite, de forma alguma, sindicalizarem [...]. Ninguém que já serviu ou ainda serve em Morro Velho desconhecerá a pressão exercida pelos magnatas ingleses contra qualquer tentativa de agrupamento oficial de seus míseros assalariados. [...] Nova Lima, um dos maiores focos de trabalho operário por excelência [...] está constituindo um exemplo à parte dentro do movimento de reivindicações que tem agitado o País de Norte a Sul.²⁸

A criação da União dos Mineiros da Morro Velho – o primeiro nome do Sindicato –, em 13/05/1935, efetivou-se em dia e mês simbólicos, alusivos à promulgação da Lei Áurea. Portanto, a data homenageava a abolição da escravatura. A presença de um representante da Inspetoria Regional do Trabalho, que se referiu ao Decreto nº 19.770, de 19/03/1931,²⁹ foi recebida na dupla condição de fiscal do Estado e cobertura legal em face das pressões locais. Naquele ano, a Companhia já tinha 1.312 operários no subsolo, sem contar os trabalhadores da superfície, que somavam mais que o dobro. Na assembleia-geral de Instalação, a iniciativa dos 17 mineiros que desafiaram a Companhia recebeu apoio de mais 30, conforme constou na primeira ata.³⁰



**Figura 3 - Quadro com as fotos dos 17 fundadores, hoje afixado na sede do SDM.
Fonte: Sede do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e Região**

Segundo Yonne Grossi, na segunda assembleia a fundação foi ratificada por 447 associados, que aprovaram o estatuto, elegeram a diretoria definitiva e fixaram uma pauta reivindicatória, destacando as condições de trabalho e a remuneração.³¹ A empresa, amparada no pluralismo – admitido constitucionalmente, embora limitado pelo Decreto nº 24.694, de 1934 –,³² respondeu com a organização de uma entidade paralela e divisionista, inaugurando uma disputa pela hegemonia contra o Sindicato e o movimento comunista local, ambos em fase de fortalecimento. Porém, o quadro político geral do País era marcado por grandes inquietações e mobilizações.

A situação seguia favorável. Em 1934, havia surgido no País a Aliança Nacional Libertadora, que se fortalecia com rapidez. Em Minas Gerais, um ano depois, reuniu-se o Congresso Pró-Unidade Sindical, sob a direção e o acompanhamento da Conferência Sindical Unitária do Brasil, que então já aglutinava 489 entidades representativas. Yonne Grossi sublinhou que, na esfera municipal, em 20/01/1936, a Companhia Morro Velho, preocupada com a mobilização operária, denunciou como “extremistas” os 13 diretores do Sindicato, e os dispensou alguns meses depois, alegando “prescrição do Ministério do Trabalho”.³³

Tal truculência ocorreu poucos meses após a empresa ceder na disputa em torno do seguro social e assistir à derrota de seus candidatos na eleição para cargos de um conselho previdenciário interno à empresa, o CAP, por 2.500 votos de diferença. Por certo, aproveitou a histeria anticomunista que acompanhara o fracasso do levante democrático e nacional-libertador em 1935 e preparara o golpe de 1937, no qual a provocação afinal conhecida como “Plano Cohen”, elaborada



e realizada pelo conluio entre a cúpula militar do governo e os chefes integralistas, jogaria um papel destacado, conforme narrativa de Carlos Newton.³⁴

A repercussão da realidade política nacional sobre os operários de Nova Lima foi intensa. Em ofício datado de 23/03/1936, ao ministro Agamenon de Magalhães, Filinto Müller, então chefe de polícia, relata uma sindicância que revela a lógica da movimentação repressiva dos órgãos do Estado e governamentais ao tratar das acusações “feitas contra um grupo de operários pela *St. John del Rey Mining Co. Ltd.* com sede em Nova Lima”:³⁵

Os referidos operários, pertencentes ao Sindicato União dos Mineiros, são apontados como elementos ligados ao Partido Comunista e, como tal, incentivadores de desordens e agitação entre os seus companheiros. [...] Da consulta feita aos arquivos da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, e, bem assim, de uma investigação direta, mas reservada, em Nova Lima, resultou a coleta de fortes indícios contra os operários Gabriel Barbosa, Gilberto Branco, Abel Saturnino, José Pedro de Deus, João Crisóstomo e José Silvestre Barbosa, os quais, de maneira inequívoca, apoiaram e trabalharam em prol da Aliança Nacional Libertadora. [...] Os operários Maximino Egédio Ferreira, Pedro Muller Filho, José Nelson, Américo Rocha, Francisco Moreira, José Vaz de Melo, Geraldo Barbosa, Viriato Gomes de Barros, Altivo José Vilmieiro, Joaquim José de Souza, Antonio Vicente Rodrigues, Ovídio José de Souza e Pedro Souto secundaram os movimentos dos primeiros, acima indicados, emprestando-lhes todo o concurso possível ao desenvolvimento da campanha de agitação.

E assim conclui, reconhecendo o caráter ilegal da investigação em face das leis vigentes:

Estando Nova Lima fora da jurisdição desta Repartição, não foi possível proceder a um inquérito regular, nele coligindo e documentando os fatos acima relatados. Apesar disto os referidos elementos serão mantidos em observação, no que diz respeito às suas ligações com os centros operários do Distrito Federal, a fim de positivar, ainda com mais segurança, o que já foi apurado pela sindicância aludida.

Contexto político de 1946 a 1950

Em ato típico de faxina político-ideológica, a empresa aproveitou para adicionar à lista dos 13 dirigentes do Sindicato mais alguns ativistas, atingindo, assim, todos os 17 fundadores da entidade representativa, que organizaram a primeira assembleia e cujos nomes estão entre os 18 atualmente afixados em quadro na



sede do SDM. Segundo José Carlos Alexandre e conforme confirmado em ata, são eles, por ordem alfabética: Abel Saturnino de Melo, Américo Teodoro da Rocha, Antônio Vicente Rodrigues, Artivo Vimieiro, Francisco Moreira, Geraldo Barbosa, Gilberto Branco, João Crisóstomo Gomes, Joaquim José de Souza, José Nelson, José Pedro de Deus, José Vaz de Mello, Máximo Egídio, Ovídio José da Silva, Pedro Müller, Pedro Souto, Vimieiro Silvestre Barbosa e Viriato de Barros.³⁶

Yonne Grossi frisa que a Companhia declarou, pois, uma guerra aberta e sem quartel aos trabalhadores,³⁷ método afinal cristalizado como preferencial e permanente. Seu propósito era, valendo-se da reviravolta na conjuntura e da contraofensiva conservadora em curso no País, extirpar quaisquer situações favoráveis a contestações operárias, as incômodas frestas de liberdade sindical e, sobretudo, a geração de quadros dirigentes que então se formava. Após dois anos de batalha jurídica e política – interposição de recurso na Comarca de Sabará; mobilização do Delegado de Ordem Social e Política de Belo Horizonte para verificar os fatos *in loco*; ida de comissão ao MTIC; entrega de abaixo-assinado ao governador e ao presidente –, em que a Companhia nem sequer precisou apresentar alguma prova de sua denúncia, os dirigentes do combativo “Sindicato de Baixo” continuaram afastados, embora conseguindo arrancar das autoridades uma indenização legal.³⁸

No entanto, a espinha dorsal do Partido permaneceu intacta, pois apenas um de seus membros estava entre os 17 demitidos. Em 1937, após a eleição da nova diretoria sindical e à custa de penosas mediações, a intervenção cessou e a entidade retomou seu funcionamento legal. Iniciou-se, porém, um período difícil e complexo, em que nem mesmo havia direito de greve. Mesmo assim, tendo de fazer manobras e concessões, continuou o Sindicato alcançando conquistas e o movimento comunista crescendo na clandestinidade. O Partido adotara, então, uma estrutura baseada em grande número de células menores e ampla inserção popular.³⁹

Contraditoriamente com as intenções de Vargas, mais preocupado em suprimir a autonomia das entidades representativas, colocá-las sob o controle estatal e proibir as greves – como atestam os decretos presidenciais expedidos na passagem dos anos 1930 aos 1940 –, a luta dos mineiros acabou beneficiando-se, na prática, da unicidade legal, instituída pelo Decreto Lei n.º 1.402, art. 6º, de 1939.⁴⁰ Isso porque as manobras da Companhia para montar e sustentar uma instituição paralela, pró-patronal, deixaram de ter amparo legal, ao passo que a prática da repressão ao movimento autêntico dos mineiros ficou bem mais complexa e difícil. Abriu-se uma brecha.



Em 1939, a Companhia Morro Velho já possuía 8.163 empregados, sendo que 2.044 laboravam no subsolo.⁴¹ Visando à unificação das entidades distintas e concorrentes, o novo SDM se registrou em 1940 por uma oportuna e unilateral iniciativa da União dos Mineiros da Morro Velho – o conhecido “Sindicato de Baixo” –, que decidira adaptar-se à unicidade recentemente fixada em lei, com vistas a isolar os agentes patronais. A rápida flexão tática selou, por assimilação, o fim do “Sindicato de Cima” – fundado com o apoio da Companhia –, que acabou derrotado na consulta aos operários, à qual fora obrigado a submeter-se, mesmo a contragosto.

A ambiguidade e a confusão terminaram: agora havia uma só e unitária entidade representativa dos mineiros, para dissabor e preocupação da empresa. Simultaneamente, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a política de aliança internacional contra o nazifascismo, a organização da Justiça do Trabalho e, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),⁴² concederam algum oxigênio às atividades sindicais, permitindo-lhes a dura travessia até 1945, quando houve a anistia, a queda de Vargas e a legalização do PCB, conforme registro de Hélio Silva.⁴³

Já a partir de 1942, o Palácio do Catete, percebendo que o regime político do Estado Novo entrava em crise e estava politicamente condenado, começara a preparar a transição para uma República Constitucional, embora de contornos ainda nebulosos. A busca de respaldo entre os trabalhadores encontrava reforço nos aumentos do salário mínimo e na instituição da CLT. O apelo nacional ficaria por conta da chamada Lei Antitruste, de 1945.⁴⁴ Todavia, a disputa política mais ampla exigiria uma abordagem imediata sobre as questões partidária-eleitoral e sucessória, que se alçavam ao centro da conjuntura.

Sob a pressão da opinião pública – estimulada pela vitória da URSS e dos chamados aliados, impulsionada pela busca de liberdade política pelas massas populares e influenciada por segmentos de oposição ansiosos pela remoção de Vargas –, o governo central prometeu a normalização democrática tão logo terminasse a guerra. Em 1945 baixou a Lei Constitucional nº 9,⁴⁵ que previa a marcação do pleito em data próxima, e decretou o código eleitoral,⁴⁶ que convocava as eleições à presidência da República e ao parlamento nacional para 02/12/1945, e aos governos e assembleias estaduais para maio de 1946.

Nessa conjuntura instável e dinâmica, marcada por uma crise de governo, de regime e até de hegemonia, em que emergiam vários partidos e candidaturas, uma sombra se derramava sobre o cenário político. Preocupada com o prestígio popular de Getúlio, que prosseguia dirigindo a passagem a outro regime



conforme seu modo próprio, a UDN – partido liberal-conservador que afirmava, nos seus estatutos, ser “o capital estrangeiro [...] necessário [...] para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas”⁴⁷, exigia imediata eleição presidencial, pois sua meta era apossar-se do governo federal antes que os setores à esquerda se enrobustecessem em demasiada.

Já para o PCB – que atuava abertamente desde a anistia de abril, que já reunira 50 mil filiados e que chegaria a ter 180 mil membros ao fim de 1946 – a transição deveria iniciar-se com uma assembleia nacional constituinte, que promoveria mudanças institucionais de interesse popular, para só depois, sob o novo arcabouço legal, se realizarem os demais pleitos. Com o “queremismo” ganhando as ruas e o movimento comunista aproximando-se politicamente de setores trabalhistas, os oposicionistas mais à direita, com participação de militares e apoio estadunidense, intensificaram a conspiração contra um tipo de continuísmo que adquiria um perfil e compromissos políticos cada vez mais reformadores.

Em 29 de outubro, sob o ultimato do alto comando do Exército - segundo Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca - os generais Cordeiro de Farias, Gaspar Dutra e Gois Monteiro, vale dizer, “os pretorianos que criaram o Estado Novo”, teriam sido “também agentes de sua destruição.”⁴⁸ Vargas se retirou para São Borja e teve seu cargo assumido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. O golpe fora vitorioso sem confronto, criando condições para se realizarem os seus objetivos principais: a restauração do clima propício à penetração do capital monopolista-financeiro exógeno, impulsionado pelo frenesi da expansão econômica pós-guerra – a fase A da 4ª onda longa do capitalismo ou “Era de Ouro” – e a contenção das lutas populares em processo de fortalecimento.⁴⁹

Em novembro, o PCB divulgou seu programa para a assembleia nacional constituinte e, rechaçando o dilema dual Brigadeiro *versus* Dutra, lançou um candidato à presidência. Yedo Fiúza, mesmo impensado pelo apoio de Vargas ao general, conseguiu obter 10% dos votos. Prestes se elegeu senador pelo Distrito Federal – então, o Rio de Janeiro – e 14 de seus camaradas chegaram à Câmara Federal. Essa bancada se alargou para 16 na eleição suplementar. Após a promulgação constitucional, em setembro de 1946, e sob uma administração dominada, como afirmou Prestes, por forças políticas de “caráter tremendamente reacionário”, começou a campanha eleitoral para os governos e as assembleias constituintes estaduais.

Em janeiro de 1947, os comunistas e seus aliados conseguiram eleger 46 deputados em 16 unidades da Federação, como relatou Augusto Buonicore.⁵⁰ Durante



1946 e 1947, a inconformidade do conservadorismo interno com a ascensão dos movimentos populares na sociedade civil e suas expressões na sociedade política, açulada pela agressividade militar dos Estados Unidos na Coréia e pela inflexão da cena internacional rumo à “guerra fria”, provocou uma espiral repressiva contra os comunistas: proibição de manifestações, invasão de residências, prisão de dirigentes, mortes em refregas de rua e, por fim, a supressão do registro eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 07/05/1947, com imediata proibição de suas atividades três dias depois e invasão de suas sedes pela polícia.

A repressão foi ordenada pelo próprio presidente da República recém-eleito, antecipando o macarthismo que se insinuava no hemisfério norte-americano, baseando-se em provocações policiais e apresentando motivações banais ou forjadas. Em 21/10/1947, em ações articuladas e executadas pelo governo Federal, direta ou indiretamente, com o concurso de seus apoiadores e aliados, foram depredadas as instalações da Tribuna Popular. Na sequência, romperam-se as relações diplomáticas com a URSS e, seis dias depois, aprovou-se a cassação dos mandatos “vermelhos” no Senado, para envio do projeto à Câmara dos Deputados.⁵¹

Conforme orientou a direção pecebista, por meio de um artigo assinado por Luiz Carlos Prestes,⁵² a resposta veio nos pleitos municipais de 23/11/1947, com a formação de expressivas bancadas de esquerda em cidades proletárias: São Paulo, Santos, Recife, Distrito Federal e assim por diante. Tais parlamentares, desta feita, estavam abrigados em outras legendas e fizeram campanhas em aliança com setores democráticos, conforme as condições nacionais e locais sugeriam. Em Nova Lima – então abarcando os territórios que comporiam os municípios de Raposos e Rio Acima –, já na clandestinidade, participaram em uma chapa legalizada mediante acordo com políticos do PSD. Os comunistas elegeram os seis candidatos que haviam apresentado para diferentes cargos: Jacinto Augusto de Carvalho, a vice-prefeito; Joviano Assis Fonseca, a Juiz de Paz; os operários Anélio Marques Guimarães, William Dias Gomes, Antônio Liberato da Silva e Pedro Matias Horta, a vereador, com os dois primeiros alçados à posição de mais votados no município.⁵³ Tal resultado frutificou em um trabalho amplo e cotidiano das organizações partidárias junto ao povo e nas lutas sindicais, que vinha se desenvolvendo há anos e que, desde o fim do regime político do Estado Novo, demonstrara grande iniciativa política. Para ilustrar esse percurso, vale a pena recuar um pouco no tempo.

Após a instalação solene do Comitê Estadual em Belo Horizonte, no dia 30/06/1945, e, a seguir, da sede em Nova Lima, os comunistas passaram à



legalidade e começaram a ganhar influência. No ano anterior, em fins de 1944, já havia acontecido uma greve na Mina, que se caracterizou por grande adesão e mobilização. Em 1946, a celebração do dia dos trabalhadores – 1º de maio –, precedido por grande propaganda e divulgação no interior da Mina, alcançou um êxito expressivo. Com parte de seus desdobramentos, elegeram-se os delegados mineiros ao primeiro encontro do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, a realizar-se no Rio de Janeiro. Comícios com até 10 mil pessoas, reunindo delegações dos municípios vizinhos, encheram a Praça da Matriz.

Nas eleições de 1947 para governo estadual e deputados, os candidatos comunistas, entre os quais o mineiro William Dias Gomes, obtiveram 1.352 em 7.477 votos válidos, isto é 19%, que foram comemorados como vitória.⁵⁴ Todavia, preocupada com a nova correlação de forças em Nova Lima, a reação local já tinha declarado guerra aos “vermelhos”. Tratava-se de uma conflagração, uma hostilidade sem tréguas ao movimento operário e ao Sindicato. O aliciamento de eleitores, associado a pressões de vários tipos, foi efetivado e sustentado pela ação da imprensa, da Companhia Morro Velho e da hierarquia oficial da Igreja Católica. Como nota Yonne Grossi, as pregações do vigário paroquial, infenso às encíclicas papais de caráter social, propagavam em alto-falantes um anticomunismo agressivo, que incitava os fiéis ao confronto e à agressão.⁵⁵

Expressava-se, com a virulência de poucos lugares, o sectarismo ultramontanista que, na história da Igreja Católica, representava uma resposta às transformações democráticas advindas no ocidente na esteira da grande Revolução Francesa. De fato, com epicentro no interior de Minas Gerais, inclusive em Nova Lima, desenvolveu-se um espírito de cruzada com ideologia fundamentalista de direita, retrógrada e obscurantista, que investia contra as outras religiões, contra as próprias sensibilidades católicas progressistas e contra tudo que representasse algum perfume de moderno.

O jovem Rui Barbosa, ao prefaciá-la sua tradução da obra “O Papa e o Concílio”, de Johann Joseph Ignaz Döllinger, sintetizou o conteúdo central de tal corrente, ao referir-se aos:

[...] charcos morais, onde a caquexia ultramontanista atrofia as almas à puerícia. [...] a verdade, portanto, a respeito do catolicismo ortodoxo, na idade corrente, é que todas as liberdades, populares, individuais, políticas e civis estão por ele, sem exceção, nem reserva, nem atenuante, absolutamente condenadas.⁵⁶



A reação prosseguia no País inteiro: no dia 10/01/1948, a cassação dos mandatos foi aprovada na Câmara federal. Três anos depois, no início de 1951, fechou-se, sob um regime democrático restritivo e com traços autocráticos, o ciclo de máxima exacerbação antioperária e anticomunista oficial, encabeçado pelo novo governante, lançado pelo PSD e depois apoiado pela UDN. Assim um ilustre contemporâneo, Álvaro Lins, descreveu o mandato de Gaspar Dutra:

Um governo que deve ficar caracterizado pelos intelectuais – e para vergonha e anátema de quem nele ocupou cargos e posições – como o mais violento, o mais grosseiro e o mais desonesto de todos os governos republicanos.⁵⁷

O novo ocupante do Catete, com métodos violentos, também investiu, contra o movimento sindical. Nesse quesito, sua maior façanha foi fechar a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e, a seguir, intervir em suas entidades representativas filiadas, totalizando cerca de 400 ações repressivas. Em 1946, criminalizou a greve por simples decreto,⁵⁸ ignorando o direito consagrado na Declaração de Princípios da América e os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a *Acta de Chapultepec* no ano anterior. Apenas foram aceitos os dispositivos que consagravam os interesses conservadores, como a imposição da doutrina Monroe, pelos Estados Unidos.

A liberdade partidária durou pouco e o regime democrático sofreu uma grave restrição. Durante os cinco anos do governo Dutra, transcorridos entre 1946 e 1950, Nova Lima e, a partir de 1º/01/1949, os novos municípios emancipados por desmembramento de seu território – Raposos e Rio Acima – viveram em uma situação de terror aberto. O próprio Sindicato sofreu intervenção governamental, pelo MTIC, ficando interdito entre 1947 e 1950: seu livro de atas só foi reaberto em 1951, após a nova eleição da diretoria.⁵⁹ Quanto à sociedade política de Minas Gerais, uma sucessão de interventores ligados ao oligarca PRM, já inclinados a entender-se com as políticas federais, ocupou o Palácio da Liberdade até 19/03/1947, quando Milton Campos tomou posse.

O novo governador – eleito pela UDN com apoio de uma aliança eclética, que incluía os comunistas – desenvolveu sua gestão com fisionomia clara. Apesar das expectativas e ilusões que despertara em setores democráticos e à esquerda, combinou a política econômica liberal, típica de seu Partido, com uma postura intolerante em relação ao movimento operário e sindical. Oscilou da violência aberta à omissão cúmplice, em consonância com o retrocesso político irradiado a partir do Catete. Embora iniciada no ano anterior e envolvendo também membros das Forças Armadas, durante seu mandato se afirmou e tomou corpo a histeria anticomunista oficial em Minas Gerais.



A pesquisa realizada por Saint'Clair L. Nascimento mostrou a devassa que reuniu "em masmorras de Belo Horizonte [...] a fim de serem submetidos a processo e julgamento" – sendo frequentemente "torturados" – muitos militantes sindicais e 65 policiais militares, além de bombeiros, guardas civis e funcionários públicos, "que resultaram em diversos Inquéritos Policiais Militares."⁶⁰ Em contraste, o antigo interventor de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, no espírito da modernização conservadora, mas arejada, que caracterizava seu perfil político, havia convidado Niemeyer para projetar o conjunto da Pampulha – ajudado por Santa Rosa, Burlle Marx e Portinari –, enfrentando as reações negativas da ultradireita e das autoridades eclesiásticas conservadoras, já incorporadas à crônica mineira.

Depois do período Milton Campos, o pessedista reiterou a mesma atitude quando assumiu o governo estadual em 1951, ao convidar de novo o arquiteto comunista para colaborar na construção do Colégio Estadual de Minas Gerais, da Biblioteca Pública, do Edifício Niemeyer, do Bemge e da Escola Técnica da Gameleira. Todavia, no clima repressor do governo udenista, até 31/01/1951, as polícias estaduais, civil e militar, envolveram-se – de uma forma ou de outra, em ações correlatas ou no ato mesmo de sua realização – nas graves violações ocorridas na Mina Morro Velho.

Assim, elevaram-se ao paroxismo a intolerância sindical e contra a oposição, como método preferencial de abordagem aos conflitos sociais e como suporte ou incentivo ao obscurantismo nas regiões do interior. Às ações coercitivas do Estado, por meio de suas esferas federal e local, somaram-se as participações diretas, não raro com protagonismo principal, da Companhia Morro Velho, da direita municipal ligada aos seus interesses e dos então responsáveis hierárquicos pela Igreja Católica em Minas Gerais, todos, ao fim e ao cabo, fomentadores da União Novalimense de Assistência Social (Unas), da qual o padre Osvaldo Barbosa, designado pelo arcebispo metropolitano, era o assistente eclesiástico.⁶¹

Yonne Grossi sublinha que o agravamento da luta de classes e o acirramento da repressão em Nova Lima, longe de serem fatos episódicos e isolados, articulavam-se aos contextos políticos nacional e local: "todo esse complexo viabilizava forças cujo grau de poder nas relações variava de acordo com determinações estruturais que se tornavam explícitas em conjunturas de crise, sendo uma delas a de 1948-50."⁶² Se assim era, muito mais violência ainda estava por vir. Um dos aspectos mais emblemáticos no processo de radicalização à direita foi o surgimento da Unas, em janeiro de 1949.



Dos anos 1950 ao golpe militar de 1964

Os objetivos declarados da Unas – sigla assumida por uma instituição com nome inocente, que pretendia concorrer com o Sindicato – seriam sobrepujados, no imaginário e na convicção popular, pela fama de cumprir ordens da empresa, sabotar os eventos sindicais, perseguir cidadãos tidos como subversivos e encobrir uma milícia de pistoleiros armados. O relatório de sua 1ª reunião plenária, em 31/07/1949, esclarece o seu objetivo. A organização tinha a finalidade específica de concorrer com o Sindicato, dividir a classe operária, apoiar a empresa e promover atividades anticomunistas, como nota Yonne Grossi.

Para a pesquisadora, a entidade paralela tinha o apoio explícito da Companhia Morro Velho. O acompanhamento orgânico, em forma de assistência eclesialística formalizada, era função do vigário local, Padre Osvaldo, por meio do qual agia a estrutura hierárquica da Igreja, então hegemônica por uma concepção ultraconservadora. Tal movimentação foi assim detectada e narrada:

Foi-se formando uma liderança operária anticomunista, sustentada subterraneamente pela Companhia, incentivada pela Igreja. Fato confirmado por moradores de Nova Lima que não eram operários, inclusive ex-funcionários da Morro Velho.⁶³

O relatório dessa reunião, depois de uma retrospectiva dos acontecimentos no município, justificava a sua fundação mediante a nomeação dos acontecimentos de novembro, especialmente a tentativa de comemorar-se a revolução de outubro, embora se apresentasse como entidade sem vínculos políticos. Dizia, de forma clara, que a sua meta era combater a “infiltração comunista”. Assim, enunciava que “Nova Lima desde muito vem atraindo a atenção dos propagandistas de Moscou”. Preocupada com o rumo do movimento operário-popular, considerava que, “a princípio andou certa a tática vermelha”, pois “os operários da mina de Morro velho iam se iludindo.”⁶⁴

O referido relatório informava, ainda, assumindo um viés confessional, que a entidade criada atuaria “dentro do espírito cristão, para a valorização do trabalho humano e o desenvolvimento do espírito profissional dos trabalhadores”. Com franqueza bem maior, o estatuto da Unas fazia um corte ideológico em suas fileiras, de vez que o art. 3º proibia “a entrada em seu quadro social àqueles que professavam ideologias subversivas ou contrárias à ordem social”. Um depoente se refere à Unas como um “órgão que representava a Companhia e a polícia”, que lhes “informava [...] sobre o movimento operário.”⁶⁵



Atenta às peculiaridades que definem a conjuntura no ocaso dos anos 1940 – mais precisamente, nos anos de 1948 e 1949 –, em que a direita local respondia com fúria aos avanços do movimento operário e à cassação do registro eleitoral dos comunistas, Yonne Grossi constata que a escalada repressiva assumiu as seguintes formas: “continuidade de intervenção no Sindicato pelo ministério do Trabalho, assassinatos de líderes, demissão de operários ativistas acobertada pelo Estado.”⁶⁶ Contudo, estava aproximando-se uma fase nova, seja pelas alterações na conjuntura nacional e local, seja pela reorientação política encetada pelos principais atores sociais na região de Nova Lima.

Os anos 1950 e seus desdobramentos imediatos, em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, foram repletos de lutas reivindicatórias, de caráter econômico ou político. Abrindo-se com as denúncias e mobilizações contra a sucessão de repressões e assassinatos cometidos em 1948 e 1949, então ainda impunes, as iniciativas combativas prosseguiram até o início de 1953, como resistência à perseguição a 51 operários acusados pela Companhia como “sabotadores”, visando a ceifar a geração de quadros emergentes que dirigiam o movimento sindical e participavam das disputas eleitorais com posições à esquerda.

De fato, a Companhia Morro Velho, aproveitando a conjuntura que se lhe apresentava favorável, queria cortar o movimento operário pela raiz. A demissão apenas foi consumada após a sentença do Superior Tribunal do Trabalho, que decidiu pela culpa dos réus como incursos no Decreto-Lei nº 9.070, que proibia o direito de greve, a regra “dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências” –⁶⁷ e permitiu o enquadramento dos militantes por terem participado no movimento de 1948. De nada adiantaram outras providências efetivadas, como o recurso ao Superior Tribunal de Justiça e a petição ao presidente da República.⁶⁸

As lutas sindicais, longe de se arrefecerem, atravessaram o restante da década em crescimento, amparadas em amplas mobilizações de massas, até se fundirem, na passagem aos anos 1960, com os reclamos nacionais por reformas, quando são atacadas pelo golpe de 1964. Em Minas Gerais, tal período se abriu em 31/01/1951, com o ciclo de governadores vinculados ao PSD – Juscelino Kubitschek, Clóvis Salgado da Gama e José Francisco Bias Fortes: o primeiro ligado a Vargas desde os idos de 1930, quando atuou como oficial médico na Polícia Militar e na guerra civil de 1932; os dois últimos, como correligionários do referido político diamantinense, então ocupando o governo federal, que anunciaria, em meio a batalhas e conspirações políticas, o progresso econômico acelerado para realizar “cinquenta anos em cinco”, simbolizado pela construção e inauguração de Brasília.



Esses dois presidentes da República articulavam, ao seu modo e conforme as características das forças que lhe eram mais próximas, estratégias burguesas calcadas no desenvolvimentismo clássico, embora distintas entre si. De qualquer modo, ambas exigiam novos desenhos hegemônicos e precisavam acenar para os setores populares com certa abertura, no propósito de garantir alianças sociais mais amplas. Jacob Gorender mostra como “o populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização”, que adquiriu feição trágica no suicídio político de 24/08/1954, e manteve a ponte, por meio de seu vice João Goulart, com a modernização conservadora e cosmopolita de Juscelino, que também se iniciou em meio a crises.⁶⁹

Tais caminhos, incluindo “a euforia coletiva raras vezes vivida em nossa terra”,⁷⁰ articulavam-se ao cenário mineiro e se derramavam sobre a região de Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Na mina de Morro Velho, a sensação comum, apesar das justificáveis prudências e amplitudes dos comunistas nos métodos e táticas de ação, era de que novos espaços se abriam à militância sindical e às disputas gerais. Refletindo o clima nacional de certa liberdade e crescimento econômico, a própria atuação militante, apesar da ilegalidade em que se movia, era vista com relativa “vista grossa”.

Toleravam-se entendimentos em torno de pontos políticos, acordos eleitorais e espaços reivindicatórios, ensejando campanhas políticas com articulação e amplitude nacionais, a exemplo dos movimentos contra a bomba atômica e o envio de tropas à Coreia, e em favor da criação da Petrobrás e da encampação da Companhia Morro Velho pelo Estado. Como jamais acontecera, fortaleceram-se os protestos contra os acidentes de trabalho, a ação das seguradoras privadas, a exposição dos operários à silicose e à insalubridade, que se desdobravam em atitudes propositivas, bem como as exigências por melhores salários, jornada de 8 horas, aposentadoria aos 15 anos de serviço, permanência de viúvas nas casas onde residiam e abono de natal.

De 1952 a 1961, ocorreram 12 dissídios, sempre acompanhados por ameaças de paralisação, e cinco greves com vitórias – a mais longa em 1953, que durou 33 dias – nos quais os temas recorrentes foram aumento salarial, salário mínimo, taxas adicionais, pagamento de atrasados, abono família, salário família, condições de trabalho e assistência social.⁷¹ A mudança do clima, porém, jamais chegou à plena liberdade política e sindical. Continuaram submetidas ao controle ministerial as entidades representativas dos trabalhadores e proscritos os comunistas, no âmbito do mesmo e intacto Estado, assim como do regime político de democracia restritiva e autocrática.



Os depoimentos e relatos da época se referem a mudanças de forma e abertura de frestas, por certo relevantes, mas insuficientes para caracterizarem uma transformação profunda, já que a repressão continuou como parte da vida operária. Outra característica importante foi o surgimento do ativismo cristão que se projetava na contramão do ultramontanismo – doutrina católica ultraconservadora – e sob os influxos ensejados pela repercussão retardatária das encíclicas papais de 1891 e 1931, a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*. A sua intenção manifesta era harmonizar os direitos e deveres do capital e do trabalho em uma perspectiva de compaixão social.

De início, a presença da militância religiosa no interior da mina de Morro Velho, de corte confessional e por indicação paroquial, pretendia combater a influência comunista, mediante a ocupação da brecha que a repressão abria nas fileiras do movimento operário ao final dos anos 1940,⁷² inclusive por meio da atuação agressiva e violenta promovida pela Unas. Todavia, aos poucos, independentemente da hierarquia conservadora, sua prática foi adquirindo um sentido popular e à esquerda,⁷³ estimulado pela vivência concreta nas relações de produção capitalistas e pela ideologia sensível que brotava das necessidades cotidianas, expressas por carecimentos e reivindicações. Semelhante inflexão nos padrões do ativismo e da fé desaguou na unidade com os comunistas, como verbalizou Dazinho, membro da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO), mais tarde parlamentar pelo PDC.⁷⁴

O espaço e a ascensão experimentados pelo movimento sindical de Nova Lima, Raposos e Rio Acima se ligavam às inflexões políticas gerais, em Minas Gerais e no País, pois se dilatavam os vasos comunicantes da sociedade política e aconteciam sobre um pano de fundo econômico-social concreto. Foi nos anos 1950, em época bem posterior em relação à Europa e aos EUA, que o capitalismo começou a gerar monopólios econômicos no Brasil. Os investimentos estrangeiros, que já penetravam sem obstáculos durante o governo Dutra, estiveram também presentes nos esforços de construção estrutural de Vargas – mesmo com suas veleidades patrióticas – e se consolidaram no mandato de Juscelino, em forma de grupos transnacionais, indo além da antiga presença que mantinham nas esferas da circulação doméstica e do controle exógeno sobre as riquezas nacionais.

Com a industrialização acelerada, notada por Pedro Sampaio Malan,⁷⁵ os grandes conglomerados privados se fortaleceram e intensificaram a sua competição pela primazia total ou sem contestações. Era o prenúncio de profundas mudanças. A “modernização” passiva da produção penetrava as diferentes esferas da vida



social e se estendia às instituições públicas, passando a exercer, apesar de carregar contradições internas, considerável influência econômica e política.⁷⁶ Na primeira metade dos anos 1960, com o auge da “Era de Ouro” mundial do capitalismo, o *aggiornamento* conservador na economia nacional começou a expressar-se como interesse político dos grupos monopolista-financeiros emergentes, passando a disputar o controle do aparato estatal contra o que seus agentes enxergavam como licenciosidade republicana e excessiva intervenção do Estado.

No capitalismo retardatário e dependente, com o auge da “guerra fria” na geopolítica mundial, com o crescimento dos movimentos populares, com a ascensão nacional das lutas por reformas de base, com o engajamento da intelectualidade progressista à esquerda, com um vácuo de supremacia entre as várias frações do capital, com a sociedade política penetrada por disputas radicalizadas e com o governo federal permeável a reivindicações “de baixo” – a presidência havia sido recuperada por João Goulart, após o plebiscito que encerrara o curto parlamentarismo de ocasião, casuísta –, era improvável que a reorganização autocrática do Estado, traduzida na fusão de seus órgãos com os monopólios econômico-financeiros,⁷⁷ acontecesse sem traumas, pacificamente e pela via democrática, de modo que a dimensão consensual da hegemonia jogasse o papel central.

Como se não bastasse, a crise conjuntural que afetava a sociedade capitalista dependente brasileira, com a inflação e a recessão no imediato pré-64, completava o ambiente de instabilidade e oferecia pretextos aos conluios da oposição liberal-conservadora e antinacional, encabeçada pelo lacerdismo, enrobustecida pela conspiração nos quartéis⁷⁸ e estimulada pela intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos do Brasil. Em face dos profundos dilemas nacionais, dos conflitos incontornáveis e do reduzido espaço ao exercício de mediações políticas, que até foram tentadas à exaustão, os representantes dos conglomerados econômico-financeiros e seus aliados, impotentes no âmbito da representação política formalizada e da correlação de forças expressa no sufrágio, decidiram recorrer à cirurgia extralegal, isto é, à linha mais aderente à tradição direitista, mais simples à efetivação prática, mais rápida e mais garantida.

Portanto, o golpe de 1964 correspondeu, politicamente, à forma assumida pelo ajuste do Estado ao processo de concentração e centralização dos negócios e das fortunas sob a hegemonia da oligarquia monopolista-financeira, contra as lutas nacionais, democráticas, proletárias e camponesas em ascensão. O pronunciamento militar ocorreu sob os auspícios do capital em expansão, dos cartéis transnacionais e do latifúndio, então automeados defensores da civilização



ocidental, da religião, da moral e da família, e açulados pelas tramas nos quartéis e avalizados pela ingerência dos Estados Unidos, documentada com fartura e nomeada por Roberto Sander.⁷⁹

João Goulart, nas vésperas, pronunciando-se no “Comício da Central”, alertara:

Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas. Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.⁸⁰

Poucos dias depois, os segmentos mais retrógrados da classe dominante suprimiram a república democrático-constitucional, em que os seus representantes partidários geriam o poder público, e cederam às Forças Armadas o papel de mediador institucional de fato, com total respaldo de Washington. Em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, a repressão desencadeada na madrugada de 31/03/1964 para 1º/04/1964 e nos primeiros dias do regime militar foi minuciosa e planejada pelos golpistas, entre os quais estavam o governador Magalhães, cuja polícia já se envolvera há poucos meses no massacre de Ipatinga, e Milton Campos, que mandara reprimir permanentemente os mineiros da Companhia Morro Velho durante seu mandato no governo estadual.

O movimento sindical urbano vinha de uma fase com amplo protagonismo em âmbito nacional, desde a greve geral pela posse de João Goulart. Em 1962, o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores decidiu organizar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que congregou vários fóruns existentes, desempenhou papel decisivo na antecipação do plebiscito pelo Congresso Nacional e em 1964 apelou à greve geral, que acabou sendo parcial e fragilizada. Todavia, os mineiros de Nova Lima, Raposos e Rio Acima, que estavam entre os primeiros alvos do golpe, cruzaram os braços e se mobilizaram sob o lema de solidariedade ao governo constitucional. Conseguiram resistir por dois dias.

Os operários sabiam muito bem o preço das liberdades democráticas, ainda que parcas – inclusive a sua importância para a organização e as lutas sindicais desde o século XIX –, e intuía sobre o que lhes reservava o golpe militar. De fato, o AI-1, entre os 100 primeiros cassados, arrolou 31 sindicalistas. A seguir,



o regime militar interveio em 1.565 Sindicatos e entidades gerais, atingido mais de 10 mil dirigentes.⁸¹ A escalada repressiva desencadeada pelo golpe implantou, nas palavras de Yonne Grossi, “uma fase de terror.”⁸²

Seus principais episódios, com foco sobre a mina de Morro Velho, serão alvo de uma atenção específica, caso a caso:

- a repressão à greve de outubro, em 12/10/1948, quando uma concentração de operários em frente ao portão próximo à entrada da Mina, em Nova Lima, foi reprimida por meio de cerco policial-militar e alvejada por vários disparos, com pelo menos um operário atingido;
- a chacina de novembro, em 07/11/1948, quando um evento alusivo aos 30 anos da revolução de outubro foi atacado a tiros, com a execução de William Dias Gomes, o atentado a um bancário vindo de fora, o deputado Armando Ziller, e mais duas mortes, além de ferimentos em vários participantes;
- a execução de junho, em 17/06/1949, quando o dirigente comunista José dos Santos – mais conhecido como “Lambari” – voltava desarmado a Nova Lima, durante a noite, depois de participar de uma reunião com mulheres familiares de mineiros, em Raposos;
- o processo judicial de 06/07/1949, requerido pelo representante do MPE contra 51 trabalhadores acusados de “sabotadores”, que percorreu as várias instâncias na Justiça do Trabalho, com duração de vários anos;
- o Inquérito Policial Militar (IPM) nº 87, de 24/04/1964, que arrolou 163 operários da Mina Morro Velho e cujo processo correspondente foi a julgamento na Auditoria da 4ª RM-JF, com base na Lei de Segurança Nacional.

A sequência integral desses processos repressivos, cujos episódios mais relevantes serão apresentados a seguir, enquadra-se, entre outras formas de consciência e objetividade, no conceito de “fato público e notório”, incorporados à história da região, além de ter sido mencionada nos depoimentos colhidos e de estar gravada, oficialmente, em arquivos de instituições locais, no Centro de Memórias de Nova Lima, nos anais da Câmara Municipal, no SDM e nos registros da imprensa.



A repressão à greve de outubro, em 12/10/1948

Apesar da espiral de violência desencadeada nos anos 1940, em âmbito nacional, estadual e municipal – que culminou com a intervenção ao Sindicato em 1947, tentando cercear a ascensão operário-sindical e barrar a influência crescente do movimento comunista –, jamais cessaram a resistência e as lutas na Companhia Morro Velho. Três anos antes dessa medida coercitiva, efetivada pelo MTIC, os operários já se haviam declarado em greve por aumento de salários. Como era fins de 1944 e o departamento de imprensa e propaganda controlava as comunicações públicas e só permitia que circulassem os fatos de interesse governamental, assim mesmo reciclados pelas versões oficiais, nenhuma notícia foi veiculada.

Hoje se sabe que o movimento de 1944 teve um caráter combativo e demonstrou o avanço dos mineiros em matéria de organização. Depois de uma semana de braços cruzados, durante a qual se agigantou a figura de William Dias Gomes como dirigente, quebraram a intransigência dos ingleses, da polícia do Estado Novo e das manobras efetivadas pelos agentes internos da Companhia. Dois anos depois, a mobilização massiva no dia 1º de maio gerou acúmulos e desdobramentos organizativos importantes. Aliás, o afastamento dos dirigentes sindicais foi uma das respostas a tal demonstração de força, que assustara a empresa.

Destacam-se também os resultados obtidos em Nova Lima pelos candidatos operários às eleições de 1947. Em janeiro, a legenda do PCB, que lançara postulantes a deputado estadual e federal, em Nova Lima chegou a 19% do eleitorado.⁸³ Em novembro, a coalizão entre comunistas e pessedistas saiu vitoriosa em toda linha, inclusive nos pleitos majoritários locais, em que obteve 61,53% dos votos.⁸⁴ Os trabalhadores se manifestaram com força e combatividade na greve deflagrada em 12/10/1948. Todavia, nenhum desses acontecimentos, mesmo as assembleias e reuniões de fato realizadas, foi registrado no livro de atas, que permaneceu fechado⁸⁵ por determinação das autoridades impostas oficialmente em lugar dos dirigentes legítimos dos mineiros.

Nos meses que antecederam à greve, a atmosfera política em Nova Lima ficara mais pesada. O ambiente estava conturbado e radicalizado, em face da intolerância conservadora perante a participação das massas nos movimentos reivindicatórios e nas sessões parlamentares. Alguns exemplos ilustram as várias dimensões do processo político em curso. Por exemplo, em dezembro de 1947, o vereador Anélio Marques Guimarães propôs uma moção ao Congresso Nacional, “em protesto contra o Projeto de Lei Ivo Aquino”, que cassava os “mandatos dos parlamentares comunistas”. Submetido à votação, esse requerimento foi “aprovado por unanimidade.”⁸⁶



O vereador William Dias Gomes, em janeiro de 1948, “demonstrou [...] o quanto era inconstitucional a Lei 211, que cassou o mandato dos parlamentares comunistas [...] e pediu uma moção de protesto ao governo e ao congresso”. Posta “em votação” foi aprovada “por 6 a 5”. Como se definiu que os vereadores não a assinariam, para evitarem pressões e retaliações, o presidente da sessão se recusou a fazê-lo.⁸⁷ Ainda em janeiro, Anélio, durante sessão da câmara municipal, “leu um manifesto do Sr. Prestes, dirigido ao povo de Nova Lima, pedindo que constasse em ata.”⁸⁸

Também as reivindicações específicas das classes populares eram abordadas pelos “vereadores do povo”. Pedro Matias Horta, conhecido pelo apelido de “Mosquito”,⁸⁹ “apresentou e justificou um requerimento da União das Mulheres Democratas de Nova Lima, em que pedem providências sobre o matadouro e o depósito de lixo”, e depois o encaminhou à comissão de educação e saúde. “Expôs a situação de Vista Alegre” e as ameaças existentes à segurança pública, denunciando a Companhia Morro Velho como responsável pela queda de “pedras enormes nas ruas e em cima das residências.”⁹⁰

O quarto vereador operário, Antônio Liberato da Silva, também participou ativamente: em janeiro, já pedira, por meio de ofício, “iluminação [...] para o bairro Areião, sustentado em um “abaixo-assinado de 112 pessoas”, e também “auxílio para o bloco carnavalesco “Foliões do Morro”; em junho, apresentou um requerimento em nome da União Feminina da cidade, “solicitando a designação de um vereador de cada bancada” – PSD, PTB, PR e PDC – “para integrar uma comissão que se dirigirá [...] à Cia. Morro Velho”, com vistas à “criação de um armazém de abastecimento.”⁹¹

Registra-se que foram aprovados os pedidos de Anélio, William, Liberato e Matias para que se providenciassem o auxílio ao carnaval, a construção do mercado municipal, o transporte ao distrito de Honório Bicalho, as ligações de luz, os reparos em estradas, o abastecimento de água, as exigências das associações de bairros e outras demandas populares em geral. Igualmente, abordaram-se assuntos nacionais e suprapartidários, como a luta contra “a participação do capital estrangeiro” na extração petrolífera e em apoio à campanha “O petróleo é nosso”, como ilustram os pronunciamentos e propostas de Antônio Liberato e William Dias.⁹² Houve intervenções em apoio à Organização Brasileira de Defesa da Paz e da Cultura, contra o uso de armas atômicas e assim por diante.

Os “vereadores do povo”, por conta de sua linha política e sua conduta ampla, nunca se isolaram. Por exemplo, o vereador Wilson Carneiro Vidigal, do PDC –

advogado prestigiado na cidade, assistente jurídico da entidade representativa dos mineiros e o autor de seu hino oficial – atuou com a bancada operária em várias questões de interesse democrático, nacional, popular e trabalhista. Em certa ocasião, em claro tom de apoio e simpatia, relatou que, após a intervenção realizada pelo MTIC em 1947, “o movimento se transferiu do Sindicato para a Câmara durante a legislatura,” conforme registra em depoimento a Yonne GROSSI.⁹³

Outro episódio é digno de nota: em abril de 1948, o vereador José Romani, do PSD, também encarregado no escritório da Morro Velho, conhecido como notório e fiel porta-voz da empresa no legislativo, propôs “que fosse lavrado um protesto sobre uma reportagem do Jornal do Povo”, porque tal órgão havia feito críticas ao presidente da Câmara. Wilson Carneiro Vidigal, do PDC, somou-se aos “vereadores do povo” ao participar da celeuma por meio de aparte, mediante o qual protestou contra a moção, “argumentando sobre a liberdade de imprensa.”⁹⁴

Nesse clima, a polícia de Nova Lima, sob os protestos de William na Câmara municipal, interditou a sede do “escritório dos vereadores do povo”, alegando que os “vermelhos” tinham sido postos na ilegalidade. Alinhado à Companhia Morro Velho e possuído por forte preconceito anticomunista, o pároco local, Osvaldo Barbosa, açulava os fiéis contra os “vermelhos”, como relata Yonne Grossi.⁹⁵ Tal era o clima de 1948, ano tenso – Nova Lima “poderia explodir a qualquer momento”⁹⁶ –, que ficou marcado pela greve dos mineiros e se encerrou com a repressão aberta.



Figura 4 - Casarão onde funcionava o “Escritório dos Vereadores do povo”. Atualmente, o terreno abriga a sede do SDM. Fonte: acervo família Victor Gomes



No ano da greve, em 1948, a mina de Morro velho tinha 2.267 operários no subsolo e cerca de 5.500 nas tarefas de superfície, totalizando quase 8 mil proletários, que em grande parte estavam alocados em funções produtivas.⁹⁷ A extração de minério bruto chegou a 316,7 milhões de quilogramas,⁹⁸ com teor aurífero de 13,02 gramas por tonelada, a julgar pela declaração oficial sobre o desempenho das várias minas envolvidas no processo industrial.⁹⁹ Apesar da altíssima taxa de exploração vigente, a administração da empresa resolveu implantar o método de execução e remuneração do trabalho então conhecido como plano canadense, que modulava o salário dos operários alocados no subsolo, mediante gratificação por massa de minério escavado e transportado às saídas das galerias.

Foi o estopim da mobilização, conforme registra e relata Orlando Bandeira, militante político e um dos participantes:

Depois de 1945, um engenheiro canadense introduziu na Companhia um plano para aumentar a produção, denominado 'Plano Canadense'. O plano previa que os mineiros passariam a ganhar por produção, mas omitia os operários da superfície, cujo trabalho também seria aumentado, com o aumento da produção no fundo da mina. Prometeu-se aumento para os que trabalhavam nas correntes que engatavam os carros de minério procedentes da mina, e os levavam para a superfície. [...] Dois meses depois, o aumento ainda não havia sido pago e iniciou-se, então, uma greve branca na superfície: o número de carros que as correntes puxavam para fora foi diminuindo progressivamente. Apesar dos pedidos dos chefes, encarregados e feitores, a greve continuou. Em represália, a Companhia suspendeu seis feitores, por achar que estavam apoiando os grevistas. A greve continuou.¹⁰⁰

Avaliando que a medida apenas seria benéfica para uma parte dos mineiros, os trabalhadores da superfície reivindicaram o mesmo critério, mas o pleito lhes foi negado, com base na velha política de dividir para dominar. Iniciaram, então, uma "operação tartaruga", amarrando a produção e deixando montanhas de minério acumuladas na boca da mina por mais de uma semana. Conforme a tradição e o método adotados pela empresa, iniciou-se a retaliação. Os encarregados, chamados feitores – nomenclatura que carregava uma óbvia herança escravista –, foram advertidos e depois suspensos. Em protesto e reafirmando a reivindicação inicial, os operários da superfície cruzaram os braços, no que receberam apoio dos demais.

Com rapidez, a Comissão de Salário, constituída pelos operários, divulgou o seu Boletim nº 1:

Companheiros! [...] Acabamos de entrar em greve por mais aumento de salário, que significa mais pão para nossos filhos;

mas, para sairmos vitoriosos, precisamos de organização, da união de todos, porque a Companhia é forte e vai usar de todas as táticas para nos vencer. Nós, trabalhadores da superfície, bem como os mineiros, devemos todos entrar em greve, porque, só assim, conseguiremos dar a nossos filhos mais conforto, e, também, para que não sejam jogados na rua os seis pais de família da Redução que pediam mais um pouco de pão para seus filhos. [...] Companheiros: todos à luta pelos Cr\$6,80 de aumento; pela volta ao trabalho dos seis pais de família da redução; pelo repouso semanal remunerado [...]. NOVA LIMA, OUTUBRO DE 1948. A COMISSÃO DE SALÁRIO.¹⁰¹

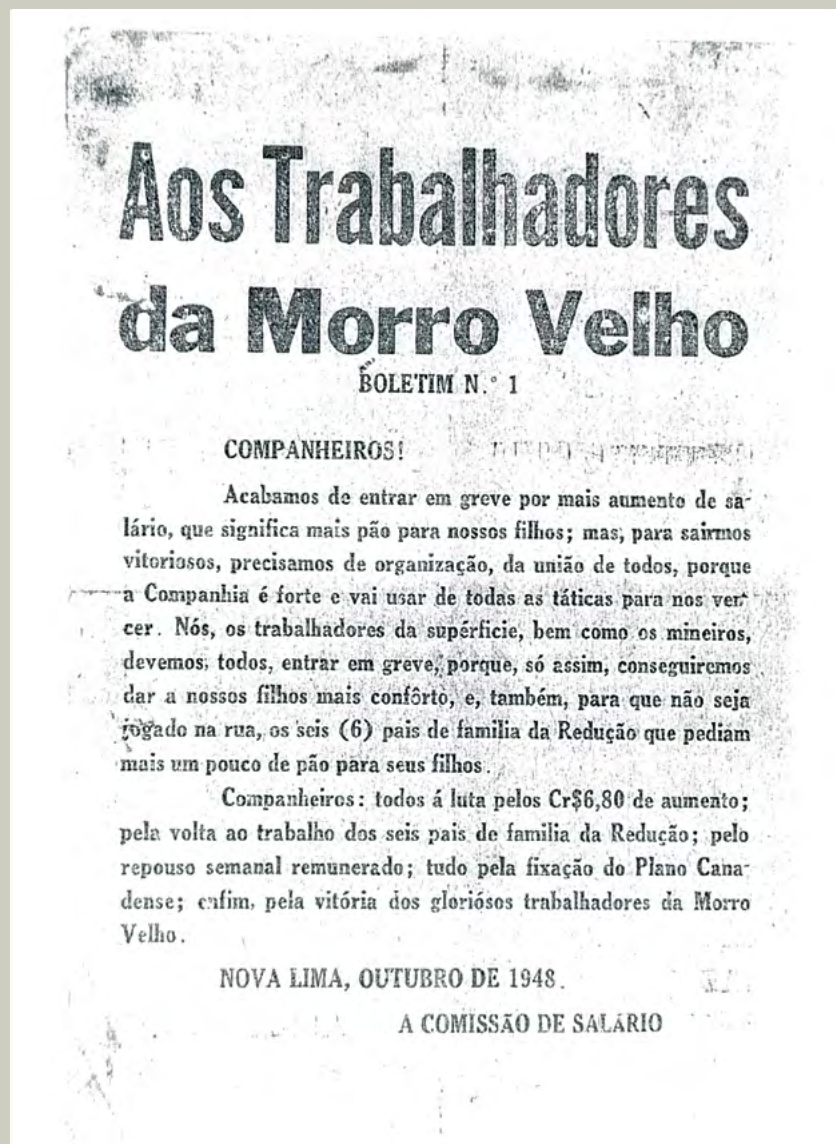


Figura 5 - Boletim nº 1 da Comissão de Salários na greve de 1948. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.



Assim a greve se instalou na mina inteira, em Nova Lima e nas galerias localizadas no atual Município de Raposos, conforme relata Orlando:

Houve uma reunião de trabalhadores com elementos do Partido, e estes últimos alertaram para o risco de o movimento ser considerado de sabotagem, e a Companhia decidir pela dispensa coletiva dos trabalhadores das correntes. [...] Três dias depois da suspensão dos feitores, estes voltaram ao serviço e foram avisados pela chefia que seriam demitidos. 'Um deles me comunicou o fato [...] e era preciso agir'. Foram feitas reuniões, e em todas percebia-se 'uma divisão injusta: pela mesma produção, os mineiros ganhavam mais e os operários da superfície não recebiam acréscimo de salário'.¹⁰²

Prossegue Orlando:

O problema era só com os da superfície, mas havia necessidade da solidariedade dos mineiros do subsolo: se não houvesse certa consciência de todos, a greve não teria saído: não ganharíamos nada com ela. [...] Fui distribuindo, então, as tarefas: o que devia e como devia parar; o que devia ser feito. A comunicação entre os líderes e operários se fazia intensamente por telefone, através dos emissários ou direta. Nós, da superfície, fomos caminhando e nos concentramos na boca da mina. Aí, entreguei o comando a William, que trabalhava no subsolo, 'o fundo da mina é com você'. A mina parou.¹⁰³

A greve de 1948 foi ainda mencionada pelo sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz, com base em entrevistas realizadas com participantes alguns meses depois:

Em junho de 1948 [...] Mr. Wígle, o novo administrador da empresa, [...] pôs em prática um novo sistema para acelerar o ritmo do serviço, aumentar as horas no interior das galerias e espoliar ainda mais os trabalhadores. Era o chamado 'plano canadense'. [...] William denunciava a trama em uma entrevista no 'Jornal do Povo', de Belo Horizonte. [...] 'Concito a todos os trabalhadores — afirmava aí — a abrirem os olhos, porque esse plano canadense pode ser muito bom para inglês ver, mas não o será para os operários. [...] Daí a necessidade de lutarmos organizadamente na defesa de nossos interesses, porque a Companhia está sabendo lutar pelos seus, em prejuízo dos trabalhadores'. [...] Em setembro [...] os mineiros, contra a resistência dos pelegos encastelados em seu Sindicato e a má vontade do delegado regional do Trabalho, um reles agente da Companhia, conseguiram uma assembleia geral. Compareceram mil e seiscentos operários.¹⁰⁴



Os interventores, que haviam sido nomeados pelo MTIC, tentaram manobrar para desmobilizar a assembleia geral, mas fracassaram:

Para evitar que estes discutissem entre si os seus problemas, o presidente da junta deu um golpe logo no início dos trabalhos. Declarou que pedira demissão havia dias e só uma nova junta, nomeada pelo Ministério, poderia dirigir a Assembleia. Por conseguinte, encerrava a sessão. [...] Houve grande tumulto. Levantando-se no meio da massa indignada, fez-se ouvir poderosa a voz de William: [...] 'Isto é um golpe baixíssimo!' [...] E, encarando bem o pelego nos olhos, disse que só lhe restavam dois caminhos: ou presidir os trabalhos até ao fim, ou se retirar da sala como um traidor, que era, da classe operária. Os trabalhos prosseguiriam de qualquer maneira. [...] O presidente da Junta reconheceu a sua 'precipitação'. Voltou atrás. Neste dia, ali, foi eleita a Comissão de Salários, com William à frente, que desempenharia ainda importante papel. Os mineiros exigiam mais sete cruzeiros diários e o repouso semanal remunerado.¹⁰⁵

Dias depois, em plena mobilização reivindicatória, outras medidas antioperárias vieram acentuar a indignação e esquentar ainda mais a situação:

A Companhia ameaçava despejar, das casas que lhes alugava, aposentados precoces, tuberculosos, silicóticos e aleijados no serviço da mina. [...] Imediatamente, organizou-se uma grande passeata de estropiados e doentes, viúvas e órfãos, pelas ruas de Nova Lima. Das escadarias da prefeitura, William discursou à massa: [...] 'No Brasil – disse – há uma minoria, dona de tudo, e uma maioria, representada por vocês que estão aqui, e que nada possui. O povo, os operários, só devem confiar na sua própria força, na força de sua unidade e de sua organização. Nada se pode esperar do governo, pois o atual governo tanto de Minas Gerais como do Brasil é composto de traidores da Pátria. Se a Companhia quiser cumprir a ameaça do despejo, os aposentados todos devem ocupar a casa do companheiro mais ameaçado, e não permitir que ele seja despejado. A Companhia é inglesa – concluiu – e a casa fica no Brasil'. [...] E o despejo, pelo menos naqueles dias, não foi concretizado.¹⁰⁶

Logo depois, começou a paralisação:

Na mesma semana, uma notícia correu célere através dos elevadores e galerias, das oficinas de redução e de energia. É que seis feitores, por exceção amigos dos trabalhadores tinham sido por este 'crime' postos na rua pelos ingleses. [...]



A notícia precipitou a greve. Começou diminuindo a produção de Raposos. No dia seguinte, em todas as minas, baixava a 50%. A 18 de outubro, a greve se tornou total. Tudo parou. Sete mil operários cruzavam os braços. [...] Foi uma luta de heroísmo e persistência, contra o delegado e o prefeito, a demagogia de certos políticos e as ameaças terroristas do bando de capangas já organizado e armado por Mr. Wigle que queria obrigar alguns mineiros a trair os companheiros e furar o movimento.¹⁰⁷

Instalada a greve, os administradores da Morro Velho, como de praxe, acionaram a PMMG, como se a corporação fosse uma espécie de milícia privada. À noite, milhares de operários ocuparam as ruas de Nova Lima, em passeata, à revelia e por cima da diretoria sindical interventora, que estava subordinada à Companhia e nenhuma autoridade tinha sobre o movimento. Após percorrer a cidade, a multidão reuniu-se no portão da Mina, em frente à entrada. Dirigindo o movimento agia a Comissão Salarial, composta por 10 operários. Entre os integrantes estavam os comunistas Antônio Liberato da Silva, Pedro Matias Horta, Anélio Marques Guimarães e William Dias Gomes, que haviam sido eleitos vereadores no ano anterior.



Figura 6 - Portão de entrada na Cia. Morro Velho, local da concentração grevista em 1948. Fonte: acervo família Victor Gomes

No auge da concentração, a massa operária foi atingida por disparos. João Paz Rocha, então com 20 anos, também conhecido pelo apelido de “João Fubá”,¹⁰⁸ que depois seria presidente do Sindicato, assim relatou o atentado indiscriminado à concentração operária:



Olha, tenho pouca lembrança. Naquela época eu já estava rapaz, mas não lembro assim muito não. Mas eu sei desse caso. [...] foi uma concentração feita lá no portão, e os jagunços do governo vieram e atiraram. [...] Da empresa.¹⁰⁹

Para João, os disparos foram efetuados por “jagunços” da “empresa” e do “governo”. Com certeza, a fuzilaria causou, ao fim e ao cabo, conforme a imprensa local, pelo menos um ferido,¹¹⁰ coroando o ato repressivo contra a manifestação dos trabalhadores que, pacificamente, utilizava os seus principais instrumentos de luta, que são a greve e as manifestações. Também se pode sustentar, com segurança, que os criminosos não foram incomodados no ato pela PMMG e ficaram acobertados pela Polícia Civil, que se limitou a ouvir, de forma protocolar, alguns depoimentos.

Apurou-se que o capitão Mário Norberto Lindemberg ofereceu – conforme suas próprias palavras ao narrar o acontecido ante o delegado José de Almeida Sobrinho, no dia 21/10/1948, entre referências preconceituosas a “comunistas” e “vermelhos” – ajuda aos “responsáveis pela Cia. Morro Velho”. As tropas chegaram prontamente e bloquearam os caminhos de acesso aos engenhos. Havia mais ou menos 2 mil operários e familiares. O clima de confronto se estabeleceu e dois soldados dispararam suas armas. A seguir, os jagunços, que estavam querendo furar a greve, também fizeram fogo.¹¹¹

No mesmo dia, a greve assumiu uma conotação ainda mais política, extrapolando a reivindicação econômica específica, para transformar-se em protesto contra a demissão de seis companheiros e a repressão policial, sob a responsabilidade do governador do Estado, Milton Campos, que tomara posse no ano anterior. O delegado, ao lado da pressionada junta governativa do Sindicato, limitou-se a acompanhar as negociações entre grevistas e a Companhia, sendo ambos apresentados como fiadores do acordo firmado para garantir-se o fim do movimento paredista.

Segundo a pesquisa de Yonne Grossi, foram atendidas e sacramentadas as três seguintes reivindicações: volta ao trabalho dos seis feitores que trabalhavam nas correntes da redução, pagamento relativo aos dois dias parados e garantia de que nenhum grevista sofreria perseguição.¹¹² Maurício Vinhas descreve em detalhes os fatos, conforme o ângulo dos mineiros:

Em dois dias a greve tornou-se parcialmente vitoriosa. A Companhia aceitava a readmissão dos seis feitores; o pagamento aos operários dos dias de paralisação e o compromisso de



dar uma resposta, no prazo de 30 dias, às reivindicações de salários. [...] “Saímos de cabeça erguida — acentuou William em um comício de regozijo. De cabeça erguida, porque vencemos. Aguardemos agora o prazo para que a Companhia responda sobre os salários. Concedemos 30 dias, mas sere-mos intransigentes caso não forem aceitas até lá as nossas reivindicações”.

As manobras patronais ficariam, porém, desmascaradas: tão logo os mineiros voltaram ao trabalho, a Morro Velho se recusou a cumprir todas as cláusulas com as quais havia se comprometido. Por sua vez, os “garantidores” – o delegado e a diretoria interventora – fizeram vista grossa. A Companhia se negou a honrar o acordo de pagar os dias parados, alegando que lhe faltavam condições econômico-financeiras para fazê-lo, agora ou no futuro. A seguir, a história demonstraria que a perseguição aos grevistas e ativistas seria feroz e sem limites.

No caso dos órgãos e autoridades estatais, do delegado de polícia local, passando pelo comandante geral da PMMG, até o governador Milton Campos, houve no mínimo um crime de omissão específica, configurando a figura da responsabilidade objetiva por meio de uma atuação arbitrária e ilegal, que nem sequer investigou até o fim o atentado aos manifestantes-grevistas, os disparos e os ferimentos causados, conduta agravada pela intenção de proteger os criminosos diretos e a empresa-mandante. Por isso, até hoje se mantém a interrogação sobre o número de atingidos pela saraivada de balas.

Pesquisa da Covemg nos arquivos públicos da época, reunidos no Centro de Memórias de Nova Lima, não encontrou quaisquer documentos alusivos a denúncias persecutórias ou processos judiciais contra os autores e os mandantes dos disparos no portão da mina, que jamais foram molestados e permaneceram no anonimato. Na verdade, a repressão foi tratada como algo natural e até uma resposta desejável em face da “agitação comunista”. Quando ao item “c”, que fixava a “não perseguição a grevista algum”, foi ignorado. Era um claro incentivo à violência contra o mundo do trabalho.

No mês seguinte, como se verá, houve execuções de operários no ataque ao escritório dos “vereadores do povo”. Depois, um assassinato por tocaia. Na sequência, nada menos que 51 operários foram demitidos do trabalho na Companhia, sem qualquer indenização, sob a alegação de que estavam “fichados na delegacia de polícia local como comunistas” e a acusação de “sabotarem a produção”.¹¹³ Como a lei, à época, previa certa estabilidade no emprego, a medida retaliativa, que tinha como finalidade principal o afastamento dos militantes



e ativistas sindicais, gerou um longo e rumoroso processo judicial, em torno do qual a resistência e a disputa política se articulariam durante três anos.

No rastro da repressão ao movimento sindical dos mineiros da mina de Morro Velho, fortalecido pela presença organizada e institucional dos comunistas – que passaram a ter assento na vice-prefeitura, no juizado de paz e na câmara municipal, bem como pelo êxito parcial da greve de 1948, foi convocado para realizar-se em Nova Lima um evento amplo e público, em forma de palestra e debate alusivos ao 30º aniversário da revolução de outubro. Como a sede dos comunistas havia sido fechada pela polícia de Nova Lima em 1947, com apreensão dos seus arquivos, a iniciativa e a organização do encontro ficaria por conta do escritório dos “vereadores do povo”, instituição formada pelos quatro parlamentares operários eleitos na legenda do PSD, para receber as demandas populares e trabalhistas encaminhadas à câmara municipal.

Preocupada com a força demonstrada pela greve de outubro, a direita intensificou o ataque aos sindicalistas e militantes cassados, atribuindo a ocorrência do movimento reivindicatório a uma mera manipulação de fora e já anunciando o terror em preparação – “os mineiros não agiram ainda contra os comunistas porque confiam nas autoridades”, conforme estampado nas páginas do Jornal Estado de Minas:

[...] o movimento não passou assim de uma exploração dos comunistas para fazer propaganda de suas ideias e fomentar a discórdia entre patrões e empregados. Os marxistas [...] tendo à frente os quatro vereadores filiados ao partido já considerado ilegal se atribuíram a função de orientadores dos operários [...] Eles estavam usando dos truques de colocar mulheres na frente e uma mulher comunista chegou ao ponto de esbofetear um mineiro, simplesmente porque ele queria trabalhar. [...] os mineiros não agiram ainda contra os comunistas porque confiam nas autoridades.¹¹⁴

No auge da inflexão à direita em nível nacional e da crise política local, o debate sobre a revolução de outubro entrou na mira da repressão. A decisão de realizar o evento foi tomada, após vivo debate e por votação, pelo Comitê Estadual do PCB, então composto por 21 militantes, entre os quais, “dois metalúrgicos, três tecelões, sete mineiros” e nove ligados às camadas médias. William era um desses membros e acumulava o cargo de “1º secretário de Nova Lima”, além de vereador e integrante da Comissão Salarial na Companhia Morro Velho. Três dirigentes mineiros foram destacados para comandar o evento, enquanto William seria o orador oficial. O convite partiria do escritório dos “vereadores do povo.”¹¹⁵



A chacina de novembro, em 07/11/1948

O relato a seguir é baseado em depoimentos colhidos pela pesquisadora Yonne Grossi, de pessoas presentes aos acontecimentos de 07/11/1948:

A palestra foi marcada para o grupo escolar. A propaganda foi em torno das figuras que viriam de fora. O que se fez para divulgar: faixas pela cidade inteira com os dizeres 'comemoração do 7 de novembro'; cartazes de papel manilha foram colados nas casas de comércio, nas paredes das casas de diversão, onde estava escrito o nome do pessoal de fora, local e data do comício; diariamente escrevia-se nos muros da cidade, nos carros de minério, nas pedras da mina o convite. Foi contratado pelo escritório dos vereadores do povo o serviço de alto-falante da cidade, para propaganda nas ruas. Fizemos tudo isso sem descuidar das nossas campanhas.¹¹⁶

Quando chegaram o dia e a hora do ato, estavam o clima muito tenso e as ameaças explícitas. Todos sentiam que havia um ataque em preparação, com armas de fogo, e já não seria o primeiro. À medida que o povo ia chegando ao local marcado, apareceram carros da polícia e uma ambulância. Os responsáveis pela segurança operária ao evento e aos dirigentes que iriam usar da palavra perceberam o perigo, que assim se revelava:

O quadro foi-se firmando. Capangas da Morro Velho gritando e provocando. [...] Boatos corriam. Segredavam que haveria morte. A direção local do Partido percebeu que haveria um massacre se o povo entrasse para a sede do grupo escolar, entre dezenas de capangas da Morro Velho, armados, ameaçando. Decidiu transferir a palestra para o escritório dos vereadores do povo. Pequenos grupos avisavam as pessoas sobre a mudança do local. Este trabalho foi organizado pela segurança do Partido.¹¹⁷

O plano, feito, era colocar os alto-falantes no sobrado velho, onde ficava o escritório dos "vereadores do povo." Da sacada, os oradores se dirigiram também aos participantes presentes na praça, pois dentro do casarão caberiam no máximo 100 pessoas. Ao mesmo tempo, a segurança se reorganizou, preparando-se para o pior:

Montamos novo esquema de segurança: militantes do Partido, com revólveres, receberam a seguinte ordem: 'se desconhecido tentasse entrar, seria barrado; se insistisse e usasse violência, fogo'. O restante do povo ficaria na praça.



Os militantes armados se distribuíram pela sala, pelo corredor, pé da escada e entrada do 'escritório'.¹¹⁸

Todavia, o ataque já estava decidido, planejado e ordenado. Os próprios policiais, comandados pelo Capitão Lindemberg, delegado de Nova Lima, proibiram "toda e qualquer manifestação de caráter comunista"¹¹⁹ e secundaram a repressão mais que anunciada e prestes a acontecer, incentivando-a e dando-lhe pretexto legal. Depois, começou o assalto ao recinto e a caçada de morte aos militantes mais visados, inclusive aos dirigentes e palestrantes vindos de fora, obrigando os presentes e a segurança a se autodefenderem:

Os jagunços invadiram a sede atirando e atacando com revólveres, espingardas, facas. Houve tiroteio, luta corporal, confusão total. Ao lado da sede havia o prédio do cinema. Pensando numa emergência, todas as janelas foram abertas para facilitar a fuga. Encobertos pelas armas do comando de segurança, quem podia tentava escapar. A fuga se dava pelas janelas, pulando-se para o cinema; pela sacada, pulando-se para a praça.¹²⁰

A execução de William e a tentativa de eliminar também o deputado Armando Ziller, que aconteceram a sangue frio no início da invasão, assim como a repressão policial aos sindicalistas e militantes, que se aprofundou a seguir, foram assim relatadas por um depoente:

William, sem armas, desce pela escada para tentar convencer os capangas a não perturbar. Recebe duas balas; foi atingido na cabeça e no peito. Outro operário, parecido com o bancário de Belo Horizonte, eles o mataram. Pensaram ter acabado com o líder comunista. [...] O corre-corre do povo transformou a praça num tumulto. Os comunistas seguiram para o mato em direção a um lugarejo próximo. A fuga pela noite e pelo mato deu para escapar também da perseguição policial. Três companheiros se responsabilizaram pelos dois conferencistas do Partido que vieram. Pela madrugada, o líder bancário conseguiu seguir para Belo Horizonte. O do Rio não pôde sair. Escondido na casa de um mineiro aposentado, aguardou dias para viajar. [...] No dia seguinte, muitos mineiros não compareceram ao trabalho. Foram presos em casa, na entrada da mina, no bondinho que ligava Nova Lima a Raposos e trazia os mineiros para a Morro Velho.¹²¹

O sindicalista João Paz Rocha estava nas cercanias do local onde aconteceu a execução e assim a relembra:



William [...] Dias Gomes. [...] E depois... [...] fiquei sabendo, através de outras pessoas, que foi aquele jagunço mesmo, da Morro Velho, [...] que o matou. Ele era um sindicalista muito especial. Uma pessoa muito fina. E era uma pessoa muito poderosa [...] no movimento sindical. E, com isso, eles aproveitaram, atiraram nele e o mataram. Em um dia da assembleia, [...] quando escutamos os tiros, quando nós chegamos lá, já estava morto no chão.¹²²

Os vários depoimentos e declarações afirmam que houve atingidos, segundo estimativas de testemunhas e vítimas, por cerca de 50 tiros, e depois no combate corpo a corpo, esgotada a munição, com armas brancas e porretes.¹²³ O montante exato se tornou impossível quantificar com exatidão, após quase 70 anos. Pelos cálculos feitos a partir de documentos oficiais, a cifra é de 22 entre mortos e feridos, sendo 13 militantes operários, oito agressores e um de posição desconhecida.¹²⁴ Certo é que tal lista desconsidera os ferimentos extraoficiais: muitos preferiram o anonimato ao risco de serem molestados pela represália policial, especialmente os agredidos.

Com base nas requisições para exames e nos autos de corpo de delito ou de necropsia, foram atingidos os seguintes militantes mineiros: William Dias Gomes, vereador e dirigente, e Ornélio Pereira da Costa, o “Bem”, executados mediante disparos à queima-roupa com armas de fogo e, no caso do segundo, com linchamento; Antônio Lisboa Xavier, Erdir Pena, o “Canoa”, Hacíp Ribeiro Sales, José Gerônimo Gonçalves, Laurindo Lopes dos Santos, o “Ciganinho” ou “Broinha” e Militão Alves Rosa, com ferimentos por armas de fogo, armas brancas ou porretes; o militante Sebastião Luiz dos Santos, em meio à agressão, teve um ataque epilético.

De acordo com os Termos de Declarações, ficaram ainda feridos por disparos com armas de fogo, armas brancas ou porretes, os militantes comunistas Geraldo Rosa de Oliveira, Lincoln Corrêa, o “Lili”, Manoel Corrêa de Sá Bandeira e Orlando Corrêa. Também foi atingido um homem chamado Argemiro, cujos sobrenomes e posições assumidos no conflito não foram apurados com suficiente precisão.

Entre os agressores, também as requisições para exames e os autos de corpo de delito ou de necropsias, bem como os Termos de Declarações colhidos pela Polícia Civil, indicam a morte de Antônio Fernandes da Silva, o “Antônio Soldado” ou “Zé Soldado”, atingido por balas no revide autodefensivo, assim como ferimentos de vários tipos em Belarmino Barbosa Filho, o “Belo”, Francisco Avelino Assis, Geraldo Paulo Vitorino, José Cauê, José Rodrigues de Souza



(laudo com nome de José Henrique de Souza), Mário Melo Sobrinho, o “Mário de Gute”, e Walter Rodrigues.

Eis por que a Comissão Especial de Investigação em Nova Lima se refere a “vários mortos e feridos”.¹²⁵ O exato instante e os detalhes da execução de William foram pesquisados e esclarecidos por Maurício Vinhas, que os narrou passo a passo à Revista Problemas, em texto publicado em outubro do ano seguinte:

Quando os sicários já invadiam o escritório dos vereadores, ele se postou no topo da escada, e aguardou que o primeiro chegasse bem próximo. Neste reconheceu Belarmino Barbosa, homem com muitos crimes nas costas, bem pago pela ‘Mining Company’. [...] – Que é que vocês querem aqui, Belarmino? - Perguntou William com firmeza. [...] O bandido estacou: – Nós queremos entrar. [...] – Para entrar é preciso pedir licença! - Retrucou o líder operário. [...] Sob aquele olhar de fogo, o bandido não teve coragem de deflagrar o revólver que já trazia empunhado. Foi um outro, um tal de Sebastião de Paula que, escondido às costas do primeiro, deu o tiro que penetrou direto no coração do herói. Só quando William tombava é que Belarmino se animou a dar-lhe por sua vez um balaço na cabeça, à queima-roupa. [...] Contou-me a esposa de William que ele morreu sorrindo.¹²⁶

No “termo de declarações”, Erdir Pena, repórter, narrou:

[...] que meia dúzia de provocadores ameaçavam perturbar a ordem; que os policiais se conformaram, dizendo-lhes que esperassem, enquanto falavam ao delegado e depois voltariam com novas instruções; que, decorridos 10 minutos, mais ou menos, o indivíduo vulgarmente conhecido por Belo subiu as escadas do escritório; que o vereador William [...] se encontrou com Belo na porta, assim lhe falando: ‘Belo, o que você quer?’; que Belo estava com o revolver na mão, respondeu a William que ‘onde tem gente, entra gente’, dando-lhe diversos tiros; que após Belo ser atingido por um tiro, desceu as escadas.¹²⁷

Também no “termo de declarações”, Laurindo Lopes dos Santos, carreiro de mina, afirmou:

[...] que mal haviam saído os investigadores do escritório, os anticomunistas invadiram o mesmo, subindo a escada e indo até o topo da mesma onde num patamar ali existente, William os recebeu tendo junto [...] à sua pessoa o declarante, Canoa,



Liberato, Raimundo Barreto de Lima e Orlando Corrêa, enquanto os companheiros ficaram na porta observando o movimento; que Belo, que vinha à frente do grupo, parou de frente a frente de William, tendo junto dele Francisco de Assis, Antônio Soldado e José Cauê; que colocados de frente a frente, William pôs a mão sobre o ombro de Belo e perguntou o que ele queria, tendo ele, Belarmino, respondido que era casa onde tinha gente e entrava gente. Que, a esta resposta, William respondeu que ali era casa, mas tinha dono e para entrar precisava licença; que Belarmino insistiu para entrar e como estivesse sido barrada a sua passagem atirou em William, no peito, à queima-roupa, tendo o vereador caído no patamar.¹²⁸

A “testemunha” José Gualberto de Souza, motorista da Companhia Morro Velho, confirmou a ocorrência de um tiro na nuca de William, fato que prova a execução:

[...] que o depoente estava de plantão no Hospital da mina de Morro Velho, quando recebeu por telefone um chamado urgente para comparecer à Praça Bernardino de Lins, onde acabara de haver um conflito, resultando disso mortos e feridos; [...] que o depoente entrou ao prédio em apreço e ali encontrou caído no patamar da escada, de bruços, o cadáver de William Dias Gomes, com dois ferimentos, um na nuca e outro no peito.¹²⁹

Ainda no “termo de declarações”, 16 dias depois do fato, Armando Ziller foi claro e convincente ao responsabilizar os policiais e o delegado pelo tiroteio e os assassinatos:

[...] que, finalmente, o declarante atribui à Polícia de Nova Lima, sob a orientação do delegado Lindemberg, a principal responsabilidade pelo conflito do dia sete e suas consequências, porque deixou de tomar medidas preventivas, aconselháveis no momento, mesmo quando previamente solicitada pelo declarante; que, além disso, o capitão Lindemberg, após o conflito, demonstrou a sua parcialidade, prendendo somente elementos vitimados pelos assaltantes, enquanto que esses continuaram em liberdade; [...] sabe que o grupo de assaltantes era orientado pelos indivíduos Dedé e Belarmino.¹³⁰

Iguatemy Corrêa – funcionário público municipal de Nova Lima, vereador em 1982-1988 e vice-prefeito em 1989-1992 –, depondo sobre relatos feitos por seu pai, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, que estava dentro do escritório dos “vereadores do povo” no momento do assalto e foi testemunha ocular da execução, declarou à Covemg:



[...] meu pai disse que a agressão ao escritório dos ‘vereadores do povo’, no dia 07/11/1948, foi instigada por Mário Melo, o Mário Melo II ou Mário de Gute, presente nas imediações, então motorista de ônibus na empresa do próprio irmão Osvaldo Melo, que o ‘Pipote’ foi um dos assassinos de William e que um amigo da vítima, o ‘Bem’, [...] também foi morto no Centro de Nova Lima, a pauladas, pedradas e pontapés.¹³¹

Anélio Marques Guimarães discorreu sobre o ato final ocorrido na execução de Ornélio: “saltou para escapar, eles o mataram com paralelepípedo na cabeça, No meio da rua.”¹³² O depoimento de um contemporâneo e conterrâneo de William, situado em posição diferente no espectro ideológico, também confirma a origem da trama que resultou na execução dos operários:

Nunca fui do Partido Comunista. Reconheço que William exercia um certo fascínio pela sua coragem pessoal. Enfrentava e denunciava a Companhia e a prefeitura, sempre buscando o interesse dos mineiros e do povo. [...] Embora não tivesse ocupado cargo de destaque no Sindicato, era grande sua influência sobre os mineiros. Era um ativista e um militante dedicado à luta diária. William empolgava. [...] William era perigoso: não usava meias palavras. Não temia a Companhia. Atacava de frente. Os mineiros o seguiam. Existia um grupo contra William, apoiado pela Companhia: era vencer “o cabra” ... ou o que precisasse. Eu gostava do Sindicato, mas era contra os comunistas. Sou católico. Não fui daquele grupo. Conhecia a turma e um deles matou William.¹³³

A execução de William está conectada à luta dos mineiros, seja pela sua trajetória política e sindical, seja por suas ideias revolucionárias, seja pela conjuntura em que se deu. Na essência do acontecimento, estiveram longe de predominar os fatores aleatórios e contingentes. Finda a greve de outubro, os mineiros estipularam o prazo de 30 dias para que a Companhia cumprisse o acordado. O tempo estava esgotando-se: ou a empresa honrava o compromisso público ou a greve seria retomada. Tal era o pano de fundo da tensão que rescendia no ar.

Mais uma vez, Maurício Vinhas deixa registrado:

Faltava apenas uma semana para esgotar-se o prazo, quando William foi assassinado. A bala dos capangas derrubou a William seis dias antes, precisamente, da data em que esse prazo terminava. Ao matá-lo, os ingleses tinham a intenção de destruir todo o espírito de luta dos mineiros, pois haviam se acostumado a ver essa flama encarnada naquele homem grande, belo e simples. [...] Logo depois do assassinio, um dos bandidos gritava pela praça, a quem o quisesse ouvir:



“Esse William precisava ser morto! Sempre foi um traidor da Companhia!” Queria dizer que William sempre havia defendido os operários, e tinha nisto razão.¹³⁴

Os funerais de William se transformaram em um ato político de protesto, de composição basicamente operária e de caráter democrático, segundo relata Maurício Vinhas:

Como resposta ao terror desencadeado em Nova Lima, duas mil pessoas, homens e mulheres, gente de toda idade, principalmente mineiros do Morro Velho, acompanharam os funerais de William Dias Gomes, cuja vida fora cortada na véspera — aos 33 anos — pelo tiro de um capanga da companhia britânica. [...] Inúmeros operários vieram de Raposos, localidade vizinha, onde se abre a boca de outra mina da empresa. Vieram, apesar das tiras, que ameaçaram e espancaram muitos do que se dirigiam a pegar o bondinho. [...] No pensar dos mais idosos habitantes, foi o maior cortejo fúnebre que Nova Lima já viu. Ao lado do caixão de William, o líder dos mineiros, ia o de Ornélio, trabalhador novo na luta, assassinado a pau e a pedra. [...] Os investigadores, enviados aos bandos, de Belo Horizonte, não ousaram chegar perto; ficaram de longe, espiando a massa. Caminhões, sobrecarregados de policiais militares, cruzaram rápidos com o desfile. Ninguém se atemorizou. Muitos operários, alquebrados no serviço das galerias e das máquinas, derramavam sim lágrimas de cólera e pesar. Amargas lágrimas, viris, pela morte do seu camarada, amigo e chefe.¹³⁵

Os depoimentos colhidos por Yonne Grossi completam o panorama do enterro que parou e comoveu Nova Lima:

O enterro de William foi na parte da manhã. O corpo fora entregue à família. William tinha mãe, mulher e filhos. O ambiente do velório era de insegurança. Sempre que morria mineiros, era tradição da Companhia dispensar algumas turmas para o enterro. Desta vez a Morro Velho não dispensou ninguém que trabalhava pela manhã. Ignorou a morte de William. A vida continuou na Mina, como se nada sucedera. [...] Além da família, um e outro mineiro levaram o corpo ao cemitério. Na entrada do cemitério, a polícia prendeu os mineiros considerados suspeitos de serem do Partido, e os que foram vistos, na véspera, na sede dos ‘vereadores do povo’. O caixão de William ficou coberto pela bandeira do Sindicato até a hora do sepultamento. Este era o nosso costume quando morria um associado.¹³⁶



O boletim impresso em memória de William – uma espécie de obituário sem assinatura, intitulado “William Dias Gomes”, com letras maiúsculas – foi distribuído em Nova Lima e região:

WILLIAM era um operário da mina dos ingleses em Nova Lima, lutador e líder dos mineiros. Foi candidato a deputado nas eleições estaduais e vereador dos mais votados da cidade, sendo ainda membro do Centro de Defesa do Petróleo e da Comissão de Salários de Nova Lima. Dirigente dos movimentos reivindicatórios desde 1944, participou da última greve dos mineiros pelo aumento de sete cruzeiros e esteve à frente desta luta até o dia 7 de novembro. Por esse motivo, WILLIAM foi assassinado junto com o mineiro Ornélio pelos capangas da St. John Del Rey Mining Co., deixando enlutados sua mãe, esposa e três filhos. [...] Honremos a memória de WILLIAM empunhando com a mesma coragem a sua bandeira de luta por aumento de salários e contra o imperialismo, pela libertação da classe operária. Levemos nossa solidariedade financeira à família de WILLIAM. [...] Solidarizemo-nos com os mineiros de Nova Lima e exijamos a punição dos gringos estrangeiros e seus capangas.¹³⁷

A imprensa noticiou a chacina, ao seu modo: culpando os militantes e a massa operária, açulando ainda mais a repressão. Teria sido um conflito entre “operários comunistas e não comunistas”, com o “saldo de três mortos: dois tiveram morte instantânea e, um, em consequência dos ferimentos produzidos pela “multidão incontrolável.” Registre-se: “houve três mortos e numerosos feridos”, conforme reconheceu e noticiou o Jornal Estado de Minas, no próprio título da matéria que publicou em 09/11/1948.¹³⁸ O “escritório dos vereadores do povo” foi novamente fechado pela polícia.

No inquérito policial, também noticiado pela imprensa e relatado por Yonne Grossi, o delegado de Belo Horizonte concluiu, com claro viés político-ideológico e autocrático: a polícia “não poderia ter consentido que no coração daquela cidade funcionasse às escâncaras o ‘escritório dos vereadores do povo’, verdadeira célula comunista.”¹³⁹ Raimundo Barreto foi preso sob a incrível acusação de “tentativa de homicídio praticado nesta cidade de Nova Lima contra Belarmino Barbosa, Zé Canê e outros”¹⁴⁰ – os assassinos que iniciaram a chacina, sendo o primeiro o executor sumário de William.

Houve muitas vozes que ousaram dizer e registrar a verdade. Na câmara municipal, foi proposto e aprovado um projeto de lei que garantiu perpetuidade à sepultura de William. Um discurso em memória do vereador foi transcrito em ata,

no qual “se salientavam” o “assassinato por ‘elementos inconscientes, mas insuflados’ pelos que se serviam do ‘imperialismo explorador’”, assim como as qualidades do dirigente operário e vereador executado, a de ser um “honrado representante do povo”. Inúmeras moções e telegramas de condolências e protestos pelo crime foram recebidos e protocolados pela câmara.¹⁴¹

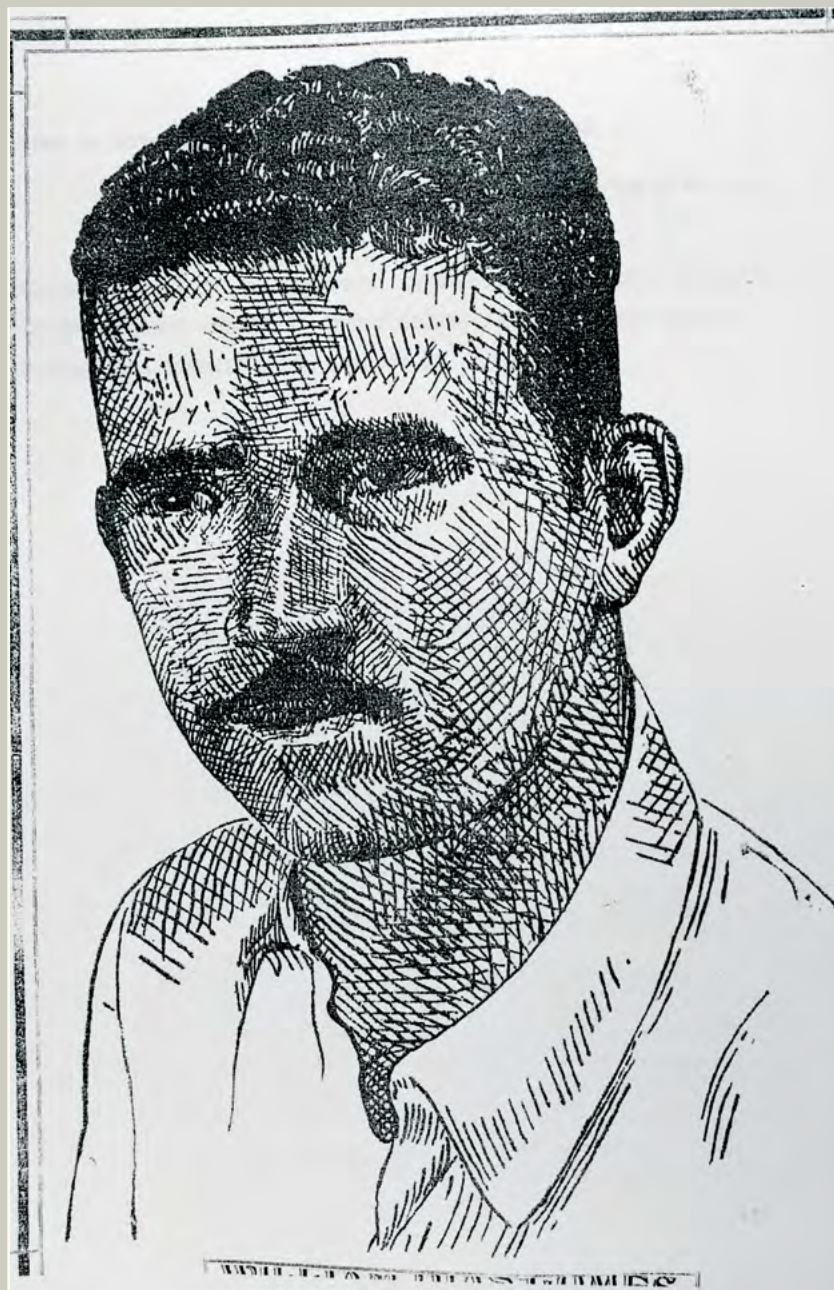


Figura 7 - Rosto de William Dias Gomes em desenho de artista anônimo, afixado nas ruas de Nova Lima. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.



Este registro da Covemg retira o nome de William Dias Gomes do anonimato a que foi relegado na longa noite do regime militar. Para perpetuar sua memória, faz uma síntese de sua vida e militância, com base nos dados biográficos levantados por Maurício Vinhas: William nasceu em Mariana, perto de Ouro Preto. Ainda criança se mudou com a família para Nova Lima, onde foi registrado. Ali residiu sempre, como todos aqueles que trabalhavam na mais profunda mina de ouro do mundo inteiro. Formou-se na luta comum dos mineiros, tornando-se seu dirigente e sua maior expressão política. Eis por que passou a ser temido pela Morro Velho, uma das mais antigas empresas estrangeiras fixadas no Brasil. Os administradores ingleses viam naquele brasileiro simples e jovial, que trazia atrás de si uma multidão de trabalhadores, uma permanente ameaça.

William perdeu o pai aos seis anos. Dona Liberalina, sua mãe, passou a ser lavadeira. Declarou que, ganhando apenas 500 reis por dia, conseguiu criar o “filho como pessoa de bem”. Aos 22 anos, o jovem se empregou na mina de Morro Velho. Como “gaioleiro”, empurrava o carrinho cheio de minério bruto para dentro do elevador, a 2.500 metros abaixo da superfície, sob uma temperatura não raro superior a 40 graus e sempre respirando uma atmosfera de poeira finíssima, que provocava nos pulmões a terrível silicose. Com seu miserável salário, William sustentava a mãe, a mulher e três filhos. No dia em que o pai foi executado, o mais velho tinha apenas cinco anos de idade e o menor era uma garotinha ainda aprendendo a andar.

Apesar das dificuldades que sempre encontrou na vida, William era fisicamente muito forte. Quando adolescente, distinguiu-se como o melhor jogador do Vila Nova Futebol Clube, o “Leão de Nova Lima”. Pelos mineiros, era tido como bom, prestativo, amigo, conselheiro. Desde cedo, ganhou a estima dos companheiros no trabalho e na vizinhança. Calmo, ponderado, amante de longas conversas com todo mundo, sabia, quando necessário, enérgico. Em fins de 1944, quando os operários da Companhia se declararam em greve por aumento de salários, organizando-se e mobilizando-se de forma heroica e eficiente, assim como, em uma semana, vencendo a intransigência dos ingleses, a repressão do Estado Novo e as manobras dos pelegos, William se distinguiu como dirigente.

Em 1945, ingressou no PCB, passando a distinguir-se nos estudos multilaterais. No ano seguinte, orientou a campanha salarial, que gerou dissídio coletivo, “greve branca” e mais uma conquista. Tornando-se referência pública, candidatou-se a vereador em 1947, por tarefa partidária, sendo o candidato mais votado na cidade de Nova Lima. Os mineiros introduziram na câmara municipal “uma

voz que jamais os trairia". Ao contrário, sempre defendeu, frente a frente aos representantes da Companhia, as reivindicações dos trabalhadores, dos bairros pobres, do município, dos camponeses – muitos trabalhando nos latifúndios da própria Companhia – e do povo brasileiro, como a campanha em defesa do petróleo. Apesar de sua densa militância política e parlamentar, jamais deixou de trabalhar no fundo da mina.¹⁴²

A chacina de outubro gerou movimentos democráticos de protesto no País inteiro. As denúncias começaram em Nova Lima, que foi coberta por cartazes com os seguintes dizeres:

PASSEIAM IMPUNEMENTE PELAS RUAS DE NOVA LIMA OS MATADORES DE WILLIAM E ORNÉLIO. Isto prova a cumplicidade do governo de Dutra e Milton Campos no infame assassinato praticado pelos capangas da "Inglesa". NESTE 30º DIA DO MASSACRE DE NOVA LIMA, INTENSIFIQUEMOS A LUTA PELA EXPULSÃO DOS GRINGOS IMPERIALISTAS, POR AUMENTO DE SALÁRIOS E PUNIÇÃO DOS CRIMINOSOS.¹⁴³

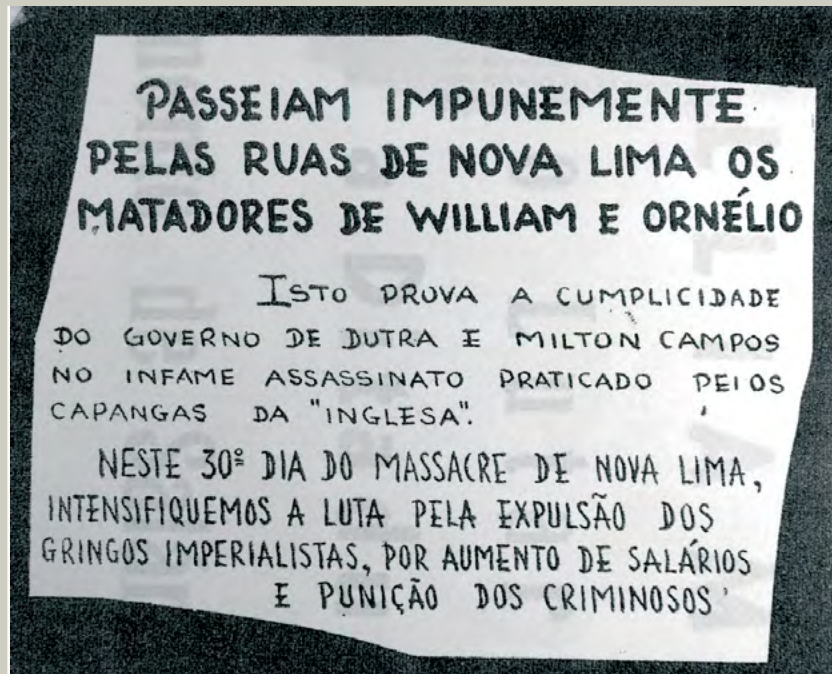


Figura 8 - Cartaz em protesto contra a impunidade dos assassinos de William e Ornélio. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

Outro cartaz conclamava: "Resposta ao assassinato de WILLIAM. O Povo Lutará: Contra a Ditadura! Aumento de Salários! Contra o Capital Estrangeiro!"¹⁴⁴



Circulou também um manifesto público, divulgado inclusive na imprensa carioca e assinado por 14 parlamentares de vários municípios mineiros – “os vereadores de Prestes”: Orlando Bonfim Júnior, de Belo Horizonte; Anélio Marques de Guimarães e Antônio Liberato, de Nova Lima; Lindolfo Hill, de Juiz de Fora; Roberto Margonari, José Virgílio Mineiro, Enkmar Borges e Enoke de Paiva, de Uberlândia; Hilda Ferreira, de Araguari; Larlson Godol, de Poços de Caldas; Galba Rodrigues Ferraz, de Cataguases; Pedro Paulo Rodrigues, de Aimorés; Antônio Pedro de Andrade, de Sabará; Lucília Rosa, de Campo Florido –, que denunciava, “o governo de Milton Campos” como “cúmplice do assassinato de William Dias Gomes”:

No dia 7 de novembro de 1948, um bando de capangas embriagados, agentes do Ministério do Trabalho, e a serviço da Cia. Morro Velho, invadiu o Escritório dos Vereadores do Povo em Nova Lima, ASSASSINANDO EM SEU INTERIOR o líder operário e vereador mais votado da cidade, William Dias Gomes, que dirigia a luta pelo aumento de Cr\$7,00 diários, nos salários de todos os mineiros. E neste mesmo ataque também foi vítima do bando assassino o trabalhador Ornélio, morto pelos bandidos com os maiores requintes de perversidade. [...] É um crime que sempre será lembrado em todo o estado de Minas. Sua preparação e consumação são também conhecidos em todos os seus detalhes, principalmente pela população de Nova Lima. Ninguém desconhece os assassinos que continuam impunes, em plena liberdade, reunindo com chefes políticos locais e ainda acobertados pela polícia, enquanto Raimundo Barreto, uma das vítimas do bando, continua preso nos cárceres de Milton Campos, Pedro Aleixo e Campos Cristo.¹⁴⁵

Prossegue o manifesto dos vereadores:

Transferiram imediatamente o capitão Mário Lindemberg, dada sua escandalosa cumplicidade no assalto, DANDO INÍCIO À COMÉDIA DE UM INQUÉRITO cujo único resultado até agora foi manter Raimundo Barreto na prisão, enquanto os capangas da Cia. Morro Velho continuam livres para novos assassinatos debaixo da mais cínica proteção da polícia do Estado, que ainda hoje fornece ‘tiras’ especiais para o serviço da Cia. [...] Até agora permanece a vergonhosa pressão policial sobre os trabalhadores da Cia. Estrangeira, que não podem mais nem reunir em recinto fechado para discutirem suas necessidades, porque a isso são impedidos pelo capitão de polícia de Nova Lima e pelo tenente de Raposos, autoridades zelosas pelos interesses da empresa, orientadas pela chefatura de polícia para oprimir e perseguir os trabalhadores da Morro Velho.¹⁴⁶



Conforme Magda Campbell, o referido “tenente de Raposos” efetuou a prisão de um garoto com apenas oito anos [de idade], filho de um vereador operário e integrante dos 51 processados: “Foi. [...] Filho do Anélio, eu não lembro... [...] É filho do Anélio Guimarães.”¹⁴⁷ O oficial era o tenente Pedro Ferreira dos Santos, o futuro coronel que mais tarde iria também reprimir o povo de Governador Valadares:

Esse tenente Pedro andava a cavalo lá em Raposos. [...] Assim a pessoa sentia que vinha o tenente Pedro, com o cavalo dele, todo mundo saía correndo da ponte, de todo lado, porque ele jogava o cavalo em cima das pessoas, sem dó nem piedade, menino, mulher, velho, sabe? Ele era um homem sádico [...]. Ele foi que prendeu o filho do Anélio, que fez essa porção de prisão, e que mandou bater nesses operários. Eu sei que teve outros que fizeram também, mas ele ficou muito marcado, porque ele fazia questão mesmo de falar que fazia isso, que ele não gostava mesmo de pobre, não gostava de operário, não gostava de comunista, ele falava isso tudo assim rasgado. Ele não aceitava as pessoas, ele achava que estava por cima, que ele era onipotente, que as pessoas então estavam ali para servi-lo. Então ele era um homem muito perigoso [...]. Lembro-me dele, de criança e de ouvir falar. As pessoas falavam, os vizinhos, os amigos: ‘Ah, esse homem é um perigo; Magda, se você o vir no cavalo, você corre, esconde no primeiro buraco que você encontrar’. Então eles falavam assim para a gente. Nós, às vezes estávamos na estação; ele vinha descendo, a gente corria, entrava no bar do Calixto, entrava na própria estação do trem, para não ter jeito de entrar lá com o cavalo em cima da gente. A gente corria dele, nós corríamos dele. Ele era um homem perigoso. Superperigoso, sabe? [...] Pedro Ferreira. Pedro Ferreira. [...] Lembro-me bem o nome dele.¹⁴⁸

A execução de junho, em 17/06/1949

Os fatos narrados no depoimento de Magda Campbell são compatíveis com a trajetória percorrida pelo policial militar. Em fins de 1948, sua fama de anticomunista estava em alta, pois armara a provocação de que um assassino estaria a serviço do então deputado federal Pedro Pomar, para explodir o Porto de Santos.¹⁴⁹ Sua biografia, com viés laudatório, relata a participação direta do governador Milton Campos na operação que o enviou a Nova Lima e o nomeou delegado de Raposos, bem como as suas tratativas diretas com representantes da Companhia Morro Velho, fechando assim – e simbolizando – o círculo das responsabilidades repressivas que desabou sobre os mineiros, conforme os trechos a seguir:



O governador Milton Campos [...] convocara seus principais secretários mais o chefe de polícia Campos Cristo e o Cmt. José Vargas da Silva. [...] O coronel Vargas esclareceu que dois pelotões do Batalhão de Guardas se achavam em 'ordem de marcha', aguardando diretrizes. O grande problema era: quem vai comandar a tropa? [...] Campos Cristo [...] disse: [...] – só visualizo uma pessoa capaz. [...] O tenente Pedro. [...] Enquanto o coronel Vargas [...] escutava perplexo aquelas observações do chefe de polícia, [...] o governador Milton Campos interveio: [...] – Já ouvi falar nesse tenente Pedro. Acreditava-o um policial que lidava com facínoras perigosos. Vía-o pela sua fama de homem arbitrário e violento. Porém, diante dos fatos, curve-me aos argumentos do senhor chefe de polícia e recomendo ao senhor comandante Vargas que o invista do comando da tropa [...]. Fora investido no cargo de delegado de polícia em diligência em Nova Lima e no comando de um contingente de elite do Batalhão dos Guardas no valor de uma companhia de fuzileiros reduzida. [...] Fez a seu jeito: firme, direto e objetivo – o tratamento de cavalheiro para quem se portasse como homens; o relho e a enxovia para os moleques.¹⁵⁰

O episódio confirma, com precisão e de forma incontestável, as responsabilidades de altas autoridades públicas e da Companhia Morro Velho, acumpliciadas, na repressão ao movimento operário, sindical e popular em Nova Lima, Raposos e Rio Acima:

No dia seguinte ao retorno, após ser cumprimentado por diversos próceres políticos, inclusive pelo governador Milton Campos, que o chamara ao Palácio da Liberdade para conhecê-lo, compareceu ao gabinete do chefe de polícia que o aguardava em companhia dos principais diretores da *Saint John Del Rey Mining Company*. Presente também o coronel José Vargas da Silva. Pedro estava sendo convidado para assumir a delegacia especial de polícia de Raposos [...]. Foi-lhe relatada uma situação caótica. Os comunistas e os 'bicheiros' dominavam a cidade. [...] Enquanto isso, a produção estava sendo sabotada no interior das minas. Houvera uma queda de 60%, havia uma espécie de 'greve branca' permanente. [...] Perante aquela plateia selecionada, Pedro, após refletir alguns momentos, colocou a sua posição. [...] – Pelo que vejo, estamos diante de um grave problema de ordem pública que afeta a economia. É uma missão militar, portanto estão querendo entregá-la a um oficial investido do cargo de delegado especial de polícia.¹⁵¹

Nomeado para policiar o enterro de William, o tenente impusera, literalmente, a paz do cemitério. De vez que acabara de reunir-se com o governante, o



secretário, o comandante e os diretores da Companhia, não precisaria esclarecer com palavras quem julgava serem os “homens” dignos de tratamento como “cavalheiro”. Já que, no seletor conclave, acordara com os representantes patronais a sua introdução “no interior das minas”, sob o disfarce de operário, para espionar os mineiros,¹⁵² parte preparatória da nomeada “missão militar”, também deixou óbvio quem seria o inimigo, isto é, “os moleques” sobre os quais desfecharia “o relho e a enxovia”.

Enquanto isso, a campanha contra a repressão e os desmandos estava sendo coberta pelo Jornal a Folha do Povo, do Rio de Janeiro. Dirigentes nacionais do PCB, como Pedro Pomar, escreveram várias vezes sobre o tema. Também houve muitas outras matérias. Por exemplo, um manifesto intitulado “Protestam os intelectuais junto ao sr. Milton Campos”, assinado por várias personalidades públicas – como Astrogildo Pereira, Edson Carneiro, Graciliano Ramos, Maurício Vinhas de Queiroz, Osvaldo Peralva e Otávio Brandão, entre outros –, afirmava: “Devem ser punidos os assassinos do vereador William Gomes.”¹⁵³

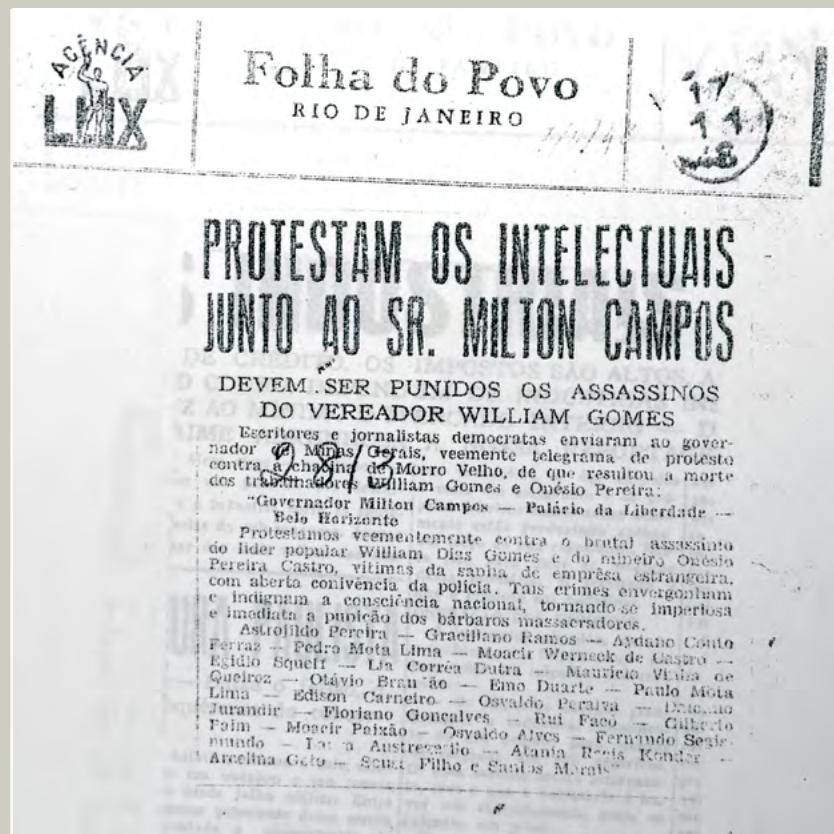


Figura 9 - Intelectuais exigem a punição dos assassinos de William e Ornélio. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.



Mais uma nota, com o título “Contra a Chacina de Morro Velho”, complementado por “Protestos populares endereçados ao senhor Milton Campos”, transcrevia o seguinte telegrama:

Ao sr. Milton Campos, [...] cidadãos de diversas profissões, residentes nesta Capital, enviaram ontem o seguinte telegrama: [...] ‘Profundamente indignados contra o bárbaro assassinato do vereador William Gomes e seu companheiro Onélio Pereira, exigimos imediata punição dos culpados. [...] Ass/ Valdir Braga, Manoel Ludovico, Orlando Osório Soares, Artigas Valente, Deiolo M. Ferraz, Frois Jesus, Aluizio Campos, Nilson Alencar, José Ferreira do Nascimento, Dinísio L. Almeida, Antônio Geofre Vanderley, Luiz Varela, Jovenito Marcelino, Jorge Rocha, Leonetti Vasconcelos, Arlindo Lima, Martin Correia, Joana D’Arc Varela, José Custódio, Everaldo Cruz’.¹⁵⁴

Uma terceira matéria clamava por “solidariedade aos mineiros”:

William Gomes e Ornélio Pereira, os dois mais acatados líderes dos mineiros da Morro Velho, foram assassinados a mando dos ingleses, pelos capatazes da Companhia Minas de Morro velho. Os nomes de heróis e mártires desses dois dirigentes operários são hoje uma bandeira sob a qual se acolhem para lutas futuras os trabalhadores de Minas Gerais, terra de amor à liberdade, cujas tradições o sr. Milton Campos desmentirá como governante se não punir os covardes trucidadores, passando à posição de cúmplice perante a opinião pública.¹⁵⁵

A resistência adquiriu uma característica de massas, com ativa participação operária. O Jornal Folha do Povo noticiou a luta: “greve de protesto nas Minas de Morro Velho”. Assim desdobrou a manchete: “apesar do ambiente de terror, mantido pelos capangas da empresa e pela polícia do Sr. Milton Campos, os trabalhadores iniciaram um movimento de braços cruzados – caiu para 50% a produção”. A seguir, referindo-se aos efeitos da indignação popular, noticiou a morte do “indivíduo Antônio Fernandes da Silva”, e os ferimentos sofridos pelo “bandido Belarmino Barbosa”, ambos pertencentes ao bando que assaltara o escritório dos “vereadores do povo” e executara dois operários. Ambos estavam recebendo cuidados médicos no Hospital da Companhia Morro Velho.¹⁵⁶

Após a greve de outubro e a chacina de novembro, logo após a fundação da Unas, a Companhia emitiu um novo regulamento interno, de caráter repressivo. Tentava, assim, estrangular as lutas e mobilizações operárias, e mais amplamente, inibir a participação proletária na vida política nacional, estadual e municipal. As suas normas – redigidas com a participação direta de uma comissão do

governo federal, que havia sido nomeada para investigar “a queda da produção” e “sugerir medidas para sanar essa anormalidade” – tentavam controlar o mundo do trabalho e reprimir quaisquer liberdades democráticas sindicais, políticas e civis, fazendo valer uma rígida hierarquia e uma disciplina draconiana, um clima de desconfiança, intimidação e delação, imposta pelo capital.



Figura 10 - Greve em protesto contra a Chacina de Novembro. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

Eis alguns de seus dispositivos:

- Art. 6º - É expressamente proibida aos empregados, dentro do estabelecimento, ainda que em horas de refeição ou descanso, a prática de atos ou atitudes que signifiquem a propaganda de políticas partidárias, doutrinas, credos ou ideologias de qualquer espécie. [...]
- Art. 7º - É terminantemente proibida a formação de grupos para fins que não sejam os do trabalho em turmas, assim como reuniões para conversas sobre assuntos estranhos ao serviço. [...]
- Art. 16 - É terminantemente proibido riscar ou escrever quaisquer dizeres, afixar cartazes ou avisos de qualquer natureza nas paredes, muros, vagonetas, máquinas ou quaisquer outros bens da Companhia, assim como fazer circular panfletos, boletins ou publicações manuscritas ou impressas em locais de serviço ou em quaisquer dependências da Companhia. [...]
- Art. 24 - Todo empregado que tiver conhecimento de algum fato considerado prejudicial aos interesses da Companhia [...] deverá levá-lo ao conhecimento do Chefe. [...]
- Art. 29 - A concessão para



ocupar casas de propriedade da Companhia ou a outorga de quaisquer outros favores que a Companhia possa dispensar, serão feitos aos empregados que as mereçam [...] de acordo com as anotações consignadas em seu prontuário.¹⁵⁷

Fica evidente que as regras expostas, redigidas de comum acordo com a comissão do governo federal, presidida por um coronel, representaram a antessala do terror generalizado dentro e fora da mina, atingindo formas de violência e amealhamento inauditos. Prepararam-se, inclusive, documentos-padrão de reatuação e abjuração públicas – repudiando ideologias e laços partidários, como condições para que os trabalhadores suspeitos de “vermelhos” pudessem permanecer na empresa, serem acolhidos na sociedade e suas instituições veneráveis –, que lembravam os processos inquisitoriais da Idade Média europeia e da época colonial.

Eis um desses textos de renúncia compulsória, como condição de manter o emprego, livrar-se das perseguições, reintegrar-se aos cultos católicos e ser aceito na vida social, ou seja, para evitar o carimbo de pária vermelho:

O abaixo-assinado [...], residente nesta cidade, operário, vem declarar a seus amigos e às autoridades de Nova Lima o seguinte: [...] 1º - Há mais de dois anos ingressou no Partido Comunista, no qual militou até a sua extinção pela justiça do Brasil. [...] 2º - Tendo tomado esta atitude de boa fé e reconhecendo depois tratar-se de uma ideologia contrária aos princípios cristãos, às leis de sua pátria e à própria felicidade de seus camaradas operários, afirma, pela sua honra de cristão brasileiro e chefe de família, que não professa os princípios bolchevistas, desligando-se de qualquer compromisso com o extinto Partido e seus atuais seguidores. [...] Nova Lima, 10 de abril de 1949. [...] Ass. [...]¹⁵⁸

Era o anúncio de ainda mais violência física contra os que não se curvavam em face das ameaças. Na madrugada do dia 17/06/1949 foi executado o operário comunista José dos Santos. Michel Marie Le Ven, no seu livro biográfico sobre Dazinho, registra com exatidão a conjuntura e sua marca trágica: “foi o momento do assassinato de ‘Lambari’”.¹⁵⁹ A certeza geral era mitigada pela imprensa, que apenas aventara, em tom provocador, “a hipótese de questões políticas, pois o morto professava a doutrina de Moscou e não escondia sua filiação partidária.”¹⁶⁰

Todavia, na noite seguinte, os vereadores comunistas – já então subdivididos entre as câmaras municipais de Nova Lima e Raposos, de vez que o antigo município fora desmembrado – assinaram, imprimiram e divulgaram um panfleto que



denunciava o caráter e a motivação do crime, assim como os nomes dos seus executores. Conforme os parlamentares operários, os assassinos eram os mesmos que chefiavam o bando que invadira o escritório dos “vereadores do povo” e executara William, 20 dias antes. Agora, porém, com o respaldo da Unas.

Aberto o inquérito, o criminoso se apresentou cerca de quatro dias depois, acompanhado por um advogado e duas testemunhas, que corroboraram a sua versão fraudulenta. Ninguém acreditava em semelhante versão, nem os algozes, nem as autoridades públicas, nem os companheiros da vítima. Mesmo assim, o inquérito foi encerrado, com base em uma fantasiosa “legítima defesa” que desfechava uma saraivada de sete tiros à queima-roupa contra um homem que estava só e desarmado. Os fatos de domínio público e todos os depoimentos colhidos desmentem, categoricamente, essa versão oficial.¹⁶¹

Conforme apurou Yonne Grossi, com base em depoimentos de testemunhas que viveram o clima da época e no local, a execução tem contornos fáticos que indicam sua natureza política:

Os entrevistados testemunharam que José dos Santos trabalhava na mina e tinha o apelido de Lambari, devido a um defeito numa das pálpebras, que lembrava olho de peixe. Era membro do Comitê Municipal (CM) e assistente das células formadas por mulheres, parentes de mineiros e camadas populares. As células se subdividiam por bairros e distritos. Sua função era ativar as associações femininas, união feminina, comitê democrático de mulheres, liga das noivas, etc.¹⁶²

Os depoimentos também frisaram as características pessoais e informaram sobre as tarefas políticas a cargo de José dos Santos:

Os depoimentos o consideravam especial no trato com as mulheres. Organizava-as e as mobilizava para as lutas. Para ser respeitado, apreendera ‘com perfeição todo o serviço das mulheres’. Olhar crianças, cozinhar, preparar varal de roupas, remendar etc. Diziam dele: ‘só não sabe dar à luz’. Era casado, tinha dois filhos. Sua mulher compreendia o trabalho dele, sem ciúmes. Era solidário, mas incisivo na hora das tarefas partidárias. Nunca se ouviu falar ‘de um deslize moral de Lambari com relação às companheiras ou outras mulheres. [...] Durante o período da legalidade sua participação nas eleições foi ostensiva. A oposição sabia de seu potencial de liderança, A oposição sabia também que quando os homens arriam, as mulheres tomam o lugar deles. Lambari ficou conhecido demais, pela polícia e os mineiros contra o Partido.’¹⁶³



“A oposição,” desta forma, assume um significado abrangente, que representa, no contexto, a Companhia, a polícia, a Unas, a hierarquia da Igreja, os capangas, os políticos conservadores, os interventores no Sindicato e os “paus-mandados” dentro da mina. Um depoimento, em especial, constrói a moldura e aponta as responsabilidades relativas à execução do dirigente partidário:

Foi assassinado quando voltava da reunião com uma célula feminina, em um distrito da cidade. Havia rumores de que estava na mira dos capangas da Companhia. Os companheiros insistiram para que dormisse no distrito. A reunião ia acabar tarde. Estava preparando uma campanha pelos direitos das viúvas. O seguro demorava a pagar a indenização por acidente de morte na mina. Ele disse: tenho que ir e voltar. Vou trabalhar amanhã cedo’. [...] Nova Lima à noite era ermo, passada a hora de o pessoal sair do serviço. Lambari foi assassinado de tocaia, já indo para sua casa. Foi abatido a tiros. Os estampidos acordaram e chamaram a atenção de vizinhos. Juntou gente. Os vizinhos já o pegaram morto. [...] Os mineiros que saem do turno da noite, após o banho, voltam para casa mais ou menos às 11:30 horas. Depende da distância. Os que moravam perto do local do crime viram três vultos correndo. À escuridão não deu para reconhecer.¹⁶⁴

Ciente das implicações desses depoimentos e das circunstâncias do crime, a pesquisadora Yonne Grossi estabelece, com precisão, os interesses, as motivações e as conexões presentes e evidentes no assassinato de José dos Santos, em especial a sequência de extermínios que mirava os dirigentes comunistas na região em que operava a Companhia Morro Velho, o perfil similar dos suspeitos, o *modus operandi* da operação criminal, o comportamento desrespeitoso em face do enterro e a repetitiva conduta policial:

São claras as implicações político-partidárias de Lambari, e o que sua liderança representava de ameaça para a empresa. A Companhia se comportando de modo idêntico ao da morte de William: não dispensou operário para o enterro. Aliás, a narrativa do assassinato dos dois líderes comporta indagações. O que fundamentaria a ação da Companhia, se subjacente ao extermínio de operários houvesse barganha entre a empresa e culpados pelo inquérito policial? Por que a Companhia se arriscaria a possíveis reações do movimento operário, no sentido da radicalização da luta de classes? Ou a filosofia da empresa se configuraria em castigar com a morte, visando exterminar ideias? Por que não se valeu de instrumentos jurídico-legais, outorgados pelas próprias leis trabalhistas? Por que recorrer a métodos utilizados pela Inglaterra



em seus impérios coloniais? É certo que a dominação inglesa institucionalizaria a política de favorecer discordâncias para se prevalecer de situações, como ocorrera em seu império na Europa, Ásia, África, América.¹⁶⁵

Hoje, quase 70 anos depois, considerando-se a conspiração que, associada à omissão, apagou as provas técnico-periciais e tentou eliminar os rastros da memória histórica, já não é possível fechar os detalhes perdidos sobre a execução do militante operário. Porém, não restam dúvidas significativas sobre as responsabilidades da Companhia, da Unas e dos órgãos policiais, que vão da ordem de assassinato à omissão criminosa, passando pela ação combinada para eliminar provas e cobrir os fatos de domínio público com a mortalha do esquecimento.

Por fim, a Covemg rememora também o nome de José dos Santos e perpetua sua memória. Anélio Marques relatou um fragmento biográfico sobre a militância de “Lambari” junto ao movimento das mulheres em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, com os familiares dos mineiros que trabalhavam na Companhia Morro Velho. Como responsável pelo trabalho feminino no comitê municipal do PCB, implantou o movimento e prestava assistência às suas dirigentes. Destacava-se pela facilidade de organizar as mulheres e de conversar sobre tudo, desde os direitos das mulheres, passando pela carestia e demandas educacionais, até a defesa do petróleo.¹⁶⁶

Em meados de 1949, concomitantemente ao extermínio dos dirigentes e militantes comunistas, a Companhia e o governo federal elaboraram mais um artifício, adicional e complementar, para deter o movimento operário e sindical, que jamais aceitara como a manifestação de um direito coletivo fundamental. Tratava-se de uma farsa “legal”, com a cobertura da Justiça: a demissão de trabalhadores, mesmo estáveis, sem arcar sequer com o ônus da indenização, a pretexto de combater a sabotagem da produção. Sob tal argumento, arrolou 51 operários, escolhidos a dedo.

O passo foi dado em 26/06/1949, apenas 11 dias após a execução de José dos Santos, quando um representante da procuradoria geral do estado de Minas Gerais, o 1º subprocurador geral J. Pinto Rennó, entregou ao juiz de direito da comarca de Nova Lima, José Tavares Reis, em ofício, uma denúncia que remontava à greve de outubro no ano anterior, em termos que explicitam, sem rodeios, o interesse de classe em jogo, conforme as citações a seguir:

Pelo Exmo. Senhor Ministro do Trabalho foi designada uma Comissão para investigar as causas do decréscimo de produção da ‘*Saint John del Rey Mining Co. Ltd.* e sugerir



medidas capazes de sanar as anormalidades’ encontradas. [...] Após exaustivas diligências, essa comissão chegou à conclusão de que as anormalidades existentes eram consequências de atividades de operários filiados ao extinto Partido Comunista do Brasil, como se vê no seguinte trecho do Relatório (fl. 6, 1º Vol.) [...] ‘Ficou demonstrado [...] que como resultado de intensa campanha comunista e até mesmo em consequência da pressão exercida por esses sobre grande maioria dos empregados da Companhia, foi imposta à empresa, durante os primeiros dias de outubro do ano próximo passado, uma greve branca de sérias consequências e, finalmente, a paralisação de todos os seus serviços por dois dias.’¹⁶⁷

Prossegue a denúncia de um agente público que nem tentava disfarçar a sua condição de procurador empresarial:

Durante a greve branca, os elementos comunistas empregados da Companhia se desdobraram em atividades. E, com seu trabalho dissolvente e impatriótico, ganharam terreno na propaganda de sua ideologia e levaram à completa desorganização o ritmo de produção na Companhia. [...] Não contentes, foram até, os inimigos do regime, da ordem e da lei, em 13 de outubro citado, tomando de assalto os portões da empresa e impondo, com violências e ameaças, o fechamento das seções de trabalho, impuseram a paralisação de todos os serviços da Companhia.¹⁶⁸ [grifos do texto original]

Para assim concluir, na dúplice e indisfarçada condição de advogado do Estado e do capital:

A cessação do trabalho considerar-se-á falta grave e autoriza a rescisão do contrato de trabalho (dec.-Lei 9.070, de 15/3/46, art. 10). [...] Como, na sua maioria, sejam os operários estáveis, vem o Ministério Público, na forma do § único do art. 10 do citado Decreto-Lei 9.070, representar a V. Exa. para que autorize a Empregadora a rescindir os seus contratos de trabalho, procedendo-se tudo na conformidade das leis reguladoras da matéria, citados os empregados, constantes da relação abaixo, para que apresentem na forma legal, a defesa que tiverem.¹⁶⁹

A peça persecutória arrola os nomes dos indiciados, a maioria com 20 a 30 anos de trabalho. Eis os nomes dos 51 operários atingidos pela repressão, por meio do processo iniciado em 28/06/1949, na ordem em que aparecem no corpo da denúncia e acompanhados por seu número de “chave”: 1) Argemiro Marçal de Oliveira, 2.026; 2) Antônio Liberato, 2.112; 3) Benevenuto Ferreira, 2.117; 4)



Agenor Gomes Ferreira, 2.129; 5) José dos Santos, 5.061; 6) Eliezer Pereira da Silva, 5.279; 7) Geraldo Cipriano Teixeira, 6.124; 8) Alvino Ferreira, 6.367; 9) José Egidio Nery, 8.028; 10) Modesto de Paula Santos, 8.114; 11) João Felipe de Oliveira, 8.125; 12) Militão Alves Rosa, 9.028; 13) Manoel Corrêa Sá Bandeira, 518; 14) João Batista Soares, 571; 15) Pedro Matias Horta, 588; 16) Sebastião Araújo Silva, 922; 17) Antenor Rodrigues das Dores, 142; 18) Lindorico Silva Barbosa, 240; 19) Ladislau Pereira, 241; 20) Pedro Junqueira, 258; 21) Vitalino Rufino Martins, 404; 22) Florindo Peixoto Frade, 790; 23) Orlando Corrêa, 809; 24) João Batista Viana, 1.825; 25) Luiz Pascoal dos Santos, 2.003; 26) Joaquim Carvalho, 3.041; 27) Joaquim Gonçalves Andrade, 8.116; 28) Raimundo Barreto Lima, 9.005; 29) Venceslau Ferreira, 2.312; 30) Ulisses Vieira Silva, 2.830; 31) Alcebíades Melo Campbell, 2.942; 32) Adão Vital Silva, 3.263; 33) Geraldo Policarpo Souza, 4.462; 34) Anélio Marques Guimarães, 4.426; 35) Eurípedes Nunes Coelho, 4.604; 36) João Ferreira Dias, 2.800; 37) José Alves Vieira, 2.934; 38) Fhesibe Ribeiro Sales, 3.004; 39) Agamenon Arruda Alves, 3.407; 40) Alsor Madureira Melo, 3.633; 41) Dionísio Gomes, 3.770; 42) José Carolino dos Santos, 653; 43) Nelson Fernandes de Melo, 5.245; 44) Jorge Branco, 263; 45) Adão Firmo, 317; 46) José Eduardo Braga, 594; 47) Sebastião Vitorino Silva, 748; 48) Antônio Ferreira Dias, 877; 49) Manoel Madureira Rodrigues, 484; 50) João Oliveira Guimarães, 689; 51) José Vizaque, 1.434.¹⁷⁰

O argumento do subprocurador apenas repetia, quase *ipsis litteris*, os termos contidos na carta da comissão especial de investigação em Nova Lima, enviada ao ministro em 14/03/1949:

Daí chegou a Comissão Especial de Investigação em Nova Lima a uma gravíssima conclusão: a de que a queda da produção se prende a um trabalho deliberado do comunismo que, infiltrando-se sub-repticiamente nos meios operários, por métodos de ação já conhecidos, ali exerce a sua nefasta influência, provocando a grave situação. Pregando a greve branca, ou de braços cruzados, os comunistas culminaram na sua impatriótica empreitada, induzindo o operariado à paralisação total do trabalho, o que se verificou, por dois dias, em outubro do ano p. findo, debaixo de violência e ameaças por parte do grupo comunista. [...] Apurou a Comissão a responsabilidade dos principais dirigentes do impatriótico e ilegal movimento, bem assim o sentido da luta política por eles desfraldada, e que se acha em pleno desenvolvimento com a desorganização deliberada dos serviços.¹⁷¹

Acatava, também, as sugestões “b” e “c” da comissão especial, transformando-as em peça persecutória e confessando, nos próprios termos do ato denunciante, a perseguição sindical, política e ideológica:



- b) Demissão de vários empregados que gozam de estabilidade, e que são os principais responsáveis pelos acontecimentos verificados, conforme relação nominal que apresenta. [...]
- c) Demissão de vários outros empregados, também arrolados e que não gozam de estabilidade funcional.¹⁷²

O processo judicial contra os 51 militantes, em 06/07/1949

Prontamente, no dia 07/07/1949, com celeridade incomum – após rápidos 11 dias a partir da denúncia –, o juiz José Tavares Reis ordenou que os oficiais de justiça cumprissem a intimação aos 51 denunciados sob a acusação de comunistas e “sabotadores”, assim como a outra parte, que seria a empresa.¹⁷³ Aliás, a polícia cometeu uma imprecisão: apenas 50 eram militantes orgânicos do Partido. No entanto, corria a notícia de que havia outra lista, com mais “400 ‘vermelhos’”.¹⁷⁴ A Companhia e o Estado tinham pressa. Sintomático e relevante: mesmo que submetidos à estrita vigilância política e fichados na delegacia de polícia de Nova Lima, como “vermelhos”, os atingidos tinham suas folhas de serviço isentas de anotações desabonadoras.

Na verdade, o subprocurador Rennó nada fez além de transcrever a lista de sindicalistas que lhe foi remetida pelos informantes da Companhia, por meio da comissão especial de investigação em Nova Lima, e as fichas de comunistas que lhe foram entregues pela delegacia de polícia. Resta patente o conluio e a conspiração antidemocrática e ilegal entre a Companhia Morro Velho, o governo estadual, o governo federal, o MPE e a Justiça. Ficam, ainda, comprovados: primeiramente, a inépcia da fundamentação no respeitante à acusação de “sabotagem”; depois, o caráter antissindical e ideológico da medida coercitiva.

A improcedência e o caráter farsesco da denúncia e de sua aceitação pelo “juiz de Direito da comarca de Nova Lima” são reforçados pela inclusão do nome de José dos Santos, que havia sido executado anteriormente. Aliás, a perseguição ao nome de um cadáver, além de representar um assédio moral gravíssimo à sua família ainda enlutada e uma mesquinha tentativa de sonegar indenização à viúva pela dispensa do ex-marido, lembra certo manifesto, publicado em 1848, que narrara o pânico do capital e de seus políticos perante as andanças de um fantasma pela Europa afora.

A repressão política aos mineiros e ao movimento operário é ainda confirmada pelas pesquisas bibliográficas e em arquivos públicos, além de narrada por todos os depoimentos e entrevistas realizados pela Covemg, entre as quais familiares de dois arrolados no processo dos 51. Alcebiades Campbell Filho, por exemplo, denuncia a perseguição sofrida por seu pai, Alcebiades Melo Campbell, que “foi



eleito para a comissão de salário em 1947;” que “foi reeleito em 48;” que se orgulhava de ser comunista e que repudiava a pecha de “sabotador”: trata-se de uma clara exclusão por motivos sindicais e ideológicos.

Iguatemy Corrêa, depondo sobre a violência constante à época sofrida por seu pai, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, declarou:

[...] em um só ano, [...] meu pai foi preso 17 vezes por ser comunista, ficando detido de um a 20 dias em cada caso e sofrendo agressões, sendo que uma vez teve de sair da prisão com o corpo encolhido por causa de açoitamento com mangueira em suas costas [...]¹⁷⁵

A alegação inicial, de que teria havido queda na produção, acabou sendo a prova maior e inquestionável contra o processo por “sabotagem”. Aliás, o aludido declínio fora o motivo declarado para a formação da comissão especial de investigação em Nova Lima. Todavia, apesar dos números destorcidos e gráficos de encomenda preparados pelos comissários oficiais, os dados guardados pela própria Companhia, relativos aos resultados obtidos ano a ano, demonstram que de 1947 a 1948 a queda na produção foi de 325.900 para 316.700 toneladas, isto é, 2,8%, enquanto a retração no efetivo de operários no subsolo foi de 2.403 para 2.267, ou seja, 5,7%.

A realidade se repetira: de 1948 a 1949, mesmo com a greve e os movimentos políticos de protesto, a produção subiu de 316.700 para 328.900 toneladas, isto é, 3,8%, ainda que o efetivo do subsolo permanecesse inalterado – 2.267 operários.¹⁷⁶ Como se vê, o argumento de queda na produção e de sabotagem não passou de uma mentira com fins de provocação. A crise pela qual passava a empresa no final dos anos 1940 se evidencia quando se consideram as mudanças que seus administradores acabaram introduzindo nos equipamentos de labor, tais como novas perfuratrizes, escavadeiras mecânicas e locomotivas elétricas para transportar o minério.¹⁷⁷

De fato, os diretores da Companhia tentaram, antes de atualizarem o capital constante e os processos técnicos da empresa, aumentar os resultados com a redução no contingente de operários, para prolongar a sobrevida de forças produtivas obsoletas, ou seja, condensando a carga e acelerando o ritmo das operações, em típica intenção de elevar a mais-valia, ampliando a superexploração do trabalho pelo capital. Entretanto, os 51 arrolados, em seus depoimentos, desmontaram os argumentos da Companhia e desmascararam suas reais intenções.¹⁷⁸



O processo, aberto sem qualquer fundamento plausível, seguiu em frente como causa trabalhista, de vez que ao juiz José Tavares Reis foram atribuídas funções correspondentes. A Companhia ficou representada pela procuradoria geral do estado de Minas Gerais. Caracterizara-se, pois, contra os operários, um poderoso bloco formado pelo capital estrangeiro, o MPE e a própria Justiça, sob a benção do governador Milton Campos. Estava desenhada uma típica luta política, com dimensões abrangentes.

A imprensa local e nacional reverberou o embate que, pelo vulto e pelas características sociopolíticas atingidas, suscitou vivo interesse público, inclusive nas áreas jurídicas e acadêmicas. Um depoente lembra a repercussão da luta de classes, que foi além da categoria econômica mineira:

[...] ninguém esconde detalhes do acontecimento. Em praça pública o povo discute, procurando opinar contra ou a favor dos operários. Como parcela integrante da massa, os implicados gozam da preferência. A simpatia nasce espontaneamente, mas sempre espelha a realidade.¹⁷⁹

Logo os acusados constituíram, como procuradores, advogados de sua confiança – Hezick Muzzi, Orlando Bonfim Junior, Antônio Claudio de Lima Vieira e Fábio Farin Medeiros. Pressionado pelo movimento operário, a própria diretoria interventora do Sindicato, mesmo escudando-se em um discurso anticomunista, teve que arguir a suspeição do juiz. Afinal, o magistrado mantinha íntimas e notórias ligações com a Companhia, já que residia de favor em uma de suas casas e primava por frequentar almoços com seus altos funcionários. Foram assim remetidos ofícios e notificações a várias autoridades, inclusive os titulares da secretaria do interior e da procuradoria-geral do estado de Minas Gerais,¹⁸⁰ em vão.

O magistrado suspeito, avesso a qualquer ponderação e razoabilidade, mas muito preocupado com o clima de protestos e confrontos, tomou providências policiais para amedrontar o povo e precaver-se de eventuais consequências do processo de radicalização em curso. Nesse clima, uma tentativa de acordo foi encaminhada pelo MTIC, que acenava com dispensa mediante indenização. Todavia, os 51 se mantiveram firmes, exigindo a volta ao trabalho, tal como se decidiu na sua reunião coletiva com os advogados, em Belo Horizonte.

Tal postura se revelou fundamental para a continuidade e o fortalecimento da luta, inclusive em torno das audiências em Nova Lima, que se converteram em polos de resistência democrática.¹⁸¹ A mobilização de massas extrapolou a região e o próprio contencioso judicial, transformando-se em pressão operário-



popular sobre as autoridades estaduais e federais. Uma passeata de mineiros, engrossada por familiares, que empunhavam cartazes, percorreu as ruas de Belo Horizonte em 21/07/1949 e se dirigiu à sede do governo estadual, reivindicando a sua intervenção em face da perseguição política e da repressão aos direitos sociais dos trabalhadores.

A omissão do governador foi justificada com o argumento de que o assunto estava na esfera judiciária, como se tal desculpa o isentasse de qualquer outra iniciativa e sancionasse, tanto a sua postura desde o início favorável à Companhia Morro Velho, como a intervenção policial orquestrada contra os mineiros e os comunistas. Tal política, francamente repressiva, não era “um raio no céu azul”. Desde a sua posse, em março de 1947, Milton Campos combinava uma política econômica liberal com a intolerância em relação ao movimento operário e sindical, em consonância com o retrocesso comandado pelo governo federal.

Enquanto os mineiros desfilavam pela capital, a histeria anticomunista se oficializava e provocava uma devassa repressiva, enchendo as prisões de militantes sindicais, policiais militares, bombeiros, guardas civis e funcionários públicos, “a fim de serem submetidos a processo e julgamento” e “inquéritos”, sendo frequente a prática de torturas.¹⁸² Ao mesmo tempo, o governador via nos telegramas da Unas, que lhe eram enviados para atacar os “vermelhos” e “agitadores” e declamar a irrestrita confiança “na serenidade da justiça”, a oportunidade para lavar as mãos como *Pilatus* das Alterosas – leia-se: sancionar e fortalecer o processo viciado em marcha.

Diante dos operários sem trabalho e sem salário, processados como se fossem criminosos, já lutando em primeira instância há um ano e meio, as forças reacionárias de Nova Lima primavam pela intolerância. Um depoimento narra como se efetivava o entendimento entre as principais instituições envolvidas na disputa, inclusive a Igreja – direta ou indiretamente, de forma aberta ou velada, por ação ou omissão, ativa ou por cumplicidade –, e os métodos então utilizados:

Os 51 operários foram despedidos, sem indenização. [...] Foi feita uma procissão com a imagem de Nossa Senhora do Pilar, que passou em frente a casa de cada um deles, onde o cortejo parava e todos gritavam: [...] – Cristo reina? [...] – Raina! [...] – Abaixo os vermelhos! [...] – Abaixo!¹⁸³

Com o apoio, a conspiração e o ditado dos setores mais conservadores da região e de Minas, inclusive o governo e demais órgãos públicos, o juiz suspeito emitiu a sentença mais que anunciada, em 05/01/1951. Obviamente, proferiu



o veredito de culpabilidade e autorizou a Companhia a manter a demissão sem qualquer compensação indenizatória, em termos eivados por interesse de classe, que assim taxava os 51 demitidos:

[...] autores de um movimento de caráter comunista, tendente à paralisação do serviço da mina, visando afetar a economia nacional, considerada a natureza das atividades da Companhia como indústria básica de defesa nacional, por força do ato do governo federal.¹⁸⁴

No entanto, o drama e a luta dos mineiros continuaram refletindo-se na esfera jurídica como apelação ao Tribunal Regional do Trabalho, pleiteando a reforma da sentença. Desta feita, uma vitória parcial se deu em 05/09/1951, oito meses depois, quando o recurso foi tido como procedente por três votos, conforme o relator, eximindo os réus da acusação por sabotagem e ordenando a readmissão dos estáveis. No entanto, os juízes, após baterem o martelo “no cravo”, preferiram dar outra pancada “na ferradura” pelo mesmo placar, concedendo aos não estáveis “apenas o direito de reclamação em juízo”.¹⁸⁵ Insatisfeita pela mediação efetivada, a Companhia recorreu ao STF. Queria o esmagamento total dos réus.

Zeloso pelo código do capital – que mediante o Decreto-Lei nº 9.070, de 15/03/1946, ao dispor “sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho” e dar “outras providências”, proibia o direito de greve nas “atividades profissionais [...] consideradas fundamentais”, entre as quais as “indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional”,¹⁸⁶ isto é, quase todas, inclusive a Companhia Morro Velho – o STF, um ano depois, retornou ao veredito primário por cinco a um, com base na greve de outubro, em 1948. De nada adiantaram os novos recursos judiciais e as petições ao presidente da República, já então Getúlio Vargas, assinadas por dirigentes sindicais do Estado inteiro.¹⁸⁷

Durante a batalha judicial e política de três anos, só as listas de solidariedade e o amparo de militantes locais e estaduais, com participação de trabalhadores e Sindicatos de outras categorias econômicas, evitaram que os operários e suas famílias amargassem a miséria completa. Os lutadores jamais se livraram do preconceito ideológico e do medo empresarial diante do sindicalismo combativo, materializado na pecha de “comunistas” e “vermelhos”, que seria sempre lembrada e repetida pela Companhia, pelos setores reacionários da Igreja, pela Unas, pela sociedade política conservadora mineira e pela histeria nacional, especialmente nos tempos de macartismo e Guerra Fria.

Tal situação foi ilustrada pelas seguintes manchetes de jornais, todas no Diário de Minas e no Estado de Minas, de Belo Horizonte, entre 1949 e 1952:



Detido em Nova Lima um vereador comunista.¹⁸⁸ [...] Apreendido no Rio Farto material de propaganda comunista.¹⁸⁹ [...] Seis comunistas detidos em Juiz de Fora.¹⁹⁰ [...] O Brasil soube defender-se com energia dos envolvimento comunistas.¹⁹¹ [...] Rechaçados os comunistas em todo o território nacional.¹⁹² [...] Proibida a realização de *meetings* comunistas em todo o território nacional.¹⁹³ [...] 18 mil comunistas disseminados em Minas Gerais. Cruzada Brasileira Anticomunista.¹⁹⁴

Mesmo assim, enfrentando uma direita truculenta, unida, forte e determinada, o movimento dos mineiros manteve-se de pé. No início dos anos 1950, estava enfraquecido, mas vivo e ainda muito ativo, com sua extraordinária tradição de organização e luta, bem como sabendo adaptar-se às novas conjunturas em busca de um novo ciclo ascendente. Entre as mudanças, destacam-se o fim dos governos Dutra e Milton Campos. Em janeiro de 1951 tomam posse Getúlio e Juscelino. Em Minas, recua o liberalismo econômico fundamentalista, que lastreara uma política de subserviência completa em face dos setores empresariais e políticos até então estabelecidos e na zona de conforto.

Pouco a pouco, o eixo da ação pública cede lugar a um projeto centrado na eletrificação, implantação de rodovias e industrialização, que exigiam a iniciativa estatal e certas reformulações na base de apoio política, embora dentro da ordem estabelecida. Concomitante e articuladamente, o movimento operário ganharia novos espaços, enquanto no interior da Igreja os sinais de renovação emergiriam. Em Nova Lima, apesar do apego dogmático às tradições ultramontanistas e às interpretações universais abstratas sobre a doutrina paulina, que continuavam arraigadas ao espírito de harmonia metafísica entre lobos e cordeiros, criam-se a JOC e a ACO em 1951.

Um ano depois, o I Encontro Regional dos novos movimentos formaliza a iniciação batismal dos cristãos da mina e do entorno nova-limense no que se refere à existência real das classes e dos conflitos sociais, recuperando a célebre passagem de Eclesiastes, pela suposta voz de Salomão, que a Companhia, com sinal contrário e virulência extrema, já vinha adotando desde o nascedouro:

21. O lobo jamais terá amizade com o cordeiro: assim é entre o pecador e o justo. 22. Que relação pode haver entre um santo homem e um cão? Que ligação pode ter um rico com um pobre? 23. O onagro é a presa do leão no deserto: assim os pobres servem de pasto aos ricos.¹⁹⁵



José Gomes Pimenta, o Dazinho, relembra o episódio em que se descolou da hierarquia retrógrada, fenômeno formal de uma realidade-síntese de múltiplas e complexas determinações e relações, cujo fulcro era o ombro a ombro do processo social de trabalho e a vivência político-sindical por anos a fio:

Em 1951 fui procurado pela Ação Católica. O padre disse: tem um rapaz aqui, congregado mariano, bom católico. Peguei a literatura e estudei. Fui o fundador da JOC em Nova Lima. Um padre de Belo Horizonte entrou para o regional como assistente da JOC lá. Reunimos cinco ou seis sujeitos da mina e o padre Lage leu o Evangelho, e o disse em termos operários: amor, justiça, trabalho. Colocou o Evangelho na vida do operário.¹⁹⁶

A participação de Dazinho na diretoria do Sindicato, durante o biênio 1953-1954, em aliança com os comunistas, soou como dobre de finados para a Unas e a autoridade do vigário local. Foram, por fim, a primeira enterrada e o segundo substituído, no processo que elegeu a principal referência da AC para a presidência da entidade em 1961:

Em 1952 foi que participei efetivamente do Sindicato. Apareci numa chapa encabeçada por um candidato que não era católico, não era comunista, nem contra ambos. [...] o PC apoiou. Eu era efetivo da chapa. Ganhamos o Sindicato. Fiquei como secretário. Os comunistas sabiam trabalhar. [...] A partir desse momento. Meu próprio sogro veio a mim como intérprete da Companhia: se continuasse a mexer com o movimento sindical, a Companhia não faria nada por mim. Minha resposta: nada feito. [...] O presidente eleito foi completo em sua primeira gestão.¹⁹⁷

Com a mesma postura, outro operário relata como o presidente eleito em 1952 e o movimento sindical combateram a direita: “Na primeira gestão ele comandava as massas. Não temia ninguém: Companhia, prefeito, governo. [...] Derrotou a Unas apoiado pelo nosso movimento.”¹⁹⁸ Um antigo militante comunista também recupera o episódio:

A composição de chapas visava à unidade para nós, que era a razão de existir do Sindicato. [...] Nossa tática era nunca dividir os que estavam contra a Companhia. [...] Circunstâncias trabalhadas por nós nos fizeram ter acesso a toda a vida de Nova Lima. [...] O Partido tinha sua força nas bases, na massa. [...] estávamos lá dentro da mina, sabíamos onde podíamos chegar, onde começar, onde terminar.¹⁹⁹



A partir de então, apesar da continuidade repressiva – seja inercial, seja pela utilização permanente do aparato estatal que continuava intacto, inclusive a proscrição legal dos comunistas –, o movimento sindical entrou em nova fase de ascensão, conforme ilustram as seguintes lutas: em 26/06/1952, dissídio salarial; em 18/07/1952, ameaça de greve por melhoria de salários e adicionais; em 17/08/1952, dissídio com ameaça de greve por aumento salarial, abono familiar e adicional de insalubridade; em 12/10/1952, ameaça de greve em defesa da previdência própria; em 28/04/1953, ameaça de greve por aumento salarial, salário família e taxa de insalubridade.



Figura 11 - Assembleia sindical nos anos 1950. Fonte: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 223.

Continuando: em 03/05/1953, greve de oito dias por aumento salarial, salário família e taxa de insalubridade; em 13/10/1953, greve de 33 dias por pagamento de atrasados, aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho; em 26/01/1954, ameaça de greve por assistência social, contra a delegação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas – IAPETEC – e contra privilégios; em 05/08/1954, greve de 11 dias por reajuste salarial e contra revisão do salário mínimo; em 12/05/1955, greve de 18 dias pela taxa de insalubridade; em 13/10/1955, greve branca de nove dias pela taxa de insalubridade para todos; em 15/12/1955, greve de um dia contra atraso de pagamento; em 11/07/1957, ameaça de greve contra forma de pagamento de salários atrasados.

Por fim: em 22/09/1959, dissídio com ameaça de greve por aumento salarial; em 28/02/1960, nova ameaça de greve; em 09/03/1960, ameaça de greve pela taxa de insalubridade; em 07/04/1960, outra ameaça de greve pela taxa mínima de insalubridade; em 08/04/1960, ameaça de greve por dissídio coletivo e prêmios; em 03/05/1960, mobilização por aumento na taxa de insalubridade; em 14/08/1961, greve de oito dias por aumento salarial, taxa insalubridade, prêmios e salário família; em 1º/04/1964, a memorável greve de dois dias em solidariedade ao governo constitucional de João Goulart e contra o golpe militar em marcha.²⁰⁰

Dazinho rememora a pujança das assembleias-gerais que discutiram, decretaram e prepararam tais mobilizações:

Então, as assembleias do Sindicato eram muito concorridas. Não tinha assembleia lá com menos de 3 mil operários. Nunca teve uma assembleia lá que tivesse menos de 3 mil operários. A empresa tinha 8 mil trabalhadores na sua folha de pagamento, 7 mil e tanto eram associados do Sindicato.²⁰¹

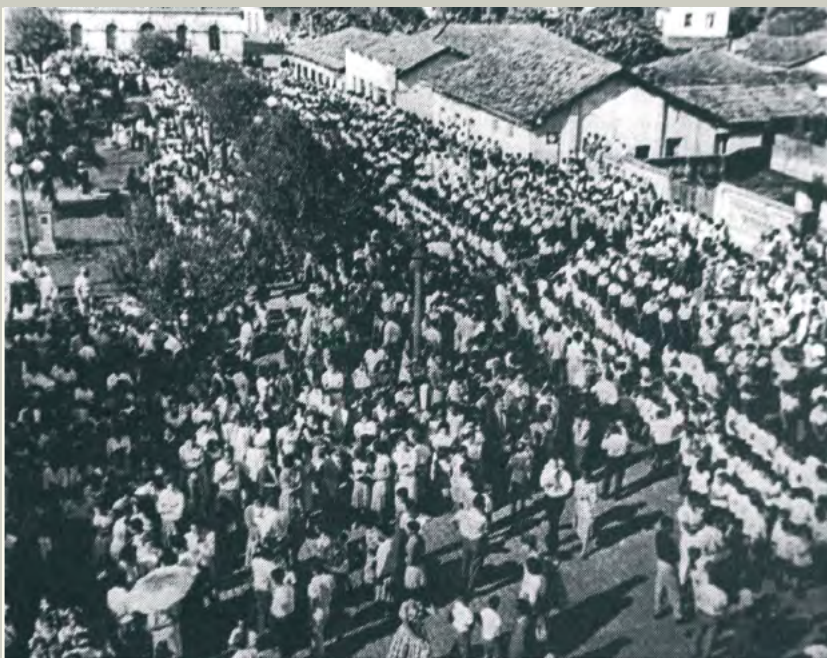


Figura 12 - Manifestação dos mineiros da Cia. Morro Velho em Nova Lima. Fonte: LE VEN, Michel Marie. Dazinho, um Cristão nas Minas – minas do ouro, minas d’água, minas de gente.... Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, p. 279.

Dignas de nota são também duas grandes passeatas: a de 1961, que ficou conhecida como a “Marcha das Panelas Vazias”, e a anterior, de 1953, cuja repercussão foi celebrada pelo jornalista Newton Carlos, ao contar a história surpreendente de



“uma caminhada de 16 quilômetros: o drama coletivo de uma população [...]. As minas no Morro Velho e as soluções de aparência”:

Desciam à Capital não apenas para dizer ao cidadão de gravata que sustentavam uma greve de 20 dias sem que ninguém se dispusesse a ajudá-los numa solução [...]. Acompanhando a picada que corta o estreito vale dois montes, na Serra do Curral, a coluna se estendia por quase dois km, uma extremidade perdida de vista da outra. [...] Não eram apenas mineiros. Eles eram 5mil. A cidade tem 25 mil habitantes que vivem todos da dependência do trabalho (salário mínimo) das minas onde não são admitidos menores e mulheres. [...] Vinham juntos crianças que mal podiam andar, acompanhando os pais; mulheres carregando crianças de colo acompanhando os maridos; casais jovens aos braços. Cada um, com a mochila de comida a tiracolo. [...] Era comovente observar tanta ordem em pessoas vítimas de tanta exploração. [...] Havia feito a primeira passeata grevista do Brasil.²⁰²

O período de elevado protagonismo sindical, no País e na Companhia Morro Velho, foi brutalmente interrompido pelo golpe militar em 1964. Mas houve resistência, luta. Quando o CGT convocou a greve geral em defesa do regime democrático e de solidariedade ao governo constitucional de João Goulart, os mineiros de Nova Lima, Raposos e Rio Acima, que estavam entre os primeiros alvos do golpe, mobilizaram-se, conseguindo resistir por dois dias:²⁰³

Às primeiras horas da manhã [...] os mineiros de Nova Lima entraram em greve. Todos os setores da Morro Velho, à exceção dos serviços de energia elétrica, de água e compressores, foram paralisados. Uma assembleia geral estava marcada para as 16 horas, mas a direção do Sindicato dos mineiros decidiu antecipá-la para as 10:30 horas.²⁰⁴

Os operários sabiam muito bem o preço das liberdades políticas e sindicais, ainda que limitadas – inclusive a sua importância para a organização e as lutas sindicais desde o final do século XIX –, e sabiam muito bem o que lhes reservava o regime militar. A escalada repressiva desencadeada pelo golpe militar implantou, nas palavras de Yonne Grossi, “uma fase de terror”.²⁰⁵ Foi uma espécie de antecipação, uma experimentação sobre o terrorismo de Estado que seria consagrado e institucionalizado em 1969. A repressão generalizada atingiu as várias correntes e inclinações políticas presentes na diretoria do Sindicato: comunistas, trabalhistas e cristãos progressistas.

Operários tiveram choque com PM em greve de apoio a Jango

Três mil operários filiados ao Sindicato dos Empregados na Indústria e Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima declararam-se em greve pacífica às primeiras horas de hoje, antecipando para as 10 horas uma assembleia geral que estava programada para as 14, quando foram surpreendidos por um contingente da Polícia Militar quando se preparavam para realizar uma passeata pela cidade conduzindo retratos dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart.

O contingente da PM esta-
va comandado pelo capitão
Cristiano que em entrevista
com o jornalista Lúcio Vilela de
Fonseca, disse que estava em
Nova Lima com esta brava
para acabar com a greve à
ponta de bala. Logo de-
pois se foi para a sede do
sindicato para retirar alguns
operários que lá se achavam,
sendo impedido pelo promotor
Saad Bedran e pelo juiz que
se comprometeram a um en-
tendimento com os líderes
sindicais para a paralisação
do movimento.

GREVE

As primeiras horas de hoje
três mil filiados do sindicato
dos mineiros da Compa-
nhia de Mineração Morro Ve-
lho S/A declararam greve de
solidariedade ao presidente
João Goulart, mantendo conta-
tos com a empresa, mediante
o qual se comprometeram a
não paralisarem os trabalhos
de eletricidade, fornecimento
de água e bombeamento da
água dos fundos da mina e a
fazeres o policiamento das
grevistas para evitar depreda-
ções.

Uma assembleia que estava
programada para as 14 horas,
foi antecipada para as 10 horas,
quando vários oradores se so-
lidarizaram com o presidente
d. República, tendo o prefeito
Sebastião Fabiano Dias afir-
mando que ali estava porque
é um prefeito do PTB e se
isso bastava para justificar a
sua presença.

PASSEATA

Depois da assembleia que
terminou às 14 horas, houve
uma passeata dos operários
conduzindo a Bandeira Nacio-
nal e a do sindicato e os re-
tratos dos presidentes Getúlio
Vargas e João Goulart, que
chegou até a praça Bernardi-
no de Lima, onde está a sede
do sindicato.

Quando tudo estava pronto
para a passeata, os operários
foram surpreendidos com a
chegada de um contingente da
Polícia Militar, comandado
pelo Capitão Cristiano, que
determinou a imediata ocupa-
ção da praça por soldados
portando metralhadoras e lu-
tas com batedoras caindas
sobre a multidão irredutível
de operários e operárias de

não desocuparem a praça, o
Capitão se dirigiu ao juiz Luiz
Vilela de Fonseca, dizendo
que ali estava para acabar
com a greve de qualquer ma-
neira, determinando uma
carga contra o povo, quando
os tiros atingiram algumas
pessoas.

INVASÃO DO SINDICATO

Logo em seguida o Capitão
determinou a invasão do sin-
dicato dos grevistas, sendo
impedido pelo juiz e pelo
promotor Saad Bedran que
retardou a medida, pois tinham
retirar em atendimento com
os grevistas para encontrarem
uma solução pacífica para o
caso.

Nova Lima encontra-se for-
temente guardada pela PM,
estando o juiz e o promotor
impedidos no mediarão para
que sejam evitados choques
entre os militares e grevistas.

*Jornal Diário da Tarde, de Belo
Horizonte, edição do dia 2/4/1964*

Figura 13 - Greve dos mineiros da Cia. Morro velho contra o golpe militar de 1964.
Fonte: DELGADO, Raimundo Tarcísio. Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina
Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 84.



Conforme relato dos operários, no dia 31 de março o presidente do Sindicato, José Alexandre resolveu convocar um encontro da diretoria. Às 19h30min, compareceram à sede, além do responsável pela convocação, por ordem alfabética: Ademar Lima, Alberto Lemos Mota, Alberto Luiz dos Santos, Armando Gerônimo, Hélio de Oliveira, Jesú Gonçalves, José Arechiro, Osiel Assis Vaz, Raimundo Gertrudes da Costa e Vicente Faria. A reunião começou por volta de 20 horas, quando já havia notícias de prisões, inclusive a de Sinval Bambirra e Dazinho. Aprovou-se, por unanimidade, a assembleia geral, com indicativo de greve. José Avelino, de filiação trabalhista, leu a Carta Testamento de Getúlio Vargas em meio a muita emoção. Redigiu-se a ata.²⁰⁶

No dia 1º de abril, após uma noite de vigília e muita discussão, José Alexandre abriu a assembleia geral às 10 horas em ponto. Depois dos pronunciamentos, com vários oradores inscritos, aprovaram-se a greve e uma passeata. Logo depois, o delegado Ismail Leonel de Paula solicitou reforço ao DOPS-MG, sediado em Belo Horizonte. Passava um pouco das 13 horas quando um batalhão da PMMG chegou para reprimir as manifestações operárias e populares. Na Praça Bernardino de Lima, em Nova Lima, a tropa se colocou em posição de combate²⁰⁷ contra o “inimigo interno”, como virou padrão.

As metralhadoras foram apontadas em direção ao prédio do Sindicato. A seguir, houve resistência, tiros e bombas, culminando com a invasão e a depredação da sede. A tropa estava comandada pelo capitão Cristiano Martins da Silva, que, dirigindo-se ao juiz Luiz Vilares e ao promotor Saad Bedran, afirmou que a ordem era acabar com a greve de qualquer forma, mesmo que fosse preciso chegar, conforme suas próprias palavras, “à chacina”.²⁰⁸ O Jornal Diário da Tarde noticiou que os “operários tiveram choque com PM em greve de apoio a Jango”.²⁰⁹

Tarcísio Delgado narra os acontecimentos dramáticos daquele dia e das noites seguintes, baseado na narrativa dos trabalhadores lá presentes:

[...] no dia 1º de abril de 1964 o Sindicato da categoria realizou uma assembleia geral com centenas de mineiros e preparava-se para uma passeata pela cidade, para protestar contra o golpe militar, deflagrado na véspera. [...] operários foram presos e violência se estendeu por aquela noite e dias seguintes, inclusive, com a invasão de muitas casas. [...] As tropas militares, fortemente armadas, arrombavam janelas e porta e, ao não encontrar quem procuravam, levavam uma das pessoas da família, sem qualquer explicação. Isto aconteceu com muitos mineiros.[...].



Além disso, um delegado especialmente enviado de Belo Horizonte, Dr. Diocélio de Oliveira Cabral, e o Ministério Público de Nova Lima, através do promotor de justiça, Dr. Saad Bedran, processaram mais de 170 operários como incurso na Lei de Segurança Nacional. [...] O vereador Heraldo Otero e seu irmão Wilson eram conhecidos na cidade como informantes da polícia, radicais de direita, sempre dispostos a colaborar em qualquer ação contrária aos interesses dos trabalhadores. Mantinham ligações e mereciam a confiança da empresa mineradora.²¹⁰

Um relatório secreto, interno ao ministério da Justiça, além de conter as informações necessárias à coerção policial, persecutória e judicial em marcha, tornou-se a confissão oficial dos golpistas e seu governo, em nome do Estado brasileiro, sobre a violência e os desmandos realizados em Nova Lima:

(NL 1-4-64) 17 horas: É simplesmente melancólico o ambiente nesta cidade. [...] Deste momento em diante (após a dispersão da passeata), a cidade tomou um aspecto sombrio, funesto mesmo, com os grupinhos pelas esquinas, o povo pelas janelas, [...] a revolta estava estampada na face dos operários que foram impedidos em suas manifestações. [...] Como se pode notar, Nova Lima não comemorou [...].²¹¹

Em texto, um informante narra que a cidade continuava “como que enlutada, os setores operários visivelmente sentidos com o resultado da revolução, evitando, entretanto, qualquer comentário.”²¹² Outro relatório secreto dava conta das prisões e repressões, citando nomes e operações.²¹³ Eis o clima criado em Nova Lima. Nesse ambiente, o delegado assistente Helvécio Arantes comunicou ao delegado de Polícia Diocélio de Oliveira Cabral que o secretário de estado de Segurança Pública, em cujo gabinete o bilhete havia sido manuscrito em papel timbrado, necessitava de “sua presença em Nova Lima”, missão mais tarde oficializada.²¹⁴

Mod. S. S. P. - 27

Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais

GABINETE DO SECRETÁRIO

de _____ de 19 _____

27

Dr. Diocélio

Está sendo necessário
a sua presença em Nova
Lima a fim de lidar com seu
cargo o problema de ordem
pública local.

Na parte da manhã
de hoje, dia 1º, foram reunidos
os recursos p/ a missão.

Antes, todavia, peço partí-
cipar ao Dr. Darwien e
em ver com o Dr. Fábio
e respeito os problemas locais,
na parte que diz respeito ao
D.O.S. há.

1º 4-64 Helvécio Arantes

O delegado recebeu a missão através de um bilhete manuscrito. A designação da missão só seria oficializada dias mais tarde

Figura 14 - Bilhete do Delegado Assistente Helvécio Arantes para o Delegado de Polícia Diocélio de Oliveira Cabral. Fonte: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma - 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 95.



A repressão aos 600 e o IPM dos 176, em 24/04/1964

O delegado Diocélio conduziu uma caçada aos resistentes contra o golpe militar, especialmente aos comunistas, em que pontificou a violência absoluta, sem mandados, sem registros e sem tréguas. Os autos da devassa antioperária e antipopular omitem os dados sobre as prisões, sobre suas durações e métodos de inquirição, as torturas que se tornaram conduta padrão dos agentes policiais. Todavia, os jornais conservadores os festejaram:

Desde 31 de março, vem o delegado Diocélio de Oliveira Cabral, da delegacia geral do Estado, desenvolvendo intensa atividade no tocante à descomunização de diversas áreas do território mineiro, principalmente em Nova Lima, Honório Bicalho e Raposos. [...] O delegado Diocélio de Oliveira Cabral [...] acrescentou que vem tendo curso a 'operação limpeza', [...] com o que serão apuradas as responsabilidades esquerdistas de cada um. [...] No momento, o delegado Diocélio de Oliveira Cabral tem contado, para os serviços anticomunistas que vem realizando com êxito, com a colaboração dos investigadores Carlos Pereira, Geraldo João Santana e escrivão Walter da Silva.²¹⁵

Nesta matéria, o delegado confessava a vastidão massiva de seu crime, ao vangloriar-se a respeito da perseguição a nada menos do que 600 pessoas:

Naquela repartição policial, em palestra com a reportagem DO ESTADO DE MINAS, assinalou que, durante o movimento revolucionário e depois, teve oportunidade de prender 22 líderes comunistas naquelas áreas. Indicou, no entanto, que considera esse número de detenções ainda bastante insatisfatório, 'pois somente em Nova Lima existem 600 indivíduos de coloração vermelha, dentre os quais 276 fichados como comunistas', o que bem comprova quão foi nefasta para todos a ação levada a efeito, nesse particular, pelo governo de posto e em boa hora 'removido' para o estrangeiro.²¹⁶

De fato, peça básica apresentada pela denúncia contra os mineiros foi a sua subscrição ao pedido de registro para o PCB dois anos antes, em 14/02/1962:

Nos autos do processo dos Mineiros de Nova Lima consta a certidão emitida pelo escrivão eleitoral da 183ª Zona do estado de Minas Gerais, comarca de Nova Lima, José da Cruz Lacerda Neto, nos seguintes termos: [...] requerendo registro do Partido Comunista Brasileiro.²¹⁷

Assim, de modo arbitrário, foi realizado o inquérito policial e a denúncia e aberto o processo dos mineiros. O julgamento dos indiciados estava previsto para Audi-



toria da 4ª RM em Juiz de Fora, tendo como auditor Milton Fiuza. As acusações eram puramente político-ideológicas, tais como “subversão” ou “comunismo”. Ao constituírem Tarcísio Delgado como advogado, os réus lhe relataram que, dos 176 denunciados, cerca de uma dezena já tinha morrido por doenças de trabalho, em especial a silicose. Os autos empilhados continham 10 volumes, que alcançavam a altura de uma cadeira.²¹⁸ Foi o maior dos IPMs abertos pelo regime militar em todo o País: 600 alvejados pela repressão política e 176 processados. Os réus eram, em sua maioria, operários da Companhia Morro Velho.

As investigações, desprovidas de fatos e critérios juridicamente justificáveis, chegaram às raias do absurdo e do ridículo, já que simples brindes se transformavam em prova de uma ideologia já criminalizada de forma arbitrária:

As diligências policiais na busca de armas e ‘material subversivo’ foram tão minuciosas e radicais que chegaram à apreensão de brindes e miniaturas trazidas pelos sindicalistas em suas viagens à Europa, como se tais objetos fossem provas incontestes da ideologia dos réus. Se o relato aqui não for absolutamente real, difícil será a qualquer um acreditar que, ao fim de intensas buscas, as forças revolucionárias conseguiram apreender os seguintes brindes: [...] – um escudo e uma máscara de gás da Polônia, com José Alexandre; [...] – três lanternas, uma de carbureto e duas de pilha, com Alberto Lemos Mota; [...] – uma miniatura de Sputnik, trazida da Rússia, com Militão Ferreira Dias; [...] – um cinzeiro de cristal trazido da Tchecoslováquia, com Sebastião de Oliveira; [...] – uma estátua de sal, trazida da Polônia, com José Alexandre; [...] – um vidro contendo pedras do Mar Negro, também, com José Alexandre; [...] – Uma caixa de plástico contendo partículas de ossos de seres humanos, oriundos de campo de concentração e cremação na Alemanha nazista.²¹⁹

Tais sandices eram combinadas com truculências e violências extremas. Alguns casos singulares, a seguir relatados, permitem uma visão geral sobre as centenas de outros ligados ao processo. Iguatemy Corrêa, em depoimento à Covemg, narrou como aconteceu o assalto noturno à casa de seu pai, Orlando Bandeira, um dos réus arrolados:

[...] presenciei a prisão de meu pai na madrugada de 31/03/1964 para 1º/04/1964, quando nossa residência foi cercada por muitos policiais militares e cinco policiais civis, que desfecharam saraivadas de balas com metralhadoras, fuzis e revólveres na casa, ensurdecendo-me por algum tempo, ato seguido de invasão pelos policiais civis Carlos, que esbofeteou o rosto de meu pai e empurrou minha mãe, Miguel, que apontou um fuzil para mim e meus irmãos, delegado Tito



Rosa, que comandou a violência, e Leopoldino, que assistiu aos fatos de forma conivente [...]”; “[...] o delator Heraldo Otero estava acompanhando essa operação policial [...]”; “[...] minha mãe, Petrina de Paula Correa, foi submetida a interrogatório pelo simples fato de ser casada com meu pai [...]”; “[...] na mesma ocasião, mas em outros lugares, foram presos Adilson Guimarães (filho de Anélio), Agildo Guimarães (também filho de Anélio), Alberto Lemos Mota, Anélio Marques Guimarães, Militão Ferreira Dias e Orlando Corrêa de Sá Bandeira, membros do PCB, Dazinho, da JOC, e Aluísio Vieira e Joaquim Mariano, independentes, além de outros, sendo que a detenção de José Alexandre, do PCB, só aconteceu posteriormente, pois havia escapado [...].²²⁰

Outro acusado, Aluísio Vieira, à época do golpe militar local na função de gerente administrativo concursado do Sindicato, relatou à Covemg, com a confirmação presencial de sua esposa Maria Albertina Vieira, que:

[...] no dia 31 de março de 1964, a sede do Sindicato foi cercada por cerca de 100 policiais militares, que chegaram em três ônibus para reprimir uma manifestação em apoio ao governo legal. [...] na madrugada de 31 de março de 1964 para 1º/04/1964, minha casa foi cercada por policiais militares e invadida por quatro policiais civis, acompanhados por dois alcauetes, Heraldo Otero, sem trabalho conhecido, e Vando Martins, empregado no setor administrativo da Cia. Morro Velho. [...] fui preso naquela madrugada e levado ao DOPS-MG, onde fiquei detido por 20 dias, juntamente com outras pessoas de Nova Lima, onde assisti ao espancamento de Militão Ferreira Dias, diante de todos, e onde recebi um chute nas costas ao fim de preleção no pátio, sendo tais agressões obras de policiais civis daquele órgão. [...] a Sra. Maria Sílvia foi enquadrada no IPM de 1964, acusada de dirigir uma associação de mulheres, que mantinha relações com o Sindicato [...].²²¹

A repressão atingiu também Alberto Lemos Mota, ex-presidente do SDM. Preso na madrugada do dia 31/03/1964, quando sua residência sofreu a invasão de cerca de 60 policiais. Sua família ficou dois meses sem notícias. Enquanto passava pelo DOPS-MG, foi torturado por meio de espancamentos, choques elétricos, pau de arara, privação alimentar, afogamentos, queimaduras com cigarro e agulhas enfiadas sob as unhas. Mota saiu do presídio Ribeirão das Neves para uma cirurgia de úlcera estomacal. Ainda respondeu ao processo na Justiça Militar, em Juiz de Fora, voltou a trabalhar na Companhia Mina Morro Velho, mas foi rebaixado de função e submetido a uma perseguição permanente, sendo quase obrigado a sair da Companhia e a renunciar à estabilidade.²²²

Depondo à Covemg, João Paz Rocha, ex-presidente do Sindicato, relembra os fatos acontecidos, entre os quais os métodos adotados nos interrogatórios e o papel desempenhado pelo pároco de Raposos, Antônio Donato de Lima, que, além de entregar uma lista de comunistas, cedeu a casa paroquial para sessões de interrogatórios e maus tratos, conforme os dois trechos citados a seguir:²²³

Covemg: [...] O senhor lembra qual foi? Qual foi? O senhor chegou a ser ameaçado por ele? [...]

João: Cheguei. Cheguei. Eu fiz depoimento na Câmara Municipal de Nova Lima, com ele, esse homem, ele metia muito assim a mão na cara da gente para poder falar, né. Ele falava assim: 'ah, você sabe de tudo. Você conhece todo mundo.' E eu fui, mais assim, bode expiatório porque eles me chamaram para poder eu entregar aqueles companheiros e eu, graças a Deus, Deus me deu a graça de que eu fui chegando, fui entendendo o que eles queriam e levei o depoimento bem-conceituado, mas sem pôr nome de ninguém. [...] Covemg: O senhor lembra o nome desse Delegado? [...]

João: ah, agora eu não lembro não. [...]

Covemg: Foi um único depoimento que o senhor deu, uma única vez? Ou teve vários? [...]

João: Não, eu fiz esse com esse delegado e com ele mesmo que eu fiz outro aqui na casa do padre, que até estranhei na época, deles me chamarem para fazer depoimento na casa do padre. Daí foi muito pesado também, aqui na casa do padre. [...]

Covemg: O padre era amigo dele? Do delegado? [...]

João: Eu não lembro assim se eles eram amigos não, eu acho que não, mas ele foi uma pessoa que não gostava também de comunista, né? Padre, na época não gostava dos comunistas. [...]

Covemg: O senhor lembra o nome do padre? [...]

João: Pois esse padre Antônio. [...]

Covemg: Ah, o padre Antônio. [...]

João: É. Ele não gostava muito de comunista. [...]

Covemg: padre Antônio Donato de Lima. [...]

João: padre Antônio Donato de Lima. É. [...]

Covemg: Por um acaso esse nome desse delegado lembra alguma coisa de Diocélio? [...]

João: Diocélio. Lembra. [...]



Covemg: Pois é esse delegado? [...]

João: Esse delegado, você me lembrou. [...]

Covemg: Ele era delegado aqui em Raposos? [...]

João: Não. Era Nova Lima, né?

João Fubá continua seu depoimento:

Covemg: [...] como é que esse padre era com o Dazinho. Eles eram conhecidos? Amigos ou não? Ou brigavam? [...]

João: Ah, o padre, o padre da época, ele foi um ..., tem comentário que foi ele que deu a lista para esse povo, os policiais. [...]

Covemg: Para o delegado. [...]

João: É. [...]

Covemg: O padre lá de Nova Lima, né? [...]

João: Não, daqui. [...]

Covemg: Então ele era, digamos assim, adversário do Dazinho né? [...]

João: Era. [...]

Covemg: Porque se ele deu a lista e o Dazinho foi um dos perseguidos, né? João: Porque Dazinho era um dos sindicalistas assim muito, muito firme, e era desses que falavam mesmo com muito cuidado e tudo, mas acabou se tachando ele também como comunista, mas Dazinho nunca foi comunista. Covemg: [...] Senhor João, o senhor falou que quando foi, quando prestou depoimento esse delegado foi muito ríspido e agressivo com o senhor. [...] João: [...] ele gritou muito comigo né. E eu tive, foi um depoimento muito difícil. Porque foi, ele batia muito assim com soco na mesa para eu poder denunciar as pessoas. [...]

Covemg: Te intimidar, né? [...]

João: É, intimidar, mas eu graças a Deus eu passei por tudo aquilo, mas não denunciei ninguém.

Tarcísio Delgado narra outros episódios, exemplos da conduta comum adotada:

Para arrancar confissões dos mineiros presos logo após o golpe, a polícia da ditadura lançava mão de todos os expedientes. Valia tudo. Anos mais tarde, estando em Nova Lima, na residência de Aluísio Vieira, vi nele as marcas da grande agressão que sofrera, quando me relatou, lacrimejando na emoção repetida:



[...] – Doutor, naquela noite de 1º para 2 de abril, eu, que desde a tarde havia ficado em casa, aqui mesmo onde estamos, para não me comprometer com o movimento de repressão instalado na cidade, fui acordado às 2 da madrugada e, quando abri os olhos, havia quatro baionetas apontadas para mim. Os homens diziam, ‘levante rápido, viemos te buscar’. Eu, doutor, era um simples funcionário burocrático do Sindicato. Chegaram, bateram na porta, minha mulher, assustada, a abriu, o que facilitou a invasão. Muitos trabalhadores tiveram a casa arrombada durante aquela noite. Levaram-me e me colocaram numa prisão imunda sem qualquer palavra. Só foram me ouvir vários dias depois – completou, já com os olhos vermelhos e brilhantes.²²⁴

Continua Tarcísio Delgado, narrando os desmandos:

Noutra crise de emoção, Aloysio relatou-me o acontecido com Joaquim Mariano de Oliveira, o ‘Boa Conversa’ e com Dona Maria Silva. [...] – Lembra-se, doutor, do Boa Conversa, aquele homem esguio, forte, bonito, muito franco e firme em suas convicções? Pois é, para alquebrá-lo fizeram com ele todo tipo de torpeza, inclusive, submetendo-o, doutor, ainda me arrepio todo, na presença de um grupo de sádicos, aos apetites de um tarado. E com Dona Maria Silva, também não deixaram por menos, levaram-na ao máximo da humilhação. [...] Ao estar com Dona Irene, irmã de Maria Sílvia, mais de 40 anos depois, ela foi contundente: [...] – Deixa isso pra lá, doutor, não gosto de lembrar daquilo que não me sai da cabeça. Foi tudo muito horrível!²²⁵

Ainda outro trecho:

O uso de coação e de violência para obter confissões dos acusados foi denunciado por José Melquíades, brasileiro, casado, soldador, com 38 anos de idade, no depoimento que prestou ao Juiz de Nova Lima, como testemunha, no qual diz que ‘não confirma o seu depoimento constante de folhas 76 a 78, dos autos, que lhe foi lido, pois prestou o seu depoimento, como disse, por seu chefe, já falecido, de nome José Aureliano, vulgo ‘Cartacho’, que amedrontou o depoente; que ‘Cartacho’ dissera ao depoente que o mesmo tinha que dizer o que está escrito em seu depoimento, porque estávamos em revolução e ia haver mortes e o depoente corria o risco de morrer; que ‘Cartacho’ ensinou ao depoente como devia depor e, justamente como consta de seu depoimento de folhas 76 a 78.’²²⁶

Mais violências foram relatadas por Tarcísio Delgado, desta vez com a contribuição de sua secretária Vera Amaral:



Tarcísio delgado: houve violência de todo o tipo. O livro relata alguns casos de violências terríveis que eles sofreram. [...] ele foi submetido a um problema sexual. [...] Vera Amaral: Estupro. [...] Estupro, ele foi submetido, ele era um operário assim mais elegante, ele gostava de andar bem-arrumado e então eles cismaram de fazer essa sacanagem com ele. [...] eles entravam assim que chegava a noite. Lá em Bicalho aconteceu muito isso. Por exemplo, em casinhas pequenas. Eles chegavam, metiam a coroa do fuzil na janela, arrebentavam, saltavam lá dentro. Quando o cara acordava na cama dele já estava com o fuzil na cabeça dele assim, ele ao lado da mulher e o fuzil na cabeça dele, e aí prendiam, levavam e tal. Muitos foram levados a Belo Horizonte para prestar depoimento no DOPS, sobre todo tipo de ameaça e violência. Ia, prestava depoimento, voltava. Então a parte do inquérito foi essa coisa de... foi a violência da violência.²²⁷

Não faltaram os festejos nos episódios de caçada político-ideológica:

Quando conseguia prender algum dos ‘suspeitos’, o delegado Diocélio comemorava, eufórico, como fez naquela tarde de 14/04/1964, gritando pelos corredores da câmara municipal, transformada em delegacia de Polícia: [...] – Conseguimos pegar o tal de Dr. Juvenal, do IAPETEC, o coordenador da formação do Grupo dos Onze! Este agitador estava escondido desde o dia 1º, é um elemento-chave para todas as investigações, exerce uma liderança danada entre os trabalhadores e estava tendo êxito na organização daquele movimento subversivo inspirado pelo grande agitador Leonel Brizola. Recebia toda orientação pela Rádio Mayrink Veiga, e encontrava ambiente favorável entre os comunistas daqui. Cortamos suas asas. Agora, vai gelar na cadeia. Não é comunista, mas é pior ainda, é inocente útil!²²⁸

Uma prisão anunciada em tom extático, desta feita pelo jornal Estado de Minas, foi a do presidente do SDM, José Alexandre, no início de junho, em São Paulo, “em virtude de uma informação recebida pelo delegado de Nova Lima, Sr. Diocélio Cabral”, anunciando: “delegado diz que Nova Lima era o maior foco de agitação no Estado”; “Mais de duas centenas de indiciados em inquéritos.”²²⁹ A inculpação antecipou os métodos oficializados como terrorismo de Estado:

Para justificar a truculência das operações contra os acusados, a polícia da ditadura pintava com cores fortes os ‘antecedentes criminais’ e a ‘periculosidade’ dos operários. Assim é que José Alexandre passou a ser considerado pela imprensa como ‘um dos principais comunistas de Nova



Lima', dirigente máximo do Sindicato e ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minério, cuja influência não se restringia ao setor sindicalista, desde que tinha vinculações muito mais amplas com influentes comunistas do País e até do exterior, tendo realizado viagens à Polônia, Checoslováquia e União Soviética. [...] O depoimento de José Alexandre ao Dr. Diocélio, no dia 08/06/1964, durou 13 horas, e foi o mais longo de todos os depoimentos deste processo. Para 'frustração' de autoridades e imprensa, as declarações de José Alexandre pouco acrescentaram de novo e ele não incriminou a ninguém, assumindo pessoalmente, com muita dignidade, toda a responsabilidade pelos eventos ocorridos em Nova Lima nos dias 31 de março e 1º de abril."²³⁰

Tal foi o artifício mediante o qual surgiram as famigeradas listas. No relatório do Inquérito, remetido em 29 de junho a Fábio Bandeira de Figueiredo, diretor do departamento de vigilância social, o delegado Diocélio – “em um verdadeiro testemunho ideológico” e fundamentalista que, por sinal, “reproduzia trechos de outro antigo relatório de sua autoria, apresentado em 1948, quando instaurou e completou um inquérito coletivo contra a ação comunista dos funcionários da Estrada de Ferro Vitória-Minas²³¹ – pediu a prisão preventiva de 28 indiciados.²³²

Para solicitá-la, o delegado destilou os seus preconceitos e ódios pessoais e de classe, consagrados pelo golpe militar:

As acusações eram variadas e iam do fato de o indiciado ter sido presidente do Sindicato ou ser sindicalista atuante, ter participado da reunião do dia 31 de março, ter participado da assembleia do dia 1º de abril, ter feito piquete ou ter aderido à greve desencadeada neste dia, ter liderado alguma célula dos Grupos dos Onze, ser comunista confesso, ter representado o Sindicato em viagens aos países da cortina de ferro, manter em sua posse material de propaganda subversiva ou arma. Pesava contra eles, também, acusações as mais diversas feitas por pessoas da cidade e companheiros da Mina, ouvidos no Inquérito."²³³

Como se não bastasse, o delegado Diocélio resolveu indiciar, também, todos os componentes dos Grupos dos Onze, em número de 20.²³⁴ Não poderiam faltar, ainda, os chamados “comunistas confessos”, que haviam assinado a solicitação de registro do Partido em 1962, em número de 54.²³⁵ Aproveitou também a oportunidade para indiciar, por fim, outros 57 assinantes na mencionada petição de registro, mas que não haviam sido encontrados até então, além de mais quatro cidadãos que desenvolviam militância em Nova Lima, embora residissem em



idades próximas: “Anélio Marques Guimarães, Manoel Correa de Sá Bandeira, Geraldo Policarpo de Souza e João Batista Viana.”²³⁶

Ao todo, 163 pessoas no processo, que anexou, ainda, 12 documentos de vários tipos, também expressivos no que diz respeito à concepção e aos critérios adotados, além de apurar “as atividades subversivas em Nova Lima” logo após o golpe militar, somando assim “923 folhas divididas em sete volumes” e, na condição de anexos, mais “452 documentos apreendidos”.²³⁷ A farta papelada não disfarça que as condutas e procedimentos na tramitação do processo dos mineiros de Nova Lima atestam sua fragilidade jurídica. O relatório do delegado Diocélio, em vez de ser remetido ao juiz de Direito, conforme regra processual, foi enviado ao diretor do departamento de vigilância social da secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, nos termos da Portaria baixada pelo general Carlos Luiz Guedes em 20/04/1964.

Como se não bastasse, assim que o processo entrou no citado departamento, o delegado e torturador do DOPS-MG, Thacyr Omar Menezes Sia, solicitou ainda informações sobre alguns indiciados. Não contente com tal irregularidade, determinou, antes de encaminhar os autos à 4ª DI do Exército, que as armas apreendidas em Nova Lima fossem recolhidas à delegacia de armas, munições e explosivos. Logo, não era a lei que vigia, mas a vontade e o capricho dos repressores. Em 14/07/1964, a secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais enviou uma lista com 42 dos indiciados, atestando o “nada consta” do departamento de vigilância social.

Em 13/08/1964, o capitão Antônio Maria Claret da Silva, encarregado militar do IPM na 4ª Divisão de Infantaria, da 4ª Região Militar, subscreveu, em parte, o relatório do delegado Diocélio, indiciando os seguintes 163 apontados, com base nos preconceitos político-ideológicos de praxe: José Alexandre, Juvenal Pereira do Couto Neto, Militão Ferreira Dias, Alberto Lemos Motta, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, Benigno de Azevedo Leite, José Batista da Costa, Joaquim Mariano de Oliveira, Jesús Gonçalves, Maria da Silva Gonçalves Pedrosa, Remo Rodrigues Silva, Lincoln de Souza, Sebastião Fabiano Dias, Félix Feliciano Ferreira, José Nilo do Rosário, Joaquim Bernardo, Ricardo Henrique Nichols, Vicente Faria, Ademar Lima, José Alexandre Diniz, Luiz Pacoal dos Santos, Raimundo Agostinho, Geraldo Antônio da Silva, Armando Gerônimo, Avelino Lucas Pereira Rosa, Antônio Maria da Silva, Oziel de Assis Vaz, Anélio Marques Guimarães, Manoel Correa de Sá Bandeira, Geraldo Policarpo de Souza, João Batista Viana, Aluísio Vieira, Apolinário Ferreira do Nascimento, Vantuil Lima,



Sebastião Ramalho de Oliveira, Miguel Dias, Sebastião de Oliveira, Ruy Barbosa Torres, Milton José Rodrigues, David Menezes Filho, José Diolindo de Oliveira, José Bernardino Filho, Raimundo Nonato Freitas, Benjamin Cecílio, José Marsal Silva, Juscelino José da Silva, Otacílio Corrêa, Jacinto Pires da Silva, Joaquim Lucas Pires, Sebastião Ferreira Soares, Afonso Lopes, Joaquim Bonifácio Freitas, Sebastião Gonçalves, João Pequeno da Silva, Maria Felicidade da Silva, Paulo Gonçalves, Hermógenes Luiz Braga, Geraldo Exprodigio, Miguel Benedito Andrade, João Ferreira de Moraes, Jaime Patrocínio, José Otaviano Guimarães, Sebastião Alves de Souza, Antônio Acácio Alves, Pedro Junqueiro, Nilson Lopes, Vicente Francisco, Clorindo Peixoto Frade, Raimundo Sérgio de Freitas, Benedito Felício Cornélio, Oscar Vieira, Alberto Luiz dos Santos, Antônio Rômulo de Souza, José Ferreira da Silva, Emílio Evangelista da Silva, Jair Alexandre de Souza, Anésio Inocêncio Costa, João Pedro Ferreira, João Pastor Costa, João Cinza Mendes, Raimundo Eustáquio dos Santos, Milton Nunes, Laudelino Ferreira Silva, Luiza Batista Simões, Amaro Teodoro Fernandes, Nair Vieira da Silva, José Gonçalves de Souza, José Marcos da Silva, José Vitor de Moraes, João Arnupo Costa, João Roberto, Geraldo Vicente, Salvador Silva, Antônio Alves Ferreira de Melo, José Francisco de Souza, José Ribeiro Sobrinho, João Marcelino Silva, Manoel Rodrigues Fonseca, Vicente Antero Horta, João Fagundes Feliciano, Maria do Rosário dos Anjos, Maria Eugênia Ribeiro, Ana Alves de Souza, Mário Rodrigues, Alcides Lopes Magalhães, Maria da Anunciação da Silva, João Ribeiro Maia, Alfredo Marques Guimarães, Helena Bibiana, Alcides Cirilo de Paulo, Edisa dos Anjos Alexandre, Lourdes Barbosa, Antônio Carlos, Antônio Cornélio da Silva, Gildes Damião Magalhães, Aline Carvalho Oliveira, Sebastião Gomes, Silvério José da Silva, Pero Alexandrino de Oliveira Borges, Adolfo Magalhães Guerra, José Paulo, Antenor Anastácio, Benedito das Mercês, Geni Gonçalves da Silva, Petrina de Paula Corrêa, Gerson Alves de Souza, José Borges de Oliveira, Iracema Rodrigues de Souza, Benjamin Pastor Jorge, Ducilda de Brito Vieira, Gilberto Branco, Emília dos Santos Souza, Antônio Cláudio Lucas, Maria Raimunda Costa, Alaor Madureira Melo, Raimunda Valesiano Melo, Abel Vitor, Luiza dos Santos, José Augusto de Oliveira, Ângelo José Vieira, João Solano de Paula, Dorcelino Alves de Souza, Manoel Rodrigues Horta, Maria Nagib Teixeira, Raimundo Alves Dias, João Idelfonso Moreira, Carlos Barbosa, Venceslau Ferreira, Geraldo Antônio de Moraes, Almerinda Maria de Moraes, Eduardo Augusto, Antônio Ramos da Silva, José Furtado, Jorge Blanco, Ieda Soares Azevedo Dias, Ataíde Francisco.²³⁸

O processo passou a tramitar em um ambiente de confusões, incompetências e vaidades, além das instabilidades provocadas pelas constantes modificações de prerrogativas e ritos, provocadas pelos atos e regras volitivas de exceção.



Em 28/08/1964, o capitão Claret, em vez de enviar o seu relatório ao juiz adequado, preferiu enviá-lo ao comandante da ID-4, coronel Dióscoro Gonçalves Vale, a quem incumbiria, segundo o emitente, “solucionar o mesmo e remetê-lo a autoridade competente”, na forma do parágrafo 2º do art. 117 do CJM, pois havia indiciados enquadrados em crimes da competência da Justiça Militar.

Em 15/12/1964, após apreciar o relatório do subordinado, o general Dióscoro determinou que sua cópia fosse entregue ao general Hugo Panasco Alvim, encarregado geral dos IPMs, e que se aguardasse a sua autorização para encaminhá-lo ao órgão competente. Quando os autos chegaram à auditoria da 4ª RM, o promotor Felipe Luiz Paletta Filho, em 04/06/1965, arguiu que a Justiça Militar seria incompetente para apreciar o caso. Em 10/06/1965, o juiz Milton Fiúza empurrou o julgamento para a justiça comum. Após comunicar tal encaminhamento ao Comando da 4ª RM, em 14/06/1965, devolveu os autos ao procurador geral de Justiça do estado de Minas Gerais.²³⁹

Assim, o processo dos mineiros chegou ao promotor de Nova Lima, Saad Bedran, homem de longa data e ligado à Companhia. Em 15/09/1965, o promotor solicitou que o juiz da comarca de Nova Lima desdobrasse o inquérito, para poder carregar a mão caso a caso, com amplos poderes seletivos, além de minimizar a repercussão política negativa e acelerar a consumação do ato repressivo:

Tudo indica que o juiz acatou a sugestão do promotor. O que se vê no processo é que em 19/10/1965, com surpreendente rapidez, o dr. Saad Bedran apresentou denúncia ao juiz de Direito de Nova Lima contra os mineiros indiciados nos inquéritos, quase nos mesmos termos da denúncia apresentada pelo capitão Claret, encarregado do IPM. Algumas pequenas alterações foram feitas, fundamentalmente no enquadramento dos acusados, organizando melhor o processo, conforme havia sido sua sugestão. [...] Em seu documento, o promotor denunciou 158 pessoas e relacionou uma lista de 74 testemunhas. Dos indiciados, 106 o foram simplesmente por terem assinado a lista solicitando a volta à legalidade do partido Comunista, e, 20, por terem confessado participação no Grupo dos Onze.²⁴⁰

Em 27/10/1965, com a edição do Ato Institucional nº 2, o processo voltou à Justiça militar, mais precisamente à auditoria da 4ª RM. O promotor, Felipe Luiz Paletta Filho, em 26/11/1965, subscreveu a denúncia do promotor Bedran, com pequenos remendos para adequar os detalhes legais de enquadramento, e deu início ao sumário de culpa. Em 30/12/1965, o juiz auditor da 4ª RM, Milton Fiúza, aceitou a denúncia contra 155 civis, comunicando a sua decisão, em 14/01/1966, ao general-comandante. No mesmo dia, ordenou que os réus fos-



sem citados para comparecessem à auditoria da 4ª RM, na condição de incursores na Lei de Segurança Nacional.

Entraram em cena, além dos acusados que lá percorriam sua *via crucis* há 22 meses, os advogados Francisco Izento, de ofício, e Raimundo Tarcísio Delgado. Os episódios da saga defensora, que passaram à história jurídica e política de Minas como paradigmas clássicos da luta pelos direitos fundamentais, merecem ser lidos, estudados e rememorados. Estão perpetuados no livro “Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro Velho de Nova Lima”, cujo autor confirmou, em depoimento à Covemg, a completa veracidade dos fatos e personagens narrados, mesmo que às vezes intercalados por trechos literários:

Covemg: Então, quer dizer que, retirando essas partes literárias, os fatos relativos aos réus, os nomes dos réus, as circunstâncias, são todos verdadeiros?

Tarcísio delgado: Tudo real, tudo real, [...] só o Gerê tem o nome fictício, porque ele não era operário e desempenhava um papel diferente dentro do livro, mas os outros todos... [...] é verdadeiro por exemplo o nome do livro; [...] um dos réus chega perto de mim e fala, ‘doutor, não adianta doutor, não adianta, isso aí é como tatuagem na alma, marcaram a gente para nunca mais sair’. [...] então, usei o termo dele para botar o nome no livro.²⁴¹

Resta lembrar que os mineiros de Nova Lima foram denunciados como base na Lei nº 1802, de 05/01/1953, que previa penas de reclusão com até 12 anos aos intitulados “cabeças” e três a seis anos para os demais incursores nos ditos “crimes contra o Estado e a ordem política e social”, eivados intencional subjetivismo, alguns definidos para cercear, especificamente, a liberdade político-partidária:

Art. 9º - Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso. [...] Art. 10 - Filiação ou ajudar com serviços donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior. [...] Art. 40 – Para os efeitos desta lei, são considerados cabeças os que tiverem excitado ou animado a prática do crime, ou promovido ou organizado a cooperação na sua execução, ou dirigido ou controlado as atividades dos demais agentes.²⁴²

Delegado diz que Nova Lima era o maior foco de agitação no Estado

Mais de duas centenas de indiciados em inquéritos

No curso de uma palestra que manteve ontem, no Departamento de Vigilância Social (ex-DOPS), o delegado Diocélio Cabral, que preside o inquérito sobre atividades subversivas em Nova Lima, disse que considera essa cidade como tendo sido o maior foco de comunistas de todo o Estado. Aduziu que, dos 4.500 operários novalimenses, cerca de 2.500 estavam na linha de agitação, dispostos, inclusive, a seguir, sem discussão, as ordens e orientação dos proceres vermelhos locais, dos quais José Alexandre, que acabou de ser preso em São Paulo, por agentes daquela repartição policial, era, na qualidade de presidente do Sindicato dos Mineiros, o principal líder.

TREZE «GRUPOS DE 11»

Esclareceu, por outro lado, que havia em Nova Lima, devidamente articulados, treze "Grupos de 11", sob a chefia de determinados dirigentes comunistas, os quais tinham por comandante geral o médico Juvenal Pereira Couto Neto, que trabalhava no IAPETC, local, e que se encontra detido, desde 14 de abril, e recolhido à Penitenciária de Neves. Indicou, também, o sr. Diocélio Cabral, outros influentes vermelhos de Nova Lima, que lideravam os "Grupos de 11": Alberto Lemos Mota, ex-presidente do Sindicato dos Mineiros, e que esteve na Rússia; Orlando Correa de Sá Bandeira, comunista fichado no DVS; Milton Ferreira Dias, que igualmente foi à URSS; bem como Benigno Azevedo Leite, ex-prefeito de Raposos, e que, a despeito de não ser declaradamente comunista, se apoiava nos vermelhos e com eles mantinha estreitas ligações.

PARA SE TER UMA IDÉIA DO PÓTO a que chegou o comunismo em Nova Lima — prosseguiu o delegado Diocélio Cabral — basta acentuar que, conforme já declarou, anteriormente, ao ESTADO DE MINAS, no dia 1.º de abril, em plena marcha revolucionária, uma passeata foi organizada pelos vermelhos e iria ter início na principal praça da cidade. Tinha por finalidade apoiar o governo deposto, mas não chegou a seguir, a se movimentar pelas ruas, porque, juntamente com investidores que comigo trabalham, cheguei ao local a tempo de apaziguar manifestantes. Para isso, contei com o eficiente auxílio de militares do IG que, sob o comando de um oficial, para lá dirigiram — especialmente, se assim, fricassou mais uma bandeira que os vermelhos, contando com o incentivo do governo deposto, estavam habituados a realizar impunemente".

Assim, ademais, o delegado especial em Nova Lima que a ideia dessa incrível passeata pertence de uma professora. É a Maria da Silva Gonçalves Pedrosa, diretora do ginásio federal "Tiradentes", e que, depois de presa, se permaneceu durante 20 dias, na Penitenciária de Mulheres (Hos-

pi), se encontra agora em liberdade vigiada.

250 INDICIADOS
Diase, ademais, o delegado Diocélio Cabral, que até o momento, já instaurou numerosos inquéritos, já colheu mais de 400 depoimentos e que indiciará, para julgamento, mais de 250 indiciados. Frisou que seu trabalho em Nova Lima, nessa particular, está praticamente concluído e que, dentro de mais uns 10 dias, encaminhará todas as peças processuais ao DVS para os devidos fins.

ARMAS

Sobre a prisão, em São Paulo, de José Alexandre, presidente do Sindicato dos Mineiros, disse que "era peça importante que estava faltando para o encerramento dos inquéritos". Assinalou que, nos dias que antecederam a revolução, José Alexandre recebeu um pacote, vindo da Tchecoslováquia, e que, agora, se encontra no arquivado do Sindicato dos Mineiros. Esse volume, segundo tudo indica, continha armas. Pelo menos, foram encontrados no seu interior papéis próprios para o acondicionamento de armamento. Vamos, portanto, diligenciar e despende esforços no sentido de esclarecer, não somente esse detalhe, como outros que possam servir para punição de todos aqueles que estiveram direta ou indiretamente, a serviço dos vermelhos em nossa pátria", mencionou o sr. Diocélio Cabral.

Finalizando, disse que levará José Alexandre a Nova Lima, na próxima segunda-feira, quando ele estará sendo interrogado a respeito de suas atividades subversivas e de outras indiciadas.

Jornal Estado de Minas, edição do dia 06 de junho de 1964

Figura 15 - Nos primeiros dias após o golpe militar, a repressão se concentrou nos mineiros da Cia. Morro Velho. Fonte: Jornal Estado de Minas - 6/6/1964

A perseguição aos 600 resistentes de Nova Lima, Raposos e Rio Acima, inclusive a sua face jurídica consubstanciada no IPM nº 87, de 24/04/1964, que na sua quase totalidade mirava os proletários da Companhia Morro Velho, inserisse no quadro geral da violência desencadeada pelo golpe militar ao movimento



operário-popular e à resistência democrática. Relevante, porém, é a tese de que os interesses particularistas do capital – no caso, a Companhia Morro Velho – estiveram presentes e atuantes no processo de perseguição, inquérito e julgamento, desde o início:

À medida que estudava o volumoso processo, fui formando a firme convicção de que aquilo se tratava de uma ação orquestrada pela empregadora, a Mineração Morro Velho, e pelo promotor de Nova Lima, Dr. Saad Bedran, pessoa muito próxima da empresa. O objetivo era o de promover um verdadeiro e estranho dissídio coletivo na Justiça militar, visando ao afastamento daqueles servidores, todos com bastante tempo de casa, e que traziam sérios incômodos com as ações reivindicatórias coordenadas pelo Sindicato. Isso talvez explicasse o fato de que a liderança sindical fora toda envolvida neste processo.²⁴³

A repressão aos mineiros, ao movimento comunista e aos democratas em geral foi ampla, abarcou pessoas que ainda permanecem anônimas e prosseguiu após o golpe, até a Constituinte de 1988. Além dos réus processados, foram também atingidos pela perseguição política em Nova Lima, conforme arquivos do DOPS-MG: Abel Dirotel de Souza, Caetano José Pires, Francisco de Assis Borges de Oliveira, Heloísa dos Anjos, João Augusto de Paula, José Heleno de Souza, José Olívio de Oliveira, Júlio Evangelista Ribeiro, Levi Antônio da Silva e Ulisses Cirilo.²⁴⁴

Lembrem-se mais dois exemplos: em 04/12/1955, o delegado especial de polícia de Raposos, tenente-coronel Sebastião Pereira Reis, “procedeu a real apreensão de quatro pacotes de folhetos de programas do Partido Comunista do Brasil” na banca da “Rua Professor Ernesto”, que “eram distribuídos pelo comunista Jacob Francisco Rosa”.²⁴⁵ Em 02/05/1977, o promotor Saad, com seu estilo típico, solicitou a abertura de uma diligência para “apurar” as responsabilidades do deputado federal Tarcísio Delgado por suposto uso indevido da “bandeira nacional com suas formas alteradas” e abuso “do poder econômico.”²⁴⁶

Seguindo a linha repressiva contra os parlamentares proletários e progressistas – que vinha de 1948, quando foi cassado o mandato parlamentar de Armando Ziller e iniciada uma feroz perseguição aos “vereadores do povo” em Nova Lima, culminando com a execução de William Dias Gomes – o regime militar investiu contra os deputados estaduais eleitos pelo mundo do trabalho, alguns com densa votação nas galerias e na superfície da mina de Morro Velho: José Gomes Pimenta (Dazinho), Sinval Bambirra e Clodesmidt Riani.



Conclusões e responsáveis

Conclusões

Considerando-se os fatos apurados e narrados, assim como o seu exame contextual, a Covemg, ao cumprir as disposições legais que a embasam, apresenta suas conclusões a respeito da repressão histórica aos mineiros da Companhia Morro Velho, que seguem.

A coerção contra o movimento operário e as correntes políticas ligadas ao mundo do trabalho, especialmente contra os comunistas, os trabalhistas de esquerda e os cristãos progressistas – mesmo tendo gerado eventos singulares característicos e de caráter emblemático, sempre foi intensa, violenta e constante no período que vai de 1946 até o processo de transição conservadora do regime militar ao regime democrático-constitucional, quando o terrorismo de Estado recuou.

Ainda que possam ser destacadas as operações direcionadas contra partidos e militantes individuais, destacadamente os comunistas e sindicalistas, a repressão teve como alvo permanente e preferencial o mundo do trabalho e suas lutas, adquirindo, portanto, uma dimensão de massas, já que desabou o seu peso sobre a classe operária e a própria sociedade – civil e política –, como ilustram os fatos e números superlativos, sobretudo quando a avaliação se expande ao universo mais amplo dos familiares e conhecidos, e às consequências sobre o povo e a vida política das cidades atingidas.

A despeito das características constantes e regulares da coerção e da perseguição sindical ou política, perpassando os diferentes regimes políticos e governos, sem exceção, houve maiores truculências e arbitrariedades em duas conjunturas definidas, considerando-se apenas o período abarcado pela apuração: durante os governos contemporâneos de Eurico Gaspar Dutra, federal, e Milton Campos, em Minas Gerais, por ocasião do golpe militar de 1964, incluindo os anos subsequentes, até o fim do IPM nº 87, de 24/04/1964, processado na 4ª RM-JF.

Os atos repressivos desencadeados sobre os mineiros de Nova Lima, Raposos e Rio Acima, em vez de serem meras ações isoladas, esporádicas e erráticas – sem objetivos precisos e maiores, assim como sem origem estável e definida –, possuíam características comuns, detectáveis caso a caso: a autoria de policiais ou jagunços civis sob o mando da Companhia Morro Velho; a omissão, o incentivo ou até mesmo a cumplicidade de autoridades estatais; a obediência a diretrizes claras; a existência de comando superior; a permanente certeza de impunidade.



A repressão – mesmo que tenha sido efetivada por agentes específicos e pessoalizados – foi bem mais profunda do que eventuais desavenças e iniciativas individuais ou grupais, de vez que ficaram comprovadas a responsabilidade intelectual, política e decisória de órgãos e autoridades do Estado brasileiro, do estado de Minas Gerais, da Companhia Morro Velho, de setores da sociedade política local e da hierarquia estabelecida na Igreja Católica – em níveis e participações diferenciadas no tempo, nos acontecimentos e nas intensidades, mas em geral articulados entre si de maneira funcional e complementar.

As violências arbitrárias sobre os mineiros da Morro Velho jamais foram tratados como objeto de inquérito policial, apesar das frequentes solicitações dos atingidos às autoridades federais e estaduais – inclusive ao presidente Dutra e ao governador Milton Campos, com destaque às tentativas efetivadas pelo advogado Tarcísio Delgado em forma de denúncia nos autos, que acabam gerando a responsabilização do presidente Castelo Branco e do governador José de Magalhães Pinto, além dos órgãos policiais, persecutórios e judiciários –, a despeito de sua tipicidade como crime de ação pública, que exigia a iniciativa das instâncias competentes, e apesar de ampla campanha realizada nos níveis municipal, estadual e nacional.

A repressão centenária, desencadeada e mantida contra os operários da mina de Morro Velho, caiu no esquecimento, sem que tenha havido investigações e quaisquer punições aos responsáveis – mandantes e executores –, não por inexistirem condições técnicas e elementos materiais suficientes para se tomarem as providências e os encaminhamentos necessários, mas porque as autoridades, mesmo tendo à sua disposição recursos e aparatos suficientes nas esferas políticas, policiais, jurídicas e financeiras, optaram pela cumplicidade, pela omissão e pelo resguardo aos suspeitos, em vez de procederem à imprescindível proteção aos ameaçados em cada conjuntura.

Os atentados e atitudes práticas das autoridades constituídas revelam, não apenas indícios acerca dos interesses inconfessáveis envolvidos nos círculos governamentais e de certa intimidade nos órgãos públicos com assassinos e insufladores da direita civil, como também a cumplicidade das autoridades maiores dos Estados brasileiro e mineiro, assim como, em 1964, as suas consequências diretas sobre mais ou menos 600 militantes políticos ou sindicais e indiretas sobre aproximadamente 3mil pessoas – interrogadas, agredidas, ameaçadas ou atingidas de várias outras maneiras –, aproximadamente 8% da população, à época, de Nova Lima, Raposos e Rio Acima.



Responsáveis

A apuração desenvolvida pela Covemg sobre o processo repressivo desencadeado contra os mineiros da Companhia Morro Velho, com vistas a delinear-se as responsabilidades diretas ou indiretas, evento por evento, assim como a torná-las públicas de forma perene e oficial, chegou aos resultados que seguem.

A intervenção no SDM (1947) foi decretada por Morvan Dias de Figueiredo, titular do MTIC, por motivos ideológicos e hostis às lutas trabalhistas. Esse ministro estava subordinado ao presidente Eurico Gaspar Dutra, que lhe dera posse no dia 30/10/1946 e desencadeou a política repressiva em âmbito nacional. A cúpula da Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, então sob a influência da Companhia Morro Velho, completa o quadro. Tais autoridades estiveram implicadas na cruzada anticomunista e antissindical, instigando-a e praticando-a.

A repressão à greve de outubro (1948), em especial durante a passeata que desfilou pelas ruas da cidade e a concentração em frente à entrada da mina em Nova Lima, sofreu o cerco ostensivo da Polícia Militar, sob as ordens operacionais do capitão Mário Norberto Lindemberg e a direção a distância do comandante geral da corporação, coronel José Vargas da Silva, nomeado, subordinado e dirigido pelo governador Milton Campos. Os disparos contra os operários manifestantes foram efetivados por policiais militares e um grupo de jagunços a mando da Companhia, então administrada por G. P. Wigle.

Os atiradores civis contra a concentração de 2 mil grevistas foram os mesmos milicianos que, dias depois, encabeçaram a invasão ao escritório dos “vereadores do povo”, planejada e orquestrada com a complacência cúmplice das polícias militar e civil. O delegado José de Almeida Sobrinho se limitou a ouvir algumas pessoas, sem dar sequência ao inquérito e sem indiciar ninguém, mesmo tendo havido ferimentos e tentativas de assassinato com uso indiscriminado de armas de fogo sobre a multidão operária em assembleia pacífica.

A chacina de novembro (1948) foi realizada por uma horda insuflada e armada pela Companhia Morro Velho, estimulada pela omissão e pelo incentivo policiais, com a participação ativa dos seguintes capangas: Belarmino Barbosa Filho, Sebastião de Paula, Antônio Fernandes da Silva (morto a tiros no revide autodefensivo), Francisco Avelino Assis, Geraldo Paulo Vitorino, José Cauê, José Rodrigues de Souza (laudo com nome de José Henrique de Souza), Mário Melo Sobrinho e Walter Rodrigues.

O assassinato do vereador e dirigente comunista William Dias Gomes foi efetuado por Sebastião de Paula, que lhe deu o primeiro tiro no tórax, e por Belarmino



Barbosa Filho, que na sequência o executou a sangue frio com um tiro na nuca, quando já estava caído ao solo. A seguir, esgotada a munição no tiroteio, vários membros da turba agressora, cujos nomes permanecem sem identificação, perseguiram o operário Ornélio Pereira da Costa, já ferido, que havia saltado pela janela do casarão onde funcionava o escritório até a rua contígua à Praça Bernardino de Lima, onde consumaram a sua execução com um golpe de paralelepípedo que lhe esmagou o crânio.

Também se revela responsável o delegado capitão Mário Norberto Lindemberg, que proibiu o debate relativo à revolução de outubro, além de, mesmo avisado sobre o assalto iminente dos jagunços ao casarão onde funcionava o escritório dos “vereadores do povo”, omitir-se e estimular a invasão, perseguiu os comunistas depois do conflito e passou a prender vítimas. Frise-se, ainda, a conduta do delegado Luiz Soares de Souza Rocha, que se limitou a representar a pantomima de um “inquérito”. Restam as atitudes do chefe de polícia Campos Cristo, do comandante geral da PMMG coronel José Vargas da Silva e do governador Milton Campos, que sancionaram e acompanharam os procedimentos repressivos.

A execução de junho (1949), em que foi morto o dirigente comunista José dos Santos, teve como responsáveis diretos os mesmos mandantes e pistoleiros atuantes na chacina de novembro, desta feita com a participação da Unas. Conforme a nota assinada pelos vereadores comunistas, a tocaia foi efetuada pelo mesmo bando que assassinara William e Ornélio, 20 dias antes. Também são responsáveis, por motivos diferenciados: o delegado de Nova Lima, cujo nome não foi apurado, que se omitiu no indiciamento do criminoso, denotando acumplicamento.

Por tal crime, cabe definir também a responsabilidade das mesmas autoridades estaduais já relatadas: o chefe de polícia Campos Cristo, o comandante geral da PMMG, coronel José Vargas da Silva, e o governador de Minas Gerais, Milton Campos. Por fim, o tenente Pedro Ferreira dos Santos, já delegado em Raposos, indicado pelo comitê acima, ampliado com a participação dos principais diretores da Companhia Morro Velho, que impôs um clima de terror e cerco ao movimento operário, estimulando a histeria e a violência anticomunista, um claro sinal verde à ação criminosa.

O processo contra os 51 (1949) foi preparado antes da etapa judicial. Os responsáveis iniciais foram a Companhia e seu administrador G. P. Wigle, assim como o coronel Lauro Loureiro de Souza, presidente da Comissão Especial de Investigação em Nova Lima, com a participação dos demais membros, Ernani de Oliveira e João Lopes Guimarães. A implicação do governo Dutra e de seu ministro



Morvan Dias de Figueiredo é notória, já que nomearam aqueles titulares, em nome do MTIC. A denúncia-cúmplice foi efetuada pelo próprio Subprocurador do estado de Minas Gerais, J. Pinto Rennó. O pároco de Nova Lima, Osvaldo Barbosa, insuflou de modo permanente o ódio aos “vermelhos”.

O juiz que conduziu o processo, alinhado à Companhia Morro Velho, é José Tavares Reis. A lista dos “sabotadores” e comunistas foi elaborada e fornecida à Comissão de Investigação pelos delegados capitão Mário Norberto Lindemberg e Luiz Soares de Souza Rocha. O tenente Pedro Ferreira dos Santos destacou-se na repressão aos indiciados em Raposos, durante todo o transcurso da luta contra a demissão. Sem dúvida, os processos repressivos e judiciários, articulados desde o nascedouro, receberam especial atenção por parte do governador Milton Campos e do MPE.

O inquérito policial, predecessor do IPM nº 87 (1964), teve como responsável Diocélio de Oliveira Cabral, delegado de polícia de 3ª Classe, titular na “delegacia supervisora de Nova Lima” por designação do secretário de Segurança Pública do estado de Minas Gerais – antecipado por recado, escrito pelo delegado assistente Helvécio Arantes. Papeis auxiliares à repressão desempenharam o escrivão Walter da Silva, o delegado Ismail Leonel de Paula e o pároco Antônio Donato de Lima, de Raposos. O procurador geral do estado, sintonizado e acumpliciado com o governador Magalhães Pinto, a Companhia Morro Velho e os demais golpistas, indicou, como assistente da caçada político-ideológica, o promotor de Justiça da comarca de Nova Lima, Saad Bedran.

A tais agentes públicos se associaram a Fábio Bandeira de Figueiredo, diretor do departamento de vigilância social, e Thacyr Omar Menezes Sia, delegado de Ordem Pública e Social. Na fase processual-militar, destacaram-se o capitão Antônio Maria Claret da Silva, encarregado do IPM na 4ª DI da 4ª RI, o general Hugo Panasco Alvim, responsável geral pelos IPMs, Felipe Luiz Paletta Filho, promotor da Justiça Militar, e Milton Fiúza, juiz auditor, além de Waldemar Lucas, Antônio Marques Arruda e Mauro Seixas Telles, que participaram no Conselho do Julgamento Final. O promotor foi Joaquim Simeão de Faria, que pediu a condenação de todos os réus.

Participaram das repressões e prisões no dia do golpe militar o delegado Tito Rosa, os policiais civis Carlos Pereira, Geraldo João Santana, Leopoldino e Miguel (os dois últimos sem definição de sobrenomes), os alcaguetes e reforços informais Heraldo Otero e Vando Martins (esse último alocado no setor administrativo da Companhia Morro Velho). Em seguida, o delegado tenente-

coronel Sebastião Pereira Reis prosseguiu e reiterou a tradição repressiva em Nova Lima. Todos os policiais aqui nomeados, especialmente os ligados ao DOPS-MG, foram responsáveis diretos por graves violências. Pelo menos dois delegados foram notórios torturadores: Diocélio de Oliveira Cabral e Thacyr Omar Menezes Sia.

6.3 O Massacre de Ipatinga

O contexto nacional em 1963

Localizada no Vale do Aço, na região Leste de Minas, a cidade de Ipatinga era, em certo sentido, quase um mundo à parte em relação ao que ocorria no Brasil e no exterior. No cenário internacional, vivia-se o auge da Guerra Fria, como ficou conhecido o período da história contemporânea ocorrido logo após a Segunda Guerra Mundial, que dividiu o mundo em dois blocos. Um, sob a hegemonia dos Estados Unidos, formado pelos países capitalistas. O outro, que tinha a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como principal referência, aglomerava sociedades baseadas em processos de apropriação social dos meios de produção.

O Brasil foi atingido pela tensão planetária, que se articulava com as determinações nacionais. Na madrugada de 12/09/1963, Brasília ficou isolada do País. Os telefones foram cortados, o aeroporto ocupado, os prédios públicos tomados e os acessos às rodovias federais bloqueados. A capital estava sitiada pela ação de 630 sargentos, cabos e soldados da Marinha e da Aeronáutica. Num ato ousado, os revoltosos ainda prenderam dezenas de oficiais e autoridades civis, como um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e até o presidente interino da Câmara dos Deputados, deputado Clovis Mota (PSD-RN). O episódio ficou conhecido como “levante de Brasília”.

Da mesma forma, no conflito ocorrido em outubro do mesmo ano, no Vale do Aço – que ficou conhecido como massacre de Ipatinga e que vinha sendo anunciado há vários meses –, o clima também era de beligerância e prenúncio do golpe militar que, cinco meses e 24 dias depois, destituiria o presidente da República, João Goulart. No mesmo dia em que os metalúrgicos de Ipatinga eram alvejados pelos disparos feitos pelos soldados do destacamento da PMMG na cidade, em Brasília, João Goulart retirava de tramitação no Congresso o projeto que enviara três dias antes, por meio do qual solicitava autorização para decretar o estado de sítio no País pelo prazo de 30 dias.





A mensagem chegou ao Congresso em 04/10/1963, uma sexta-feira, apenas três dias antes do conflito de Ipatinga, e foi bombardeada tanto pela oposição quanto por deputados aliados ao próprio governo, como o líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Caio Bocaiúva, que, em nota distribuída à imprensa no dia 6 de outubro, criticou o pedido do Palácio do Planalto.

Em Minas, Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta, o Dazinho, e Sinval Bambirra eram os mais influentes dirigentes sindicais da época. Os três tinham, também, mandatos de deputados estaduais. Os dois últimos foram a Ipatinga no dia 7 de outubro. Perante o vácuo de referências políticas na cidade, ajudaram a construir o acordo que pôs fim ao clima local de insurreição. Do ponto de vista oficial, os metalúrgicos de Ipatinga eram representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Acesita (Metasita) que, originalmente, atendia apenas aos operários da antiga Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita), hoje “Aperam”, a outra siderúrgica de grande porte do Vale do Aço, situada no município vizinho de Timóteo. No entanto, o conflito dos dias 6 e 7 de outubro aconteceu à revelia do Sindicato. Uma possível ida de Riani a Ipatinga chegou a ser noticiada pela imprensa, mas acabou não se confirmando.

Riani, Dazinho e Bambirra foram os três primeiros deputados estaduais eleitos por bases operárias no Estado. Riani era eletricitário em Juiz de Fora. Bambirra era tecelão em Belo Horizonte, tendo sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte e da federação dos trabalhadores da mesma categoria. Dazinho era operário da mineração de ouro da *Saint John Del Rey Mining Company*, que depois se transformou em Mineração Morro Velho e hoje é a *Anglo Gold*. Com o golpe de 1964, os três tiveram seus mandatos cassados pela ALMG em abril de 1964, com rito sumário e votação secreta. De acordo com Neves, do momento em que o pedido de cassação foi protocolado até a data em que se efetivou não se passaram mais do que cinco dias.²⁴⁷

Com a cassação, os três parlamentares foram presos. Bambirra foi o único que deixou o País, como exilado. Como tinham filhos menores, Riani e Dazinho optaram por permanecer no Brasil. Em 1983, Riani se elegeu deputado estadual, cargo no qual permaneceu por um único mandato, já que em 1986 não foi reeleito. Bambirra voltou à atividade sindical e morreu em 10/12/2003. Dazinho passou os últimos anos de sua vida praticamente acamado, depois que um acidente a cavalo o deixou semiparalítico. Faleceu em 16/03/2007. Em 1994, Riani, Dazinho e Bambirra foram reabilitados pela própria ALMG, que reconheceu o erro e lhes concedeu pensão especial. O projeto foi sancionado pelo governador



Hélio Garcia, o mesmo político que, em 1964, como deputado estadual, ajudou a cassá-los. Em 2001, passaram a receber uma pensão equivalente ao subsídio mensal dos deputados estaduais, algo em torno de R\$ 6 mil em 2007. Clodsmidt Riani vive em Juiz de Fora. Hoje, mantém a mesma posição em relação ao ato que o colocou na clandestinidade política. “A cassação foi uma barbaridade. Os deputados ficaram todos com medo.”²⁴⁸

O massacre o o golpe em andamento

No início de outubro de 1963, independentemente de Carlos Lacerda, o golpe que seis meses depois destituiria o presidente já estava sendo tramado na caserna. Em fins de agosto de 1963, na sede do comando geral da PMMG, localizado no primeiro andar de um prédio de linhas neoclássicas onde funciona hoje o Centro de Cultura do Banco do Brasil, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, o general Olímpio Mourão Filho, recém-empossado no comando da 4ª Região Militar (4ª RM); o general Carlos Luís Guedes, comandante da Infantaria Divisionária-4 (ID-4); o comandante geral da PMMG, coronel José Geraldo de Oliveira; e o chefe do Estado-Maior da Corporação, coronel Afonso Barsante dos Santos,²⁴⁹ travaram o seguinte diálogo: “comandante, o senhor não acha que nós temos que pôr esse presidente da República para correr? Eu acho que as Forças Armadas não podem ficar inativas diante da situação que o Brasil está passando. E eu conto com a Polícia Militar.”²⁵⁰

O convite para que a PMMG participasse de uma conspiração para depor João Goulart foi feito por Mourão Filho em sua primeira visita oficial aos organismos militares do Estado, depois de assumir o comando da 4ª RM. Em agosto de 1963, quando Mourão já conspirava contra o presidente da República, o governo Jango tentava livrar-se do fantasma da crise cíclica na economia. No ano anterior, a inflação havia chegado a 52% e não havia sinais de que recuaria. Com o fim do sistema parlamentarista, sepultado pelo plebiscito em janeiro de 1963, Jango tentava recuperar sua autoridade política.

Em setembro de 1963, os comandantes militares Mourão Filho e o Carlos Luís Guedes tiveram uma reunião com o governador Magalhães Pinto, na qual foi discutida a formação de um estado-maior revolucionário em Minas Gerais. Em seguida, os dois generais estabeleceram contatos para as operações com o coronel José Geraldo de Oliveira.²⁵¹

Em outubro, a conspiração militar contra o governo já começava a ganhar corpo em vários outros estados. Magalhães Pinto acreditava ser possível um levante armado, mas defendia a espera de melhor oportunidade para deflagrar o



movimento. Por isso, não aceitou a proposta de Mourão Filho de que preparasse um manifesto a ser assinado pelos governadores do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, conclamando o povo e as Forças Armadas a derrubarem Goulart do governo. Entretanto, planos mais detalhados começaram a ser delineados com o objetivo de transformar Minas numa fortaleza de resistência, caso os setores leais ao presidente reagissem militarmente.²⁵²

O projeto, que vinha sendo arquitetado também com o apoio de Magalhães Pinto, previa, no caso de uma reação armada contra a deposição do presidente, o fechamento das fronteiras do estado, que se transformaria em uma unidade autônoma no País. A expectativa era de que o conflito entre as tropas do general Mourão e as que fossem leais ao presidente durassem, pelo menos, três meses. Para isso, além do fechamento das fronteiras, por tropas da PMMG, o governo abriu inscrições para voluntários. Até 31 de março de 1964, cerca de 16 mil pessoas se alistaram como voluntárias nos dois postos de inscrição. Todos usavam uma braçadeira verde e amarela com um triângulo. Um posto funcionava no DI da PMMG no Bairro do Prado, zona oeste da Capital. O outro se localizava no grupo escolar [hoje Escola Estadual] Pandiá Calógeras, no Bairro Santo Agostinho, região central, de onde a partir do dia 31, instalado o quartel general das forças militares, emitiam-se ordens dos comandantes do Exército e da PMMG.²⁵³

Em dezembro de 1963, mal se refez do levante dos fuzileiros navais e soldados da Aeronáutica, ocorrido apenas dois meses antes, o presidente teve de enfrentar outra briga com os militares, desta vez com os oficiais da Marinha, que reagiram à nomeação do almirante Cândido Aragão para comandar o Corpo de Fuzileiros Navais, por meio de um manifesto. Os assinantes foram todos presos.

O mesmo almirante Aragão foi protagonista de outro episódio, que acabou por aguçar ainda mais os ânimos da caserna contra o presidente. No dia 25/03/1964, marinheiros e fuzileiros navais voltaram a rebelar-se, desta vez em protesto contra a detenção aos diretores da associação dos marinheiros e fuzileiros navais. A prisão dos dirigentes ocorreu porque se manifestaram a favor das reformas de base anunciadas por João Goulart no dia 13 de março daquele ano e prestaram homenagem aos trabalhadores da Petrobras pelo ato de o presidente encampar as refinarias particulares de petróleo. A conduta foi considerada uma transgressão disciplinar pelo ministro da Marinha, almirante Silvio Mota. Entre os que participaram do protesto estava o almirante Aragão. No dia seguinte, os marinheiros rebelados se entrincheiraram no Sindicato dos Metalúrgicos, dispostos a resistirem a cerca de 500 soldados do Exército, que aguardavam ordem do ministro da Marinha para invadir o prédio. Afastado do comando do Corpo de Fuzileiros Navais, Aragão recebeu ordem de prisão. Os rebeldes foram detidos,



libertados logo em seguida e, a contragosto dos comandos militares, anistiados por João Goulart, que, no dia 27 de março, reconduziu Aragão ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais.

A postura de João Goulart em face das contradições internas à hierarquia militar irritou ainda mais as Forças Armadas. Oficiais da Aeronáutica e do Exército solidarizaram-se com seus colegas da Marinha nas críticas ao presidente. Para agravar a crise, na noite do dia 30, véspera do levante, o primeiro mandatário do País, contra a vontade de alguns de seus auxiliares mais próximos, decidiu comparecer a uma reunião de sargentos e subtenentes no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Poucas horas depois, o fantasma do golpe deixava os quartéis e ganhava as ruas.

A tão propalada resistência legal pelo “dispositivo militar” de Jango não ocorreu. Os trabalhadores e demais setores populares que foram à greve e às ruas não reuniram condições e forças efetivas, suficientes para deterem a reação política em marcha. Em Ipatinga, a notícia do golpe chegou ainda na manhã do dia 1º de abril, quando José Deusdedith “Serrinha” Chaves, uma das principais figuras pertencentes à nascente safra de militantes políticos à esquerda surgidos em Ipatinga após o massacre, havia ido ao cartório registrar o filho recém-nascido.

“Serrinha” afirma que, naquele momento, não tinha uma noção clara sobre a dimensão do movimento. “Eu nem sabia que eles estavam prendendo.”²⁵⁴ No seu depoimento, disse que tão logo a notícia da deposição do presidente chegou a Ipatinga, reuniu os integrantes do “grupo dos 11”, ao qual pertencia, para discutir a quem seus integrantes iriam seguir na falta do presidente. Entretanto, segundo ele, só muito depois ficaram sabendo que todos os principais dirigentes nacionais dos trabalhadores já estavam presos. Naquele mesmo dia, o golpe militar deixou de ser uma notícia distante e passou a fazer parte de seu cotidiano.

Caio Navarro de Toledo considera a frágil resistência, como a encontrada em Ipatinga, fruto da própria fragilidade nas fileiras da esquerda:

O golpe encontrou as esquerdas fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, isoladas das grandes massas populares e sem nenhuma estratégia política para resistir à ação deflagrada. Subordinadas e vinculadas ao populismo janguista, não conseguiram as organizações populares sindicais vislumbrar e implementar uma ação independente face ao “capitulacionismo” do governo Goulart. Com uma crescente retórica radical e pseudorrevolucionária no pré-64, as esquerdas mostraram-se inteiramente inertes e desorientadas frente à ação militar, amargando uma derrota arrasadora e desmoralizante. As massas populares e trabalhadoras não deram um passo a não ser em casos isolados – em defesa do governo populista, assistin-



do passivamente ao dismantelamento de suas organizações políticas e sindicais, bem como à prisão de suas lideranças mais expressivas. Como um castelo de cartas, desabou a chamada Frente Democrática, que reuniria operários, camponeses, militares nacionalistas e estudantes – na época considerada uma força sólida e inexpugnável diante de qualquer veleidade golpista, acreditavam as lideranças de esquerda.²⁵⁵

Tentando classificar as análises sobre o golpe de 1964, Lucília de Almeida Neves opina que há quatro linhas de pensamento.²⁵⁶ A primeira, que seria de natureza estruturalista e funcional, vincularia a deposição do presidente à dimensão de longo tempo e, portanto, a problemas quase que inerentes à própria forma como a sociedade brasileira se organizou ao longo dos últimos séculos, com destaque para o subdesenvolvimento e o atraso na industrialização. A segunda corrente enfatizaria o caráter preventivo da intervenção militar: seria uma ação para se evitarem as possíveis transformações no sistema econômico e político brasileiro, determinadas pela ascensão de segmentos tradicionalmente explorados, oprimidos e sem influência nas decisões políticas, como os trabalhadores.

Uma terceira corrente trabalharia com a ideia de que a ruptura da ordem política então vigente teria resultado de uma ação conspiratória por parte dos seguintes segmentos sociais e organizações: as forças anticomunistas; os setores conservadores das Forças Armadas, alguns deles vinculados à Escola Superior de Guerra; uma parte expressiva dos grandes empresários brasileiros e dos latifundiários; as frações conservadoras da Igreja Católica; o capital internacional que tinha interesse no Brasil; entre os partidos políticos, principalmente a UDN. Assim, o golpe seria uma conspiração conjuntural. A quarta e última linha de análise, além da situação da época, consideraria como componente da ruptura política a falta de compromisso, tanto dos grupos de esquerda quanto de direita, com a manutenção do regime democrático, colocando todos os antagonistas – os defensores da legalidade constitucional e os golpistas de 1964 – nos mesmos saco e grau de responsabilidade.

Os rumos do golpe militar

De qualquer forma, sem endossar quaisquer tentativas de simplificar e esquematizar um processo tão complexo, o massacre de Ipatinga ocorreu em um contexto muito delicado. A sua eventual repercussão poderia transformar-se em uma pedra no sapato dos conspiradores mineiros não fosse a pronta intervenção do governo estadual no conflito, que, assim, ficou restrito ao Vale do Aço.

Para entender o seu significado, é importante analisar o contexto político da época. A Usiminas era uma siderúrgica estatal cujo maior acionista, o governo



federal, associava-se com sócios japoneses.²⁵⁷ No epicentro do conflito estava a PMMG, cujo comandante maior era o governador Magalhães Pinto, que, mais tarde, quando da deposição do presidente, seria alçado à condição de uma das principais expressões civis do movimento.

Quando o conflito de Ipatinga eclodiu, uma das primeiras reivindicações dos metalúrgicos foi a substituição da PMMG por tropas federais, do Exército, no policiamento de Ipatinga. O pedido foi feito por rádio, no dia 7 de outubro, por Gil Guatimosim. Em depoimento à comissão de sindicância aberta pela Usiminas para apurar as causas do conflito, o diretor de Relações Industriais alegou que a animosidade dos trabalhadores em relação à PMMG era tanta que a sua presença poderia complicar ainda mais a situação. “Eu mandei passar rádio²⁵⁸ de Acesita, pedindo que o reforço a ser enviado fosse de forças do Exército, porquanto o pessoal estava inteiramente indisposto com a polícia.”²⁵⁹

Tal foi a situação que o secretário de Segurança de Minas, Caio Mário da Silva Pereira, e o comandante geral da PMMG, coronel José Geraldo de Oliveira, encontraram em Ipatinga na tarde de sete de outubro. Foi esse oficial quem, pessoalmente, procurou restabelecer a autoridade do governo de Minas junto aos metalúrgicos, ao negociar a volta ao trabalho e à renúncia a represálias à ação da tropa policial militar.²⁶⁰



Figura 16 - O secretário de Segurança de Minas, Caio Mário da Silva Pereira, de terno, e o comandante-geral da PMMG, José Geraldo de Oliveira, chegam a Ipatinga no início da tarde do dia 7 de outubro de 1963, em busca de um acordo que pusesse fim à crise.

Fonte: Fialho Pacheco / Estado de Minas



O pedido de substituição da PMMG pelo Exército foi feito, também, pelo presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro, na tarde do dia 7, durante uma reunião com o secretário e o comandante da tropa. Ante as promessas de que as atrocidades cometidas contra os trabalhadores não voltariam a repetir-se e de que os responsáveis seriam todos punidos, o dirigente sindical resolveu dar um voto de confiança ao governo do estado. Em resposta, Caio Mário lhe agradeceu pelo apoio, especialmente em relação à substituição da PMMG pelo Exército no policiamento de Ipatinga.²⁶¹

José Geraldo de Oliveira afirmou que, se o Exército tivesse sido chamado ao Vale do Aço, é possível que os rumos ou o desenho do levante que derrubaria o presidente João Goulart tivessem sido outros, pois a medida equivaleria de certa forma a uma intervenção do governo federal na PMMG, ainda que a requisição tivesse partido do próprio governo mineiro. É possível supor que se o deslocamento de tropas federais tivesse ocorrido, a história do Brasil poderia ter tomado outro caminho: “A revolução de 64 não teria ocorrido.”²⁶² Hipóteses à parte, o fato é que em outubro de 1963, com o fim do conflito aberto entre os trabalhadores da Usiminas, a empresa e a PMMG, cortou-se o elo que poderia constituir uma ligação direta entre a dura realidade do Vale do Aço e o contexto político nacional. Ipatinga saiu do noticiário da imprensa tão rapidamente quanto entrou. Logo em seguida, os metalúrgicos retomaram a sua rotina.

Na prática, o conflito gerou a primeira – e de curta duração – safra de dirigentes sindicais de oposição à Usiminas. Uma de suas expressões era o “Serrinha”, um dos militantes do Grupo dos 11 no Vale do Aço. Segundo sua informação, as reuniões ocorreram publicamente, no período compreendido entre o massacre e o golpe de 1964. Como o PCB e o PCdoB, como outras organizações de esquerda, estavam proscritos, todos os militantes da nascente esquerda de Ipatinga militavam no PTB.

Antes do golpe, chegamos a reunir o pessoal até mesmo em praça pública, ou dentro da usina, em pleno horário de trabalho. A gente chamava o pessoal e passava todas as informações e orientações em reuniões sobre a Supra²⁶³ e o Grupo dos 11. Não havia muita perseguição política porque o João Goulart era presidente da República. Estávamos fazendo aqui um movimento que tomava uma dimensão muito boa. Muita gente diria, mais tarde, que se não fosse o golpe militar, a Revolução poderia ter começado aqui.²⁶⁴

Porém, com o golpe militar, cinco meses após o massacre, o movimento seria aniquilado, já que todos os principais dirigentes à esquerda em Ipatinga foram

presos. O resultado foi o seguinte: as diretorias do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga e Região (Sindipa), que seria fundado em 1º/05/1965, manteve por longos anos a mesma tradição político-sindical.

Os trabalhadores reclamavam sobre as perdas

No Brasil dos anos 1960, a deterioração da capacidade para comprar, por parte dos trabalhadores, também gerava tensão social. Após a euforia do ciclo desenvolvimentista patrocinado pelo governo de Juscelino Kubitschek, quando o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a crescer a taxas de 10,8% e 9,8% ao ano, como ocorreu, respectivamente, em 1958 e 1959, a economia nacional retornou à crise cíclica. A inflação voltou a assustar. Em 1962, o custo de vida subiu 52%, número que pulou para 79% no ano seguinte, um número recorde na história do País até então. Por outro lado, o crescimento econômico perdia forças. Em 1963, o PIB cresceu apenas 0,6%, a menor taxa desde 1947.

A fase de expansão capitalista nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial não significou aumento real de salários para os trabalhadores. Segundo o economista Francisco Oliveira, entre 1944 e 1951 o poder aquisitivo do salário mínimo foi reduzido à metade.²⁶⁵ Entre 1952 e 1957, houve recuperação e declínio, dependendo de acordos dos governos com o movimento sindical. No período seguinte, entre 1957 e 1964, houve nova recuperação do salário mínimo real, tendência que apresentou recuo após 1964.

Em dois momentos, durante o ano de 1962, uma parte dessas perdas foi amenizada. Em julho, o governo federal instituiu o 13º salário. Em dezembro, reajustou o salário mínimo em 50%, aumento que não satisfez os sindicalistas. Benedito Cerqueira, membro da direção nacional do CGT o considerou insuficiente para aliviar a “situação aflitiva” em que se encontrava o trabalhador brasileiro na época.²⁶⁶

As duas medidas só foram alcançadas após intensa mobilização dos Sindicatos. Em agosto de 1962, durante o IV Encontro Nacional Sindical, que resultaria na criação do CGT, foi aprovado um “plano de ação imediata” por meio do qual os trabalhadores reivindicavam alguns direitos mínimos: a revisão dos níveis salariais; a aprovação dos projetos que instituíam o salário família e a aposentadoria aos 30 anos de trabalho; a jornada de trabalho com seis horas para mulheres.²⁶⁷

O pagamento do 13º salário já era reivindicado há vários anos pelos trabalhadores. A conquista da Lei que instituiu o benefício foi acompanhada de uma série de mobilizações, sobretudo no final de 1962, com o objetivo de fazer com que, em dezembro daquele ano, o 13º fosse pago pela primeira vez. Durante os



meses de novembro e dezembro, os Sindicatos ameaçaram deflagrar um movimento grevista caso tal reivindicação fosse protelada. A polêmica foi parar na Justiça, saindo os trabalhadores vitoriosos.

Os sindicatos lutavam por uma central sindical

No plano específico da luta sindical, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela mobilização de Sindicatos, federações e confederações pela construção de um organismo sindical nacional, capaz de representar todos os trabalhadores do País, o que era proibido pela CLT. Tal discussão permeou os primeiros anos na década de 1960, até que, em agosto de 1962, durante o IV Encontro Nacional Sindical, 3,5 mil entidades sindicais fundaram o CGT, que, ao longo de seus dois anos de funcionamento, nem chegou a ser legalizado. O golpe de 31 de março de 1964 o colocou na clandestinidade.

O reconhecimento do CGT como organismo representativo máximo dos Sindicatos trabalhistas era uma das principais polêmicas travadas entre o movimento, João Goulart e os dirigentes sindicais. Criado em agosto de 1962, à revelia do Estado, o Comando tinha sua legalidade questionada pelo governo federal, apoiado no dispositivo celetista que proibia a criação de organizações sindicais gerais, articuladoras e unificadoras de várias categorias econômicas. Na hierarquia desenhada pela Lei vigente, o máximo aceitável eram as confederações nacionais que representavam apenas Sindicatos e federações de uma só categoria profissional.

Para a criação do CGT, foi fundamental a mudança na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Maior organismo sindical brasileiro, com cerca de 1,1 milhão de filiados, a Confederação era presidida, até então, por Diocleciano de Holanda Cavalcanti, que era contrário à criação do Comando. Em novembro de 1961, foi substituído por Clodesmidt Riani, um dos principais defensores da criação imediata do CGT. A CNTI, por ser a mais forte entre todas as confederações e federações nacionais, iria bancar a infraestrutura local para as reuniões do CGT.

Em 1962, a criação do CGT aconteceu quando o movimento sindical se encontrava em um momento de transição. Até então, a maior parte das reivindicações era setorial. Todavia, no mesmo ano, o Comando assumiu uma postura mais ampla, que incorporava as lutas políticas, priorizando as reivindicações de natureza geral e conjuntural. Em julho de 1962, como consequência da greve geral vitoriosa contra a posse de Auro de Moura Arantes como primeiro-ministro de



João Goulart, praticamente todas as reivindicações dos trabalhadores tinham sentido político.

As exigências eram as seguintes: reforma agrária “radical”; reforma urbana; reforma bancária; “repulsa” ao Fundo Monetário Internacional (FMI); encampação das empresas estrangeiras que exploravam serviços públicos; instituição do monopólio estatal na aviação civil; revogação de “todo e qualquer” acordo lesivo aos interesses nacionais. Apenas três itens podiam ser considerados específicos. Conforme Delgado²⁶⁸ a participação nos lucros das empresas; a aprovação da lei que regulamentava o direito de greve; a aprovação da lei que instituía o 13º salário. Todavia, esses também tinham claro viés político.

Ainda segundo Delgado, no dia 21/10/1963, em São Paulo, cerca de 700 mil trabalhadores de categorias diversas entraram em greve por aumento salarial de 100%. Entretanto, embutida em uma reivindicação inicialmente econômica, estava outra, de caráter político: os sindicalistas pretendiam modificar a CLT no item que proibia a negociação salarial unificada. A greve durou uma semana e, ao final, conquistou aumentos salariais à base de 80%.²⁶⁹

Dois cenários, conectados e distintos

Ainda que se admita, no caso de Ipatinga, uma conexão de causalidade entre os cenários políticos conjunturais nacional, estadual e local, essa vinculação deve ser caracterizada como relativa, indireta e mediata. Tal ressalva se contrapõe à ideia, alimentada e difundida ao longo dos anos, de forma elaborada ou espontânea, de que a repressão aos operários do Vale do Aço pela PMMG tenha sido parte de uma espécie de teste macabro, concebido pelo governo Magalhães Pinto para saber como a classe reagiria no caso das possíveis mudanças do regime político e ocupação do governo federal pelos militares.

Nos depoimentos tomados pela polícia, nos dias que se seguiram ao massacre, inexistem quaisquer evidências de que os trabalhadores da Usiminas estivessem preocupados com as grandes questões nacionais. Semelhante conclusão é sustentada pelo jornalista Marcelo Freitas²⁷⁰ e pela historiadora Marilene Tuler,²⁷¹ dois pesquisadores sobre o evento em tela. Tuler, em particular, informa que não encontrou qualquer indício razoavelmente seguro sobre a existência, no período anterior ao massacre, de sindicalistas comunistas no universo dos rebeldes.

A única informação disponível a respeito se refere a uma data em torno de 1961. Consta, em uma ficha do DOPS-MG, que um agente sugeriu, sob o título de “penetração comunista na Usiminas”:



a) convém prevenir o coronel Célio, encarregado da seleção do pessoal da Usiminas de que elementos recém-lançados pelo Partido, cujos nomes ainda não constam dos fichários do DOPS, estão sendo admitidos, como operários daquela empresa; [...] b) seria prático sindicatar nas localidades de origem desse pessoal.²⁷²

Todavia, a Usina só foi inaugurada no ano seguinte. O mais provável é que as referidas contratações estivessem acontecendo nas empreiteiras. A denúncia é genérica, sem citar número ou nomes, e a única a respeito. Se houve alguma ação deliberada para organizar o PCB no distrito de Ipatinga, o que jamais foi confirmado, é forçoso reconhecer que teria ficado aquém do resultado almejado. No máximo, teria obtido uma implantação débil e inicial, insuficiente para articular e dirigir, após dois anos de existência discreta, um levante tão forte. Aliás, tal documento, anterior a 1964, nem sequer foi localizado e utilizado pela defesa dos policiais militares envolvidos no massacre.

Tuler e Freitas²⁷³ afirmam que, nas 10 páginas que compõem o relatório final do IPM sobre o massacre, o major Sílvio de Souza faz uma descrição detalhada dos acontecimentos e de seus antecedentes, e em nenhuma parte menciona a existência de militantes de esquerda que teriam sido deslocados para Ipatinga antes de outubro, com o objetivo de tumultuar a relação entre os trabalhadores e a empresa. Pelo contrário, admite que os policiais exageraram no uso da violência, como na noite de 6 de outubro, quando ocorreu a ocupação dos alojamentos da empreiteira *Chicago Bridge*, "onde cerca de 300 trabalhadores foram detidos e tratados de maneira desumana, não condizente com nossos foros de civilização"²⁷⁴

O documento é a demonstração cabal de que as motivações prioritárias estavam relacionadas: às más condições de trabalho, aos maus-tratos efetivados pelos vigilantes da companhia e os próprios soldados da PMMG; às deficiências de alimentação, transporte e moradia. A questão salarial era importante. Porém, já equacionada pelo menos ao nível do Sindicato, porque em 6 de outubro o Metasita fechou um acordo que garantiu um aumento, que vinha sendo negociado desde julho e tratava apenas da remuneração. Segundo o então presidente do Sindicato, Geraldo Ribeiro, quando as duas partes chegaram a um entendimento, o clima era dos melhores, não havendo razões para a realização de greve ou muito menos qualquer movimento de natureza política. O que havia ficado para encaminhamento posterior estava relacionado às condições de trabalho oferecidas pela empresa.²⁷⁵



Outra ressalva importante diz respeito à existência em Ipatinga, antes de outubro, de um Grupo dos 11, como eram denominados os organismos locais cuja criação era incentivada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para garantir a permanência do presidente João Goulart no poder e, ao mesmo tempo, fazer frente a uma eventual tentativa de depô-lo. Nos depoimentos colhidos no início do IPM, não há referências à existência de tal organização antes de outubro de 1963. A historiadora Marilene Tuler, autora do livro “Massacre de Ipatinga: mitos e verdades”, entrevistou José Deusdedith Serrinha, um dos principais dirigentes surgidos no Vale do Aço após o massacre, obtendo a resposta assertiva de que o Grupo dos 11 fora criado como resposta aos acontecimentos de 6 e 7 de outubro. “Aqui em Ipatinga só existiu o nosso Grupo dos 11. E ele foi formado após o massacre de Ipatinga.”²⁷⁶

A mesma tese foi defendida pelo jornalista Marcelo Freitas, autor do livro “Não foi por acaso”,²⁷⁷ sustentando que os trabalhadores da Usiminas se encontravam em um estágio de comportamento espontâneo, sem referência nos grandes embates políticos nacionais, sem militância orgânico-partidária revolucionária e sem uma consciência de classe além da esfera sensível. Boa parte era originária de áreas rurais onde a luta de classes estava em um estágio elementar – portanto, sem qualquer experiência orgânica anterior nas áreas sindical e política, embora se tenha notícias sobre alguns conflitos agrários no Vale do Rio Doce.

De acordo com o autor, todo o processo de implantação da Siderúrgica se deu em um período muito curto de tempo. Ainda que o Metasita procurasse conferir aos trabalhadores da Usiminas um mínimo de representação – que resultou, por exemplo, no acordo salarial firmado em 6 de outubro – Freitas julga exagerado supor que já estivessem tão organizados e politizados quanto seus companheiros dos grandes centros. Também contribuiu para o predomínio do “economicismo” corporativista no Metasita a tradicional postura de seu presidente, Geraldo Ribeiro: sempre se negou a aceitar os insistentes apelos de Clodesmidt Riani para que filiasse o Metasita ao CGT. Em “Não foi por acaso”, o sindicalista narra que o dirigente nacional chegou a lhe propor, pela filiação jamais ocorrida, a nomeação para fiscal do Imposto Sindical, o que lhe renderia uma remuneração mensal extra equivalente a cinco vezes a remuneração recebida como presidente do Metasita:

Eu não concordava com greves políticas. Eles pressionavam o governo tentando coisas que eu achava que não eram coisas certas. Coisas que não eram da esfera sindical. Eles estavam querendo mandar no governo. E a verdade é que eles mandavam.²⁷⁸



A fundação da Usiminas

A construção de uma usina siderúrgica que realizasse o processamento, no próprio Estado, do minério de ferro local era uma antiga reivindicação de políticos e empresários mineiros. O projeto começou a ser desenhado na época do governo Getúlio Vargas, que foi o responsável pelo início da exploração em grande escala do minério de ferro extraído na região de Itabira e que se destinava, em boa parte, à exportação. Porém, o plano foi adiado, tendo em vista a decisão de Vargas de priorizar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CNS) no município de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro.

Com a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira na presidência da República, em janeiro de 1956, o propósito voltou à tona, capitaneado pela Federação das Indústrias no Estado de Minas Gerais (FIEMG), que articulou, em abril de 1956, um grupo de capitalistas para realizá-lo. Porém, o início da construção aconteceu apenas dois anos depois, com a entrada de novos sócios: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o conglomerado monopolista-financeiro japonês *NipponSteell Corporation*.

As obras da usina se deram em ritmo acelerado, de vez que incluídas no Plano de Metas do governo federal, cujo slogan era “50 anos em cinco”. Em outras palavras, o objetivo era fazer, em apenas cinco anos, o que em condições normais demoraria meio século. O Plano era composto por 30 metas, sendo o desenvolvimento da siderurgia foi a 19ª do setor “indústria de base”. A sua finalidade consistia em duplicar de um para 3,5 milhões de toneladas a capacidade produtiva de aços em lingotes até 1965. Pretendia-se transpor o Brasil fortemente agrícola para outro Brasil, urbano e industrializado.

A pedra fundamental da Usina Intendente Câmara – assim batizada em homenagem a um engenheiro e senador mineiro contemporâneo do Império – foi lançada em agosto de 1958, em solenidade que teve a participação do presidente Juscelino. A escolha do local se deveu, entre outros fatores, à proximidade (cerca de 100 km) das minas ferríferas de Itabira, que eram exploradas por outra estatal, a Companhia Vale do Rio Doce. Também pesaram os fatos de que a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) tangenciava o terreno da futura usina e a usina hidrelétrica de Salto Grande – pertencente à empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais, hoje Companhia Energética de Minas Gerais – se localizava na região.

Das obras que construíram a hidrelétrica foram transferidas as primeiras três casas para Ipatinga, onde se instalariam os topógrafos enviados para mapear o terreno e escolher o local apropriado à planta industrial. Quando os peões



pioneiros chegaram ao sítio, havia apenas um povoado – não mais de 100 casas, cerca de 500 habitantes – localizado, segundo Tuler, no entorno da Estação Pedra Mole, às margens do Rio Piracicaba, atual Bairro Cariru. O território da usina, onde hoje se localiza Ipatinga, pertenceu aos municípios, primeiramente, de Antônio Dias e, posteriormente, de Coronel Fabriciano.

A área foi considerada, até o início do século XX, como um vazio demográfico, o que, segundo a historiadora, é questionável, pois até então era habitada por etnias originárias, fato tido como um dos fatores que retardaram a ocupação regional. Outras razões foram: presença de uma vegetação fechada – a Mata Atlântica, tipo de floresta constituída por árvores de grande porte e com copas densas –; alta incidência de doenças, como a febre amarela e a malária.²⁷⁹ Nesse cenário, o começo da sobreposição social na região se deu com a construção da EFVM, nos anos 1920. Em agosto de 1922 se iniciou, ainda de acordo com Tuler, a construção da Estação Ferroviária no quilômetro 457 da ferrovia, atual Estação Intendente Câmara, nas proximidades do encontro entre os rios Doce e Piracicaba.²⁸⁰

A implantação da ferrovia propiciou a instalação de usinas. Primeiramente, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em João Monlevade, em 1937. Depois a Acesita, em 1944.²⁸¹ O povoado de Ipatinga nasceu graças à atividade madeireira, que visava fornecer o carvão necessário ao funcionamento dessas siderúrgicas. Em 1928, uma parte da área, denominada Pedra Mole, foi adquirida ao governo do estado pelo empresário Alberto Giovanini, que em 1936 a revendeu à Belgo-Mineira, afinal responsável pela exploração de carvão vegetal na região. Para tanto, montou um acampamento no povoado de Ipatinga e uma escola primária onde hoje se localiza o centro da cidade.

Em 1949, a prefeitura de Coronel Fabriciano conseguiu, junto à Belgo, a posse das terras onde ficava o acampamento pioneiro. Em 12/12/1953, Ipatinga, então um pequeno núcleo urbano formado por cerca de 40 residências, foi elevado a distrito de Coronel Fabriciano pela Lei nº 1.039, conforme depoimento do engenheiro Gil Guatimosim, à época assistente da Superintendência de Construções Civis. Atualmente, segundo Tuler, ainda existem vestígios da estação ferroviária original de Ipatinga, cujos primeiros passageiros eram carvoeiros cujo trabalho abasteciam, principalmente, a antiga Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Gil Guatimosim descreveu a região de Ipatinga como uma imensa área de reflorestamento da Belgo-Mineira.²⁸²

Quando da construção da usina, alguns desafios tiveram que ser vencidos para cumprir-se o cronograma da obra. Uma viagem de trem demorava 12 horas: começava em Belo Horizonte, entre 21 e 22h, com a chegada da composição



somente no final da madrugada à estação de Nova Era, onde os passageiros teriam que fazer uma baldeação, embarcando no trem seguinte, que os levaria a Ipatinga, chegando por volta das 9h30 do dia seguinte. Outro obstáculo, já para o transporte de máquinas e equipamentos, era a transposição da Serra do Espinhaço, entre João Monlevade e Timóteo. Para que os caminhões passassem na época chuvosa, a Usiminas manteve dois tratores – um no alto e outro na parte inferior da rodovia – que rebocavam os caminhões porventura atolados.

Dessa forma, segundo o engenheiro Janot Pacheco – durante a obra diretor comercial da empresa –, foi possível evitar que as deficiências infraestruturais comprometessem os prazos estipulados.²⁸³ Considerando-se tais adversidades, a planta só foi concluída sete meses após a data prevista, segundo o engenheiro Luiz Verano, chefe geral das Obras de Construção da Usina.²⁸⁴ Todavia, outros obstáculos teriam que ser enfrentados e superados, como a elevada incidência de malária na região.

Havia a expectativa de que a propagação da doença retrocedesse à progressão das obras, pois, com a construção da usina, os brejos seriam drenados, eliminando-se ou restringindo os locais onde se procriavam o mosquito transmissor. A solução, de acordo com Paulo Pinto, chefe dos serviços médicos da empresa, foi descartar nos alagados o óleo queimado produzido pelos motores. O Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU) também aplicava o inseticida DDT.²⁸⁵

O nascimento de Ipatinga

Tão logo as primeiras notícias sobre a construção da Usiminas foram divulgadas, um contingente enorme de pessoas, em número muitas vezes maior do que o previsto e necessário, passou a afluir para Ipatinga. Surgiu, assim, para os responsáveis da obra, um problema a mais: como fazer a seleção e o treinamento de pessoal em tempo recorde? Era preciso, também, alojá-los e oferecer-lhes a infraestrutura mínima, em termos de alimentação, saúde e transporte, entre outros serviços básicos. Tudo isso sem contar com outro agravante: boa parte dos homens que constituíam a força de trabalho trazia mulher e filhos, que também teriam de ser abrigados.

Raimundo Anício, um dos pioneiros do comércio em Ipatinga, conta que no auge da migração, a situação chegou a ser caótica:

O trem descarregava na estação, que era aqui pertinho, 50, 100, 200, 300 famílias. Algumas vinham com a família e outras não. Então, não havia nada que chegasse. No princípio, as empreiteiras aceitavam o pessoal, mas chegou num ponto que não tinha onde colocar mais, porque era muita gente. O pessoal vinha e trazia o problema social para Ipatinga. Eles



vinham e não tinham dinheiro para voltar. Numa barraquinha coberta de qualquer coisa, a gente encontrava o pai, a mãe, dois ou três filhos. Ficavam lá, naquela miséria.²⁸⁶

Antes, a partir dos anos 1920, houve um primeiro fluxo migratório em direção a Ipatinga, que fora responsável pelo surgimento do distrito. O segundo começou por volta de 1955 e se intensificou na primeira metade dos anos 1960, com a notícia da construção da siderúrgica. De 1966 em diante, verifica-se uma forte redução migratória, como ilustra um estudo (Quadro I) realizado em 1972 pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Quadro I – Fluxo migratório rumo a Ipatinga

Anos	% dos chefes de família entrevistados
1970-1971	15
1968-1969	11
1966-1967	10
1962-1965	38
1956-1961	24
1950-1955	1
1945-1949	0
Antes de 1945	2

Fonte: DCP/UFMG (1971)

O mesmo estudo revelou que 56% das pessoas que se dirigiam para Ipatinga eram de origem rural ou quase rural, pois vinham de municípios com menos de 5 mil habitantes (Quadro II).

Quadro II – Origem dos chefes de família migrantes para Ipatinga

Urbanização do município de origem	Onde nasceu	Onde viveu entre 5 e 15 anos	Onde viveu antes de ir para Ipatinga
Até 5mil habitantes	56%	53%	42%
Entre 5mil e 19.999	30%	29%	24%
Entre 20mil e 99.999	11%	14%	18%
Mais de 100 mil	3%	4%	16%
Total	100%	100%	100%

Fonte: DCP/UFMG (1971)



O resultado foi a “favelização” precoce do povoado. As pessoas que se dirigiam a Ipatinga, mas não conseguiam emprego nas empreiteiras que trabalhavam na construção da Usiminas, iam estabelecer-se na “Rua do Buraco”, um aglomerado de barracos de madeira e sem nenhuma infraestrutura, localizado às margens do Ribeirão Ipanema, o principal curso d’água que atravessa Ipatinga. Nos anos 1980 e 1990, tal logradouro foi eliminado na aplicação dos programas voltados à reorganização espacial do centro.

Nos primórdios da cidade, os chegantes viviam em situação precária. A carência por moradia era tal que chegou a ocorrer em Ipatinga o aluguel de camas. O hábito foi descrito pelo vigário de Ipatinga nos anos 1960. As repúblicas de operários viviam tão lotadas que a cama passou a ser a referência de moradia, não o quarto ou a casa. “Um dormia tantas horas e ia trabalhar. O outro vinha, dormia na mesma cama e pagava por ela. No começo, isso era normal”, afirmou o padre Miranda.²⁸⁷

A precariedade na habitação atingia também os trabalhadores da Usiminas e das empreiteiras. No livro “O Massacre de Ipatinga”, o jornalista Carlindo Marques entrevistou Antenor Rodrigues, que tinha o registro 3.054 na Siderúrgica: o operário morava com a família e seus cinco filhos em uma casa de madeira, com apenas um quarto e cozinha, sem banheiro. Suas necessidades fisiológicas eram feitas no mato e o banho era tomado na bacia.²⁸⁸



Figura 17 - Ipatinga vista do alto no início dos anos 1960: moradores observam os barracos construídos às margens do ribeirão Ipanema, onde morava a maior parte da população pobre que migrou para o Vale do Aço em busca de emprego na Usiminas. Fonte: arquivo da Prefeitura de Ipatinga



A dualidade captada pelo sociólogo Cláudio Letro, que apontou a existência do paradoxo entre a construção da usina e o surgimento da cidade informal, consubstanciada na “Rua do Buraco”:

Embora parte do mesmo projeto nacional-desenvolvimentista, a usina siderúrgica e a cidade produziram dois efeitos contraditórios entre si. De um lado, um contingente de trabalhadores precários funcionais ao sistema formal, ainda que a ele integrado de maneira subordinada; de outro, um cenário habitado por parte deste contingente, que negava a ordenação e a racionalidade pretendidas para o espaço urbano da cidade moderna. Assim, o processo histórico de formação e desenvolvimento urbano de Ipatinga transcorreu segundo uma lógica que combinou, tensa e contraditoriamente, o enfrentamento entre a intenção de ‘apagar’ a Rua do Buraco do cenário urbano e a necessidade de integração subordinada e funcional de seus moradores.²⁸⁹

Assim, no início dos anos de 1960, a expressão que melhor define Ipatinga é a mesma que o escritor Zuenir Ventura usou para descrever o Rio de Janeiro em 1994: “cidade partida.” Essa divisão se apresentava de duas formas. Uma era a divisão da área urbana em duas, literalmente, pela linha da EFVM. À esquerda da ferrovia, na direção de Belo Horizonte para Vitória, ficava o centro da cidade – o primeiro núcleo urbano de Ipatinga, onde se incrustava a “Rua do Buraco” –, além dos bairros surgidos no rastro da Usiminas: Vila Celeste, Canaã, Iguaçu e Cidade Nobre. Ali foram morar, em boa parte, as pessoas que se mudaram para o Vale do Aço em busca de trabalho. À direita estava a chamada “Cidade Usiminas”, como eram denominados os bairros construídos para se abrigarem os seus empregados.

Da mesma forma, havia uma divisão e também segregação social dentro da própria “Cidade Usiminas”. Os engenheiros e as chefias superiores moravam em um mesmo bairro, localizado na parte leste da Usina: o Castelo. São casas amplas, sem muros de proteção e com um jardim frontal. Suas casas são de dois tipos: a dos chefes tinha 185m², com três quartos, duas varandas, abrigo, sala de estar, sala de refeição, escritório, cozinha, área de serviço e dois banheiros; a dos engenheiros tinha 201,95 m² e os mesmos equipamentos. Para os técnicos de nível intermediário, construíram-se os bairros Cariru e Horto, com três tipos de casas, todas com 84 m², sala, três quartos, banheiros, cozinha e coberta. Os operários menos qualificados moravam no alojamento de Santa Mônica, palco dos acontecimentos acontecidos no dia 6 de outubro, à noite, e no dia 7 de outubro, pela manhã.

Assim, havia uma segregação dentro da segregação. Tal ideia faz sentido porque, na “Cidade Usiminas”, um bairro era independente do outro. Fora da usina, engenheiros e chefes não tinham contato com seus subordinados, nem esses



com seus superiores, uma vez que cada bairro tinha sua vida própria, não sendo necessário qualquer deslocamento ao bairro vizinho, muito menos ao centro da cidade, onde estava a “Rua do Buraco”, com seus casebres miseráveis.

O mundo do trabalho em Ipatinga

A construção de uma planta industrial com o porte da Usiminas, em intervalo de tempo tão curto, transformou Ipatinga em uma região marcada pela precariedade. A cidade se apresentava com “favelização” precoce, além de baixa oferta e qualidade de serviços básicos, como educação, saúde e saneamento. Tais mazelas apareciam também no mundo do trabalho. No caso da Usiminas e de suas empreiteiras, dava-se, por exemplo, na terceirização da força de trabalho contratada pelas empreiteiras responsáveis pelas obras. No livro “Não foi por acaso”, Marcelo Freitas descreve o caso do operário Alvino Ferreira Felipe, que na manhã de 7 de outubro foi atingido pelos disparos na aglomeração em frente ao portão da usina, vindo a falecer.

Alvino foi para Ipatinga em busca de emprego na Usiminas. Não conseguiu e acabou contratado como trabalhador pela empresa A. B. Cavalcanti, especializada na prestação de operações terceirizadas para as empreiteiras maiores. A carteira de trabalho mostra que Alvino, no curto tempo de dois anos e três meses, foi contratado e demitido três vezes. Em outubro de 1963 estava desempregado e doente. Cinco meses antes, pela terceira vez, havia sido demitido pela A. B. Cavalcanti, que fornecia à Usiminas trabalhadores braçais para tarefas como capina, varrição ou serviços gerais, ou seja, para funções que não constituíam a atividade-fim da Usiminas. A empresa contratada recebia, como remuneração, um valor correspondente a 40% sobre o valor bruto da Folha.

Em 1963, a terceirização na força de trabalho era vista como uma atividade antiética e moralmente condenável, não sendo raros os casos em que era considerada, por alguns, como aluguel de mão de obra escrava. Foi assim que o jornalista Carlindo Marques Pereira a definiu no livro “Massacre de Ipatinga”. A analogia decorria, conforme Carlindo, da situação em que o operário recebia o salário em vales e era obrigado a fazer suas compras mensais em um armazém da própria empresa A. B. Cavalcanti. De fato, porém, tratava-se de trabalho proletário por excelência, inclusive com registro documental, embora associado à burla dos direitos trabalhistas e da pessoa física pelo capital.

O assunto foi tratado também em uma reunião especial da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da ALMG em Ipatinga, realizada em outubro de 2003 para relembrar os 40 anos do massacre de Ipatinga. Em depoimento, Geraldo Ribeiro, presidente do Metasita em 1963, descreveu um episódio que ilustra o



clima da terceirização. Certa vez solicitou reunião com um dos diretores da A. B. Cavalcanti. Chegando ao seu escritório percebeu que um revólver calibre 38 fazia as vezes de um prendedor de papel na mesa. O diálogo foi muito curto e logo o diretor da empresa lhe pediu que se retirasse: “o senhor saia daqui que eu não converso com sindicalista. Não tenho nada com Sindicato.” Em seguida, fez soar a campainha chamando um funcionário da segurança, a quem ordenou: “ponha esse moço para fora.” Ao sair, Geraldo Ribeiro conta que ainda o advertiu: “o senhor ainda vai ter notícias minhas.”²⁹⁰

A precariedade no mundo do trabalho em Ipatinga, no início dos anos 1960, apareceu de forma muito clara nos depoimentos colhidos por dois inquéritos abertos para apurar as causas do massacre. Um, pela própria Usiminas. O outro, pelo IPM. Em ambos, apareceram reclamações relacionadas à qualidade da refeição servida nos “bandejeões” da companhia, ao transporte, às condições dos alojamentos e, principalmente, à forma de atuação dos vigilantes.

As queixas quanto ao sistema de transporte foram relatadas por Jacy Portilho, um funcionário da Usiminas, em documento de 30/07/1963, dirigido a Makoto Inohe e Luiz Verano, que eram, respectivamente, o diretor de Operações e o chefe geral de Construção da Usina e da Cidade de Ipatinga. No documento, fazia uma série de reclamações sobre o serviço prestado pela empresa Mariano Pires, concessionária no serviço de transporte entre a usina e o Bairro do Cariru, onde residiam trabalhadores de nível intermediário da Usiminas. Jacy apontava os problemas que causavam o aumento da tensão, entre os quais a inexistência de um quadro de horários, a superlotação dos ônibus e a falta de troco, fato que obrigava os passageiros a pagarem sempre a mais pela viagem.



Figura 18 - O retrato da desigualdade: em Ipatinga, os trabalhadores iam na carroceria de caminhões; os militares, de ônibus. Fonte: arquivo da Prefeitura de Ipatinga



A carta denunciava os trágicos acontecimentos de outubro, de vez que advertia o destinatário sobre as “próximas, difíceis e dolorosas dificuldades”:

Raras são as viagens sem atritos, sem reclamações, sem gritos, sem palavrórios ofensivos a motoristas, numa evidente incompreensão e descaso da empresa de ônibus para a solução de tão desagradável e degradante situação, a que ninguém escapa, desde que embarque em um destes ônibus.²⁹¹

No caso dos trabalhadores de menor qualificação, o transporte era feito em caminhões que nem sempre davam tempo suficiente para os passageiros descerem ou subissem na carroceria, ocasionando acidentes. Logo após o massacre, a ALMG instalou uma CPI para apurar as causas do conflito. Em depoimento, o capitão Robson Zamprogno descreve:

Os homens eram carregados como porcos para trabalhar em caminhões, parecendo lata de sardinha. Era comum até eles dizerem que, de vez em quando, o motorista do caminhão dava uma freada que era para chacoalhar aqueles homens que estavam ali para melhor eles tomarem posição no caminhão.²⁹²

Outra reclamação referia-se à alimentação servida nos restaurantes da empresa. Tais queixas também foram levadas à CPI. O depoimento de Misaque Bernardino Ribeiro, funcionário do restaurante desde 11/06/1962, afirma que a comida era preparada com produtos de péssima qualidade, inclusive carne podre e arroz cheio de “marinheiro”, isto é, ainda com casca. Também revelou que as reclamações eram tratadas com descaso pela chefia do setor.

Misaque disse que, certa vez, um funcionário reclamou sobre o leite azedo servido aos funcionários. A queixa foi levada ao chefe da Seção de Alimentação da Usiminas, José Joaquim de Moraes, que, sem dar a devida atenção ao fato, ordenou: “toca o pau para frente”. Segundo o depoente, o episódio provocou a revolta de outros trabalhadores, que foram espancados pela polícia. Os problemas na alimentação também foram descritos por Almir de Paula, funcionário da empresa, em depoimento destacado por Tuler no livro “Massacre de Ipatinga: mitos e verdades”:

[...] tinha um restaurante só para os japoneses, no Bairro Cariru, onde funciona hoje a cooperativa. Existia o restaurante central, no Horto, chamado de “Bandeirão”, um restaurante chamado “Número Três”, na rua Eucalipto, e o “Número Quatro”. Esses dois últimos eram para o pessoal mais graduado.



Existia também o restaurante no alojamento dos engenheiros. Posteriormente, a empresa construiu outro lá nos alojamentos do Santa Mônica, onde funciona hoje a Academia Olguin. A alimentação era algo que preocupava, porque não era boa. Grande quantidade de alimento, às vezes, vinha mal temperada, mal cozida, de qualidade ruim. [...] Para se tomar refeição no bandeirão, capatazes guardavam as filas e, por qualquer motivo, dava “quebra-pau”. Era um aglomerado de pessoas de todos os lados, de índoles das mais rebeldes que se possa imaginar. Algo que assustava.²⁹³

Porém, na primeira metade dos anos 1960, considerando-se o cenário precário em que viviam os trabalhadores em Ipatinga, incluindo-se as deficiências no transporte e na alimentação, outro grave problema se destaca nos depoimentos colhidos durante as investigações que se seguiram ao conflito de 7 de outubro. Trata-se da violência com que os operários metalúrgicos e peões eram tratados pelo corpo de vigilantes da Usiminas e pelo destacamento local da PMMG, que mantinham relações de cumplicidade e colaboração no que se refere aos desmandos.

Um exemplo é o espancamento a Rodir Rodrigues, operador do laminador na usina, por volta de 22h no dia 6 de outubro, no horário de troca no turno da noite. Ao deixar o serviço, operário foi barrado na portaria pelos vigilantes, que lhe exigiram o documento de identidade e, sem explicar a razão, fizeram a sua retenção. Revoltado, retrucou. Naquele instante, passavam pela portaria quatro policiais, a quem o funcionário da vigilância tentou entregá-lo. Sem ter cometido crime algum, o laminador foge do local, passando a ser perseguido por vigilantes e policiais. Depois de alcançado, Rodir é espancado e transferido para o galpão do Serviço de Vigilância.

O episódio, presenciado pelos trabalhadores, gerou uma revolta em cadeia que levou à intervenção, ainda mais violenta, da PMMG nos alojamentos da empreiteira Chicago Bridge e de Santa Mônica, no Bairro do Horto, que ficavam próximos à confusão inicial. O espancamento de Rodir foi o ápice de um processo que se desenrolava desde o início da usina. Foi como se tivesse explodido o barril de pólvora em que se transformara a relação dos trabalhadores da Usiminas com o corpo de vigilantes e a PMMG. Os depoimentos colhidos durante o IPM, o inquérito da própria Usiminas e a CPI da ALMG estão repletos de relatos sobre a rotina de intimidação e uso da força contra os operários da Companhia.

Em depoimento a uma publicação comemorativa dos 25 anos de fundação da Usiminas, editada pela própria empresa, Luiz Verano opina que o uso da força



era algo inevitável, devido ao tamanho da Siderúrgica em construção e ao curto período de tempo previsto para a obra:

Gerou-se muito conflito. Inclusive, houve um erro – que eu diria ser meu –, mas não havia outra maneira de se fazer. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam 100 pessoas de cada vez. Mas, como é que eu iria alojar 10 mil pessoas não sendo através de um regime militar?²⁹⁴

O “regime militar”, ao que se refere Verano, consubstanciou-se no corpo de vigilantes da empresa e nos soldados da PMMG. Tais agentes eram chamados, com frequência, para “apaziguar” os trabalhadores que se queixavam de seguidos maus-tratos. No entanto, as autoridades públicas e os diretores da Usiminas, em Ipatinga, consideravam a coerção constante como método necessário ao funcionamento da vida cotidiana. Em tese, havia uma divisão de território entre a PMMG e o corpo de vigilantes. À PMMG era reservado o policiamento da cidade e da área externa à Usina.

Na área interna da Companhia, pontificava a vigilância, como explicou, em depoimento à CPI da Usiminas, o capitão Robson Zamprogno:

Os vigilantes eram a polícia da Usiminas dentro da área da obra, propriamente dita, de construção do alto-forno. Esses homens mantinham a disciplina dos operários ali dentro dos portões. Eles não tinham nenhuma atividade, nenhuma atitude fora da cerca, na parte externa da Usiminas. E nós não tínhamos nenhuma ação dentro da usina. Quer dizer, se havia um crime lá dentro, aí então eles requisitavam a polícia para as medidas de praxe.²⁹⁵

A afirmação de Robson Zamprogno contém uma verdade, mas apenas até certo ponto. De fato, os dois esquemas coercitivos extrapolavam suas atribuições. Os depoimentos colhidos após o massacre o mostraram isso de modo muito claro. Um exemplo foi a confusão ocorrida na noite do dia 6, quando um dos vigilantes deixou a área da Usina e, junto com a PMMG, saiu ao encalço de Rodir Rodrigues, que foi alcançado cerca de um quilômetro além dos limites da usina.

Outro fato revelador da relação promíscua entre a vigilância e a PMMG foi a cessão de um caminhão para que, na manhã do dia 7, as tropas policiais militares se deslocassem até a massa aglomerada em frente ao mesmo portão onde ocorrera o conflito da noite anterior. O veículo era particular, mas alugado pela Usiminas para prestar serviço à PMMG. Em sua carroceria, o soldado Moacir



Almeida se postou para operar o fuzil-metralhadora que seria utilizado para disparar contra os trabalhadores.

O caminhão era um Opel, de placa 962776, de Clay Zilian, que, no dia seguinte, iria perder o veículo. Descoberto por um grupo de operários no Bairro Horto, próximo do local onde, no dia anterior, havia ocorrido o massacre, o veículo foi destruído a golpes de picareta. O proprietário também revela que, além do veículo, a Usiminas custeava, também para a PMMG, o aluguel de um jipe, que ficava à sua disposição na delegacia de polícia. Tais fatos revelam como eram tênues as fronteiras entre a vigilância da Usiminas e a PMMG.



Figura 19 - No dia 8 de outubro, os operários descobriram que o caminhão utilizado pela PMMG estava estacionado no bairro do Horto. Imediatamente, o veículo foi virado, destruído a golpes de picareta e incendiado. Jurandir Persichini, conselheiro da Covemg, aparece bem na margem direita da imagem, com blusa escura de manga comprida. Fonte: arquivo do Jornal Estado de Minas

Eis a cena em que a revolta eclodiu na noite de 06/10/1963. Trata-se de uma síntese entre os fatores relacionados à precariedade do trabalho e das condições de vida na nascente Usiminas, e a existência, em Ipatinga, de uma cidade em processo de construção, com um ambiente de elevada taxa de exploração, opressão e segregação social. Tal realidade, um complexo de múltiplas relações e determinações, produziu as condições básicas para eclodirem os acontecimentos afinal conhecidos como massacre de Ipatinga. Portanto, inexiste uma relação direta, linear, teleológica e conspirativa entre o cenário local e o processo golpista em marcha, o que não significa ausência de causalidades econômico-sociais e isenção de responsabilidades.



Cronologia dos acontecimentos²⁹⁶

O que entrou para a história com o nome de massacre de Ipatinga foi uma sequência de acontecimentos que durou aproximadamente 14 horas. O início aconteceu na troca do turno das 22h, em 06/10/1963, um domingo, na portaria da Usiminas que havia no Bairro do Horto, ao lado da rodovia MG-4, atual BR-381, quase em frente ao local onde, em 1998, foi inaugurado o *shopping* Vale do Aço. Ao deixar o serviço, às 22h, o laminador Rodir Rodrigues é abordado por um dos vigilantes da empresa, que lhe exige a carteira de identidade e a detém. O fato gerou um questionamento de Rodir e o início de um desentendimento.

No momento em que tal contencioso ocorria passam quatro policiais, a quem o vigilante pede apoio. O operário, alegando que não havia feito nada de errado, foge, sendo perseguido pelos policiais e pela vigilância da empresa. Depois de alcançado, é espancado e levado preso para o galpão do Serviço de Vigilância. À 1h da madrugada, já no dia 7, foi levado para o quartel da PMMG. No momento em que era colocado no jipe dos policiais militares, o chefe do serviço de vigilância da Usiminas, Augusto Pereira Braga, foi questionado por um funcionário, José Anastácio da Costa, sobre a atitude da empresa. A resposta foi seca: “é preciso consertar essa turma de safados ou tenho que matar muito ‘home’!”²⁹⁷

A notícia sobre o ocorrido na portaria se alastrou pelos alojamentos da empresa situados no Horto, onde moravam cerca de 2 mil trabalhadores. O alojamento de Santa Mônica fica em uma rua íngreme, aos pés da montanha que circunda a área onde foi construída a Usiminas. Para conter os ânimos exaltados, a PMMG envia para lá seus homens, que, ao chegarem ao local, encontram uma concentração de, aproximadamente, 300 operários. No comando, estava o capitão Robson Zamprono, comandante do destacamento da PMMG de Ipatinga, que chegou ao local por volta de 22h30 daquela mesma noite. Percebe a gravidade da situação, mas não consegue subir, pois a rua havia sido obstruída por barricadas com pedaços de madeira. Ao constatar a situação, decide recuar e determina que a tropa se afaste do local.

Próximo dali, no alojamento da empreiteira americana Chicago Bridge, outra equipe da PMMG, sob o comando do sargento Carlos Alberto Xavier, tenta confrontar os trabalhadores presentes. Para tanto, decide invadir o recinto. O pedreiro Manoel Rodrigues de Oliveira, de 24 anos, que ali morava, estava dormindo quando os policiais chegaram e, fora do alojamento, gritaram: “abra ou morre”. Antes que tivesse tempo de abri-la, a porta é arrombada. Um soldado aplica-lhe dois golpes de cassetete e o obriga a entrar em uma fila. Recebe,

então, um segundo golpe, com a coroa do revólver, em sua cabeça, que sangra, manchando seus cabelos e rosto. Depois, é obrigado a deitar-se no chão. Os depoimentos colhidos contêm inúmeros outros relatos sobre a violência usada no assalto.



Figura 20 - O alojamento Santa Mônica após os conflitos ocorridos na noite de 06/10/1963. No chão, os pedaços de madeiras utilizados pelos trabalhadores para barrar a subida da polícia. Fonte: reprodução do Inquérito Policial Militar

No alojamento de Santa Mônica, Robson Zamprogno recebe a notícia das prisões na Chicago Bridge e decide que os operários lá presos sejam removidos para o galpão do serviço de vigilância da Usiminas, e não para o quartel da PMMG. Não se sabe exatamente a razão, mas o fato é que a sua ordem não foi cumprida: os detidos foram conduzidos ao quartel da PMMG, local conhecido como Fazendinha, de onde mais tarde, já no início manhã do dia 7 de outubro, foram soltos.

A essa altura, o diretor de relações industriais da Usiminas, Gil Guatimosim, já informado sobre a dimensão dos acontecimentos, faz chegar a Robson Zamprogno, por telefone, um convite para reunir-se na residência do chefe do departamento de serviços gerais da Usiminas, João Claudio Teixeira de Sales, com o chefe da seção de moradia, Davi Ferreira, que também já estava a par dos fatos. O recado ocorreu por volta de 23h. Robson Zamprogno vai ao encontro de Gil Guatimosim, a quem informa sobre a prisão de cerca de 300 trabalhadores, notícia que deixa o administrador assustado.

Em função disso, Robson Zamprogno decide pedir ajuda ao padre Avelino, vigário de Ipatinga, para atuar como mediador do conflito, que foi buscado em casa.

Ao chegar ao alojamento de Santa Mônica, o sacerdote encontra o local às escuras, já que as lâmpadas da rua tinham sido quebradas pelos operários. Padre Avelino, acompanhado por Gil Guatimosim, sobe a rua com as mãos para cima e iluminado apenas pelos faróis de um caminhão então requisitado.



Figura 21 - Os cerca de 300 trabalhadores presos na noite do dia 6, no alojamento da empreiteira Chicago Bridge, foram levados para a “Fazendinha”, como era conhecido o quartel da PM de Ipatinga. Fonte: reprodução Inquérito Policial-Militar

Durante a subida, o soldado Clementino da Silva faz um disparo com arma de fogo. Em voz alta, é repreendido por Robson Zamprogno, para que todos os policiais o ouvissem. O capitão o advertiu que o autor de outro tiro seria responsabilizado pelas consequências. Ao chegar ao local onde estavam as trincheiras, o padre é abordado pelos trabalhadores, iniciando-se então um diálogo. Próximo a Gil Guatimosim, um dos soldados, com a arma empunhada, grita: “agora é que está bom”. Ao ouvir o comentário Gil Guatimosim o repreende, dizendo que o policial militar não “seria louco de fazer tal coisa”.

Após conversar com os operários, padre Avelino consegue firmar um acordo precário: a polícia sairia do local e soltaria os presos da Chicago Bridge, que estavam no quartel da PMMG. O padre permaneceu no local por algum tempo. Gil Guatimosim e Robson Zamprogno se dirigem, em seguida, ao quartel da PMMG, onde estavam os trabalhadores que haviam sido presos horas antes. Lá os encontram deitados de barriga para o chão e com as mãos na nuca.



Gil Guatimosin pede que sejam retirados daquela posição, solicitando-lhes que retornassem ao alojamento e se mantivessem calmos.

Pede-lhes também que no dia seguinte fossem ao escritório da Companhia, onde seriam atendidos e cada caso examinado. Por fim, determina que os feridos fossem encaminhados ao ambulatório. Em depoimento, o capitão Robson Zamprogno disse ter estranhado o envio dos presos ao quartel, uma vez que a ordem tinha sido para que fossem conduzidos ao galpão do serviço de vigilância.

Robson Zamprogno permanece no quartel até por volta de 4h da manhã do dia 7, uma segunda-feira. Ciente de que a situação era extremamente grave, determina ao cabo Argentino Teodoro Gonçalves que solicitasse reforço ao batalhão da PMMG de Governador Valadares. Gil Guatimosim decide retornar ao alojamento de Santa Mônica para ver a situação por lá. Assim que chegou, uma pedra quebrou o vidro traseiro de seu carro. Foi mal recebido pelos trabalhadores, cujos gritos pediam mais médicos e ambulâncias. Diante do clima de animosidade, decide deixar o local e encaminhar-se ao ambulatório, onde pede que um médico se dirija ao alojamento.

Padre Avelino permaneceu no local até por volta das 5h, quando foi constituída a comissão que, horas depois, iria reunir-se com a diretoria da Usiminas e a PMMG no escritório central da companhia. Chegando à sua casa por volta das 5h30, o padre informa a Gil Guatimosin sobre a formação e as atribuições da comissão. Nas primeiras horas da manhã, no dia 7, os feridos começam a chegar ao ambulatório. O livro “Não foi por acaso” traz o relato de José Gregório Saldanha, enfermeiro da Usiminas de plantão na manhã do dia 7. Na entrevista, afirmou que ninguém morreu no ambulatório, mas que não sabia precisar quantos feridos chegou a atender naquele dia. “Nós não contamos. Não tinha tempo de contar”, afirmou José Gregório.²⁹⁸

Ao mesmo tempo – em frente ao portão de acesso ao almoxarifado da empresa, que fica junto à rodovia MG-4, atual BR-381 –, Gil Guatimosim é informado sobre o início de uma aglomeração de massa. Na sequência, solicita por telefone um reforço policial para o local. Minutos depois, Robson Zamprogno lhe retorna a ligação, informando que havia enviado 10 policiais, comandados pelo tenente Jurandir Gomes de Carvalho.

O cenário

O local para onde os policiais foram enviados está situado em frente ao portão de acesso ao almoxarifado central da Companhia, junto à rodovia MG-4 e aos trilhos

da EFVM. A rodovia já era asfaltada, mas tinha pista simples, com acostamento em terra batida nos dois lados. Hoje, tem pista dupla. À direita da estrada – considerando-se a direção de Coronel Fabriciano para Ipatinga – fica o almoxarifado e, um pouco distante do asfalto, alguns prédios ainda em construção para abrigar novas instalações. Um pouco mais adiante está o escritório central da empresa.



Figura 22 - A antiga rodovia MG-4, atual BR-381, no exato ponto onde ocorreu o Massacre de Ipatinga. O ponto assinalado pela seta, destacado pelos peritos, corresponde ao local onde estavam as estacas de uma guarita destruída em conflito anterior ao dia 7, ocorrido também entre trabalhadores e vigilantes da Usiminas. Fonte: reprodução Inquérito Policial Militar

À direita da rodovia, na mesma direção, distante 8,65m de seu eixo central, há uma cerca de arame farpado com oito fios de 18 em 18 centímetros. Sustentam-na mourões de concreto com altura de 1,5m de altura, de 2,2 em 2,2 metros. Na cerca, havia uma passagem medindo 21,4m, que servia de acesso à área onde estavam as dependências industriais da Usiminas. No lado de dentro, entre a cerca e os trilhos da ferrovia, podem-se ver os destroços de um marco e duas estacas de madeira. O marco era o resto de uma cancela. As estacas constituíram a base de uma guarita destruída em conflito anterior, ocorrido alguns dias antes entre trabalhadores e vigilantes, sinal de que a tensão era antiga.

No início da manhã, no dia 7 de outubro, cerca de 2 mil pessoas já estavam aglomeradas na área da Companhia, em frente ao portão de entrada do almoxarifado. Os policiais, porém, ainda estavam ausentes. Quando chegaram, ocorreu um incidente: a aglomeração estava obstruindo o local por onde a tropa passaria para chegar ao interior da Companhia, onde iriam ficar, mas o tenente Jurandir insistia em cruzar aquele ponto. Foi então contido por um operador da aciaria, Pedro Butilheiro, que lhe fez um apelo: “tenente, o senhor parece que está



perdendo o juízo. Se baleiar ou metralhar algum operário terá a possibilidade de matar mais de 500.” O oficial lhe retruca que sua tropa não estava acostumada a passar por aquele tipo de humilhação. Butilheiro argumenta que os soldados não estavam sendo humilhados e que tudo começou porque, no dia anterior, a PMMG praticou violências contra os trabalhadores.

Diante do impasse e da argumentação, o tenente Jurandir decide recuar, postando seus homens fora da Companhia, ao lado da rodovia e da cerca com 100m do almoxarifado, que ficava no outro lado da cerca de arame. Ao chegarem ao ponto definido pelo tenente Jurandir, a tropa desce do caminhão e se coloca em forma de cunha, em frente ao veículo.

A posição em que os trabalhadores estavam impediu a entrada da polícia. Mas serviu também como barreira na troca dos turnos: quem desejava entrar para trabalhar, não conseguiu. Formou-se, então, uma nova aglomeração, também no lado de fora da cerca. Assim, os policiais acabaram ficando meio cercados, forçando o tenente Jurandir a pedir mais reforços, prontamente enviados. Assim, em vez de 10, o número de policiais sobe para 18. O capitão Robson Zamprogno, pelo sistema de rádio da Usiminas, pede ao comando geral da PMMG, em Belo Horizonte, o envio de uma Companhia – aproximadamente, 90 policiais. Em seu depoimento ao IPM, alegou pretender evitar o conflito, uma vez que, se o número de policiais fosse grande, por uma questão psicológica, os trabalhadores se sentiriam inferiorizados e evitariam quaisquer atitudes agressivas.

Além do reforço policial, Gil Guatimosim pede o comparecimento na Usiminas do presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro, que àquela altura já estava a caminho de Ipatinga, chamado ao local por dois trabalhadores. Quase no mesmo instante, chegam à empresa o padre Avelino e a comissão formada na madrugada do dia 7, no alojamento de Santa Mônica. O sacerdote tenta convencer o tenente Jurandir a retirar a tropa. O comandante alega que, para tomar uma atitude daquela, precisaria de autorização superior, isto é, de Robson Zamprogno. Além de manter a tropa, o tenente envia um emissário ao capitão Robson, informando-o sobre a gravidade da situação. Pede, também, o reforço do armamento com um fuzil-metralhadora, que teria a função de intimidar os trabalhadores. Todavia, estava equipado com munição real, não com balas de festim.

Assim que chegou, o fuzil-metralhadora foi instalado na carroceria do caminhão. Ao seu lado estava o soldado Moacir Almeida. Alguns trabalhadores, sem sucesso, fazem outra tentativa para convencer o tenente Jurandir a retirar os policiais. O comandante lhes reitera a mesma alegação: estava cumprindo ordens e pede que todos aguardem o término da reunião entre a direção da

Companhia, a comissão de trabalhadores da empresa, padre Avelino e a PMMG, que prosseguia no escritório central. À comissão de sindicância aberta pela Usiminas, o tenente Jurandir disse que não retirou o policiamento porque temeu vir a ser responsabilizado por qualquer dano ao patrimônio da Usiminas.²⁹⁹



Figura 23 - Na única imagem disponível dos momentos que antecedem o início dos tiros, o soldado Moacir Almeida está em cima do caminhão, junto à metralhadora que usaria instantes depois. A foto foi feita pelo fotógrafo amador José Isabel do Nascimento, que seria atingido por um dos disparos e morreria dias depois. Fonte: José Isabel do Nascimento

A reunião no escritório central durou cerca de uma hora. Em tese, os operários teriam sido os grandes vitoriosos no embate com a empresa, já que todas as suas principais reivindicações haviam sido atendidas pela empresa, a saber:

- Retirada imediata dos policiais localizados na frente do portão. Para tanto, Gil Guatimosim pede que o capitão Robson oriente os policiais a não reagirem, caso venham a ser vaiados. Ficou acertado, também, que a aglomeração se dissolveria no mesmo instante em que os policiais estivessem se afastando. Por precaução, todos os participantes da reunião iriam para o local. Ficou acertado que o Metasita convenceria os trabalhadores a se dispersarem; ao mesmo tempo, a polícia se retiraria.
- Remoção da cavalaria no policiamento de Ipatinga.
- Remodelação do serviço de vigilância da empresa.
- Destituição de Augusto Pereira Braga, chefe do setor de vigilância da Usiminas, considerado o principal responsável pelo clima de tensão entre os trabalhadores e a vigilância da Companhia.



- Abertura de inquérito para apurar as responsabilidades pelos acontecimentos da madrugada.
- Indenização por prejuízos pessoais aos trabalhadores feridos nos incidentes sucedidos na noite do dia 6 e na madrugada do dia 7 de outubro.

Em seguida, a reunião se desfez e os participantes deixaram o escritório central para irem ao encontro dos trabalhadores. Em seu depoimento ao IPM, Robson Zamprogno contou que estava no pátio externo do escritório quando ouviu os primeiros tiros. Porém, são várias versões. No depoimento à Comissão de Sindicância da Usiminas, o tenente Jurandir de Carvalho afirma que os disparos começaram depois que os soldados foram atacados a pedradas, com brita apanhada entre os trilhos da EFVM.³⁰⁰

O padre Avelino, porém, descreve em seu depoimento ao IPM, tanto o momento em que o bilhete chegou ao tenente Jurandir, trazido por um policial a mando do capitão Robson, como o início dos tiros. O padre narrou que, ao receber o bilhete, o tenente se viu cercado por algumas pessoas, que acabaram fechando um círculo ao seu redor. O oficial, supondo estar na iminência de sofrer uma agressão, fez sinal para o policial que estava em cima do caminhão, com o fuzil-metralhadora. Imediatamente, segundo o depoimento de padre Avelino, foi efetuada uma rajada de disparos para o alto. Na sequência, o tenente chama os policiais para subirem na carroceria do caminhão e deu início à retirada da tropa.³⁰¹

Em tese, seria o registro do exato momento em que teriam começado os tiros. A dúvida reside no fato de que padre Avelino não estava no local quando o bilhete foi entregue ao tenente Jurandir, nem pôde presenciar o início dos disparos, por uma razão muito simples: ainda estava no escritório central, pois foi uma das pessoas que participaram da reunião com os diretores da Usiminas e representantes da PMMG, como disse em seu depoimento. Assim, acredita-se que a sua descrição tenha se baseado em relatos de terceiros.

De concreto, há o relato de que o bilhete chegou ao tenente Jurandir, que o leu. A informação do padre Avelino coincide com o depoimento do enfermeiro Afonso Enes de Oliveira, que estava no local, destacado que foi pela Usiminas para trabalhar junto à aglomeração formada em frente ao almoxarifado. Afonso também descreve o momento em que os trabalhadores se aproximaram do tenente, que reclamou sobre o fechamento de um círculo. “Vocês fecharam o círculo. Agora eu não me responsabilizo”. Em seguida, um dos trabalhadores perguntou ao tenente quem iria responsabilizar-se pelos feridos da noite anterior, no alojamento de Santa Mônica. Em resposta, o tenente disse, laconicamente: “isso é um problema.” A partir daí, iniciaram-se os tiros.³⁰²



Conforme relatos feitos pelos presentes, a reunião no escritório central havia chegado a bom termo. O problema foi que participou também o diretor de operações da Usiminas, Makoto Inohe. Como não falava português, tudo tinha de ser traduzido por um intérprete. Assim, a reunião demorou bem mais que previsto. Não fosse tal lentidão, todos teriam chegado antes, possivelmente a tempo de evitar o início dos disparos.

Quando a fuzilaria começou, os integrantes da reunião se encontravam fora do escritório central, prontos para se dirigirem ao local da aglomeração. Ao ouvir os disparos o capitão Robson Zamprogno requisitou o jipe da polícia e se dirigiu ao portão. No caminho, depara-se com o caminhão cheio de policiais, que vinha em sentido contrário. Faz sinal para que pare, mas não é atendido. Na aglomeração de massa, o que se viu, antes e depois da retirada da tropa, foram minutos de pânico, com as pessoas correndo, abrigando-se dos tiros, deitando-se no chão e protegendo-se das balas entre os trilhos da ferrovia. Oficialmente, oito pessoas morreram a tiros. Entre os feridos que vieram a falecer dias depois estava o fotógrafo José Isabel do Nascimento, autor da única imagem conhecida do massacre, que mostra o caminhão com a metralhadora em sua carroceria e o policial ao lado da arma, empunhando-a. Nem todos os mortos e feridos eram operários da Usiminas.

No início, a aglomeração se formava quase que apenas por operários da Usina. Com o passar do tempo, porém, seja motivado pelo clima então estabelecido, seja por curiosidade, seja pela presença da polícia, muitos populares se agregaram e permaneceram no local. Entre os mortos estavam, por exemplo, o trabalhador braçal Alvinho Ferreira Felipe, o alfaiate Geraldo da Rocha Gualberto e, no colo da mãe, Antonieta Francisca da Conceição Martins, de 39 anos, a menina Eliane Martins, de apenas três meses de idade. As duas foram feridas em um local longe da aglomeração, por disparos feitos pelos policiais em fuga.

Após o início dos disparos, presenciaram-se muitas cenas dramáticas. O IPM, o inquérito aberto pela Usiminas e a CPI da ALMG descrevem algumas em detalhes. João Pereira da Silva, funcionário do almoxarifado da Usiminas estava no local e acabou ferido na perna esquerda. Assim que foi atingido, desmaiou e só recobrou os sentidos no hospital.³⁰³ Até mesmo a ambulância, que estacionara próximo ao local, foi perfurada com tiros. Um projétil quebrou o vidro do compartimento para o transporte de doentes. Amedrontado, o motorista foge do local, conseguindo resgatar somente dois feridos.

Nos hospitais da região, o clima era de pânico. O livro “Não foi por acaso” descreve as cenas. Na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, um desconhecido chegou a apontar o revólver para a atendente de portaria, Inês Hipólita de



Souza Araújo, tentando entrar nos quartos para procurar um parente. Foi contido por um dos médicos, que procurou acalmá-lo com as seguintes palavras: “não, moço, calma aí que nós vamos atender você,” relatou Inês, que define como trágica a situação. “Chegou muita gente ensanguentada. Foi aquela ‘sangaiada’, com muita gente escorrendo sangue pela cabeça, outros pelos ombros, pelas pernas, outros com a camisa rasgada!”³⁰⁴

Para atenderem aos feridos, médicos e enfermeiros foram deslocados de unidades, como Verônica Soares, que trabalhava no ambulatório da Usiminas e que, em veículo da Companhia, se transferiu na manhã do dia 7 para o Hospital Santa Terezinha, de onde só saiu na madrugada seguinte. Não pôde atender a muitos feridos, pois passou toda a tarde e noite na sala de cirurgia, auxiliando os médicos nos casos de maior gravidade.

Enquanto os hospitais se mobilizavam para atender aos feridos, em frente ao portão de entrada da Usiminas a revolta se generalizara. Um grupo de trabalhadores, armados de enxadas e pedaços de pau, chega ao escritório central disposto a destruí-lo, mas é contido por Gil Guatimosin, que consegue convencê-los a não tomarem tal atitude. Logo em seguida, chega outro grupo de trabalhadores, carregando sete cadáveres. Três deles foram colocados nas mesas dos diretores. Um ficou no chão, outros três em uma área coberta. Aos gritos, os operários se dirigiram a Gil Guatimosim, como que o desafiando: “você matou, você come!”³⁰⁵



Figura 25 - Caixas de balas apreendidas pelos responsáveis do IPM que apurou a participação dos policiais no Massacre. Se todos os cartuchos foram utilizados na manhã do dia 7, cerca de 700 tiros teriam sido disparados contra a multidão. Fonte: reprodução Inquérito Policial Militar



Nunca se soube quantos tiros foram disparados naquele dia. No IPM consta uma foto com 14 caixas de cartuchos vazias, que foram recolhidas pela polícia no local. Em cada uma cabem 50 cartuchos calibre 45. Se todos foram disparados, teria sido algo em torno de 700 tiros.

Outro ponto que demanda esclarecimento diz respeito ao bilhete escrito pelo capitão Robson Zamprogno no escritório central, para o tenente Jurandir. A primeira versão era de que, no bilhete, o capitão teria ordenado ao tenente a fuzilaria. Em depoimento à Comissão de Inquérito da Usiminas, Zamprogno confirmou o bilhete, mas disse que a ordem era para que os policiais ficassem calmos e não utilizassem suas armas, porque a solução acordada na reunião previa a retirada concomitante dos dois lados – policiais e operários. No depoimento, afirmou que os termos exatos do bilhete são os seguintes: “tenente Jurandir, não tome nenhuma atitude agressiva contra os grevistas, pois estou reunido no escritório central com o Sindicato e os diretores da Usiminas”.

A versão apresentada pelo tenente Jurandir à polícia diverge de suas declarações efetuadas quando ouvido no inquérito da Usiminas: no depoimento nega ter ordenado os primeiros disparos e sustenta que, após o seu início, cada policial agiu por conta própria. Contudo, acaba desmentindo-se ao admitir que, chegando ao quartel, verificou a utilização de dois cartuchos em sua arma.

O governo do estado intervém

A notícia sobre a tragédia na Usiminas Ipatinga chegou, no final da manhã, ao governo de Minas, que ciente de sua gravidade, envia a Ipatinga, naquele mesmo dia, as duas principais autoridades estaduais ligadas à área envolvida: o Secretário de Segurança, Caio Mário da Silva Pereira, e o comandante geral da PMMG, José Geraldo de Oliveira.

Após os disparos, os trabalhadores permaneceram concentrados em frente ao almoxarifado central da Companhia, à espera de um pronunciamento oficial da empresa e das autoridades governamentais. Em busca de um entendimento sobre o rumo a ser tomado, os representantes dos trabalhadores, os membros do governo mineiro e os representantes da Usiminas se reuniram no final da tarde, no escritório central da empresa. O encontro foi público. Durante o evento, o presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro, condenou a ação dos militares, definindo-a como “selvagem e sem precedentes”³⁰⁶.

Logo em seguida, Caio Mário leu nota remetida pelo governador Magalhães Pinto, determinando a abertura de “rigoroso inquérito para apuração de respon-



sabilidades". Geraldo Ribeiro pede o documento e o lê para os trabalhadores. Como o escritório central estava lotado, muitos acompanhavam o desenrolar da reunião no lado de fora, para onde Geraldo Ribeiro se dirigiu. José Geraldo de Oliveira também falou aos trabalhadores: prometeu prender os policiais e entregá-los à Justiça, para que fossem julgados, assim como pediu um crédito de confiança à PMMG.

Em seguida, Geraldo Ribeiro pediu permissão para retirar-se e reunir-se com outros dirigentes sindicais, em uma sala anexa. Na sequência, retornou ao local onde estavam as autoridades governamentais e os representantes da Companhia. Disse-lhes que, tendo em vista as manifestações vindas do governo de Minas, os sindicalistas haviam decidido dar um crédito de confiança à PMMG e pedir a punição do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, comandante da tropa que atirara nos trabalhadores. Instalou-se, então, um princípio de controvérsia. Os metalúrgicos exigiram a substituição da polícia militar pelo Exército no patrulhamento de Ipatinga. Caio Mário reafirmou ser preciso um crédito de confiança à PMMG. Acabou prevalecendo a sua opinião, contrária à convocação do Exército para atuar em Ipatinga.

Ao final dos trabalhos, Caio Mário agradeceu aos dirigentes sindicais pelo que chamou de compreensão:

[...] bem compreendem todos que o governo do Estado, por intermédio das forças a ele subordinadas, achava-se, como efetivamente se acha, em perfeitas condições de assegurar tranquilidade, respeito e paz em todo o território do Estado.³⁰⁷

A notícia de que os trabalhadores da Usiminas haviam pedido a substituição da PMMG pelo Exército em Ipatinga chegou ao comandante da ID-4,³⁰⁸ general Carlos Luiz Guedes, que, em entrevista à imprensa, procurou minimizar o seu significado. Tratava-se, segundo ele, de um problema de competência da Usiminas, embora, pela legislação da época, a empresa fosse considerada de "interesse da segurança nacional". Na reportagem, Guedes acrescentou que o Exército somente interviria em Ipatinga caso houvesse pedido formal do governador ao ministro da guerra, o que não havia ocorrido, e também em caso de calamidade pública, situação que, no entender do general, não era a de Ipatinga.

De acordo com o compromisso assumido com os trabalhadores, o coronel José Geraldo de Oliveira determina, no dia 7, a prisão dos policiais participantes do



massacre, que passaram o resto do dia recolhido ao quartel da PM em Ipatinga e que, no dia seguinte, 8 de outubro, foram transferidos para Belo Horizonte.

Enquanto isso, ainda no dia 7, a equipe de negociadores insistia na tarefa de buscar um acordo que encerrasse a tensão reinante entre os trabalhadores, a Usiminas e a PMMG. Para acelerar o entendimento, o governador enviou a Ipatinga o secretário de estado do Trabalho, Edgar de Godoy da Mata Machado, que chegou à cidade na noite do dia 7. Em sua companhia viajou o deputado estadual Silval Bambirra. Também chegou a Ipatinga o deputado José Gomes Pimenta, o Dazinho. O deputado estadual Clodesmidt Riani não se deslocou para a região, embora sua possível presença tenha sido noticiada pelos jornais da época.

O acordo começou a ser negociado à tarde, mas somente foi fechado no dia seguinte, 8 de outubro, após um certo embate entre os participantes. Segundo relato de Edgar da Mata Machado, Dazinho não queria assinar o acordo, porque o texto final diferia do que havia redigido. A oficialização do entendimento foi conseguida somente após um insistente pedido do secretário, lembrando a Dazinho que a redação acertada tinha o aval de Bambirra e outras importantes figuras locais de Ipatinga, que não eram adversárias dos trabalhadores.³⁰⁹

Os mortos

Oficialmente, oito pessoas morreram no massacre de Ipatinga. Seis faleceram no local do conflito: Aides Dias de Carvalho, Alvino Ferreira Felipe, Antônio dos Reis, Geraldo Gualberto, Gilson Miranda e Sebastião Tomé. Dois chegaram aos hospitais, mas não resistiram aos ferimentos: a menina Eliane Martins, de três meses, e o fotógrafo José Isabel do Nascimento. Seguem os resumos de suas histórias.

AIDES FERREIRA DE CARVALHO

Aides, metalúrgico da Usiminas, solteiro e com 23 anos, era natural de Aimorés, no Vale do Rio Doce. De cor morena, tinha cabelos castanhos anelados e olhos também castanhos. Quando morreu, estava vestido com uma camisa de linho e malha nas cores azul e branca, e calça de brim azul com cinto marrom. De acordo com o laudo de necropsia, o projétil lhe atingiu a nuca e lhe atravessou o crânio, alojando-se na testa, debaixo da pele que a recobre, de onde foi retirado.

v51
19.216
M. 9
VITÓRIA
LAUDO Nº 84210/63
SML Nº 803
S/ATESTADO

SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AUTO DE CORPO DE DELITO
N E C R Ó P S I A

N.º
Assunto
Secretaria
Serviço

DATA da Perícia: 8-10-63.

S/Guia. Laudo à Corregedoria Geral de Polícia. 1 via ao Comando Geral da Polícia Militar.

I - QUALIFICAÇÃO - AIDES DIAS DE CARVALHO, 23 anos de idade, natural de Aimorés, M. Gerais, solteiro, Industriário, côr parca, residente em Bom Jardim.

II - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA MORTE - Rigidez e hipostase cadavérica.

III - EXAME DAS VESTES - Camisa de tecidos de linho e malha de cores azul e cinza, calça de brim de algodão côr azul, com cinto marron, dois calções de algodão, um par de meias de nylon brancas e sapatos marron.

IV - EXAME EXTERNO - A - Cadáver de indivíduo sexo masculino, côr morena, cabelos castanhos anelados, olhos castanhos, dentes em bom estado de conservação.

B) LESÕES CORPORAIS - Ferida pérfuro-contusa circular, medindo 10 mm., característica de orifício de entrada de projétil de arma de fogo (bala) na parte média da região occipital.

V - EXAME INTERNO - Transfixação do crâneo por projétil de arma de fogo, de traz para frente da esquerda para a direita, de baixo para cima, com fratura do occipital e metade direita da região frontal, alojando-se o projétil no tecido celular subcutâneo desta região, de onde foi retirado.

VI - CAUSA DA MORTE - Transfixação do crâneo por projétil de arma de fogo (bala). Lesões meningo-encefálicas.

VII - RESPOSTA AOS QUESITOS: Ao 1º sim. Ao 2º ver acima. Ao 3º instrumento pérfuro-contundente- projétil de arma de fogo (bala). Ao 4º não.

PERITOS:

Dr. José Wilson Rabelo
médico legista

Sr. José Cupertino Pereira
Auxiliar de Necrópsia

Figura 26 - Laudo de necrópsia do corpo de Aides Dias de Carvalho, de cujos familiares nunca se teve qualquer informação posterior a outubro de 1963. Nem eles chegaram a reivindicar a indenização a que tinham direito por parte do Governo Federal. Fonte: reprodução Inquérito Policial Militar

ALVINO FERREIRA FELIPE

Antes de ir para Ipatinga, Alvin era um trabalhador rural que prestava serviços em um município próximo, chamado Ferros. Recebia pelo dia trabalhado. Era semialfabetizado. Cansado de uma vida miserável, segundo definição de sua filha, Maria da Conceição Gomes Felipe, mudou-se para Ipatinga em busca de emprego na Usiminas. Foi morar no bairro Vista Alegre, a cerca de nove km do local de trabalho.

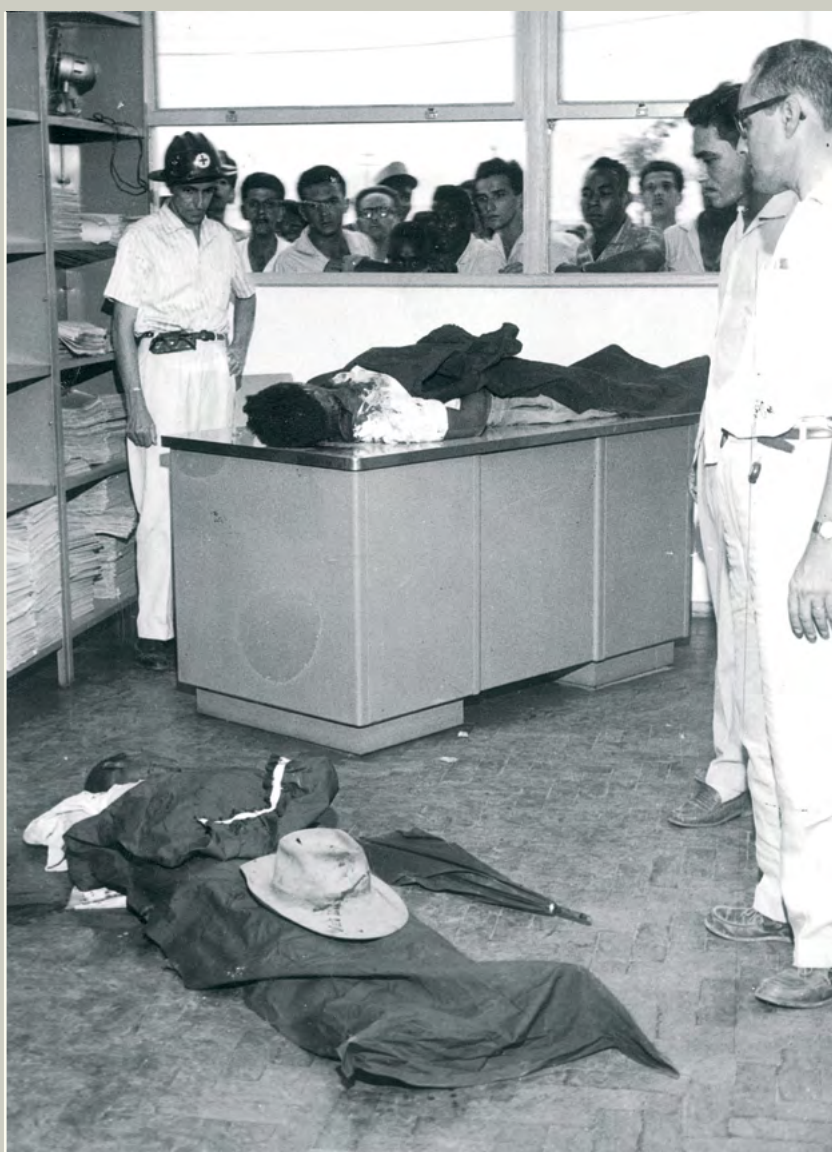


Figura 27 - Ao fim dos disparos, trabalhadores recolheram corpos e os levaram para o Escritório Central da Usiminas. O cadáver de Alvino Ferreira Felipe está no chão e o de Sebastião Tomé na mesa. Do lado de fora, ainda perplexos, trabalhadores observam a cena. Fonte: Antônio Cocenza / Jornal Estado de Minas

Sua primeira contratação foi na A.B. Cavalcanti. Como a empresa não fornecia transporte para os funcionários preferia fazer o trajeto a pé, diariamente. Saía de casa às 8h e chegava só às 22h. No dia 7, pela manhã, pretendia ir a Coronel Fabriciano, onde esperava passar por uma perícia médica, pois adquirira dificuldades para caminhar: um caminhão passara sobre um de seus pés. Estava na aglomeração formada em frente ao almoxarifado central da Usiminas quando foi atingido por um tiro, que entrou por sua nuca, atravessou-lhe o crânio e saiu por sua testa, onde deixou um orifício de 1,5 cm.



O corpo de Alvino foi levado para o escritório central e colocado no chão. Confundido com um mendigo por causa dos trajes, muito simples, que usava, teve o corpo estendido no chão, coberto por um pano azul. Ao seu lado, um guarda-chuva, um canivete enferrujado e dois pedaços de fumo goiano.

Maria da Conceição soube da morte do pai por intermédio de um funcionário da Usiminas, que lhe informou o pretendido enterro dos mortos em covas a serem abertas pela empresa. Inconformada, disse que não aceitava ficar sem despedir-se do pai. Algum tempo depois, o corpo de Alvino chega à sua residência, onde foi velado durante a noite e enterrado na manhã do dia seguinte, no cemitério do próprio povoado. Hoje, Maria não sabe localizar onde o pai está sepultado. Como a família não tinha dinheiro para comprar um jazigo perpétuo, Alvino foi enterrado em uma cova provisória, anos mais tarde usada para se depositarem outros cadáveres.

Em 1963, Maria da Conceição tinha 15 anos. Com a morte de Alvino, teve de ajudar nas despesas de casa. Trabalhou primeiro como verdureira, fazendo os mesmos nove quilômetros percorridos pelo pai todos os dias. Em seguida, passou a trabalhar como empregada doméstica. A situação somente melhorou depois que se casou e o marido conseguiu emprego na Usiminas, onde também trabalhou seu filho. Oficialmente, nunca chegou a pedir ajuda à Companhia. Mas desconfia que o emprego, tanto para o marido quanto para o filho, possa ter sido uma espécie de compensação informal pela morte de Alvino.

ANTÔNIO DOS REIS

Natural de Colatina, no Espírito Santo, Antônio se mudara para Ipatinga para buscar emprego em meados de 1963. Primeiramente, foi sozinho; depois seguiram a mulher e os dois filhos menores, um menino de sete anos e uma menina de dois. Logo ao chegar, ainda sem a família, foi contratado como ajudante de serviços gerais pela empreiteira Convap, que trabalhava nas obras de construção da Usiminas. Decidido a fugir da confusão, já estava perto da estação da EFVM quando foi atingido. A bala penetrou em suas costas, entre o pescoço e omoplata, e saiu pela face.

De acordo com o laudo de necropsia, houve fratura do malar – osso que forma a “maçã do rosto” –, do nariz e do maxilar direito. A ferida atingiu, em profundidade, o palato – osso que forma o “céu da boca” – e a coluna cervical. De acordo com o laudo, o projétil percorreu no corpo uma direção de trás para frente, de baixo para cima e ligeiramente da esquerda para a direita. A notícia de sua morte chegou a Tereza Gomes, sua mulher, no final da tarde do dia 7. O corpo, sepultado no final da tarde do mesmo dia, estava enrolado em um pano branco e sem caixão, que foi providenciado pela família.



Alguns dias depois de sua morte, a viúva foi procurada por uma pessoa, não se sabe se da Convap ou da Usiminas, que lhe perguntou o que gostaria de receber como uma espécie de compensação pela perda do marido. A mesma pessoa lhe disse que não teria direito à pensão, porque Antônio tinha apenas dois meses de carteira assinada. Prometeu, apenas, que não ficaria desamparada.

Como não houve resposta, Tereza decidiu procurar a Usiminas que, durante três anos, lhe forneceu uma cesta básica e pagou o aluguel da casa onde morava com os dois filhos. Entretanto, como estava bem de saúde, preferiu reivindicar um emprego. A resposta da Companhia foi que o teria no Hospital Márcio Cunha, quando fosse inaugurado, o que realmente aconteceu. Em 1965, Tereza Gomes passou a trabalhar na lavanderia do hospital, onde ficou por 26 anos. Nunca requereu indenização financeira, tendo em vista que, segundo lhe disseram, a sua relação com Antônio era informal. Mesmo assim, usou a sua condição de viúva para pressionar a Usiminas, quando tentaram dispensá-la do hospital. Foi então que recorreu ao massacre como forma de assegurar o trabalho.

ELIANA MARTINS

Eliana era uma criança de três meses, que estava nos braços da mãe. Antonieta Francisca da Conceição Martins, de 39 anos, levantou-se bem cedo naquele dia, pois pretendia levar Eliana ao médico, no ambulatório da Usiminas, que ficava perto do local em que se formava a manifestação. Até as proximidades, foi de ônibus. O restante do trajeto teria que ser feito a pé. Chegou a ser aconselhada por algumas pessoas a não prosseguir por causa do conflito anunciado. Mesmo assim decidiu ir adiante. Quando vê a multidão se dispersando, por causa dos tiros, decidiu voltar.

Não teve tempo. Antonieta foi atingida nas costas pelos policiais que atiravam a esmo, em fuga. A bala atinge suas costas, na altura da cintura, à esquerda, e perfura o seu intestino. O mesmo projétil fere Eliana, que estava em seus braços, nas pernas, produzindo uma ferida de oito centímetros. Ambas foram socorridas por populares, que passavam de carro na hora, e levadas para a Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga. A mãe foi operada e conseguiu sobreviver. Mas a filha faleceu no mesmo dia 7 de outubro, pois o tiro lhe cortara a artéria femoral, provocando forte hemorragia, e causara fratura no fêmur.

Antonieta definiu a cena dos policiais militares, que atiravam em fuga, como uma surpresa terrível:

Eu nunca poderia imaginar que no caminho fosse encontrar um louco atirando de metralhadora nas pessoas que passa-

vam na rodovia. Homens, mulheres e crianças rastejavam agarradas aos arbustos, protegendo-se contra as balas das metralhadoras que derrubaram, na minha frente, várias pessoas. Quem se encontrava na margem da rodovia pôde agradecer a Deus o milagre: nasceram de novo.³¹⁰



Figura 24 - A menina Eliane Martins, de três meses e vítima fatal dos disparos, estava no colo da mãe, Antonieta Martins, que também ficou ferida. O tiro produziu uma ferida de oito centímetros de diâmetro. Fonte: Rilton Rocha/Jornal Estado de Minas

GERALDO GUALBERTO

Geraldo estava a oito metros dos policiais quando os tiros começam. A bala lhe atingiu as nádegas, perfurando os seus dois intestinos e alojando-se no rim direito, de onde foi retirada posteriormente, quando houve a exumação de seu cadáver para elaborar-se a necropsia. De acordo com o laudo, a bala percorreu uma trajetória de baixo para cima em seu abdômen, causando intensa hemorragia.

O seu corpo chegara a Braúnas em uma camionete, sem caixão, na tarde do dia 7. Foi velado na casa dos pais e enterrado no dia seguinte, no cemitério de Braúnas, sem laudo cadavérico. O exame para identificar a causa de sua morte foi feito somente 15 dias depois, em 22 de outubro à tarde. A necropsia foi conduzida pelo médico Antônio Sadi, com a presença do delegado de Braúnas, Enes Moreia Pinto. Assim que terminou, o corpo foi recolocado no caixão e novamente sepultado. O laudo, assinado pelo médico Hercílio Costa Lage, dava como *causa mortis* "anemia aguda produzida por projétil de arma de fogo".



GILSON MIRANDA

Gilson era funcionário da empreiteira Ebse, que trabalhava na implantação da Usina. Nasceu em Vitória, tinha 34 anos de idade e cor branca, com cabelos e olhos castanhos. Um detalhe revelado pela autópsia: não tinha dentes. O tiro lhe atingiu o lado direito da cabeça, próximo ao olho, fazendo com que o globo ocular fosse projetado para fora. A bala lhe penetrou o crânio e chegou até próximo à nuca, causando o esfacelamento do encéfalo. Ao que parece, o projétil permaneceu no interior da cabeça, pois o laudo de necropsia não apresenta nenhum registro de sua saída.

Uma particularidade separa Aides Ferreira de Carvalho e Gilson Miranda dos demais mortos: nenhum pesquisador, mesmo os dedicados a levantar informações sobre as vítimas ao longo das últimas décadas, conseguiu localizar os seus parentes na região do Vale do Aço. Tampouco foi possível saber onde estão sepultados. Além disso, em 2004, ninguém se apresentou para requerer indenização pela perda familiar em manifestação de rua, tal como previa medida provisória enviada pelo governo Lula ao Congresso. Acredita-se que tal silêncio seja consequência da condição forasteira de muitos migrantes, que abandonavam a família e o passado em busca de vida nova. Assim, supõe-se que fosse impossível alguém reclamar os corpos, pois nem mesmo sabiam onde estavam e que vida levavam os familiares.

O caso da menina Eliana Martins guarda alguma semelhança com os de Aides e Gilson: sua mãe também estava entre os familiares das vítimas fatais que nunca se interessaram em requerer ao Estado qualquer indenização pela morte de seus parentes. A diferença é que Antonieta não ficou de todo desaparecida. Em outubro de 2003, durante audiência pública da CDH da ALMG, apresentou-se para falar uma pessoa de nome Edson, que seria parente de Eliane. Segundo depôs, sua mãe passou por momentos trágicos, causados pela perda da filha, sendo inclusive internada em uma clínica especializada no tratamento de pessoas com transtornos mentais: “a família sofreu demais”. Na ocasião, falando em nome da família, pediu justiça: “não queremos dinheiro. Queremos que haja justiça”. Depois daquela aparição relâmpago, Edson nunca mais foi localizado. A família não requereu a indenização pela morte de Eliane.

JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO

José era metalúrgico e tinha por *hobby* a fotografia. Na manhã do dia 7, estava com sua câmera na concentração que se formou em frente ao almoxarifado da Usiminas, tirando as únicas fotos que a registraram. Uma das últimas foi a do soldado Moacir Gomes de Almeida em cima do caminhão e ao lado do fuzil-metralhadora. Estava de frente para o policial quando recebeu um tiro na



região do abdômen, entre o umbigo e o osso externo, conhecida como “boca do estômago”. O tiro lhe perfurou o intestino e saiu em suas costas, à direita. Foi socorrido pelo médico Emílio Gomes Fernandes, que estava próximo ao local, e levado ao hospital de Coronel Fabriciano, onde acabou falecendo, depois de permanecer internado por 11 dias. José Isabel deixou quatro filhos, todos ainda pequenos, e a viúva, Geralda Aguiar do Nascimento, grávida de seu quinto filho.



Figura 28 - O fotógrafo José Isabel do Nascimento, ferido no abdômen, permaneceu internado na Casa de Saúde Santa Terezinha, de Coronel Fabriciano, onde faleceu 11 dias depois. As suas fotos nos momentos que antecederam o Massacre são, até hoje, os únicos registros visuais daquele acontecimento. Fonte: Evandro Santiago/Jornal Estado de Minas

SEBASTIÃO TOMÉ

Sebastião morreu na hora, atingido por um tiro na nuca. A bala atravessou a sua coluna cervical e saiu na altura de sua face direita. O laudo de necropsia apontou a existência, também, de uma contusão com hematoma na região de seu olho esquerdo, de escoriações na testa e do esfacelamento no dedo mínimo da mão esquerda, arrancando-lhe a unha. Acredita-se que ao fugir, já dando as costas aos policiais, tentou proteger a cabeça com as mãos. O dedo foi esfacelado, conforme tal raciocínio, pelo mesmo projétil que lhe penetrara a nuca. Sebastião era, entre os mortos, o único funcionário da Usiminas. Por isso, tinha um “privilegio”: o transporte, na carroceria de um caminhão, até a Usina.

O corpo de Sebastião era um dos que, tão logo cessaram os tiros, foram recolhidos pelos trabalhadores e levados, já mortos, para o escritório central. Colocado em cima de uma das mesas de aço com tampo de fórmica verde, somente o



entregaram aos familiares no dia seguinte. O seu sepultamento aconteceu no dia 8 à tarde, no cemitério de Timóteo.

DE RÉUS A VÍTIMAS

No calor dos acontecimentos, ainda na tarde do dia 7 de outubro, o comandante geral da PMMG determinou a abertura de um IPM e a prisão dos policiais envolvidos nos acontecimentos da noite, madrugada e manhã anteriores. Os militares passaram o resto do dia recolhidos ao quartel da corporação em Ipatinga, de onde, no dia seguinte, 8 de outubro, a zero hora, foram transferidos para Belo Horizonte, aonde chegaram pela manhã. De carro, vieram as esposas de dois policiais, que temiam ser hostilizadas pela população de Ipatinga caso lá permanecessem. Viajaram no ônibus da corporação – placa MG-C-19 –, escoltados por 15 policiais armados com fuzis. Na capital foram recolhidos no quartel do Regimento de Cavalaria – Bairro Prado, região oeste da capital –, onde permaneceram por 30 dias, aguardando a conclusão do IPM. As aparências indicavam que o comando da PMMG seria rigoroso e que dificilmente os policiais escapariam da punição.

Entretanto, nos 795 dias transcorridos entre 07/10/1963 e 10/12/1965, quando o processo judicial chegou ao fim, alguns fatos se colocaram no meio do caminho. O principal deles foi a quartelada que, no dia de 31/03/1964, derrubou João Goulart. O golpe militar, que ocorreu 176 dias depois do conflito em Ipatinga, mudou os rumos do País e também acabou influenciando no destino dos 19 policiais envolvidos nos acontecimentos do Vale do Aço. Além disso, o inquérito correu em sigilo de justiça. Os depoimentos não puderam ser acompanhados pela imprensa. A alegação dada era que o sigilo era necessário para “evitar tumultos e obter toda a verdade.”³¹¹ O caráter sigiloso do inquérito também foi noticiado pelo Jornal Diário de Minas: “major Sílvio faz segredo sobre o inquérito.”³¹²

O processo, conduzido pelo major Sílvio de Souza, gerou seis volumes e 977 páginas. As oitivas foram realizadas, em sua maior parte, em Ipatinga, algumas na tarde de 7 de outubro e nos dias imediatamente posteriores. Algumas testemunhos foram colhidos ainda nos hospitais na região. São ricos em detalhes, já que as imagens sobre os acontecimentos na noite do dia 6 e manhã do dia 7 ainda estavam muito vivas na memória daquelas pessoas.

Em nenhum dos depoimentos há referência à presença em Ipatinga, naqueles dias, de militantes políticos de fora, que teriam se deslocado do Rio de Janeiro e de São Paulo para a região, com o objetivo de insuflar os trabalhadores da Usiminas contra a empresa. O que predomina é a descrição minuciosa do que ocorreu na noite de 6 de outubro e terminou de forma trágica na manhã do dia seguinte.



O conflito ideológico formalizado, entre esquerda e direita, pelo menos em sua formatação doutrinária e partidária, tão presente nos grandes centros nos conturbados anos 1960, passava longe dos acontecimentos de Ipatinga.

Internamente, o coronel José Geraldo de Oliveira vinha sendo pressionado por oficiais que discordavam da prisão aos policiais envolvidos no conflito, ainda recolhidos ao Regimento de Cavalaria, em Belo Horizonte. O movimento contra a detenção dos militares se iniciou no Batalhão de Guardas e se alastrou por outras unidades. Em um boletim interno da corporação, José Geraldo afirmou que via com simpatia o movimento dos oficiais:

Todo e qualquer movimento de apoio, quer de ordem material, quer de ordem moral, que se queira prestar aos nossos companheiros que estejam sendo processados, não só neste caso, como em qualquer outro caso, é visto com simpatia e aplauso pelo comando geral, desde que resguardados os princípios da disciplina que nos regem.³¹³

Em seu depoimento ao IPM, o principal executivo da Usiminas que participou dos acontecimentos, Gil Guatimosim, denunciou a presença de “elementos agitadores”, mas não citou nomes. Em 06/11/1963, exatos 30 dias depois de aberto, o IPM é encaminhado à auditoria da Justiça Militar. Nas 10 páginas de seu relatório, o major Sílvio de Souza faz uma descrição dos acontecimentos, de seus antecedentes e, em nenhum momento, menciona a existência de militantes de esquerda que teriam sido deslocados para Ipatinga com o objetivo de tumultuar a relação entre os trabalhadores e a Companhia.

Pelo contrário, em seu relatório admite que os policiais exageraram quanto ao uso da violência, como nos alojamentos da Chicago Bridge, “onde cerca de 300 trabalhadores foram detidos e tratados de maneira desumana, não condizente com os nossos foros de civilização.”³¹⁴ O máximo de insinuação quanto a um suposto movimento organizado aparece quando Sílvio de Souza descreve o quadro encontrado pelos policiais militares em que, na noite do dia 6, chegaram ao alojamento de Santa Mônica, localizado um pouco acima das instalações da Chicago. “Os operários amotinados deram mostra de organização militar ao construir a barricada para enfrentar a polícia.”³¹⁵ A conclusão do responsável pela condução do inquérito foi muito clara: os policiais cometeram crime, razão pela qual pediu que o inquérito fosse encaminhado à Justiça militar.

Entretanto, ao mesmo tempo em que, de certa forma, o IPM é desfavorável aos policiais, mantém aberta a brecha que, mais tarde, seria utilizada em favor dos réus. A investigação apontou a existência de falhas no registro das armas usa-



das pelos policiais de Ipatinga. O livro é o documento oficial por meio do qual se pode identificar o pertencimento de cada peça a um agente específico no exercício de sua função. No inquérito, alguns policiais informavam que o armamento anotado como seu estava, no dia 7 de outubro, emprestado com um colega:

Esse livro apresenta falhas, razão pela qual não se pode, de sã consciência e sem possibilidade de injustiça, apontar, revólver por revólver, metralhadora por metralhadora, FM [sigla de fuzil-metralhadora] por FM, pagos à tropa que tomou parte nos acontecimentos de 7 de outubro.³¹⁶

Diante disso, o major Sílvio adiantava que não seria possível apontar, com especificidade, os autores dos disparos, muito menos puni-los individualmente.

Em consequência dessa falha no livro de registro de armamento, o encarregado deste inquérito não poderá alcançar seu objetivo ao mandar fazer o exame de balística em todas as armas, a fim de poder apontar à sociedade, individualmente, os nomes dos indivíduos que mataram e feriram ao próximo nas citadas ocorrências.³¹⁷

Pela polêmica que o assunto gerou na opinião pública, a Justiça militar temia que pudesse vir a ser acusada de parcialidade no julgamento. Assim, solicitou que fosse anexado ao processo o inquérito aberto pela Polícia Civil para também apurar a responsabilidade de cada uma das partes no conflito. Na ocasião, o promotor militar Geraldo Costa Guerra declarou que os fatos descritos pelo IPM envolvem “certa complexidade”. Admitiu, também, que, para a opinião pública, o inquérito da Polícia Civil poderia ser considerado como o de “maior probabilidade de isenção”, uma vez que os indiciados eram todos policiais militares.

A propósito, em seu despacho também insinuou a existência de uma linha de pensamento na Justiça militar sobre o assunto. Segundo Guerra:

[...] o evento teve enorme repercussão perante a opinião pública, chocou profundamente o espírito de todos e, por isso, se reclama uma rigorosa ação da polícia e da justiça no sentido de que fatos tão aberrantes e deploráveis não venham a ficar impunes.³¹⁸

No dia 17/02/1964, o juiz auditor do TJM, Christovam Colombo dos Santos Sobrinho, responsável pelo processo, enviou carta precatória ao juiz de direito da comarca de Coronel Fabriciano, Massilon de Rodrigues Teixeira, pedindo que fossem ouvidas seis testemunhas e que os policiais presenciassem os depoimentos. No documento, considerou a presença dos policiais “imprescindível”.³¹⁹



Em 07/04/1964, Teixeira expediu mandado de intimação para a oitiva das testemunhas em 16 de abril. Determinou, também, que os policiais comparecessem ao depoimento, como já havia solicitado o juiz auditor. Como os réus não apareceram, o juiz nomeou Emílio Eddstone Duarte Gallo³²⁰ como seu advogado. No mesmo dia foram ouvidos Gil Guatimosim e Jair Abelha. Ambos disseram que os policiais fizeram disparos depois que tomaram o rumo da estrada que os levaria de volta ao quartel.

Logo depois, seguiu-se uma polêmica entre o promotor Orlando Milannez e o juiz Massilon Teixeira. Milannez insistiu em que, sem a presença dos militares, os depoimentos não teriam validade. Também pediu o comparecimento dos réus, visto como “imprescindível”, tal como pensava o juiz auditor. Em resposta, Teixeira afirmou que os depoimentos foram válidos e que a sua renovação significaria subordinar as atividades da Justiça ao “arbítrio da Polícia Militar”.³²¹

O juiz lembrou também que, na ausência dos verdadeiros defensores – os advogados Marcello Jardim Linhares e Marcelo Roberto Marques Linhares –, as testemunhas haviam prestado depoimento na presença de Emílio Gallo, advogado de defesa nomeado pela Justiça. Os dois advogados haviam sido contratados pelos réus em 11/11/1963, cinco dias depois o major Silvio de Souza, em relatório, defendeu a abertura de processo contra os policiais. Entretanto, foi somente no dia 19/08/1964 que, pela primeira vez, os defensores se manifestaram no processo. Mais tarde, também se integrou à defesa Decio Fulgêncio Alves da Cunha.

No documento endereçado ao juiz auditor em 19/08/1964, Marcello Jardim e Marcelo Roberto informam que nem o tenente Jurandir, nem os demais acusados, iriam comparecer pessoalmente aos depoimentos e, sim, por intermédio de seus advogados. A firme determinação dos policiais de não acompanhar os depoimentos pessoalmente durou só cinco dias. No dia 24 de agosto de 1964, o coronel Afonso Barsante, chefe do Estado Maior da PMMG expediu ofício ao juiz Massilon Teixeira “determinando providências relativas ao comparecimento dos denunciados”, o que realmente veio a ocorrer, ainda que de maneira parcial.

O depoimento de padre Avelino Marques foi acompanhado por sete policiais: José Maria Francisco, Francisco Torres Dutra, Sebastião Campelo de Oliveira, Milton Souto da Silva, José Rodrigues, José Gomes Vidal Filho e Sebastião Cândido dos Santos. O testemunho do sacerdote não trouxe maiores novidades. Relatou os detalhes que havia presenciado, como os pedidos para que a PMMG retornasse ao quartel na manhã do dia 7, e os protestos que os trabalhadores dirigiram aos policiais. O padre reafirmou, também, que entre os amotinados no alojamento de Santa Mônica, na noite e na madrugada do dia 6, como na manhã do dia 7, não havia representantes ou dirigentes. Tanto que a Usiminas e a própria tropa da PMMG foram obrigadas a recorrer à sua pessoa para promover a interlocução entre as partes em conflito.³²²



Ainda que o País já estivesse sob o regime militar, implantado após a deposição de Goulart em 31 de março de 1964, em todos os depoimentos tomados até então, não havia referência explícita a questões doutrinário-ideológicas. O conflito entre o mundo capitalista e o mundo socialista, entre esquerda e direita, não estava presente no inquérito, nem, até então, no processo que corria na Justiça militar.

Foi só no final de 1964 que os advogados de defesa anexaram os primeiros documentos que visavam criar a versão de que havia uma organização sindical e perigosos agitadores por trás dos trabalhadores, isto é, de que os conflitos do dia 6 no alojamento de Santa Mônica e do dia 7 pela manhã haviam sido previamente arquitetados. Trata-se dos relatórios da seção de vigilância da Usiminas, que apontavam a realização de reuniões entre metalúrgicos e representantes do Metasita para discutir, entre outros itens, aumento salarial. Segundo a seção de vigilância, os dias em que tais reuniões ocorreram foram 9 de setembro, 20 de setembro, 30 de setembro, 2, 3, e 4 de outubro de 1963.

Até aí, nenhuma novidade: desde julho a direção da empresa e os trabalhadores estavam negociando aumento salarial. A aprovação do acordo se deu no dia 6 de outubro. Em um clima de liberdade sindical, ainda que relativa, como acontecia até o golpe militar, as propostas eram aprovadas depois de muitas trocas de opinião. Para a discussão de qualquer assunto é imprescindível que tivessem sido realizadas reuniões entre os trabalhadores, inclusive com a presença dos dirigentes sindicais.

A tese que procura implicar a revolta dos operários em um complô político-ideológico aflorou também no depoimento de João Cláudio Teixeira de Sales, ocorrido em 05/11/1964. Trata-se do chefe da seção de serviços gerais, responsável, em outubro de 1963, entre outras áreas, pelos serviços de alimentação e moradia. Era, portanto, uma pessoa com trânsito fácil na alta cúpula da Usiminas. No seu longo testemunho à comissão de inquérito da Usiminas, logo após o conflito, não se referiu a qualquer ação do “serviço secreto” do Exército, que teria detectado a presença de sindicalistas de São Paulo em Ipatinga, no início de outubro, para “insuflar” o movimento dos trabalhadores.

Estranhamente, preferiu “revelá-la” apenas um ano depois, em depoimento durante a tramitação do processo criminal na Justiça militar.³²³ Geraldo Ribeiro, então presidente do Metasita, nega a informação.³²⁴ O sindicalista lembra, inclusive, que a entidade nem sequer era filiada ao CGT. Reafirma que tal postura, autodefinida como independente, lhe causara certa dificuldade ao ser recebido pelo presidente Goulart para discutir questões trabalhistas referentes à Acesita, àquela altura uma empresa estatal.



A propósito, além do esclarecimento feito por Ribeiro, conforme o qual a versão da defesa era fantasiosa, frise-se que as eventuais participações de militantes sindicais e partidários, nos episódios dos dias 6 e 7 de outubro, nada mais seriam do que o exercício do direito fundamental e do dever político de expressar os anseios dos trabalhadores, em nada servindo para justificar quaisquer provocações contra as vítimas e absolvição de assassinos. Aliás, se houvesse a presença e a direção de um partido operário consciente e conseqüente, a luta reivindicatória e o contencioso dificilmente assumiria o aspecto de um conflito acéfalo, confuso e de conseqüências imprevisíveis.

Todavia, na falta de argumentos sólidos, os advogados dos réus e um setor do oficialato, acobertados pela omissão dos governantes já no cenário do regime ditatorial militar, teceram e se apegaram a uma teoria conspirativa, patrocinada por militantes e forças políticas tidas, a partir de 1964, como inimigos da segurança nacional. Para reforçar a tese de que o conflito de 7 de outubro havia sido previamente arquitetado, como parte local de um plano maior para controlar o País, os advogados dos réus anexaram ao processo algumas dezenas de recortes de jornais do período imediatamente anterior ao golpe militar.

Entre as várias e desconexas notícias apresentadas e citadas, pela defesa, destacou-se a famosa “noite das cadeiradas”, em que Leonel Brizola, um dos principais dirigentes do PTB, fora impedido de falar no auditório da antiga secretaria de Saúde, hoje Minascentro, em Belo Horizonte. O então governador do Rio Grande do Sul fora hostilizado por grupos conservadores orquestrados, com apoio da PMMG, que se omitiu diante da ação provocadora.

Outra notícia, também anexada ao processo, falava sobre a descoberta de um suposto plano para paralisar a Usiminas e, ao mesmo tempo, destruir a ponte sobre o Rio Piracicaba, por onde passariam os reforços vindos do 6º Batalhão de Infantaria da PMMG, sediado em Governador Valadares. O plano seria explodir o gasômetro da Usiminas, gerando uma reação em cadeia que arrasaria a cidade de Ipatinga e, por tabela, a usina da Acesita, cujo gasômetro também explodiria, como reação em cadeia. Em resumo, segundo a publicação, o Vale do Aço iria todo pelos ares.³²⁵

Para reforçar a ideia de que as instalações de Santa Mônica era uma espécie de quartel das forças sindicais, difundiu-se a notícia de que ali havia um elevado número de armas, inclusive armamento pesado, como metralhadoras, e que o início e o fim do dia eram marcados por toques de corneta, como nos acampamentos militares. Ao iniciar-se março de 1964, porém, antes do golpe militar, a polícia fez apenas algumas apreensões de armas banais no alojamento e em Coronel Fabriciano. Ao cartório do crime da comarca foram entregues somente 14 armas: seis revólveres, três espingardas de calibre 36, uma espingarda de



ar comprimido, dois fuzis mosquetão, uma pistola, uma arma cuja identificação não foi possível e 70 cartuchos.³²⁶

Pelos depoimentos, é possível deduzir que o número de armas em posse dos moradores no alojamento de Santa Mônica era maior que o apreendido pela polícia. Entretanto, também nesse ponto, mais uma vez, é preciso entender o contexto: após o conflito de 7 de outubro, o alojamento, durante quase quatro meses, tornou-se um local sem o controle de autoridades, já que os seus moradores rechaçavam a presença da PMMG. A volta do policiamento ocorreu somente no dia 28 de janeiro. Para não melindrar os trabalhadores que ali residiam, os primeiros a chegarem foram os componentes da banda de música do 6º BI, de Governador Valadares.

Padre Avelino testemunhou o episódio e afirmou que, quando o ônibus da PMMG chegou ao local, as ruas ficaram desertas. Somente depois dos primeiros acordes musicais emitidos pelos músicos é que os trabalhadores começaram a deixar suas casas. Só então notaram que aqueles policiais estavam em missão de paz.³²⁷ A ausência de policiamento, além dos ainda remanescentes hábitos e situações de uma época marcada pelo clima de cheganças e povoaamentos espontâneos, ajuda a entender e a explicar porque algumas pessoas viviam ou passaram a andar armadas.

Quanto aos toques de alvorada e de recolher, a explicação foi dada pelo próprio “corneteiro”, em depoimento ao tenente Francisco Xavier Pereira, que assumira a delegacia de Ipatinga após o conflito em 7 de outubro. No testemunho, colhido em 07/03/1964 e anexado ao processo pelos advogados de defesa dos policiais, Antônio Carlos de Melo se identificou como industriário e músico: tocava trompete em si bemol. Contou que no dia 7 de outubro, tocou seu instrumento apenas para fazer um contraponto ao som de outros corneteiros situados na parte de baixo do alojamento. Explicando o “toque de recolher”, disse que nos dias calmos, na parte de baixo do alojamento, melodiava sambas, choros e outros gêneros musicais. Então, atendendo a frequentes pedidos, quando se aproximavam 22h tocava o tema de repouso, ato que repetira em outras ocasiões.³²⁸

Os depoimentos colhidos durante o desenrolar do processo na Justiça Militar guardam grande diferença em relação aos constantes no IPM, produzidos no calor dos acontecimentos. Na Justiça militar, aparece, pela primeira vez, a história de um caminhão da marca Scania, parado próximo à multidão, que teria sido tomado por alguns metalúrgicos. O caminhão teria sido arremessado pelos operários aos policiais, como parte de uma operação para assumirem o controle da situação. Já nos depoimentos tomados em Ipatinga, nos dias imediatamente após os acontecimentos, o único caminhão descrito como situado naquele local era o que transportou os policiais, em cuja carroceria seria armado o fuzil-metra-



lhadora depois disparado contra a multidão. Não houve referências a qualquer caminhão Scania, o que prova a sua introdução posterior e artificial nos autos.

Teotônio Saraiva, outra testemunha arrolada pela defesa dos policiais, também enfatizou, em seu depoimento, o suposto complô político por trás do protesto operário. Para tanto, acusou o ex-prefeito de Coronel Fabriciano, Rufino da Silva Neto,³²⁹ por participar em um Grupo dos 11 e, nessa condição, ter sido um dos dirigentes que atuaram no movimento dos trabalhadores da Usiminas, com Sinval Bambirra e José Gomes Pimenta, o Dazinho. Também apontou Tertuliano Ferreira dos Santos, que tinha o apelido de “Fidel Castro”, como um dos responsáveis pelo conflito, de vez que incitava os trabalhadores contra os policiais.³³⁰

Com a intenção de realçar o papel ativo e hostil dos trabalhadores, a testemunha de defesa Saulo Cunha, vigilante da empresa, assegurou que os primeiros disparos teriam sido efetuados pelos metalúrgicos, e não pelos policiais. Em suma, Teotônio e Saulo tentaram reforçar a ideia de que não foram os militares, mas, sim, os próprios trabalhadores os autores dos tiros que vitimaram a criança Eliana Martins.³³¹ O objetivo da defesa, assim procedendo, era justificar uma suposta legítima defesa. O caso de “Fidel Castro” ilustra a consistência nula das novas “provas” arroladas pela defesa.

Na manhã do dia 7, em frente ao portão de entrada da Usiminas, Tertuliano estava vestindo uma camisa vermelha do clube de futebol Mirassol, que frequentava em São Paulo, de onde veio para trabalhar na siderúrgica. Além disso, usava barba. A camisa vermelha e a barba o transformaram no “comunista” que “agitou” os trabalhadores no dia 7. Na mira da repressão, após o golpe, foi preso e levado para o 6º Batalhão da PMMG, em Governador Valadares, sendo conduzido, posteriormente, ao DOPS, em Belo Horizonte.

Condenado pela Lei de Segurança Nacional, Tertuliano cumpriu pena na penitenciária agrícola de Neves.³³² Muito tempo depois, em entrevista à publicação “Ipatinga 42 anos”, negou com firmeza que na época fosse comunista ou tivesse a intenção de tumultuar a vida da Companhia. Segundo afirmou, os movimentos de que participou, como a greve de três dias em janeiro de 1964, foram conduzidos com rigor para manter os equipamentos essenciais à empresa funcionando. “Só entrava quem tivesse credencial da empresa ou do Metasita”, disse.³³³

O depoimento do chefe da seção de vigilância da Usiminas, Omar Rodrigues Vieira, à Justiça militar, é o mais discrepante em relação ao testemunho anterior, à comissão de sindicância da Companhia. Para ressaltar as supostas motivação e direção político-ideológicas da manifestação e colocar os policiais como víti-



mas, chega a afirmar que em 7 de outubro, Clodesmidt Riani, então presidente do CGT, e Sinval Bambirra, estavam, respectivamente, junto ao portão e dentro do almoxarifado. Omar mentiu em juízo. Naquele dia e hora, Riani estava no Rio de Janeiro e Bambirra em Belo Horizonte.

Como dirigente sindical importante em nível nacional, Riani chegou a cogitar a possibilidade de ir a Ipatinga, o que acabou não ocorrendo. Bambirra foi a Ipatinga, mas só chegou à cidade na manhã do dia 8 de outubro, com o secretário do Trabalho, Edgar de Godoi da Mata Machado. Ao contrário do que afirmou Omar Vieira, Bambirra, em vez de incentivar o embate entre a empresa e os trabalhadores, ajudou a redigir o texto do acordo que pôs fim ao impasse. Como as demais testemunhas de defesa, Omar também disse que o tiro fatal na menina Eliane foi disparado pelos trabalhadores.

No primeiro depoimento, realizado dias após o conflito, ainda na fase do IPM, o tenente Jurandir Gomes de Carvalho não chegou a apontar quaisquer nomes de pessoas que estariam na origem e por trás da revolta dos operários. No segundo depoimento, porém, já na Justiça militar, afirmou que militantes externos a Ipatinga seriam os responsáveis pelos acontecimentos. Conforme afirmou o militar, nos primeiros dias de outubro se realizaram reuniões diárias no Sindicato dos Metalúrgicos, que teriam sido acompanhadas de perto por integrantes do Corpo de Vigilância da Usiminas.

Em testemunho no Processo Criminal da Justiça militar, o tenente afirmou que “elementos reconhecidamente extremistas” haviam participado das tidas como “reuniões preparatórias”; ao lado de sindicalistas de São Paulo e de “elementos estranhos” ao Sindicato dos Metalúrgicos. E ainda apontou como principais dirigentes dos trabalhadores de Ipatinga Clodesmidt Riani, Sinval Bambirra e Dazinho, cujos nomes não haviam aparecido nos depoimentos tomados após o conflito, pela CPI da ALMG, nem pela Comissão de Sindicância da Usiminas, ou pelo IPM.³³⁴

O julgamento dos militares ocorreu no dia 08/03/1965, uma segunda-feira de carnaval, em Belo Horizonte. A sessão durou 10 horas: começou ao meio-dia e terminou às 22h. Dos 19 acusados, apenas o tenente Jurandir respondeu às perguntas efetuadas pelos membros do Conselho Especial de Justiça. Os demais, seguindo orientações, optaram pelo silêncio, deixando a tarefa de “alegarem e provarem sua inocência” a cargo de seus advogados.³³⁵ Nas quatro primeiras horas da sessão, o promotor militar Geraldo Costa Guerra pediu a condenação dos réus. Alegou que estavam naquele local e dia somente para garantir a ordem, não para matar. Nas quatro horas seguintes, falaram os defensores Decio



Fulgêncio, Marcello Jardim Linhares e Marcello Roberto Linhares. Pediram a absolvição dos militares que, conforme alegaram, teriam agido “no estrito cumprimento de um dever legal e em legítima defesa própria.”³³⁶

Ouvidos os representantes das duas partes, a sessão foi convertida em secreta. Ao final, por quatro votos a um, o Conselho Especial de Justiça decidiu absolver os policiais da acusação, tanto de homicídio qualificado como de insubordinação. No que diz respeito à primeira, entenderam os juízes que os militares agiram no cumprimento de um dever legal e em legítima defesa. Quanto à segunda acusação, entenderam inexistirem provas de que a ordem do capitão Robson Zamprogno, para que se abstivessem de abrir fogo contra a multidão, havia chegado aos policiais a tempo de ser conhecida e cumprida.

O juiz presidente do Conselho, coronel Moizés Hourí, foi voto vencido. Defendeu a condenação dos militares à pena de um ano e dois meses de prisão, por entender que “excederam culposamente os limites da legítima defesa.”³³⁷ Entretanto, por quatro votos a um, os réus foram absolvidos de todas as acusações. A sentença contém erros históricos, a começar pelas informações. Um exemplo: entre os organizadores dos piquetes grevistas montados no dia 7 de outubro estariam Sinval Bambira, Clodesmidt Riani e Dazinho, entre outros dirigentes sindicais. Outra falha gritante: os três seriam do PCB, quando são por demais conhecidas as filiações de Dazinho ao Partido Democrata Cristão (PDC) ou de Riani e Bambirra ao PTB.

Na sentença, os juízes criticaram os meios utilizados pela polícia para controlar a situação. Lembraram que, nos USA e na Europa, as concentrações se dispersam com jatos d’água, não com fuzis e metralhadoras como os usados pelos policiais de Ipatinga. Ainda assim, consideram que, naquela situação, os militares estavam em desvantagem, não lhes restando qualquer alternativa, senão a de atirarem para defender-se:

Que fariam os senhores julgadores em lugar dos policiais? Atirariam flores nos operários? Entregar-lhes-iam suas armas? Dispersar-se-iam com salve-se quem puder pelo meio da multidão ou, normalmente, aguardariam, calmamente, que os operários, tão pacíficos e ordeiros, lhes arrebatassem as armas e os prendessem ou os massacrassem ali diante da usina?³³⁸

Para Moizés Hourí, seria demais exigir dos policiais que conseguissem ao mesmo tempo defender a empresa e manter a ordem em uma “verdadeira praça de guerra, onde uma turma numerosa brandia porretes e atirava pedras, dava tiros



e proferia insultos". Inconformada, a promotoria apelou da sentença, alegando que os policiais não agiram em legítima defesa:

Os apelados metralharam vítimas inermes, inclusive uma criancinha lactente, no aconchego de sua desventurada mãe que, ferida, como a filhinha, a viu morrer em seus braços. Outras numerosas vítimas eram colhidas pela ceifa da morte quando, surpresas e apavoradas, desabalavam-se na corrida de fuga amedrontada.³³⁹

Para o promotor Geraldo Costa Guerra, os policiais se excederam no cumprimento da missão policial. Segundo o promotor, as vítimas "não se achavam em guerra ou revolução, não levavam missão de executar penas de morte, não se achavam em nenhum dos casos que lhes justificasse matar por imposição ou cumprimento de um dever legal".³⁴⁰ Em defesa dos acusados, já no recurso contra a absolvição dos policiais, os advogados Marcello Jardim Linhares e Marcello Roberto Linhares questionam o argumento da promotoria de que os policiais se excederam na legítima defesa, sustentando que não lhes restavam opções:

Não se poderia exigir dos militares a ignomínia de uma fuga. A dignidade pessoal e a dignidade militar não poderiam ser abdicadas. O pelotão não tinha o dever de poupar os agressores, fugindo indecorosamente diante deles.³⁴¹

Para os defensores, a pressão dos trabalhadores sobre os policiais exigia "uma reação forte e violenta para que fosse contida".³⁴² Ouvido, o procurador geral do Tribunal militar, Lourival Vilela Viana, acolheu a tese de que houve, por parte dos policiais, um excesso no uso da legítima defesa, já que muitos disparos foram feitos depois do perigo. Eis por que defendeu a revisão da sentença inicial, buscando inclusive a punição dos policiais envolvidos nos acontecimentos da noite anterior.

Não devem ficar impunes os militares que foram os verdadeiros causadores de toda a lamentável tragédia (os que agrediram e prenderam na noite anterior). Não pode uma corporação da tradição da honradez, de disciplina, de correção e de perfeita exaço no cumprimento de seus deveres, e que tantos e tão grandes serviços tem prestado à ordem pública e à Justiça, como a Polícia Militar, tolerar que poucos elementos se transviem e a ensombrem.³⁴³

Em 17/09/1965, o TJM julgou o recurso do ministério público e acabou condenando os policiais à pena de um ano e dois meses de prisão. Os juízes concordaram com a tese de que houve excesso na legítima defesa. Prevaleceu a ideia de que todo o episódio se deu em três fases. A primeira, no conflito na noite e na madrugada do



dia 6, foi considerada como a menos grave, não tendo sido as responsabilidades devidamente definidas. Na segunda, quando os militares se viram cercados pela multidão, teriam agido em legítima defesa, pois estavam, segundo os julgadores, na iminência de serem massacrados. “Não havia outra alternativa para os militares”, diz o acórdão. Na terceira fase, quando estavam em fuga, os policiais, ainda conforme os juízes, agiram “inadvertidamente, com desatenção e precipitação.”³⁴⁴

Em sua declaração de voto, o coronel Afonso Barsante dos Santos, chefe do Estado Maior da PMMG, defendeu a ideia de que na terceira fase do conflito, ocorrida quando, na manhã do dia 7, os militares já se retiravam, houve conduta criminosa:

Não se pode conceber que seja legítima defesa o uso de armas dentro da carroceria de um caminhão em velocidade, contra homens, mulheres e crianças que se encontravam ao longo da rodovia, prostrando vítimas inocentes e mesmo alheias aos acontecimentos, em local distante da agressão.³⁴⁵

Foi acompanhado pelo ministro João Romeiro, cuja justificação de voto afirma ter localizado no processo 16 testemunhas que disseram ter visto os policiais atirando quando de sua retirada, já na rodovia, rumo ao quartel.

Já o coronel Manuel Araújo Porto defendeu a manutenção da sentença inicial, com a absolvição dos policiais, “que não regressavam de um piquenique quando procuravam o caminho do quartel; saíam, isto sim, sob violenta pressão, de um local em que eram acossados por incalculável multidão.”³⁴⁶

Com a condenação, a Justiça militar expediu os mandados de prisão de todos os policiais envolvidos. O tenente Jurandir, o cabo José Maria Francisco e os soldados José Rodrigues, Milton Souto da Silva, Francisco Torres Dutra, José Gomes Vidal Filho, Sebastião Candido dos Santos e Sebastião Campelo de Oliveira foram recolhidos ao Regimento de Cavalaria. Moacir Gomes de Almeida foi levado ao 5º BI, enquanto nove soldados – Argentino Teodoro Tavares, Florício Forniciari, Odeino Gomes da Silva, Osvaldo Ferrarez de Castro, João Clementino da Silva, José Félix Gáspar, Elson Valeriano, João Medeiros e José Cirilo Borges – permaneceram presos no quartel do 6º BI, de Governador Valadares.

Em 11/10/1965, inconformados com a condenação, os policiais entram com recurso contra a decisão. Como justificativa, seus advogados procuram desqualificar os depoimentos constantes do IPM, que serviram de base para sua condenação. Tais testemunhos trouxeram descrições mais detalhadas sobre os acontecimentos, inclusive a cena dos policiais atirando contra pessoas ao longo da rodovia.



Para os defensores dos réus, depoimentos anteriores aos colhidos pelo juiz deveriam ser vistos com reserva. No seu entender, era impossível que os policiais deixassem o local de forma serena: estariam tomados por uma “perturbação do espírito, medo ou terror”³⁴⁷

Em 27/10/1965, o procurador Lourival Vilela Viana, em seu parecer, sustentou que nenhum perigo corriam os policiais quando, em fuga pela rodovia, atiraram a esmo em transeuntes. No julgamento sobre o pedido para revisão da sentença houve uma inversão do resultado. Os ministros Afonso Barsante e João Romeiro mantiveram sua posição pela condenação. Os ministros Manuel de Araújo Porto e Eurico Paschoal também mantiveram seus votos, pela absolvição. A decisão que anulou a sentença condenatória ficou a cargo de Antônio Carlos Vieira Christo.

A declaração de voto proferida pelo ministro transformou Ipatinga no epicentro de uma disputa revolucionária “de operários” instigados e organizados “por comunistas e agitadores”; a serviço de um “tenebroso esquema de subversão nacional”. A sua fundamentação tem um desenho delirante:

Nesse ambiente de fermentação e de ódio reivindicatório, a força policial de Ipatinga se viu, de súbito, frente a frente com uma massa de operários que os comunistas e agitadores de longo curso prepararam para impor pela agressão, as suas supostas razões. Feriu-se a luta. E a luta – observe-se – foi a resultante de fatores psicológicos, paulatinamente somados pelos agentes desagregadores, para que ela se realizasse, pelo sangue, um dos pontos fundamentais, senão o mais alto, do tenebroso esquema de subversão nacional.³⁴⁸

Em sua declaração de voto, o ministro chega a sustentar que se os policiais não tivessem agido com a firmeza naquele momento, talvez a história do Brasil tivesse tomado outro rumo:

Se aquelas forças se entibiassem (afrouxassem), a mazorca teria triunfado e a guerra revolucionária, fomentada por um governo que as Forças Armadas tiveram que levar à deposição, teria ganho em Ipatinga uma vitória capaz de mudar o curso da resistência militar nacional oposta ao seu desencadeamento.³⁴⁹

Assim, o voto de minerva, em que razões e conspirações de cunho político-ideológico se sobressaíram, anulou a sentença. Os agentes do massacre de Ipatinga foram absolvidos e, imediatamente, postos em liberdade. Coincidência ou não, no mesmo dia em que a Justiça militar voltava atrás de sua decisão anterior, absolvendo em definitivo os policiais envolvidos, o marechal Humberto Castelo Branco editava em Brasília o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políti-



cos até então existentes³⁵⁰ e autorizava a cassação de representantes com mandatos eletivos. Assim, aprofundava-se o controle dos militares sobre a vida política nacional e se alargava o fosso entre o regime de 1964 e os anseios democráticos.

No longo intervalo de tempo que se desenvolveu entre o dia 07/10/1963, no início da tarde, quando o então comandante geral da PMMG, coronel José Geraldo de Oliveira, ordenou a prisão dos policiais envolvidos e prometeu que o caso seria apurado com rigor, e o dia 10/12/1965, no final da noite, passaram-se 795 dias. Nesse ínterim, um golpe militar destituiu o presidente da República eleito democraticamente e transformou os trabalhadores de Ipatinga de vítimas em réus, os policiais da PMMG envolvidos no massacre de réus em vítimas.

Quadro III - Relação de policiais levados a julgamento

Nome	Posto
José Maria Francisco	Cabo
Argentino Teodoro Gomes	Soldado
José Felix Gaspar	Soldado
Francisco Torres Dutra	Soldado
Florício Forniciare	Soldado
Milton Souto Silva	Soldado
Sebastião Cândido da Silva	Soldado
Sebastião Campelo de Oliveira	Soldado
José Gomes Vidal	Soldado
José Rodrigues	Soldado
João Clementino da Silva	Soldado
João Medeiros	Soldado
Moacir Gomes de Almeida	Soldado
Odeino Gomes	Soldado
Élcio Valeriano	Soldado
Joaquim Felix de Carvalho	Soldado
Oswaldo Ferraz de Castro	Soldado
Jurandir Gomes de Carvalho	2º tenente

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963



O comandante dos policiais deslocados para o portão da Usiminas, tenente Jurandir Gomes de Carvalho, foi reformado na patente de coronel. Em 1988, procurado pelo Jornal Hoje em Dia, recusou-se a falar sobre o tema: “o senhor vai me desculpar, mas eu quero é esquecer esse assunto. Não vou dar nenhuma declaração a respeito.”³⁵¹

O capitão Robson Zamprogno, comandante do destacamento da PMMG em Ipatinga não chegou a ser indiciado pelo IPM, pois, na manhã do dia 7 de outubro estava no escritório central, participando da reunião entre os diretores da empresa, o padre Avelino e a comissão de trabalhadores definida na noite do dia anterior, durante o conflito no alojamento de Santa Mônica. Naquela noite, entretanto, o oficial também foi preso e recolhido ao quartel que sediava o comando geral da corporação, em Belo Horizonte. Mas, até hoje, o episódio está muito presente em sua memória. “Quando você é o comandante, sofre todas as consequências. Minha vida acabou-se ali. Eu, que tentei evitar o conflito, que tinha um ideal de herói, vi tudo se acabar.”³⁵²

Quem também carrega o peso de ter sido destacado para compor o grupo de 19 policiais deslocados ao portão da Usiminas, na manhã de 7 de outubro, é o soldado Joaquim Félix de Carvalho. Até hoje, as lembranças o perseguem:

Não foi por nossa vontade fazer aquilo. Nós gostamos da amizade, de trabalhar honestamente, mas não de perseguir funcionários da Usiminas e nem qualquer pessoa. Nós não queríamos isso, não. Isso é a pura verdade. Até hoje tenho remorso. Nunca pensei em tirar a vida de ninguém. Eu não. Meu negócio é paz. A lembrança me incomoda até hoje. Tenho muita dó daquele pessoal.³⁵³

Pelo menos algo os parentes das vítimas e o soldado Joaquim têm em comum: acabaram fazendo a opção pelo silêncio. Os familiares, por razões políticas e o medo de serem perseguidos pela empresa. Joaquim também sempre teve o receio de ser perseguido, mas pelos familiares das vítimas, inquietação que conserva até hoje. Tanto que, durante a entrevista, pediu que não fosse revelado o nome da cidade onde mora.

Joaquim Félix tem medo de que volte a ocorrer, com ele, um episódio acontecido cerca de um ano depois do massacre, quando uma menina veio lhe perguntar se havia trabalhado na polícia. Percebendo a situação, respondeu que não, que nem gostava do serviço policial. Imediatamente, outro policial, que estava ao seu lado, recomendou-lhe: “racha fora. Vão te matar!”. Ao ouvir a frase, saiu

rapidamente do local, temeroso de ser vítima de vingança. Joaquim Felix permaneceu na polícia até 1965. Após deixar a corporação, foi para a Companhia Vale do Rio Doce, onde trabalhou por 22 anos e três meses, até se aposentar em 1992. Cortou completamente os laços com a corporação: “isolei de tudo”. Entretanto, afirma não guardar ressentimentos da PMMG: “não tenho mágoa da polícia. Não tenho mágoa de ninguém.”³⁵⁴

A luta contra o esquecimento

Por 12 anos o massacre de Ipatinga permaneceu no limbo da história. Com o golpe de 1964, tornou-se um assunto proibido no Vale do Aço, entre os próprios trabalhadores da Usiminas e a população em geral. Tal silêncio começou imediatamente após a deposição do presidente Goulart, quando os militantes e dirigentes surgidos em consequência do massacre foram presos. Em 1º/05/1964, uma nova etapa do processo começou quando o presidente da associação dos trabalhadores metalúrgicos de Ipatinga, Jáder Macial, recebeu do presidente militar Humberto Castelo Branco a carta sindical, legalizando o Sindipa. Com a entidade reconhecida, os operários da Usiminas deixariam de ser atendidos pelo Metasita, de Timóteo, que já tinha, sob a sua responsabilidade, a representação sindical na Acesita, hoje “Aperam”.

A movimentação com vistas à fundação do Sindipa começou a ser articulada um ano antes, depois que as novas expressões sindicais nascidas como resposta ao massacre de Ipatinga já haviam sido retiradas de cena pela repressão. Assim, a entidade surgia sem que o confronto com a empresa estivesse em sua pauta, como explicou Jorge Nomam em “Não foi por acaso”. Nomam se baseava em dois argumentos: os diretores da empresa também eram empregados; como a política salarial do governo federal, que controlava a Usiminas, era sempre muito dura, os primeiros dirigentes adotaram a negociação como recurso exclusivo para os trabalhadores alcançarem benefícios.³⁵⁵

O resultado do rígido “controle” sobre o mundo do trabalho foi o alijamento dos críticos, durante anos, à direção do Sindipa. O silêncio do Vale do Aço em relação ao massacre de Ipatinga durou três anos. A primeira manifestação pública sobre o assunto aconteceu em 13/06/1967, quando alguns estudantes da UFMG foram presos em Ipatinga, ao distribuírem o Jornal Liberdade: uma de suas matérias versava sobre o assunto. Entre os detidos estava o ex-trabalhador da Usiminas, Jurandir Persichini Cunha, então estudante de Jornalismo da UFMG. Conduzido à cadeia de Ipatinga, foi torturado como tentativa de forçá-lo a revelar nomes de pessoas que também seriam vinculadas ao periódico. Em seguida, transferido para o DOPS, em Belo Horizonte, sofreu nova rodada de torturas, comandadas





pessoalmente, como revela Persichini, pelo delegado Thacyr Menezes Sia, pelo inspetor Frederico e pelo escrivão Ariovaldo Hora, entre outros. Após ser solto, conseguiu terminar o curso universitário, iniciando carreira jornalística como repórter estagiário do Jornal do Brasil.

Em 1971, Persichini sofreu novas agressões. Foi preso no Bairro Sion, em Belo Horizonte, enquanto caminhava perto da residência do então secretário de Segurança de Minas, coronel Murgel, retornando de uma festa. Na ocasião, teve uma parte do cabelo queimado, assim como recebeu chutes na barriga, pancadas no rosto e murros nos ombros até sua omoplata se quebrar. No dia seguinte, fez exame de corpo de delito e, com o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, protocolou denúncia contra os agressores. Como não conseguia redigir com o braço enfaixado, ficou de licença por 15 dias. Dois meses depois do ocorrido, foi demitido do Jornal do Brasil. Também foi afastado da Rede Globo de Televisão, devido a um episódio ocorrido na abertura da 6ª Olimpíada Operária Global, evento do qual era coordenador: não concordara com a leitura, pelo mestre de cerimônia, de um texto que exaltava as Forças Armadas e o regime político ditatorial.

No Vale do Aço, após a prisão dos estudantes que distribuíam o que podia ser considerado, àquela altura, o primeiro documento escrito sobre a história do massacre de Ipatinga, um novo silêncio se impôs. E durou mais 11 anos, até que em 1978, o Jornal Em Tempo, que fazia oposição ao regime militar, trouxe extensa reportagem sobre o assunto. Em 1979, o Centro de estudos e ação social (Ceas) – uma organização não governamental (ONG) da Bahia, ligada à Companhia de Jesus, instituição da Igreja Católica – publicou um texto sobre o assunto, assinado por Daniel Miranda Soares, em que aparece pela primeira vez a expressão “massacre de Ipatinga” para designar os acontecimentos dos dias 06 e 07/10/1963.³⁵⁶ Mais uma luz se derramou sobre o assunto em 1984, quando o jornalista Carlindo Marques Pereira publicou “Massacre de Ipatinga”, o primeiro livro sobre o tema.

Acredita-se que a primeira manifestação pública sobre o massacre de Ipatinga tenha ocorrido em 1984, quando entidades sindicais e do movimento popular, forças políticas de esquerda e setores progressistas da Igreja Católica realizaram ato público para lembrar o ocorrido. O título do manifesto convocando a população fazia uma ponte entre 1963 e 1984: “7 de outubro de 1963, o massacre de Ipatinga; 7 de outubro de 1984, o massacre continua”. Os dizeres eram uma alusão ao contexto político da época. Durante o evento, lançou-se o livro de Carlindo Marques Pereira.

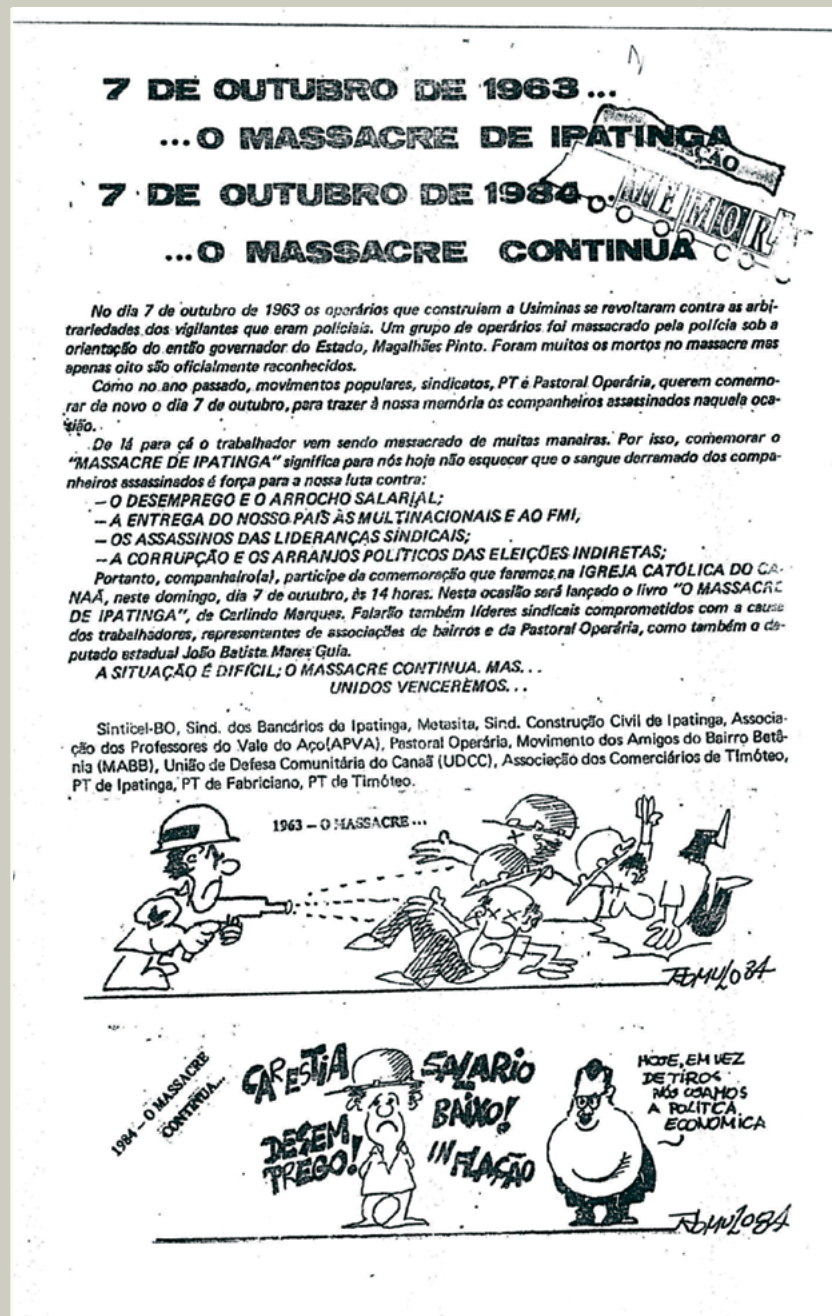


Figura 29 - Reprodução de folheto convocando, em 1984, a população do Vale do Aço a participar de ato promovido por entidades populares em Ipatinga, para lembrar o Massacre. Fonte: arquivo do Sindicato dos Empregados do Comércio de Ipatinga

Três anos depois, outra manifestação pública sobre o tema seria realizada. "Massacre nunca mais", dizia o texto do documento convocatório, com a presença confirmada de Chico Ferramenta, que no ano seguinte seria eleito prefeito de Ipatinga. No ano seguinte, 1988, foi a própria Usiminas, à época ainda uma es-



tatal que levantou o assunto. Em uma série de publicações alusivas aos 25 anos de sua fundação, alguns dos antigos diretores admitiram que a empresa havia cometido vários erros durante o processo de instalação da usina. Luiz Verano, então chefe geral de construção da Usina, atribuiu o conflito às deficiências no tratamento dado pela empresa aos operários: “houve erros muito sérios dessa parte. Foi muito certo recrutar 10 mil pessoas, mas, depois, o que fazer com 10 mil pessoas em uma região que não tinha apoio logístico? Isso levou àquele famoso 7 de outubro.”³⁵⁷

Na mesma publicação, Gil Guatimosim fez uma revisão crítica sobre as causas do massacre. Admitiu a procedência das reclamações dos trabalhadores quanto à moradia, mas afirmou desconhecer as queixas contra o corpo de vigilantes, garantindo que somente soube do problema na manhã de 7 de outubro, quando retornou ao alojamento de Santa Mônica em companhia de seu chefe de vigilância, Omar Rodrigues Vieira, e teve o seu carro apedrejado. Guatimosim também considerou “um erro a Usiminas ter determinado que todos os trabalhadores fossem revistados na entrada e saída dos turnos, porque boa parte da área da Usina ainda não havia sido fechada por muros.”³⁵⁸

A eleição de Francisco Carlos Delfino Ferramenta, o Chico Ferramenta (PT), como prefeito de Ipatinga, na eleição de 1988, tirou o assunto do limbo em que estava desde 1963, a despeito das várias tentativas de conferir-lhe maior visibilidade, encetadas no Vale do Aço por Sindicatos e entidades comunitárias. A política do silêncio acabou sofrendo uma derrota em 1988, fora do espaço propriamente sindical. Chico Ferramenta, que havia perdido a disputa pela presidência do Sindicato, decidiu disputar a prefeitura de Ipatinga e tomou posse em 1989. O Sindipa, que até então desconhecia publicamente o massacre de Ipatinga, decidiu erigir, em frente à sua sede, um monumento em homenagem às vítimas.

A prefeitura tentou embargar o monumento sob a alegação de que aquele tipo de construção não era permitido no local. No fundo, estava em jogo a representação sobre a memória das vítimas. Sem poder embargar o monumento, que foi erigido, a prefeitura fez a sua homenagem, batizando-o de “7 de Outubro” um centro cultural na região central da cidade. O mesmo nome recebeu a escola sindical mantida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Barreiro, região industrial de Belo Horizonte. A escola, destinada à formação de militantes sindicais, foi fundada em 1987 com o apoio da central sindical italiana CISL.



Figura 30 - Monumento erguido pelo Sindipa, em homenagem aos trabalhadores mortos em 7 de outubro. Fonte: Marcelo Freitas

Em 1988, um ano depois da inauguração da Escola Sindical, o Jornal Hoje em Dia publica uma extensa reportagem, de duas páginas, sobre o massacre. A edição coincidiu com os 25 anos do acontecimento e descreveu o dia 6 à noite, passando pela madrugada, até a manhã do dia 7, e seus desdobramentos. A matéria trouxe também a opinião de algumas pessoas presentes ao evento. Trata-se da primeira vez que um Jornal de grande circulação fora do Vale do Aço aborda o tema. No texto há uma passagem em que o então presidente



da Usiminas, Paulino Cícero, afirma que acontecimentos como o massacre de Ipatinga serviram para a empresa aprimorar seu relacionamento com os trabalhadores e, ao mesmo tempo, para o governo modernizar o destacamento da PMMG local: “nós procuramos retirar lições de cada evento e de cada fato que acontece na história da empresa ou em conexão com ela, de maneira a, permanentemente, realimentar esse comportamento;” afirmou Paulino Cícero.³⁵⁹

Outra iniciativa pública para retirar-se o massacre de Ipatinga do esquecimento surgiu na ALMG que, em outubro de 2003, exatos 40 anos após o acontecimento, realizou em Ipatinga uma audiência da CDH. Da reunião, que lotou o plenário da câmara municipal de Ipatinga, participaram familiares de algumas vítimas. Ao final, os deputados aprovaram três requerimentos. Um solicitava que a ALMG elaborasse um projeto de lei concedendo pensão vitalícia às viúvas do massacre e aos sobreviventes que tivessem sofrido lesões ou sequelas permanentes em consequência dos tiros. Outro requerimento foi encaminhado aos cartórios de registro civil de Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga, solicitando a relação de todos os atestados de óbito emitidos no período compreendido entre 07/10/1963 e 07/12/1963.

O projeto que concedia pensão no valor de R\$ 100 mil às viúvas chegou a tramitar, mas foi vetado pela Comissão de Constituição e Justiça, sob a alegação de inconstitucionalidade, por violar a iniciativa governamental exclusiva e faltar uma fundamentação sobre o impacto financeiro da medida.

Em 2003, a Usiminas já deixara de ser estatal. Sua privatização ocorreu em 1991 e significou uma mudança substancial de visão sobre o massacre. Até então, a empresa admitia sua parcela de culpa no acontecido. Porém, a partir da privatização, passou a ignorar o assunto. Isso ficou claro durante a audiência pública da ALMG. Embora tenha sido convidada, a empresa optou por não enviar representantes e até, segundo o presidente da CDH, pressionou a ALMG para que a reunião fosse fora de Ipatinga. Isso porque, ainda conforme o deputado, se realizada em Belo Horizonte, a possibilidade de participação de personagens que, a juízo da empresa, deveriam permanecer para sempre no esquecimento, seria menor: a viagem à capital envolveria despesas inacessíveis para muitos.³⁶⁰

Durante o evento, o deputado estadual Durval Ângelo chegou a chamar o presidente da empresa, Rinaldo Soares Campos, para compor a mesa, mas nenhuma manifestação formal da Usiminas sobre o assunto foi ouvida. Ao final do encontro, o deputado estadual Chico Simões, do PT, lamentou a ausência da Usiminas.



O ano de 2004 foi importante para retirar o massacre de Ipatinga do limbo da história também por outra razão. Em março, o recém-empossado presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) nº 176, que reabriu o prazo para que familiares de pessoas mortas pelo regime militar pudessem requerer indenização. A MP alterava o prazo fixado pela Lei nº 9.140, de 04/12/1995, que continha regras para a concessão do benefício. De acordo com nova norma, podem ter direito a indenização os familiares de pessoas que perderam a vida em “dependências policiais ou assemelhadas”. Com a reabertura do prazo, a indenização poderia ser pedida também por familiares de vitimados por agentes estatais em manifestações públicas, como greves e passeatas.

Com a MP, abriu-se a possibilidade de estender a indenização aos familiares das pessoas assassinadas no massacre de Ipatinga, a ser requerida no prazo de 120 dias. Com a garantia do direito, havia a expectativa de que, além das oito vítimas formalmente reconhecidas pelo Estado brasileiro no IPM, familiares de outras pessoas também fariam o mesmo, tendo em vista o sentimento que predominava no Vale do Aço de que mais pessoas tivessem morrido em consequência dos disparos efetuados em 7 de outubro pela manhã. Com tal esperança, o Centro de Apoio ao Cidadão (CAC) da câmara municipal de Ipatinga divulgou intensamente a MP nº 176. Além de reportagens nos principais jornais do Vale do Aço, veicularam-se informes publicitários nas emissoras de Rádio da região, informando sobre a reabertura do prazo para os pedidos de indenização.

Mesmo assim, das oito vítimas, os familiares de três deixaram de protocolar o pedido: de Aides Dias Carvalho, de Gilson Miranda e de Eliana Martins, o bebê de três meses atingido quando estava nos braços da mãe. Acredita-se que, na época, residiam fora da região, permanecendo desinformados. Tampouco apareceram familiares de outras pessoas desaparecidas que, supostamente, teriam morrido durante o massacre de Ipatinga. Semelhante resultado, de certa forma, frustrou as pessoas dedicadas ao caso, pois havia o propósito de esclarecer-se, finalmente, com a reabertura do prazo, a verdade sobre o número de mortos.

Encaminharam pedidos de indenização com base na MP nº 176 os familiares de Geraldo Gualberto, Alvino Ferreira Felipe, Antônio José dos Reis, Sebastião Tomé e José Isabel do Nascimento. Desses, quatro requerimentos – Geraldo, Alvino, Antônio e Sebastião – foram protocolados por meio do CAC: o de José Isabel do Nascimento, diretamente pela família. Quando apreciado o primeiro pedido, de Geraldo Gualberto, surgiu uma polêmica no âmbito da Comissão dos Mortos e Desaparecidos: Geraldo não era metalúrgico e apenas passava pelo



local quando foi atingido. Para a conselheira Maria Eliane Menezes de Faria, o primeiro requisito da MP – a participação em atividades políticas – não foi atendido. Argumentando em direção contrária, o conselheiro Belisário Júnior sustentou que a lei não distinguia o militante político da vítima casual e que, portanto, deveria prevalecer a constatação de que a morte ocorreu em uma manifestação política. Ao final dos debates, prevaleceu o ponto de vista favorável às vítimas.

Embora não se possa afirmar com certeza, acredita-se que se o ponto de vista defendido por Maria Eliane tivesse prevalecido, os demais pedidos de indenização – requeridos por familiares de vítimas sem vínculo empregatício com a Usiminas ou empreiteiras vinculadas à construção da sua planta –, teriam sido recusados. É possível que seriam beneficiados apenas José Isabel do Nascimento, que trabalhava na empreiteira Fichet, e Sebastião Tomé, metalúrgico de operações na Usiminas. A consagração do critério defendido por Belisário Júnior ajudou a reverter o caso de Geraldo Gualberto, ao mesmo tempo em que se tornou referência para se julgarem os demais pedidos, que foram todos aprovados.

O anúncio sobre a aprovação do primeiro pedido de indenização ocorreu, simbolicamente, no dia 07/10/2004, quando haviam transcorridos 41 anos desde o massacre de Ipatinga. Para Magna Maria, irmã de Geraldo Gualberto, mais importante foi o reconhecimento oficial sobre o erro cometido. Na escala do que seria ainda melhor e mais justo, sobressai-se a punição dos culpados, algo que, como reconhecia, já seria impossível: “a justiça que a gente gostaria mesmo é a da punição”, afirmou Magna.³⁶¹

Opiniões semelhantes demonstraram Antônio Tomé, irmão de Sebastião Tomé, Maria da Conceição Felipe, filha de Alvinho Ferreira Felipe, e Eva Maria dos Reis, filha de Antônio José dos Reis. “A vida de ninguém não tem preço. É uma das coisas mais preciosas que há”, afirmou Antônio,³⁶² explicando que decidiu requerer a indenização porque, se não o fizesse, o dinheiro permaneceria com o governo. Para Maria da Conceição, o pagamento da indenização e o reconhecimento oficial do Estado não fizeram com que a ferida cicatrizasse: “não dá para esquecer isso, não. Não dá para apagar da memória.”³⁶³ Eva considera importante o reconhecimento oficial, porque, de certa forma, ajudou a aplacar a identidade de vítima que sua família carregou, internamente, nas últimas décadas. Considerando limitado o alcance da indenização, observam, ainda, que tampouco conseguirá quitar o débito que a história tem com os mortos de Ipatinga: “contribui apenas para amenizar a dor. Mas acho que fechar... a ferida não vai se fechar nunca”, afirmou Eva Maria dos Reis.³⁶⁴



Para os familiares das outras vítimas, o dinheiro da indenização também veio em boa hora. Maria da Conceição Felipe, a filha mais velha de Alvino Felipe, já havia desistido de buscar uma compensação financeira pela morte do pai. Quando aconteceu, serviu para a mãe construir um terraço na casa onde morava. Conceição terminou a construção de um banheiro e uma cozinha. Duas de suas irmãs ganharam casa. Até os netos foram beneficiados, como destinatários de R\$ 10 mil cada um, utilizados da forma que lhes foi conveniente. Antônio José da Silva, irmão de Sebastião Tomé, terminou a construção da casa onde mora e trocou de carro.

O uso da palavra “massacre”

A caracterização do conflito em 7 de outubro como um “massacre” não se deu imediatamente. A primeira vez foi em junho de 1967, pelo Jornal Liberdade, cujos exemplares acabaram sendo apreendidos no Vale do Aço. Depois, passaram-se 11 anos sem que o termo fosse utilizado em publicações. Em 1978, o Jornal Em Tempo produziu extensa reportagem sobre o assunto, mas sem utilizar a palavra “massacre”. Ao que tudo indica, o seu ressurgimento foi no caderno do Ceas. Em 1984, o primeiro livro sobre o assunto, publicado por Carlindo Marques Pereira, tinha o título de “Massacre de Ipatinga”, tornando o vocábulo de uso corrente, inclusive na grande imprensa. Na reportagem publicada pelo Jornal Hoje em Dia, em 1989, e na série publicada pelo Jornal Estado de Minas, em 2004, a palavra “massacre” também foi utilizada.

Porém, em alguns segmentos mais conservadores, havia dúvidas quanto ao seu uso, sobre a absolvição dos policiais pela Justiça militar, com base na pretensa legítima defesa em face da multidão operária e popular. Porém, tais dúvidas se dissipam quando se verifica o número total entre mortos e feridos: 102. Dos 94 feridos, 48 foram registrados pelo ambulatório da Usiminas, aonde foram os operários feridos.

A correção da palavra “massacre”, aplicada ao evento, é reforçada, também, quando se compara o número de vítimas dos dois lados. Na relação anexada ao IPM, aparecem os nomes de três policiais: o sargento Carlos Alberto Xavier; os soldados Florício Forniciari e José Rodrigues. Consta no IPM que Carlos Alberto foi ferido à bala, quando efetuava a prisão dos operários amotinados no alojamento de Santa Mônica, como assinalado no laudo de corpo de delito emitido pelos médicos que o atenderam às 10h30 do dia 7, no ambulatório da Usiminas. Porém, depondo ao IPM no dia 26 de outubro, o próprio sargento nega que o ferimento tenha sido causado por tiro.



Tal informação foi desconsiderada pela Justiça militar, que optou por ater-se ao laudo de corpo de delito, acolhendo-o como a informação oficial sobre o ferimento. O militar, na noite do dia 6, mesmo após ter sido ferido, manteve as suas atividades, tendo sido responsável pela prisão dos 300 operários, mas não foi destacado para compor o destacamento encaminhado ao portão do almoxarifado. Tanto que nem foi indiciado pelos acontecimentos do dia 7. Ao contrário, os outros dois policiais feridos – José Rodrigues e Florício Forniciari – estavam na tropa. Logo, são apenas dois feridos na concentração.

A diferença entre o número de feridos e mortos entre os operários e populares, de um lado, e os policiais, de outro, é gritante e dispensa maiores discussões: 102 para dois. Os agentes estatais sofreram apenas ferimentos leves e nenhum faleceu. Portanto, o uso da palavra “massacre” para designar os acontecimentos na noite do dia 6, na madrugada do dia 7 e na manhã do mesmo dia, está absolutamente preciso. Aliás, já se consolidou e se transformou em um indelével significativo histórico.

As indenizações tardias

Dos pedidos de indenização provenientes de Ipatinga, recebidos pela Comissão dos Mortos e Desaparecidos, dois foram recusados: os de José das Graças Oliveira e José Elias dos Santos. Ambos estavam na aglomeração formada em frente ao portão de entrada da Usiminas no dia 7 de outubro, acabaram feridos, conseguiram sobreviver e ficaram incapacitados para o trabalho. Indeferidos, foram transferidos para a Comissão de Anistia, onde tiveram destinos diferentes, ainda que compartilhassem histórias muito semelhantes.

José das Graças foi para Ipatinga em busca de emprego na Usiminas. Como não conseguiu, recorreu à empresa A.B. Cavalcanti, pela qual passou a trabalhar prestando “serviços gerais” à Usiminas. Atingido na tíbia, a porção inferior da perna, tornou-se incapacitado para o trabalho, e ainda hoje caminha com extrema dificuldade. Ao longo dos anos, sobreviveu de biscates e uma pequena aposentadoria. Apreciado pela Comissão de Anistia, seu pedido foi novamente indeferido. Prevaleceu a posição defendida pelo relator Sérgio Muylaert, alegando que o requerente não era militante político: apenas estava no local no momento em que foi atingido pelos tiros.

Por discordar do argumento de Muylaert, José das Graças recorreu da decisão. Sua alegação foi a seguinte: a ausência de militância organizada não invalidava a sua reivindicação, visto que os disparos tinham o propósito de silenciar uma manifestação política. O seu agravo foi encaminhado ao Setor de Julgamento



da Comissão de Anistia, mas ainda não havia sido julgado. A última informação disponível, recebida pelos familiares em junho de 2017, era a de que os processos pendentes de análise estavam passando por um processo de reorganização interna para que o trabalho fosse reiniciado.

José Elias dos Santos era natural de Resplendor, a cerca de 150 quilômetros do Vale do Aço, a leste, próximo à divisa com o Estado do Espírito Santo. Chegou a Ipatinga em 1962, depois de trabalhar na construção da ponte que faz a transposição do Rio Doce, na altura de Conselheiro Pena, e nas obras de implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Quando soube que seria construída a Usiminas, decidiu mudar-se para Ipatinga. Seu sonho era trabalhar na Siderúrgica, mas como tal não aconteceu, procurou as empreiteiras que trabalhavam na implantação da Usina.

Foi contratado em março de 1962, pela *Fichet*. No dia 7 bateu o ponto, mas foi liberado pela chefia porque tudo estava parado. Então decidiu voltar para casa. Às 8h30, o tráfego na rodovia já estava praticamente interrompido por causa da aglomeração. Naquele momento se localizava a mais ou menos 50 metros dos policiais, quando ouviu os primeiros tiros. Foi atingido no fêmur esquerdo, que se quebrou. Sem ter como andar, acabou recolhido em um pequeno caminhão e levado para o Hospital Nossa Senhora do Carmo, em Coronel Fabriciano, onde permaneceu internado por três meses.

O tiro o deixou manco. Com isso, José Elias foi aposentado por invalidez pela Previdência Social. A partir de então sempre viveu de “biscates”, tal como José das Graças. Todavia, seu pedido foi aprovado pela Comissão de Anistia em 2009, recebendo indenização no valor de R\$ 180 mil reais. Até então, sempre que era convidado a falar sobre o assunto, revelava a decepção que a demora lhe causava. No livro “Não foi por acaso”, deixou registrado:

Então, é preciso morrer para receber a indenização? Quem morre só é que pode ter direito? Então, esse dinheiro vai valer para o que para quem morreu? Vale nada. Vale é para quem ficou vivo. Se eu tivesse continuado a trabalhar, não estava com o salário mínimo de hoje. Estava com um salário “melhorzinho”. Minha família não pôde estudar, nenhum dos meus meninos, para ter um salariozinho melhor. Não pôde progredir em nada. O que eu tenho foi Deus quem deu e a luta dos meninos. Por isso, eu acho que eu haveria de ter o direito de receber. Acabou com a vida da gente. Quem morreu, acabou a vida para ele. Quem ficou [vivo] ficou com o trauma de ficar inutilizado e o trauma da vida de não poder progredir em nada, não poder dar nada de bom para a



família. Ficou pior do que o que morreu. Se eu morrer sem receber nada, essa mágoa vai me levar, porque é uma injustiça tremenda.³⁶⁵

José Elias faleceu em setembro de 2010, pouco tempo depois de receber a compensação. Segundo William Souza, seu filho, o recurso lhe permitiu, do ponto de vista material, realizar alguns pequenos consertos na casa, que nunca tivera condições. Além disso, o dinheiro lhe garantiu, um pouco antes de falecer, os meios para assegurar à esposa o tratamento adequado ao seu grave problema de saúde. No entanto, segundo o filho, o ganho maior, de natureza imaterial, foi presenciar José Elias feliz por cumprir o dever que lhe coube em vida, ainda que pelo curto tempo de apenas um ano: “demorou, mas veio”, afirmou William.

Além de José das Graças e José Elias, há também os casos de Jesulino França de Souza e Fábio Rodrigues de Souza. Ambos moravam em Itapetinga, no interior da Bahia e, em 1963, deslocaram-se para o Vale do Aço, em busca de emprego na Usiminas. Junto com os dois, no dia 7 pela manhã, estava Odílio Rodrigues de Souza, que era amigo de Jesulino e irmão de Fábio. Os três pararam na aglomeração, em frente ao portão da Usiminas. Mas Jesulino e Fábio desapareceram. Nunca mais Odílio, que presenciou o massacre, teve notícia de qualquer um e resolveu retornar para Itapetinga. Aos familiares e amigos, descrevia o “fogo” que havia presenciado. Por causa disso, foi até submetido a tratamento psiquiátrico.

A história de Jesulino e Fábio foi contada no livro “Não foi por acaso”. O autor revela que a informação lhe chegou quando era repórter do Jornal Estado de Minas e, em junho de 2003, publicara uma reportagem sobre o massacre de Itapetinga. O jornalista revelou que, logo após a edição, foi procurado por Aloísio Salgado, que lhe contou a história descrita por Odílio Rodrigues de Souza. O caso lhe despertou interesse porque um dos personagens, Jesulino, era o pai do narrador, que fora de Itapetinga para o Vale do Aço e se separou da família.

Em busca de mais informações sobre a história de Jesulino e Fábio, o jornalista foi atrás de Odílio em Itapetinga. Ao perguntar-lhe sobre a história, o interlocutor adotou o mesmo comportamento de vezes anteriores, quando alguém tocava na história: o silêncio, interpretado pelo jornalista como sinal de que havia um fundo de verdade. Segundo relato de Aloísio Salgado, quando, em ocasiões anteriores, alguém lhe perguntava se tinha visto Jesulino e Fábio feridos, Odílio respondia que não. Dizia apenas que haviam sumido e que os três estavam presentes à aglomeração no dia 07/10/2017.



Os órgãos de segurança costumam encarar com reserva casos de pessoas que desaparecem. Afinal, o sumiço pode encobrir outro fato: que a pessoa, na verdade, poderia estar tentando imprimir um rumo diferente à sua vida. Seria algo como começar de novo, em outro local, cercado de pessoas diferentes. Algo como renegar o próprio passado. Porém, para os organismos policiais, por mais que o desaparecido tenha planejado desaparecer, seus registros nas instituições oficiais de identificação não poderiam ser totalmente apagados.

Para afastar a hipótese de autodesaparecimento, o jornalista buscou os dados sobre Jesulino e Fábio nos arquivos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Secretaria de Segurança de Minas, da Receita Federal e do Infoseg, o sistema informatizado que interliga os bancos informativos das secretarias de Segurança dos estados. O resultado revelou a inexistência de quaisquer registros com identificação em nome de Jesulino e Fábio. Os desaparecidos não tiraram documentos, títulos ou números de identidade, nem de motorista, nem de eleitor, nem CPF.

Em 1963, os documentos públicos de identificação eram todos analógicos, em arquivos de papel. Na hipótese de estarem vivos os desaparecidos, a ausência de registros indicaria que os dois teriam vivido, em boa parte de sua existência, em completa clandestinidade. Trata-se de uma hipótese pouco provável. Assim, a possibilidade mais plausível, mesmo sem provas materiais assertivas, é a morte de ambos. Portanto, a definição correta é que Jesulino e Fábio são desaparecidos, o que indica a necessidade de uma revisão na literatura oficial sobre o massacre de Ipatinga, com o acréscimo de uma terceira categoria de vítimas: mortos, feridos e desaparecidos – nesse último caso, Jesulino França de Souza e Fábio Rodrigues de Souza.

O terceiro desaparecimento foi relatado por Conceição Maia Ribeiro durante audiência pública em memória dos 50 anos do massacre de Ipatinga, realizada no dia 07/10/2013, em Ipatinga, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Trata-se de seu irmão, João Flávio Neto, funcionário de uma empreiteira da Usiminas, que morava no povoado de Cachoeira Escura, próximo a Ipatinga. Em seu depoimento, Conceição relata que João descrevia o clima na Usiminas como péssimo e que seu pai, Sebastião Pio Maia, assim que o filho desapareceu, decidiu mudar-se para Ipatinga com o único objetivo de encontrá-lo, o que acabou não ocorrendo. “Desde que ocorreu essa tragédia, nós não vimos mais ele”, afirmou Conceição.³⁶⁶ No depoimento à CNV, solicitada a precisar a data em que o irmão havia desaparecido, não soube precisar ao certo. Todavia, foi direta ao dizer que foi na época do massacre.



O mistério dos caixões

No livro “Não foi por acaso”, Marcelo Freitas descreve também a história dos 32 caixões que foram encomendados pela Usiminas no dia posterior ao massacre. A história lhe foi contada por Laerte Ferreira Abelha, condutor do caminhão que transportava os gêneros alimentícios utilizados nos restaurantes da Usiminas. O motorista contou que no dia 08/10/2017, pela manhã, recebeu uma missão diferente: buscar na funerária da Santa Casa de Misericórdia, em Belo Horizonte, a carga de 32 caixões e 34 tambores cromados contendo sangue.

Os ataúdes foram deixados à noite no almoxarifado da Usiminas em Ipatinga. Laerte contou que tinha certeza sobre o número, pois foi obrigado a conferir a mercadoria. O que foi feito com os caixões, depois de entregues no almoxarifado da empresa, não soube informar. Quem recebeu a mercadoria foi Raul Bretas de Alvarenga, funcionário daquele departamento. Quando entrevistado pelo autor, Raul contou serem caixões de madeira, porém, sem um acabamento mais refinado, isto é, sem aplicação de verniz ou detalhes decorativos.

Os dois fatos – a história de Jesulino, Fábio e João Flávio Neto; o mistério em torno da compra pela Usiminas de 32 caixões e de sua entrega no almoxarifado da empresa – lançam dúvidas sobre o IPM, que relacionou apenas oito mortos. A sustentar a versão oficial está o fato de que ninguém, além de familiares de pessoas já relacionadas na lista oficial de mortos, se apresentou para reivindicar indenização pela perda familiar durante o massacre, mesmo quando a Comissão de Mortos e Desaparecidos reabriu o prazo.

Em meados de 2013, a CNV, junto com a Covemg, anunciou a reabertura da investigação sobre o massacre de Ipatinga. Em 13 de outubro do mesmo ano, realizou-se uma audiência pública com tal objetivo, em Ipatinga. Durante um dia inteiro, foram ouvidas testemunhas, pessoas que ficaram feridas, familiares de mortos em consequência dos disparos, um representante da PMMG e um funcionário da Usiminas, o diretor de relações institucionais Afonso Celso Flecha de Lima Álvares. Em seu depoimento, o enviado da Companhia informou que iria fornecer todas as informações solicitadas pela CNV.

Sua declaração pareceu representar uma mudança na postura que a Companhia, agora privada, vinha adotando até então: rejeitar qualquer responsabilidade em relação aos fatos investigados, alegando que o conflito se dera fora da área da empresa. Presente à mesma reunião, um representante da PMMG informou que também estava à disposição para atender aos pedidos de informação.



No decorrer da audiência, o coronel Eduardo César Reis, que representava o comando geral da corporação, entregou cópia do IPM que apurou o fato.

A CNV se comprometeu a solicitar, oficialmente, à Usiminas, informações sobre os seguintes assuntos: a estranha e suspeita compra dos 32 caixões pela empresa no dia 8 de outubro; a relação dos 59 trabalhadores da Companhia que teriam sido demitidos por abandono de emprego 30 dias após o conflito; o paradeiro dos 47 funcionários que foram feridos e receberam atendimento no ambulatório da empresa ou nos hospitais da região.³⁶⁷

O envio formal do pedido de informações à Usiminas não foi feito pela CNV, mas pela Covemg, que também participara da audiência pública sobre o massacre de Ipatinga. O ofício foi enviado no dia 29/02/2016, endereçado ao então presidente da Companhia, Rômel Erwiin de Souza. No documento formal, a Covemg lembrou que, na audiência pública de 2013, a empresa, representada por Afonso Celso Flecha de Lima Alvares, declarou que estaria à disposição para fornecer todas as informações a serem solicitadas. Também deixou claro para a Usiminas a hipótese de que o número de vítimas fatais era superior ao que foi oficialmente definido pelo IPM de 1963.

A partir desse pressuposto, a Comissão solicitou à Usiminas três informações:

- relação dos trabalhadores demitidos por abandono do emprego até dois meses após o conflito – precisamente, até o dia 08/12/1963, inclusive –, detalhando-se o número da chapa, o nome completo, a data de nascimento, o número de documento de identidade, os nomes de pai e mãe;
- relação dos 47 funcionários da empresa feridos e internados em hospitais da região, de 08/10/1963 a 18/10/1963, detalhando-se os dados componentes da identificação pessoal, tal como pontuados no item anterior – número da chapa, nome completo, data de nascimento, número de documento de identidade, nomes de pai e mãe –, além de, caso tivessem retornado ao trabalho, as datas de suas reintegrações;
- os motivos que justificaram a compra dos 32 caixões e o uso ao qual se destinaram.

Ao solicitar tais dados, a Covemg estava em busca de novos elementos que ajudassem a dar sustentação à hipótese com a qual estava trabalhando: a de que o número de mortos era superior ao que ficou oficialmente definido no IPM.



Na literatura sobre o massacre de Ipatinga há histórias de pessoas que, feridas, teriam se refugiado nos morros que circundam a usina e, por lá falecido, sendo seus corpos recolhidos tempos depois. Outros comentários falam em cadáveres lançados no Rio Doce. Assim, há suspeitas de que a relação oficial de mortos omita muitos casos.

Eis por que a Covemg pediu a relação dos funcionários que abandonaram seus empregos. Pela lei, quando se constata o absenteísmo por um prazo superior a 30 dias, o empregador tinha o direito de demitir o empregado. No pedido, buscasse a relação dos demitidos por abandono de emprego até 12/12/1963, ou seja, em até 60 dias após o Massacre. A embasar tal requerimento estava a informação, prestada pelo presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro, de que o Sindicato teria recebido em novembro uma correspondência da Usiminas, contendo uma relação de 59 trabalhadores a serem demitidos por abandono de emprego. Como o Sindicato não dispõe de uma cópia, destruída no incêndio de sua sede, coube à Covemg encaminhar, oficialmente, o pedido para que os originais, após serem reproduzidos, lhe fossem remetidos para pesquisa e apuração.

No ofício, a Covemg solicitou, ainda, que a Usiminas lhe informasse os nomes completos, as datas de nascimento, os registros da RG, os nomes de pai e mãe, os números de chapa e, caso tivessem retornado ao trabalho, as datas das reintegrações de todos os funcionários ausentes nos dias posteriores ao massacre. O pedido para que a Companhia informasse sobre o retorno ao trabalho de trabalhadores feridos e internados nos hospitais da região também considera a hipótese de nem todos se terem recuperado. Semelhante linha de investigação considera o pressuposto de que alguns feridos faleceram, mas a morte poderia ter ocorrido tempos depois, sendo omitida na relação oficial: a ausência de reintegração à empresa seria uma prova.

A oferecer certa sustentação à tese de que o número de mortos seria superior ao divulgado oficialmente estava, ainda, a informação sobre a compra dos caixões feita em Belo Horizonte pela Companhia. No documento enviado à Usiminas, a Covemg solicitou uma informação oficial sobre o destino dos caixões, já que, conforme descrito por dois funcionários da empresa, foi a compra feita e a mercadoria entregue em seu almoxarifado.

A resposta oficial da empresa somente foi enviada após reiteraões sucessivas, no dia 10/05/2017, por *e-mail*, via Gerência Geral de Comunicação Corporativa. No texto, a Usiminas informa que devido o longo tempo decorrido entre 1963 e o ano de 2017, não possui mais os documentos solicitados. Dessa forma, ficou



a Covemg sem condições de chegar a uma conclusão sobre a suspeita generalizada de que o número de mortos seria superior aos da lista oficial. De concreto, o que há é a informação de que o massacre produziu oito vítimas fatais, que fazem parte da lista oficial de mortos.

As oito mortes se somam três desaparecimentos. Os dois primeiros são Jesulino e Fábio, conforme relatos sobre a presença de ambos na aglomeração em frente ao portão de entrada da empresa em 07/10/1963, sem que haja qualquer informação acerca de sua existência posterior. Como inexistem provas de que estejam mortas, são, a rigor, pessoas desaparecidas. O terceiro desaparecido é João Flávio Neto, cuja irmã afirma que sumiu na mesma época, embora não haja testemunhas de que estivesse no local em 7 de outubro. Quanto às demais hipóteses de mortes, até o momento permanecem no campo da suposição. Como a companhia afirma não dispor de registros funcionais relativos a 1963, a Covemg não teve condições de avançar de modo consistente na apuração.

O número de feridos

Entre os habitantes do Vale do Aço, há um consenso de que o número de mortos sobe a várias dezenas. Porém, até hoje, ainda perduram dúvidas. Na relação que consta no IPM, a quantidade oficial de vítimas é 68. No total estão contabilizados os feridos no dia 7 pela manhã e também no dia 6 à noite, inclusive a madrugada, e os mortos. A lista de vítimas considera os dias 6 e 7 como acontecimento único. Tanto é que contém o nome do metalúrgico Odir Rodrigues, agredido ao findar-se a noite do dia 6 em uma das portarias da empresa, considerado o ponto de partida dos acontecimentos estendidos pela noite do dia 6, pela madrugada do dia 7 e pela manhã subsequente.

Quadro IV – Feridos que constam do IPM (com laudo de corpo de delito)

	Nome	Profissão	Tipo de ferimento
1	Carlos Alberto Xavier	2º sargento PMMG	Projétil. Ombro esquerdo.
2	Odir Rodrigues	Industriário	Feridas (seis) por cassete e espada.
3	Celine da Silva Machado	Industriário	Feridas (seis) nas pernas.
4	Afonso Enes de Carvalho	Enfermeiro	Queda. Feridas no rosto.
5	Josias Marinho	Operário	Escoriações no rosto por arma contundente.



	Nome	Profissão	Tipo de ferimento
6	Antonieta F.C. Martins	Doméstica	Projétil. Lombar, flanco esquerdo.
7	José Isabel do Nascimento	Mestre montador	Projétil. Lombar direita. Atingiu o intestino.
8	Nilson João de Miranda	Auxiliar de administração	Projétil. Pescoço.
9	Walter Volpato	Industriário	Projétil. Clavícula esquerda.
10	João Pereira da Silva	Mecânico	Projétil. Perna direita.
11	Jurandir Soares Macário	Ajudante de montagem	Projétil. Perna esquerda, na região da panturrilha.
12	Antônio Fernando Bongiovani	Auxiliar de serviço	Agressão por socos.
13	Benjamim Miranda Neves	Ajudante de solda	Agressões por socos e chutes.
14	Antônio Maciel Coelho	Guarda sanitário	Agressões por socos e cassetetes.
15	João Elias de Souza	Chefe vacinação	Agressões por cassetetes e pontapés.
16	José das Graças Oliveira	Industriário	Projétil. Tíbia esquerda.
17	José João de Souza	Industriário	Projétil. Tíbia esquerda.
18	Waltencir Brito de Paula	Industriário	Projétil. Região poplíteia direita (parte posterior da perna)
19	Cyro Alypio Siqueira	Industriário	Projétil. Região lombo sacra (na parte traseira)
20	José Elias dos Santos	Industriário	Projétil. Fêmur esquerdo.
21	Francisco de Assis	Industriário	Queda. Ferido no tornozelo direito.
22	Waldemar Siqueira	Serralheiro	Queda durante fuga aos policiais.
23	Walter Pereira Leite	Operador	Agressões. Ferido no tórax por cassetete.
24	Geraldo Celestino Figueiredo	Apontador	Queda. Fuga aos tiros de metralhadora.
25	José Maria de Almeida	Operador de ponte	Projétil. Antebraço esquerdo.
26	Gilson Miranda	Industriário	Projétil. Olho esquerdo.
27	Eliane Martins	Criança com três meses	Projétil. Coxa esquerda, com ruptura da artéria femoral.
28	José Vilas Novas Mendes	Mecânico	Projétil. Coxa esquerda.
29	Aides Dias de Carvalho	Industriário	Projétil. Região occipital (tiro nas costas)
30	Carlos Roberto da Silva	Operador	Agressões.



	Nome	Profissão	Tipo de ferimento
31	Jésus Bittencourt Braga	Operador	Espaçamento. Ferido no rosto.
32	Wanderley Santos Soares	Soldador	Agressões e chutes.
33	José Silvério Couto	Industriário	Projétil. Punho direito.
34	Elvande de Oliveira Souza	Eletricista	Projétil. Pé direito.
35	Hélio Soares de Queiroz	Não descrita	Projétil. Região glútea.
36	Antônio Venâncio de Araújo	Carpinteiro	Projétil. Fratura na tíbia.
37	José Aleião da Silva	Industriário	Projétil. Hemitórax esquerdo.
38	Florício Forniciari	Militar	Agressões.
39	José Rodrigues	Militar	Contusão no punho esquerdo.
40	Agenor Napoleão Almeida	Industriário	Projétil. Deltoideana esquerda (braço).
41	Milton Pereira da Silva	Industriário	Projétil. Poplítea direita (perna na altura do joelho)
42	Francisco João de Souza	Eletricista	Projétil. Inframamária esquerda.
43	Waldir Resende Xavier	Industriário	Projétil. Deltoideana esquerda (braço).
44	Antônio José dos Reis	Operário	Projétil. Região interescapular vertical esquerda.
45	Alvino Ferreira Felipe	Industriário	Projétil. Região occipital. Crânio. Saída frontal.
46	Sebastião Tomé de Souza	Industriário	Projétil. Parte média da nuca; Transfixação da medula.
47	Geraldo Rocha Gualberto	Alfaiate	Projétil. Nádega esquerda. Cápsula perirrenal direita.

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963

Dessa mesma relação fazem parte três militares: o sargento Carlos Alberto Xavier; os soldados Florício Forniciari e José Rodrigues. Seus nomes estão nas posições 1, 38 e 39 na tabela. Consta que o sargento foi atingido por um tiro na noite do dia 6, quando a polícia ocupou o alojamento da Chicago Bridge. Porém, no inquérito não constam mais detalhes sobre o caso. Na descrição dos ferimentos nos soldados constam “agressões” e “contusão no punho esquerdo”. Fazem parte ainda as vítimas fatais, em número de oito, nos acontecimentos do dia 7 ou, posteriormente, nos hospitais da região, como foram os casos do fotógrafo José Isabel do Nascimento e da criança Eliane Marques.



O Quadro IV traz os nomes submetidos pela polícia a exame de corpo de delito. Porém, no IPM consta uma segunda tabela, com outros 21 nomes também reconhecidos oficialmente como vítimas, mas sem referência a qualquer análise técnica, embora conste o tipo de ferimento: estão relacionados no Quadro V, a seguir.

Quadro V – Feridos que constam do IPM (sem laudo de corpo de delito)

	Nome	Tipo de ferimento
1	Jair Rosa	Ferido na região escapular, sem penetração.
2	Ildo Ferreira dos Santos	Ferido na região lombar esquerda.
3	Francisco João de Souza	Ferido na região intramamária.
4	Antônio Favato	Ferimentos leves.
5	José Elias Silvino	Ferimento na coxa.
6	Einas Silvino de Souza	Ferimento na região axilar direita.
7	Mizak Bernardino Ribeiro	Couro cabeludo. Região frontal.
8	Milton Moreira da Silva	Ferido na poplítea esquerda.
9	Yokio Kaxakana	Ferido. Deltoideana.
10	Selme da Silva Machado	Ferimento na coxa esquerda.
11	Walter Von Pater	Fratura clavicular.
12	Sebastião Araújo Costa	Ferimentos leves.
13	Hélio Mateus Ferreira	Ferimento na região glútea esquerda.
14	Elvande Oliveira Souza	Tiro no pé.
15	José Martins da Silva	Fratura na coxa.
16	Ivan Ferreira Costa	Ferimentos no joelho esquerdo e no braço direito.
17	Jurandir Gomes Macalha	Tiro no pé.
18	João Pereira da Silva	Tiro no pé.
19	Josias Marinho	Escoriações no rosto.
20	Afonso Enes	Escoriações no rosto.
21	José Rodrigues dos Santos	Ferimento no joelho direito.

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963



O número de feridos, relacionados nos quadros IV e V, chega a 68. O objetivo da Covemg, conforme consta na lei que baliza os seus trabalhos, é investigar as violações aos direitos fundamentais ocorridas no período que vai de 1946 a 1988. Assim, consoante a tal finalidade e para efeito de contabilizar-se o número de feridos, os três policiais não vão ser considerados, nem as vítimas fatais, já relacionadas anteriormente. Assim, excluindo-se os militares e os mortos, o número de vítimas não fatais relacionadas no IPM é 57.

Ocorre, entretanto, que o IPM não considerou duas outras listas de feridos, compostas por pessoas atendidas no ambulatório da Usiminas.³⁶⁸ Tal foi o local para onde Gil Guatimosim, na madrugada do dia 7, recomendou que os trabalhadores – feridos durante as prisões noturnas feitas pela PMMG– se dirigissem, para receberem atendimento. Prova: dos 48 feridos constantes nas duas listas, 53 eram metalúrgicos da Usiminas, de vez que na relação constam os seus nomes e o números de registro na empresa, conhecidos como “chapa”. O Quadro VI é composto pelos funcionários da Usiminas e o Quadro VII pelos funcionários de empreiteiras.

Quadro VI – Feridos da Usiminas no ambulatório da Usiminas

	Nome	Registro Usiminas (chapa)
1	Antônio Dilson Sales	10.814
2	Austeno Manoel Coelho	5.801
3	Cícero Alves	10.786
4	Dilton da Silva	10.552
5	Devenir Gomes Silva	10.756
6	Edson Generoso Coelho	10.807
7	Írineu Melo Almeida	10.709
8	Ivan Ferreira da Costa	9.719
9	Isolino Salvador Rosa	10.630
10	Jésus Bitencourt Braga	10.406
11	João Batista de Resende	10.662
12	João Elias Souza	2.703
13	João Nascimento	11.019
14	Joaquim do Carmo Siqueira	10.7887



	Nome	Registro Usiminas (chapa)
15	José Esteves da Silva	10.507
16	José Eugênio Almeida	10.708
17	José Fabiano Cordeiro	10.499
18	José Maria de Almeida	4.610
19	José Martins Silva	10.043
20	José Moreira Gomes	10.628
21	José Oliveira Mendes	10.560
22	José Raimundo Mafra	10.638
23	José Pereira Filho	Não informado
24	José Silveira do Couto	Não informado
25	José Ribeiro Guimarães	9.787
26	Josias Mariano	Não informado
27	Luis Carlos	10.556
28	Mário Lucio Costa	10.972
29	Manuel Queiros Neto	9.921
30	Manuel R. Oliveira	10.624
31	Misaque Bernardino Ribeiro	Não informado
32	Onofre Santiago de Carvalho	10.548
33	Paulo Cláudio	10.994
34	Pedro Nogueira Souza	10.256
35	Pedro Paulo Castro	10.254
36	Raimundo Nonato Vitoriano	10.973
37	Ricardo Resende Rocha	10711
38	Roberto Barros	11.018
39	Salomão Freitas	10.632
40	Sebastião Barbosa Coutinho	10.673
41	Sebastião Mariano	10.995
42	Walter Arci	19.674



Quadro VII – Feridos de outras empresas no ambulatório da Usiminas

	Nome	Empresa
1	João Ferreira da Silva	A.B. Cavalcanti
2	José das Graças Oliveira	A.B. Cavalcanti
3	José Rodrigues dos Santos	A.B. Cavalcanti
4	Jurandir Macário	Fichet
5	Mirande Oliveira Souza	Ecisa
6	Romualdo Mendes Silva	Nacional

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963

O cruzamento dos Quadros IV e V com os VI e VII aponta para uma situação duplamente trágica. Por dedução, as pessoas constantes em mais de uma tabela teriam, em tese, sofrido ferimentos na noite do dia 6 e na madrugada do dia 7, mas, revoltadas com a situação presenciada anteriormente, se dirigiram à aglomeração em frente ao portão da empresa, onde foram novamente vitimadas.

Porém, para chegar-se ao número final de feridos, é preciso, antes, considerar uma relação adicional de cinco pessoas internadas na Casa de Saúde Santa Teresinha, em Ipatinga, e na Casa de Saúde de Coronel Fabriciano, mas ignoradas na relação de feridos apresentada no IPM. Eis os seus nomes, divulgados pela Usiminas: Alípio Siqueira, Elias Silvino de Souza, Hélio Gomes, José Apinhão da Silva e Sra. Julieta. Sobre tais atingidos só há registro de nomes.

A soma pura e simples dos nomes constantes nos Quadros IV, V, VI e VII, mais os cinco citados, totaliza 121. Para completar-se o número final de feridos é preciso, porém, deduzir os nomes dos três policiais, dos oito mortos – relacionados no Quadro IV – e dos que estão em duplicidade. Assim, chega-se ao número final de 92 feridos, relacionados no Quadro VIII.

Quadro VIII – Relação consolidada de feridos em 06 e 07/10/1963

	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
1	Afonso Enes de Carvalho	Enfermeiro	Queda. Feridas no rosto.
2	Agenor Napoleão Almeida	Industriário	Projétil. Deltoidiana esquerda (braço).
3	Alípio Siqueira	Não informado	Não informado.



	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
4	Antonieta F. C Martins	Doméstica	Projétil lombar. Flanco esquerdo
5	Antônio Dilson de Sales	Chapa 10.814	Não informado.
6	Antônio Favato	Não informado	Ferimentos leves.
7	Antônio Fernandes Bongiovani	Aux.serviço	Agressão a socos.
8	Antônio Maciel Coelho	Guarda sanitário	Agressões a socos e pontapés.
8	Antônio Venâncio de Araújo	Carpinteiro	Projétil. Fratura da tibia.
10	Austeno Manoel Coelho	Chapa 5.801	Não informado.
11	Benjamim Miranda Gomes	Ajudante de solda	Agressões a socos e chutes.
12	Carlos Roberto da Silva	Operador	Agressões.
13	Celine Silva Machado	Industriário	Feridas nas pernas (seis).
14	Cícero Dias	Chapa 10.786	Não informado.
15	Cyro Alípio Siqueira	Industriário	Projétil. Região lombo-sacra (atrás)
16	Devenir Gomes Silva	Chapa 10.756	Não informado.
17	Dilton Silva	Chapa 10.752	Não informado.
18	Edson Generoso Coelho	Chapa 10.807	Não informado.
19	Eines Silvino Souza	Não informado	Ferimento na região axilar direita.
20	Elias Silvino	Não informado	Não informado.
21	Elvande de Oliveira Souza	Eletricista	Projétil. Pé direito.
22	Francisco de Assis	Industriário	Queda. Ferido no tornozelo direito.
23	Francisco João de Souza	Eletricista	Projétil. Inframamária esquerda.
24	Geraldo Celestino Figueiredo	Apontador	Queda. Fuga aos tiros de metralhadora.
25	Hélio Gomes	Não informado	Não informado.
26	Hélio Mateus Ferreira	Não informado	Ferimento na região glútea esquerda.
27	Hélio Soares de Queiroz	Não informado	Projétil. Região glútea.
28	Ildo Ferreira dos Santos	Não informado	Ferimento na região lombar.
29	Irineu Melo Almeida	Chapa 10.709	Não informado.
30	Isolino Salvador Rosa	Chapa 10.630	Não informado.



	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
31	Ivan Ferreira da Costa	Chapa 9.719	Ferimentos no joelho esquerdo e no braço direito.
32	Jair Rosa	Não informado	Ferimento na região glútea escapular, sem penetração.
33	João Batista de Resende	Chapa 10.662	Não informado.
34	João Elias de Souza	Chefe de vacinação	Agressões a cassetetes e pontapés.
35	João Ferreira da Silva	AB Cavalcanti	Não informado.
36	João Nascimento	Chapa 11.009	Não informado.
37	João Pereira da Silva	Não informado	Tiro no pé.
38	João Pereira da Silva	Mecânico	Projétil. Perna direita.
39	Joaquim Carmo Siqueira	Chapa 10.778	Não informado.
40	Jésus Bitencourt Braga	Operador	Espaçamento. Ferida no rosto.
41	José Aleião da Silva	Industriário	Projétil. Hemitórax esquerdo.
42	José Apinhão da Silva	Não informado	Não informado.
43	José das Graças Oliveira	Industriário	Projétil. Tíbia esquerda.
44	José Elias dos Santos	Industriário	Projétil. Fêmur esquerdo.
45	José Elias Silvino	Não informado	Ferimento na coxa.
46	José Eugênio Silva	Chapa 10.708	Não informado.
47	José Esteves da Silva	Chapa 10.507	Não informado.
48	José Fabiano Cordeiro	Chapa 10.499	Não informado.
49	José João de Souza	Industriário	Projétil. Tíbia esquerda.
50	José Maria de Almeida	Operad.de ponte	Projétil. Antebraço esquerdo.
51	José Martins Silva	Não informado	Fratura na coxa.
52	José Moreira Gomes	Chapa 10.628	Não informado.
53	José Oliveira Mendes	Chapa 10.560	Não informado.
54	José Pereira Filho	Não informado	Não informado.
55	José Raimundo Mafra	Chapa 10.638	Não informado.
56	José Ribeiro Guimarães	Chapa 9.787	Não informado.
57	José Rodrigues dos Santos	AB Cavalcanti	Ferimento no joelho direito.



	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
58	José Silvério Couto	Industriário	Projétil. Punho esquerdo.
59	José Vilas Novas Mendes	Mecânico	Projétil. Coxa esquerda.
60	Josias Marinho	Operário	Escoriações no rosto com arma contundente.
61	Julieta (sra.)	Não informado	Não informado.
62	Jurandir Gomes Macário	Ajudante montador	Projétil. Perna esquerda. Região da panturrilha.
63	Luis Carlos	Chapa 10.556	Não informado.
64	Manuel Queiroz Neto	Chapa 9.921	Não informado.
65	Manuel Rodrigues Oliveira	Chapa 10.624	Não informado.
66	Mário Lúcio Costa	Chapa 10.972	Não informado.
67	Milton Pereira da Silva	Industriário	Projétil. Poplítea esquerda (perna na altura do joelho).
68	Mizande Oliveira Souza	Ecisa	Não informado.
69	Mizaque Bernardino Ribeiro	Não informado	Ferimento no couro cabeludo. Região frontal.
70	Nilson João de Miranda	Auxiliar de administração	Projétil. Pescoço.
71	Onofre Santiago de Carvalho	Chapa 10.548	Não informado.
72	Paulo Cláudio	Chapa 10.994	Não informado.
73	Pedro Nogueira Souza	Chapa 10.256	Não informado.
74	Pedro Paulo Castro	Chapa 10.254	Não informado.
75	Raimundo Nonato Vitoriano	Chapa 10.973	Não informado.
76	Ricardo Resende Rocha	Chapa 10.711	Não informado.
77	Rodir Rodrigues	Industriário	Feridas (seis) por meio de cassetete e espada.
78	Romualdo Mendes Silva	Nacional	Não informado.
79	Roberto Barros	Chapa 11.018	Não informado.
80	Sebastião Araújo Costa	Não informado	Ferimentos leves.
81	Sebastião Barbosa Coutinho	Chapa 10.673	Não informado.
82	Sebastião Freitas	Chapa 10.632	Não informado.



	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
83	Sebastião Mariano	Chapa 10.995	Não informado.
84	Selme da Silva Machado	Não informado	Ferimento na coxa esquerda.
85	Waldemar Siqueira	Serralheiro	Queda durante fuga aos policiais.
86	Waldir Resende Xavier	Industriário	Projétil. Deltoidiana esquerda (braço).
87	Walter Arci	Chapa 19.674	Não informado.
88	Walter Pereira Leite	Operador	Agressões. Ferido no tórax (cassetete).
89	Walter Wolpato	Industriário	Projétil. Clavícula esquerda.
90	Waltencir Brito de Paula	Industriário	Projétil. Região políteia direita (parte posterior da perna).
91	Wanderley Santos Soares	Soldador	Agressões e chutes.
92	Yokio Kaxakana	Não informado	Ferimento. Deltoidiana.

Fontes: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963. Comissão de Inquérito da Usiminas

O número de 92 feridos vai além das pesquisas anteriores. Dois autores que estudaram o assunto, Marcelo Freitas e Marilene Tuler, chegaram ao número de 68 vítimas. Edivaldo Fernandes avançou mais, chegando a 92 vítimas, sem apresentar o método utilizado. A Covemg, fazendo o cruzamento das várias listas de feridos anteriormente divulgadas – excluindo os nomes das vítimas fatais, dos policiais e das duplicidades – chegou ao mesmo total: 92 feridos. Tal é o número mais preciso, embora possam surgir novas informações, considerando-se que o assunto continua sendo alvo de pesquisas.

Em tese, é bem possível que o universo atingido seja maior, já que a relação oficial contém somente os atendidos no ambulatório e os internados nos hospitais da região. Não foram relacionadas vítimas com ferimentos de menor gravidade, que se abstiveram de solicitar cuidados ou que, sem internação, foram imediatamente dispensadas após atendimento ambulatorial ligeiro. Depoimentos de profissionais que atuaram no dia 7, citados em “Não foi por acaso”, reforçam tal hipótese. O relato de Inês Hipólita de Souza, atendente de portaria na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, onde quatro pessoas foram internadas em consequência dos acontecimentos do dia 7, dá a entender que mais de cinco pessoas receberam atendimento.

No entanto, em termos precisos e com certeza probatória no estágio atual das pesquisas, pode-se asseverar que os acontecimentos à noite, na madrugada



e na manhã de 6 para 7, em outubro de 1963, resultaram em pelo menos 103 vítimas, assim discriminadas: oito mortos; 92 feridos com lesões não fatais; três desaparecidos e presumivelmente mortos. O total é 103.

Conclusões

O número final de atingidos pela repressão nos dias 6 e 7/10/1963 – ao todo, 103 vítimas – caracteriza o massacre de Ipatinga como o conflito operário mais sangrento e com maior número de vítimas no Brasil, de todos os tempos. Contudo, mesmo que seja um episódio importantíssimo da história recente e esteja razoavelmente contemplado na bibliografia, ainda permanece desconhecido pela maioria da população em Minas e ainda mais no País.

Já é hora definir-se com precisão o que ficou conhecido como “massacre de Ipatinga”. A propósito, os livros publicados sobre o assunto descrevem com exatidão uma série de fatos ligados à rotina da empresa que radicalizaram a contradição essencial entre capital e trabalho, típica da sociedade burguesa, e geraram uma forte tensão no relacionamento entre os trabalhadores e as empresas que empregavam a sua força de trabalho: a Usiminas e as suas empreiteiras terceirizadas, responsáveis pelas obras de construção civil. Tais acontecimentos estavam ligados a deficiências no transporte, à qualidade da comida servida pela empresa e às péssimas condições de moradia, à forma truculenta como os trabalhadores eram tratados pelo corpo de vigilantes da empresa e pelos agentes estatais que compunham a tropa da PMMG em Ipatinga. O resultado foi uma crescente tensão entre os operários, de um lado, e a Companhia, de outro, que acabou sendo a causa imediata dos eventos transcorridos em outubro de 1963.

Assim, para uma noção precisa do acontecido, urge uma revisão do conceito adotado para designá-lo, predominante ainda hoje, tanto na historiografia quanto entre os moradores no Vale do Aço. O evento tem sido considerado como se fosse composto unicamente pelos fatos transcorridos no dia 7. Todavia, é preciso integrar as ocorrências da noite anterior e da madrugada do dia 7. Assim, o massacre de Ipatinga deve ser considerado como um processo único, com duração de aproximadamente 12 horas, que se iniciou na troca de turno, prosseguiu à noite, adentrou a madrugada – com a prisão de aproximadamente 300 trabalhadores nos alojamentos de Santa Mônica – e terminou pela manhã do dia 7, com a concentração operária em frente ao portão de entrada da empresa, que foi metralhada pelos policiais militares.

No massacre de Ipatinga havia dois lados: um formado pelos trabalhadores; outro, pelo pacto estabelecido entre a Usiminas, os seus vigilantes e a PMMG. Em capacidade de fogo, não há como equipará-los. A empresa detinha o poderio



econômico e, em parceria com o destacamento local da PMMG, a autoridade policial do Estado. A maior prova é a seguinte: o caminhão que transportou a tropa no dia 7 era alugado pela Companhia, para servir, exclusivamente, à PMMG. No local do confronto, as tropas militares estavam em desvantagem apenas em número. Entretanto, apresentavam-se fortemente armados, fato que, com enorme sobra, compensava a inferioridade numérica. A forte supremacia dos agentes públicos apetrechados, como de praxe, pode ser comprovada pelo simples fato de que apenas três feridos, todos de forma superficial e não fatal, eram policiais.

Durante a tramitação do IPM, os advogados de defesa, com o respaldo de setores da corporação e a cumplicidade de segmentos da Justiça militar, conseguiram, de certa forma, inverter a realidade óbvia, transformando os policiais em vítimas de uma agressão por parte dos trabalhadores. A julgar por semelhante enfoque, os disparos teriam sido feitos em “legítima defesa”, tese que acabou predominando judicialmente, tendo em vista que os policiais militares foram, todos, absolvidos. O elevado número de vítimas é uma das provas inequívocas, em sentido contrário, de que os agentes do Estado eram os algozes.

Também é preciso estabelecer a correlação entre os cenários: local, estadual e nacional. Certo imaginário político construiu a narrativa de que o massacre de Ipatinga teria sido uma espécie de treino para o golpe que viria cinco meses depois, em março de 1964. Conforme tal enfoque conspirativo, se a repressão em Ipatinga tivesse sido bem-sucedida, o caminho para a implantação do regime militar estaria assegurado. A pesquisa da Covemg, porém, mostrou que o massacre, ainda que expressasse o antagonismo universal e permanente entre o capital e o trabalho, configurou-se por meio de determinações particulares e locais, vinculadas às precárias condições de vida e trabalho, como também devido ao relacionamento opressivo e conflituoso entre os trabalhadores, de um lado, e os vigilantes da empresa e os soldados da PMMG, de outro.

Tampouco havia entre os operários, mobilizados em processo e em luta tipicamente espontâneos e inorgânicos, qualquer movimentação político-ideológica de sentido mais geral, que se alinhasse ou se contrapusesse a decisões ou posições na esfera nacional. As dezenas de depoimentos tomados logo após o massacre mostram, de forma inequívoca, que a percepção e a preocupação dos operários estavam ligadas ao seu cotidiano em Ipatinga – configurando-se apenas em ideologia sensível –, não a projetos ou campos nacionais. O próprio Sindicato que então os representava, o Metasita, por opção de seu presidente, Geraldo Ribeiro, mantinha-se afastado do CGT. Assim, o trânsito da luta à esfera política ocorreu mediante a marcha ascensional de um movimento espontâneo rumo ao protesto democrático contra a opressão e a repressão policial e da empresa.



6.4 A guerra suja do regime ditatorial militar contra os trabalhadores urbanos em Minas Gerais

O golpe de 1964 em Minas Gerais

A sociedade mineira sempre ocupou papel estratégico na política nacional brasileira. Na década de 1960, período em que a crise política se tornou aguda e desembocou no golpe militar, não foi diferente. A participação ativa da classe dominante local teve também uma dimensão nacional,³⁶⁹ inclusive nos acontecimentos de 1964. Entre 1961 e 1966, o estado de Minas Gerais foi governado por José de Magalhães Pinto, um banqueiro e político filiado à UDN, partido liberal conservador que aglutinou as forças políticas de oposição ao governo Goulart e às propostas nacional-populares.

Ainda que possa haver algumas controvérsias³⁷⁰ quanto ao papel desempenhado por Magalhães Pinto no que se refere à conspiração golpista, não há a menor dúvida de que participou e se envolveu pessoalmente no movimento, inclusive arrastando proeminentes membros da sua administração. O titular do Palácio da Liberdade manteve estreito contato com empresários conspiradores, com as casernas de Juiz de Fora, com o governo de Washington – por meio de seu embaixador no Brasil – e com a Agência Central de Inteligência (CIA).

Um secretário de estado e alguns coronéis da PMMG negociaram em seu nome, com o governo capixaba, um plano para a entrada de recursos e ajuda dos Estados Unidos, em caso da resistência do governo Goulart.³⁷¹ Por fim, no ocaso de março, o então governador mineiro dirigiu-se a Juiz de Fora para encontrar-se com os comandantes militares, definindo o momento em que seria deflagrado o movimento golpista.³⁷² Ao terminar seu mandato, Magalhães Pinto se elegeu deputado federal e se tornou ministro das relações exteriores no governo Costa e Silva (1967-1969).

Coerentemente, o governo de Magalhães Pinto foi marcado pela violência policial contra os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. Antes mesmo do golpe, no seu governo a PMMG havia reprimido com violência os movimentos de metalúrgicos em Conselheiro Lafaiete, Belo Horizonte e Ipatinga, prenunciando tempos sombrios. No contexto da conspiração, vale destacar que deputados estaduais também participaram do esforço para depor Goulart. No caso de Minas Gerais, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto

Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organizações civis que articulavam empresários, profissionais liberais, militares, religiosos e estudantes, funcionaram como braço político-ideológico do bloco liberal conservador e atuaram intensamente para formar uma base parlamentar alinhada ao seu projeto.



Figura 31 - O governador Magalhães Pinto, ao lado do general Olympio Mourão Filho, em 1964. Fonte: <http://aovivo.folha.uol.com.br/2014/03/30/3145-4-aovivo.shtml>

Tais organizações civis tinham como objetivo público defender a “democracia” – sempre tratada, hipocritamente, como valor universal abstrato –, mas também cumpriam a função velada de receber doações de empresas nacionais, estrangeiras e do governo norte-americano para financiar candidatos às eleições legislativas em outubro de 1962, que fossem favoráveis aos seus interesses. O plano era criar frentes parlamentares de oposição ao projeto nacional popular em



todas as unidades da Federação e no Congresso Nacional. O trabalho aliciador, feito pela rede IPES-IBAD, foi tão incisivo que resultou em abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na ALMG e no Congresso Nacional.³⁷³

O resultado foi o fechamento do IBAD em setembro de 1963, por um Decreto do presidente João Goulart, sob a acusação de corrupção eleitoral. Mesmo assim, a composição de forças já estava estabelecida. No pleito de 1962, elegeram-se deputados estaduais em Minas Gerais os sindicalistas Sinval Bambirra (PTB), Clodesmidt Riani (PTB) e José Gomes Pimenta, o “Dazinho” (PDC). Após o golpe, os três foram presos e cassados em 08/04/1964. Dessa forma, a ALMG se tornou a “única do País a cassar seus próprios membros por acusação de subversão e ligação com o PCB, o Partido Comunista Brasileiro.”³⁷⁴

Consumado o golpe e instalado o regime militar, os primeiros sinais de desaprovação, em tempos políticos, vieram nas eleições. Repercutiu fortemente no governo Castelo Branco a eleição de Israel Pinheiro para governador de Minas, em 1965. A vitória da oposição provocou imediata reação do regime ditatorial militar. Objetivando silenciar toda e qualquer ação oposicionista no campo político institucional, editou o AI-3 em fevereiro de 1966, que decretou, em todo o País, o fim das eleições diretas para governador e prefeito nas capitais. Com isso, os primeiros mandatários dos estados passaram a ser indicados pelo presidente da República.

Em Minas, foram três: Rondon Pacheco (1971-1975), Aureliano Chaves (1975-1978) e Francelino Pereira (1979-1983), todos filiados à Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido oficial do regime militar.³⁷⁵ Após o retorno às eleições diretas para a escolha dos governadores, no período da “abertura” conservadora, Tancredo Neves e Newton Cardoso foram os preferidos pelo voto direto, em 1983 e 1987, respectivamente.³⁷⁶ Ambos pertenciam ao PMDB, partido que aglutinava a oposição no bipartidarismo imposto, mas que, com a abertura e a volta do multipartidarismo, inclinou-se à direita.

O mundo do trabalho em Minas Gerais

Para compreender-se o perfil dos trabalhadores mineiros, faz-se necessário elencar alguns aspectos da economia local, sobretudo quanto à dinâmica da sua integração nacional. Devido à sua localização geográfica – Região Sudeste, a mais desenvolvida do País – e sua importância política, as Alterosas experimentaram um processo de industrialização a partir dos anos 1940 e 1950. Contudo, manteve-se em posição desvantajosa em relação aos demais estados da Região, particularmente São Paulo. Assim, a sua vinculação à dinâmica do

crescimento capitalista em condições desfavoráveis conservou a “heterogeneidade” da formação econômico-social, no que se refere aos ramos industriais.



Figura 32 - Cidade industrial de Contagem, MG, nas décadas de 1960 e 1970. Fonte: <http://www.contagemnotempo.com.br/um-pouco-da-historia-de-contagem/>

Ainda que o setor mais dinâmico da economia mineira já fosse formado pela mineração, metalurgia e siderurgia e algumas outras atividades, com 43,9% da produção em 1959, também tinham peso as fábricas de alimentos, têxteis, vestuários e calçados, entre outras, com 52,1%. A presença dos Bancos era também considerável.³⁷⁷ Em perspectiva temporal, note-se que a indústria chamada intermediária foi ocupando, a partir dos anos 1960 e 1970, espaço mais significativo. Em 1970, já representava 51,1% da produção, enquanto a dita tradicional só perfazia 37,8%. A metalurgia, que em 1959 representava 29,6% do total, passou a 33,2% em 1970.

Os números mostram que as empresas do complexo minério, metalúrgico e siderúrgico passaram a ocupar uma posição destacada na economia mineira a partir dos anos 1950, embora seu desenvolvimento máximo tenha ocorrido nas duas décadas seguintes. Tal tendência foi acentuada pelos esforços políticos governamentais mineiros, que procurou dinamizar o processo local de reprodução de capital com investimentos em energia e transporte, além de consolidar o distrito industrial de Contagem.³⁷⁸ Os grupos estrangeiros se estabeleceram na economia mineira por meio do mesmo complexo minério, metalúrgico e siderúrgico.³⁷⁹



Considerando-se que, no modo de produção capitalista, o desenvolvimento dos meios de produção é sempre ligado à expansão da força de trabalho proletarizada, foi entre os trabalhadores da chamada indústria intermediária que surgiram os “núcleos mais vigorosos e combativos” na luta contra a conspiração política que em 1964 derrotou o projeto nacional popular e instaurou o regime militar, ainda que tal setor de classe não representasse a maioria dos trabalhadores em geral. Para Heloísa Maria Starling,³⁸⁰ na década de 1960, quando a economia mineira estava em franco crescimento e transformação, o “grosso do operariado” mineiro se concentrava, ainda, na tradicional indústria têxtil e, em menores percentuais, na dita intermediária, com destaque para a metalúrgica e de cimento, e no setor metal mecânico.

Assim, os trabalhadores assalariados produtivos eram, basicamente, um “operariado tradicional”, cujas principais reivindicações estavam circunscritas à dimensão “econômica corporativa”, articulados a um segmento de “operários modernos”, que tinha nos metalúrgicos sua principal expressão.³⁸¹ Desse meio surgiram importantes dirigentes sindicais, depois perseguidos pelo regime militar, entre os quais Sinval Bambirra, da categoria têxtil, Clodesmidt Riani, eletricitário de Juiz de Fora, José Gomes Pimenta, extrativista de Nova Lima, e Ênio Seabra, metalúrgico de Belo Horizonte. Em 1964, por ocasião do golpe, alguns estavam à frente do CGT e se constituíram nas principais referências da classe operária em Minas Gerais.³⁸²

Para compor um quadro referencial dos trabalhadores urbanos, somavam-se a tais industriários – metalúrgicos, têxteis, mineiros, eletricitários e assim por diante – outras categorias politicamente importantes, a saber: bancários, servidores públicos e operários da construção civil, por exemplo. Tais trabalhadores, incluindo os seus Sindicatos e dirigentes, foram os alvos prioritários da perseguição política após a instalação do regime ditatorial militar. Ainda antes do golpe, a repressão atingiu – além do caso emblemático da Companhia Morro Velho –, basicamente, os setores operários de ponta.

Assim é que, em janeiro de 1962, uma greve de metalúrgicos em Conselheiro Lafaiete foi reprimida com violência. Em setembro de 1963, a coerção se deu contra os operários da Siderúrgica Mannesmann, em Belo Horizonte, objetivando impedir que aderissem à greve dos metalúrgicos. Em 07/10/1963, o braço policial atingiu os trabalhadores da siderúrgica Usiminas, quando um destacamento da PMMG usou de brutal violência para reprimir trabalhadores na portaria da empresa (o massacre de Ipatinga).



Vale ressaltar, também, que as frações mais conservadoras da burguesia mineira, sobretudo os segmentos ligados ao capital estrangeiro, participaram da conspiração que culminou no golpe de 1964. Há registros sobre a conduta de empresas como financiadoras e articuladoras. Constata-se a sua representativa presença na célebre “reunião do Edifício Acaiaca”, na qual se teria decidido encetar a ação militar para derrubar o governo Goulart, assim pretendendo articular-se com o general Carlos Guedes para “agir à margem da legalidade”.³⁸³ Tal conclave foi realizado pelo IPES-MG, em janeiro de 1964, contando com a participação de capitalistas e executivos ligados a mais de 50 grupos atuantes nos diferentes setores da economia mineira.

Estavam presentes: Artefatos de Aço S/A Indústria e Comércio; Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais; Banco Econômico de Minas Gerais S/A; Banco Mineiro do Oeste; Caixa Econômica Federal de Minas Gerais; Celulose e Papel Minas Gerais S/A; Central de Administração e Participações; Cia. Fiação e Tecidos Santa Rosa; Comercial Santa Rita S/A; Comércio e Indústria Mannex do Brasil S/A; Companhia Agropastoril Rio Doce S/A; Companhia de Seguros Minas Gerais; Companhia de Tecidos Pitanguiense; Companhia de Tecidos Santanense; Companhia Ferro Brasileiro S/A; Companhia Imobiliária Santo Elói S/A; Companhia Industrial Belo Horizonte; Companhia Industrial de Estamparia; Companhia Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro (Cimaf), Companhia Industrial Itaunense.³⁸⁴

Também participaram do encontro: Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira; Companhia Siderúrgica Mannesmann; Companhia Siderúrgica São Caetano; Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos; Demisa; Distribuidora Euclides Andrade S/A Produtos Farmacêuticos; EBC Empreendimentos Brasileiros de Cimento S/A; Fábrica de Papel Cruzeiro S/A; Fiação Dom Bosco S/A; Frigorífico Sipa S/A; Fundação Santa Fé Ltda.; Imobiliária Mineira S/A; Indústria de Calcinação Ltda.; Indústria e Comércio São Lucas S/A; Magnesita S/A; Mannesmann Mineração S/A; Máquinas Agrícolas Altivo S/A; Mascarenhas Barbosa-Roscoe S/A Engenharia e Comércio; Metalgráfica Mineira S/A; Metalúrgica Triângulo S/A; Paraopeba Indústria S/A; Refratários e Isolantes S/A; S/A Casa Comercial Romualdo Cançado; S/A Mineração da Trindade; Serraria Santa Helena S/A; Sociedade Corretora de Títulos; Tecidos Euclides Andrade S/A; Tela Diversões Siderúrgica Itatiaia S/A.³⁸⁵

O IPES tinha relevante capilaridade no meio empresarial mineiro. Entre os seus fundadores e dirigentes constam pessoas com vasto currículo, entre os quais: Aluizio Aragão Villar, Antônio Mourão Guimarães, Antônio Pereira de Souza, Caetano Nascimento Mascarenhas, Celso Mello Azevedo, César Gonçalves de Souza, Euler Marques Andrade, Fábio Araújo Motta, Fernando Souza Reis, Hélio



Pentagna Guimarães, Jaime Kirzner, Jonas Barcellos Correia, Josaphat Macedo, José Antônio de Oliveira Júnior, Laércio Garcia Nogueira, Nylton Velloso, Oscar Nicolai e Ruy de Castro Magalhães.³⁸⁶

Muitos dirigentes do IPES-MG eram intelectuais vinculados à classe dominante ou titulares de cargos estratégicos nas entidades da sociedade civil empresarial, em diferentes ramos, entre as quais estão: Associação Comercial de Minas; Associação dos Bancos de Minas Gerais; Centro das Indústrias da Cidade Industrial; Clube dos Diretores Lojistas; Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; Federação da Agricultura no Estado de Minas Gerais; Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais; Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais; Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Sindicatos dos Bancos de Minas Gerais; Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais de Belo Horizonte; Sindicato da Indústria de Carne e Derivados e do Frio de Belo Horizonte; Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais.

A presença dos empresários, com suas entidades e seus executivos, pressupõe não somente um envolvimento particular de alguns burgueses na conspiração golpista, mas a existência de uma vasta e articulada rede do capital, pois muitos partícipes eram sócios em estabelecimentos de setores diferentes da atividade econômica.³⁸⁷ Os vários ramos se vinculavam ideologicamente por meio das diferentes instituições envolvidas. O processo de transformação industrial em Minas Gerais se completou somente no regime militar, pois a classe dominante, sobretudo a fração ligada à chamada indústria intermediária, sabia que iria beneficiar-se com a política econômica a ser aplicada pelos governantes.

Visto pela perspectiva dos trabalhadores mineiros, o processo de transformação econômica do estado foi acompanhado de perda salarial, repressão política e expansão da força de trabalho em oferta, o que tornou os trabalhadores mais vulneráveis à exploração. Em seu depoimento à Covemg, o metalúrgico João Paulo Pires de Vasconcelos expressa tal conclusão:

Na época em que nós tivemos o mercado de trabalho pleno, havia a necessidade de mão de obra semiqualficada e qualificada. Isso foi na segunda metade da década de 70 [1970]. Quando o nosso Sindicato se mobilizou, não tinha problema, o indivíduo participava, não tinha medo. As empresas entenderam isso antes de nós, quando o movimento sindical começou a crescer, e aí ativaram o sistema de formação de

mão de obra em tudo quanto é lugar. E depois de 1980, aí, cadê ela? A primeira greve que o nosso amigo Leonardo, saudoso Leonardo, grande companheiro, ele fez lá, 10 minutos depois tava uma lista de dispensa de trabalhador na porta da usina.³⁸⁸

Na percepção do sindicalista, a grande virada econômica em Minas Gerais ocorreu a partir dos anos 1970, no auge do terrorismo de Estado e na fase do chamado “milagre econômico”. Contudo, o desenvolvimento industrial ocorreu no mesmo tempo em que houve a fragilização do movimento sindical. De fato, o crescimento se acelerou no momento em que o golpe autocrático repressor se estabeleceu, desencadeando uma brutal violência sobre o movimento e as organizações sindicais. Ao bloquear as liberdades de organização e expressão reivindicatória dos trabalhadores, o Estado adotou um regime em que as mediações democráticas já não interferiam em suas decisões e práticas de órgão político a serviço da classe dominante, tornando o histórico conflito entre capital e trabalho ainda mais desfavorável aos trabalhadores.

A despeito das particularidades da economia mineira, a repressão política sobre os trabalhadores, seus Sindicatos e seus movimentos não foi diferente da que ocorreu em outros estados da Federação. O conluio entre militares e empresários para reprimir o engajamento proletário na resistência democrática foi extensivo e atingiu as categorias mais engajadas na resistência. O regime militar implantou um “novo regime fabril” no interior das empresas. Tornou-se um fato notório a constituição de sistemas de vigilância, informação e perseguição nos estabelecimentos privados e autarquias estatais. O mundo do trabalho passou a conviver com um aparato repressor permanente, que contava com agentes públicos infiltrados entre os operários, integrados às Assessorias de Segurança e Informação (ASI) nos locais de trabalho, nos setores de Recursos Humanos (RHs) nas empresas privadas, além das investidas efetuadas pelos DOPS e Doi-Codi, entre outros dispositivos.

O sistema de colaboração e troca de informações entre os empresários e o regime ditatorial militar em Minas foi intenso, especialmente onde se empregavam categorias mais numerosas e organizadas. Foi o caso, por exemplo, das companhias siderúrgicas Belgo Mineira e Mannesmann, que apoiaram política e financeiramente a conspiração que resultou no golpe de 1964, e colaboraram com a repressão política que desabou sobre os operários. Lembre-se que tais empresas estavam representadas no encontro do IPES-MG, em janeiro de 1964, no Edifício Acaiaca. Na lista dos presentes àquela reunião constavam os nomes de Edwin May, da Mannesmann; e de Joseph Hein, da Belgo Mineira.



Os depoimentos de operários e sindicalistas constatam não somente a presença da polícia nos locais de trabalho, mas também a consolidação de um sistema de articulação entre empresas, Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e DOPS-MG, com o objetivo de vigiar, perseguir e reprimir os trabalhadores e suas organizações. Mostram, ainda, que tal rede repressiva se estruturou como procedimento comum, mantendo-se adaptada mesmo após o regime militar. João Paulo Pires de Vasconcelos, operário na Belgo Mineira à época em que se deu o golpe de 1964 e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, relata a brutalidade sofrida pelos trabalhadores na empresa.

Tal repressão foi tão truculenta que produziu um caso inusitado de contradição entre os próprios agentes, conforme narra:

Imediatamente, a empresa mandou um preposto conduzir 15 trabalhadores estáveis para que o tenente Corgosinho [Amaro Zacarias Corgosinho] fizesse a rescisão do contrato dos trabalhadores estáveis. O tenente recebeu os homens no Sindicato, olhou pra cara deles e falou com o preposto da empresa: ‘não, eu não faço essa rescisão, não. Eu conheço esses homens todos. Esses homens são trabalhadores valiosos. Essa rescisão de contrato só pode ser feita após um processo de justa-causa. Eu não faço a rescisão desses contratos, a homologação’. Voltaram com os trabalhadores. Logo depois, o presidente da empresa, Joseph Hein comunicou-se com ele no Sindicato e falou: ‘tenente Corgosinho, vou enviar novamente os homens aí para que o senhor faça a rescisão de contrato deles’. Ele falou: ‘o senhor não mande, porque eu não farei a homologação dessas rescisões. Eu sou um homem da revolução aqui, mas eu vou cumprir a lei. Se o senhor não quer cumprir a lei, eu vou cumprir a lei’. O presidente da empresa falou: ‘então, você vai sair daí’. Saiu e foi substituído por um contramestre, chefe do setor de energia, chamado Alencar de Assis. E o Alencar de Assis homologou as rescisões. [...] E aí, o que aconteceu depois disso? A empresa foi demitindo todos os trabalhadores estáveis que tinham segurança pra militar no Sindicato. [...] Esses trabalhadores eram conduzidos à cidade de Rio [Piracicaba], a [...] comarca, e lá era juiz um homem chamado Murilo Furtado. E o juiz de direito homologou todas essas rescisões ilegais.”³⁸⁹

Ao que tudo indica, o contencioso repercutiu na empresa, já que os operários chegaram a parar a Usina. Todavia, como avaliou João Paulo Pires, a “empresa foi demitindo todos os trabalhadores estáveis que tinham segurança para militar no Sindicato”. A homologação das rescisões ilegais passou a ser feita, inclusive,



pelo juiz de direito da comarca de Rio Piracicaba, Murilo Furtado. A repressão realizada pela Belgo Mineira, em João Monlevade, foi tão abusiva que provocou contradições ao aparato do regime. O grau de arbitrariedade transparece em outros momentos do relato. Por exemplo, quando narra como os trabalhadores eram forçados a assinar rescisões contratuais sob a mira de metralhadoras e sofrendo humilhações:

[...] no chamado Serviço Social [...] os companheiros todos em pé com metralhadora nas costas iam entrando, um por um, dentro do escritório, onde ficavam à frente do senhor Ademar [Soares de Oliveira] e do Fausto [Godoy da Mata Machado]. O Fausto falava: 'e agora? Cadê o seu Sindicato? [...] Tá demitido, assina aqui'. Quem não assinava ia preso, e ele falava assim: 'some, pode pegar sua família e sumir da cidade'.³⁹⁰

O depoimento indica a presença de agentes policiais armados com metralhadoras, acompanhando o processo de demissão. Isso já evidencia a existência de uma articulação entre o regime militar e a empresa para reprimir os operários mais esclarecidos. Como se não bastassem tais arbitrariedades e o uso da força, o relato também evidencia a humilhação aos demitidos. A conduta, no contexto da época e do cotidiano em João Monlevade, mostra-se física e moralmente agressiva e violenta, sobretudo porque a empresa era proprietária de tudo na cidade, inclusive das casas onde moravam os operários, conforme relato:

O clube era da Belgo, o mercado da Belgo, o posto de abastecimento da Belgo, lactário da Belgo, hospital da Belgo, ambulatório da Belgo, tudo era da Belgo, sua vida era da Belgo. Eles tomavam conta de tudo, da sua vida particular, se intrometiam na sua liberdade.³⁹¹

O esquema de vigilância, de perseguição e de repressão política, longe de ser casual e contingente, erigiu-se como prática no interior das empresas. Os trabalhadores tinham ciência da situação. Em audiência pública, o metalúrgico e sindicalista Gilberto Antônio Gomes disse o seguinte:

A Belgo Mineira em Contagem, por exemplo, já no meu período de Sindicato, em 1984, ainda tinha elementos infiltrados do DOPS dentro da empresa. Então, desde a greve de 1968 até o período da década de 1980, a Belgo teve uma participação [...] da polícia dentro do seu corpo de funcionários.³⁹²



Na sua exposição, fez também referência a outro instrumento de perseguição, as “listas”, muito conhecidas no meio operário. “O problema da lista negra é que nós éramos demitidos das empresas e não sabíamos por quê [...]. As empresas e o DOPS tinham acesso direto às nossas fichas de admissão e demissão dessas empresas.”³⁹³ São relatos que evidenciam a consolidação de um sistema cada vez mais elaborado de controle policial sobre os trabalhadores, perpetrado pelo regime militar em conluio com o capital. Tal prática se disseminou e se tornou procedimento comum nas fábricas da Cidade Industrial de Contagem, sobretudo a partir de 1968, especialmente quando se iniciou o terrorismo de Estado.

A FIAT também implantou a perseguição em colaboração com o regime militar, conforme denunciam os sindicalistas Oraldo Paiva³⁹⁴ e Gilberto Antônio Gomes (“Giba”).³⁹⁵ A pesquisadora Carolina Dellamore também constatou que, nos arquivos abrigados no APM, existem registros de ofícios mediante os quais a Companhia Siderúrgica Mannesmann, no ano de 1972, solicitava ao DOPS-MG a investigação sobre a conduta de trabalhadores que iriam ser admitidos, anexando-lhes uma lista com dados sobre os operários. O objetivo era a “verificação de possíveis ocorrências desabonadoras”. Em poucos dias, o remetente recebia a resposta, que indicava se a contratação prosseguiria ou seria cancelada.³⁹⁶

Diante do aparato repressivo institucionalizado, articulando as empresas com os órgãos policiais civis e as forças militares, foram em número inestimável os casos de violações aos direitos dos trabalhadores – perseguições, constrangimentos, demissões injustas, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos por motivação política, e intervenções em Sindicatos – ocorridos a partir dos primeiros dias após o golpe de 1964. Os dados e informações coletados comprovam o contexto repressivo que atingiu os trabalhadores de várias formas, ainda que não tenha conseguido aniquilar sua organização. Os casos de repressão política sob o regime militar podem ser descritos a partir da ação do aparato sobre os movimentos reivindicatórios, a organização sindical e os trabalhadores de forma individual.

Eventos reprimidos

Os movimentos grevistas

Considerando-se os movimentos reivindicatórios ocorridos no período militar, pode-se afirmar que a repressão política tentou desarticular, de maneira imediata, os setores mais conscientes dos trabalhadores. Logo após o golpe de



1964, a violenta coerção afetou o movimento sindical e fragilizou as condições de trabalho na fase de consolidação do regime militar. Conforme Portugal e Assumpção, o número de greves no Brasil:

[...] caiu drasticamente com a repressão policial, militar e empresarial, que recrudescera com o golpe. Em 1964, não aconteceu nenhuma greve; entre 1965 e 1967, ocorreram apenas 41, a maioria pequenas paralisações por empresa.³⁹⁷

Todavia, a repressão não elimina a luta de classes. Em termos de movimentação proletária, os principais eventos pós-golpe conhecidos ocorreram em 1968 e entre 1978 e 1985. O primeiro grande movimento grevista, com ampla repercussão na sociedade civil e no interior do próprio governo militar, foi constituído pelas duas greves metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, ocorridas em 1968. Tal manifestação, acontecida em dois pulsos – abril e outubro –, adquiriu tamanho significado que a notícia correu como verdadeira “bomba” em Minas Gerais e no País inteiro. A maior surpresa para as autoridades governamentais e razão de regozijo para a resistência democrática ficou por conta da ousadia operária, ao reivindicar reajuste salarial e, ao mesmo tempo, questionar a própria política salarial vigente.

As greves de 1968, inclusive as paralisações desencadeadas pelos taxistas e pelos bancários, foram de importância superlativa. As demais, protagonizadas pelos professores da rede privada e pública, em 1979; pelos trabalhadores do ensino dirigidos pela União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), em 1980; e pelos operários da construção civil em Belo Horizonte, em 1979, também se revestiram de enorme importância. Todas obtiveram uma grande repercussão na sociedade belo-horizontina e causaram preocupações nos governos estaduais. De um modo geral, foram tratadas como caso de polícia, mesmo quando já se aproximava a Constituinte.

A greve metalúrgica de abril, em 1968

O ano de 1968 foi emblemático no Brasil e no mundo. Aqui havia uma ascensão do combate democrático ao regime ditatorial militar. Entre os trabalhadores, ganhava corpo a luta contra o arrocho salarial e a legislação que os vinha massacrando desde o golpe de 1964: retirando-lhes os direitos; cerceando ou intervindo nas suas instâncias de organização, como os Sindicatos e as federações; dificultando ao extremo quaisquer manifestações democrático-populares de oposição. No entanto, mesmo no contexto de arbítrio, os operários conseguiram organizar-se e mobilizar-se para alcançar suas reivindicações.



Figura 33 - Assembleia dos trabalhadores metalúrgicos em Belo Horizonte / Contagem, em 1968. Fonte: <http://fsmemoriasindical.blogspot.com.br/2010/10/greves-de-1968-em-contagem-e-osasco-o.html>

O ano de 1968 no Brasil ficou marcado na memória dos movimentos de oposição ao regime militar, sobretudo, pelos pronunciamentos operários de Contagem, Minas Gerais, e Osasco, São Paulo. Como a área de abrangência da Covemg é Minas Gerais, aqui se tratará das duas greves de metalúrgicos na Cidade Industrial, e das paralisações encetadas pelos taxistas e pelos bancários de Belo Horizonte. O objetivo é colocar em relevo a capacidade organizativa dos trabalhadores, mesmo em um forte contexto repressivo, além de demonstrar as violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes estatais contra os trabalhadores em luta e suas entidades representativas.

A Cidade Industrial de Contagem, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi o primeiro parque empresarial planejado de Minas Gerais. Inaugurada em 1946, sua consolidação só ocorreu nos anos 1960, quando já contava com 105 indústrias em funcionamento.³⁹⁸ Ao longo dos anos em que transcorreu a sua implantação, o complexo atraiu milhares de trabalhadores provenientes de diversas cidades mineiras, de outros estados e até alguns do exterior, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Assim, em meados dos anos de 1960, já atuavam na região 18 mil operários de várias categorias econômicas.

Os trabalhadores pioneiros enfrentavam muitos problemas: péssimas condições de labor; elevado índice de acidentes; vigilância e controle constantes;



superexploração; salários baixos; inflação alta. Semelhante situação provocava o chamado arrocho salarial, prática integrante da política econômica vigente e fonte de vida precária. A oposição ao regime militar já se construía na região. Luiz Marcos Magalhães – então dirigente da Ação Popular (AP), membro de seu Comando Regional em Minas Gerais e o responsável pelo trabalho operário – relata em depoimento à Covemg que acompanhou o trabalho da célula local, com presença em fábricas metalúrgicas importantes, na qual militavam Ênio Seabra, Mário Bento e Renato Godinho, entre outros. Tal organismo já decidira, inclusive, preparar a greve.³⁹⁹

A organização clandestina também estava presente na categoria dos petroleiros, em que atuavam Agnaldo Quintela, presidente do Sindicato desde 1967, e Afonso Cruz. Existiam ainda, na Cidade Industrial, a estrutura da “Corrente”, em que militava Conceição Imaculada, diretora do Sindicato, assim como, segundo rememorou Carlos Delamonica em depoimento à Covemg,⁴⁰⁰ membros do PCdoB. Há notícias e narrativas sobre incursões realizadas por outros movimentos com fins de solidariedade ou divulgação política, estando alguns com presença estabelecida ou em fase de implantação.

O papel desses partidos, organizações e agrupamentos foi decisivo para o desencadeamento e a direção efetiva da greve, como defende Augusto Buonicore, com base em relatos de antigos militantes:

[...] entrevistas recentes com antigos militantes operários de Belo Horizonte e Contagem ofereceram novas interpretações [...]. Utilizarei aqui como fontes dois depoimentos essenciais. O primeiro é do dirigente do PCdoB Vital Nolasco, que era militante da Ação Popular. O segundo é de Otavino Alves da Silva, ex-militante da Polop. Os dois eram operários e atuaram naquela histórica greve. [...] Eles esclarecem, por exemplo, que um dos principais dirigentes daquela greve, o operário Ênio Seabra, era militante da Ação Popular, uma organização da esquerda católica que havia recém-aderido ao marxismo-leninismo. Declarou Nolasco: ‘a Ação Popular, por exemplo, era força hegemônica na comissão de fábrica da Mannesman e esta era a maior empresa da cidade. Ali, inclusive, criou-se um Jornal de massa chamado ‘Companheiro’ [...]. Entre os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos existiam militantes de outras organizações de esquerda [...]. A secretária-geral da chapa, Maria Imaculada Conceição, que não foi cassada, era ligada a uma das dissidências armadas do PCB. [...] Assim, afirmou Nolasco, [...] ‘houve durante este período um trabalho prévio de conscientização e organização dos trabalhadores. Já estava sendo preparada pela esquerda sindical [...]. Ou seja, não surgiu do nada’.⁴⁰¹



Nesse contexto, a greve na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira foi deflagrada. No dia 16/04/1968, 1.200 trabalhadores no setor de trefilaria deram início à paralisação, com a ocupação da fábrica. Uma comissão de negociação foi eleita para negociar com os diretores, alguns dos quais retidos no recinto de trabalho, sem poder sair. As principais reivindicações eram melhorias nas condições de trabalho e reajuste de 25% nos salários, em contraposição aos 10% oferecidos pelos patrões. Não houve acordo e, no dia seguinte, a DRT decretou a ilegalidade do movimento. Como surgiram rumores sobre “uma possível invasão policial da fábrica ocupada”,⁴⁰² os trabalhadores decidiram então sair da Belgo e seguir para o Sindicato dos Metalúrgicos. Às “18 horas do mesmo dia a Polícia Militar ocupa a empresa.”⁴⁰³

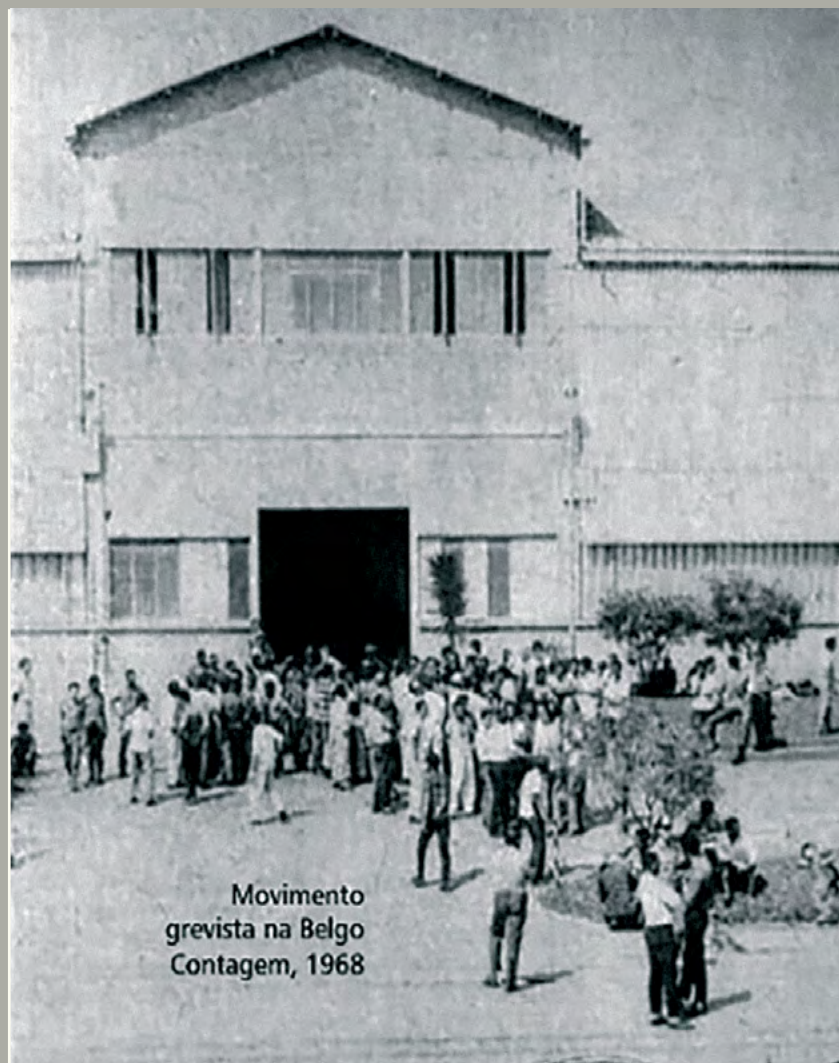
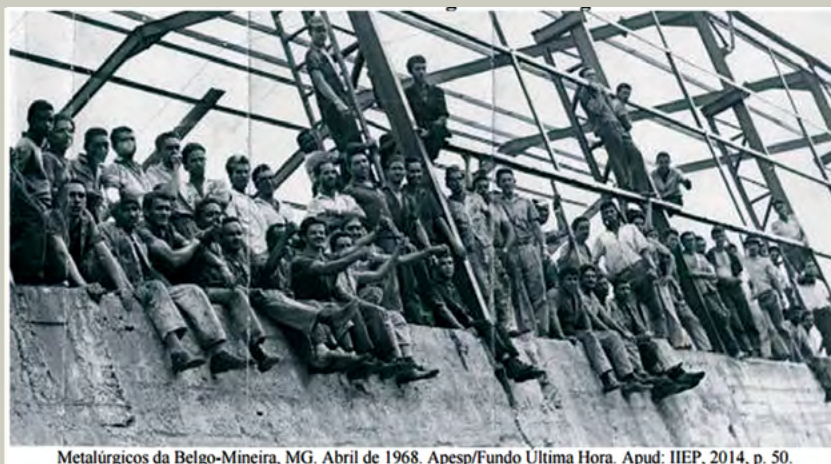


Figura 34 - Movimento grevista na Belgo Mineira, Contagem, 1968. Fonte: <http://www.contagemnotempo.com.br/greve-dos-metalurgicos-1968-cidade-industrial/>



Metalúrgicos da Belgo-Mineira, MG. Abril de 1968. Apesp/Fundo Última Hora. Apud: IIEP, 2014, p. 50.

Figura 35 - Metalúrgicos da Belgo Mineira, MG, em abril de 1968. Fonte: <http://www.contagemnotempo.com.br/wp-content/uploads/2016/05/metalurgicos-1.jpg>

O movimento ganha a adesão dos operários da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE) e da Mannesmann, totalizando cerca de 6 mil grevistas. No dia 20 de abril foi eleito, em assembleia, o comando de greve unificado, dirigida por Ênio Seabra, importante sindicalista que presidira o Sindicato dos Metalúrgicos antes do golpe, encabeçara a chapa eleita em 1967 e fora impedido de tomar posse pela DRT. No mesmo dia, o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, chegou a Belo Horizonte para negociar diretamente com os grevistas. O coronel se dirigiu aos operários em assembleia, mas não conseguiu convencê-los a voltar ao trabalho: sentiram-se desafiados pelo discurso que “caracterizou a greve como uma tentativa de derrubar o regime militar”.

A postura e as ameaças do ministro militar desferidas diante dos operários, dos representantes grevistas e do Sindicato, renderam-lhe vaias e, em vez de amedrontar, provocaram a ampliação do movimento, com novas adesões. Os grevistas não se intimidaram e mantiveram suas reivindicações. Nos dias subsequentes, os trabalhadores da RCA Víctor, Demisa, Industam, Acesita, Minas Ferro, Material Ferroviário S/A (Mafersa), Cimec, Pohlig Heckel Brasil S.A. e outras seções da Belgo Mineira também pararam. Sob a pressão de massas, o governo ofereceu um abono salarial de 10%, que seria incorporado ao salário, mas a proposta foi recusada.

Na sequência, outras fábricas também pararam. No dia 23 de abril, a Cidade Industrial de Contagem e a parte que lhe corresponde em Belo Horizonte já contavam com, aproximadamente, “20 mil trabalhadores em greve”⁴⁰⁴ e 20 empresas paralisadas. Enquanto isso, a PMMG ocupava as ruas da região, tentando impedir a realização de assembleias e concentrações. Ao mesmo tempo, os empresários, com a cobertura da polícia, passaram a convocar os operários em casa para retornarem

ao trabalho, sob a ameaça de demissão por justa causa.⁴⁰⁵ A partir daí, iniciou-se um refluxo do movimento, que não estava preparado para tamanho confronto.



Figura 36 - O Ministro do Trabalho Coronel Jarbas Passarinho tenta encerrar o movimento grevista, em 1968. Fonte: <http://www.contagemnotempo.com.br/greve-dos-metalurgicos-1968-cidade-industrial/>

No dia 24 de abril, uma parte da categoria voltou ao trabalho. No dia seguinte, em face da correlação de forças, uma nova assembleia dos metalúrgicos votou pelo fim da greve, mas o ânimo permaneceu elevado:

[...] o clima vitorioso é evidente, com a conquista do reajuste de 10% inicialmente proposto. Os metalúrgicos de BH e Contagem mostraram que era possível lutar contra o regime. Dias depois, Costa e Silva anuncia a extensão do reajuste para todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.⁴⁰⁶

Na ALMG se criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas e os eventos do conflito. Um dia após o fim do movimento, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Santana, foi preso. Conceição Imaculada, uma das dirigentes do movimento, permaneceu dentro do Sindicato, até ser resgatada pelo deputado Edgar da Matta Machado, que a levou para depor em segurança, sendo liberada em seguida. Ênio Seabra narrou a sua perseguição e detenção nos primeiros dias de maio:

Eles me prenderam em consequência da greve. Me chamaram lá no DOPS, eu fui até lá acompanhado de um advogado, mas chegando lá o delegado do DOPS disse que eu estava preso, que era uma ordem do comando do Exército e, a partir daquele momento, me manteve encarcerado.⁴⁰⁷



A greve dos metalúrgicos, em 1968, foi a primeira depois da instauração do regime militar e mostrou que a voz dos operários de Minas não se calaria durante a ditadura.

Figura 37 - Tropa da PMMG. Fonte: Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 80 Anos, agosto de 2014

A greve de abril, em Contagem, tornou-se um marco da luta operária de resistência ao regime militar. Em termos salariais, os trabalhadores conseguiram um abono fora das cogitações governamentais, que se estendeu ao País inteiro. Em termos políticos, mobilizou grande contingente de operários na Cidade Industrial, inclusive um grande setor de massa não sindicalizado, que viu nesse movimento um espaço para mostrar sua insatisfação diante da exploração e do processo de empobrecimento a que estava submetido. O mundo do trabalho, por meio daquele ato pioneiro, questionou a legitimidade de proibir-se a greve.

A greve metalúrgica de outubro, em 1968

A paralisação dos metalúrgicos em outubro, a segunda leva grevista de 1968, teve como motivação reivindicatória o reajuste salarial de 50%. Iniciou-se no dia 1º de outubro, paralisando inicialmente a Pohlig Heckel do Brasil S/A. Como estratégia para ampliar-se o movimento, a comissão de greve organizou piquetes e

comícios relâmpagos. À tarde, cerca de 10 fábricas já se encontravam paradas. Contudo, ao contrário do que havia ocorrido em abril, a repressão já estava preparada para agir. Na Companhia Siderúrgica Mannesmann, por exemplo, os trabalhadores nem chegaram a começar a paralisação, pois foram surpreendidos pela polícia, como denunciou o Jornal produzido pelos operários da empresa, chamado Bodoque.

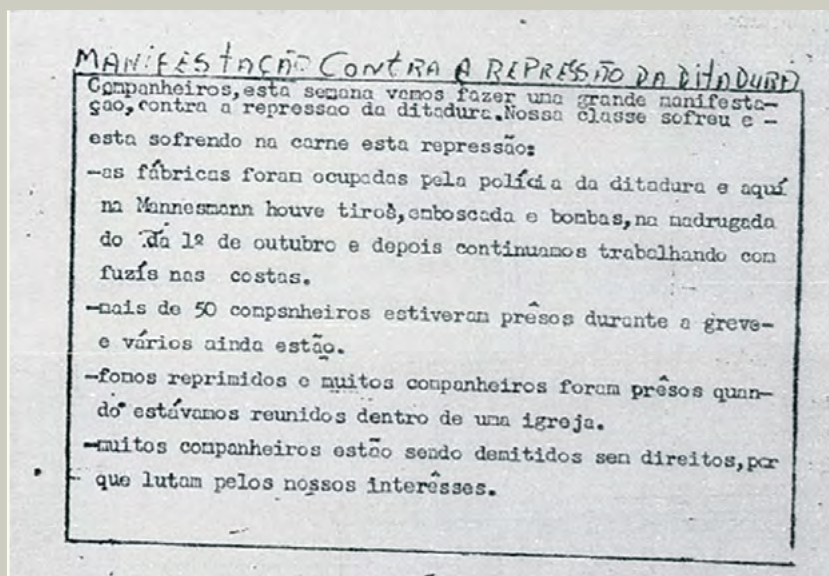


Figura 38 - Jornal Bodoque (Ano I, nº6, outubro 68), editado clandestinamente por operários da Companhia Siderúrgica Mannesmann. Fonte: APM. DOPS/MG. Pasta 0905, rolo 025, out.1968/fev.1969, imagem 9

A iniciativa e as formas assumidas pela repressão evidenciavam que o regime ditatorial militar não iria dar espaço para que um novo movimento, de proporção igual ou superior ao anterior, pudesse surgir e se fortalecer, como reforça Ênio Seabra:

No mesmo ano de 68 [1968], em outubro, nós nos preparamos para uma outra greve, mas não nos preparamos para enfrentar batalhão militar, contingente militar. Nós estávamos preparados para uma outra greve, agora, a polícia preparou para dissolver a greve.⁴⁰⁸

No mesmo dia em que teve início o movimento, a DRT de Minas Gerais decretou a ilegalidade da greve e interviu no Sindicato dos Metalúrgicos, destituindo a diretoria eleita, em pleno mandato. Todavia, a atuação do então delegado do trabalho, Onésimo Viana, foi além da questão sindical. No acervo do DOPS-MG



há um ofício de sua autoria, expedido ao secretário de Segurança Pública do estado em 1º/10/1968, solicitando providências para instaurar um processo criminal, com base na Lei de Segurança Nacional, contra aqueles que julga serem os responsáveis pela eclosão do movimento.

Na lista estão os nomes de membros da diretoria sindical e importantes dirigentes operários que haviam participado também do movimento de abril, tais como: Ênio Seabra, Mário Bento da Silva, Conceição Imaculada de Oliveira, Antônio Santana Barcelos, Joaquim José de Oliveira, Luiz Fernando de Souza, José Nilson Santos, Renato B. Viegas e Argentino Martins.⁴⁰⁹ O documento demonstra a colaboração do delegado regional do trabalho em Minas Gerais com a repressão. Várias pessoas foram detidas já no dia 1º de outubro. Às 9h30, na Cidade Industrial, foram presos outros integrantes do movimento.

A operação policial militar alcançou, primeiramente, os seguintes militantes: Benedito Pedro de Paula, gravador na Metalgráfica Triângulo; João Vieira, escriturário da Metalgráfica Triângulo; Paulo Guilherme Rosa, escriturário da Metalgráfica Triângulo; Wilson Dias de Araújo, escriturário da Metalgráfica Triângulo; Joaquim Galdino dos Santos, trabalhador na Metalgráfica Triângulo; Leonícia Firmino de Souza e Maria Luiza de Araújo, ambas funcionárias da JMA. O responsável pelas detenções foi “João (ilegível) Filho – 2º sargento PM – chefe da guarnição”, sob a Ocorrência 8665.

No documento do DOPS-MG, o motivo da prisão foi assim relatado:

Encontravam-se na manhã de hoje percorrendo as indústrias da Cidade Industrial em companhia de várias outras distribuindo material de propaganda de greve e subvertendo a ordem pública. Ditos elementos chegaram nas portarias das fábricas e tentavam, com anúncios relâmpagos e ameaças, impedir que os operários da fábrica focalizada continuassem a trabalhar.⁴¹⁰

Foram também presos: João Afonso, metalúrgico ajustador, e Edson Moreira, metalúrgico, ajudante de ajustador, às 17h47, na Cidade Industrial. A natureza da detenção foi identificada como “subversão”. Segundo a Ocorrência 8676, João Afonso e Edson “faziam parte de um grupo de 50 pessoas que andava em todas as fábricas da Cidade Industrial pressionando os trabalhadores para que entrassem em greve.” Ou seja, esses militantes foram presos por fazerem “piquete”, forma de mobilização amplamente utilizada em greves. No relato oficial não constam os nomes dos agentes que os prendeu, pois traz apenas



que o “executante” foi a “guarnição da PV 46”⁴¹¹. Em outras fichas produzidas pelo DOPS, fica-se sabendo que ambos são trabalhadores da Pohlig Heckel do Brasil S/A.⁴¹²

Ainda em 1º de outubro foram detidos: Vitor Hugo Gomes, eletricista; Renato Brandão Viegas, mecânico; Pedro Garcia Gomes, metalúrgico; Paulo Domingos de Souza, galvanizador; Osvaldo Siqueira Galantini, eletricista. Todos trabalhadores da Mannesmann, foram aprisionados às 23h30, dentro da própria empresa, pelo “Ten. Schmitz e Pol. Gustavo”, da Patrulha Volante, como constatado no Boletim de Ocorrência 8684. A “natureza” da detenção foi identificada pelos policiais como “contra patrimônio”. Os trabalhadores estavam distribuindo panfletos e foram qualificados como “líderes agitadores no movimento grevista que foi deflagrado na Cidade Industrial”⁴¹³

No dia seguinte, as autoridades os encaminharam ao departamento de vigilância Social.⁴¹⁴ Também no dia 2 de outubro, às 15h50, foi preso Heraldo Turíbio Gonçalves, maquinista da Mannesmann, pelos “investigadores Sabino Catão e o subinspetor Hélio de Paula, do DVS”, e conduzido pela PMMG com base na Ocorrência 8701. O local da prisão foi também identificado: Mannesmann. A natureza ficou caracterizada como crime “contra a paz pública”⁴¹⁵. Às 23h15, as forças do regime detiveram, por “subversão da ordem”, Pedro Sebastião Rodrigues e Sebastião Soares Benevides, ambos metalúrgicos da Mannesmann, “pelos policiais Moacir Gomes e Luiz Vital Lourenço, do 5º BI”⁴¹⁶

Em seguida foram conduzidos por “Léo Machado 1º sarg. PM” ao departamento de vigilância social, sob a acusação de “apedrejamento em um ônibus da Cia. Mannesmann e distribuição de boletins grevistas”⁴¹⁷. Também conduzidos pelo “capitão Antonio Egg” ao Departamento de Vigilância Social, nos dias 3-4/10/1968, estavam os seguintes trabalhadores: Barcelar Antônio Eustáquio, metalúrgico da Metalgráfica; Benedito Guedes, Maurílio José Coelho, José Pereira Idelfonso e José Anastácio Machado, empregados na Pohlig Heckel do Brasil; Lauro Justino da Silva e Joaquim José de Oliveira, trabalhadores da Única S/A; Milton de Freitas Carvalho, da Refrigeração Ir; Pita e Ercias Gomes de Oliveira, da Cimec; José Antunes Pereira, trabalhador na SBE; Antônio Belo, metalúrgico da Mannesmann; José Venâncio de Souza, trabalhador na Magnesita; Jurandir Paulo da Silva, operador; Nelson Evangelista Espinola, metalúrgico.⁴¹⁸

Os seus nomes estavam escritos nas fichas de ocorrência no departamento de vigilância social, mas são omitidos as identidades e os motivos dos agentes que executaram a prisão e nem o motivo.⁴¹⁹ Alguns dirigentes do Comitê de



Greve – Ênio Seabra, Renato Godinho Navarro e Luiz Eduardo Grapiuna Lima – foram presos em uma operação policial, quando realizavam uma reunião dentro da Igreja Nossa Senhora da Piedade, no Bairro Inconfidentes, localizada nas proximidades da Cidade Industrial, em Contagem. O padre Peter Marie Lohs, responsável pela Igreja, também foi detido para dar explicações compulsórias.⁴²⁰

Com o comitê de greve preso, o Sindicato dos Metalúrgicos sob a intervenção da DRT e os membros de sua diretoria também detidos ou na mira da repressão, além de demitidos, ficou seriamente afetada a capacidade de sustentação do movimento. Aos poucos, a greve entrou em declínio. No dia 4 de outubro, já cassados, os membros da diretoria foram também demitidos das fábricas em que trabalhavam, como narra Antônio Santana Barcelos:

Mas, na cassação de outubro, nós perdemos, bom, eu pelo menos perdi, a condição de estar no meio metalúrgico, pois eles cassaram o meu mandato, a Companhia Siderúrgica Mannesmann me mandou embora sem direitos, por subversão, e eu não conseguia emprego em lugar nenhum, e como diz o outro, eu fiquei duro né?⁴²¹

Para piorar a situação a demissão foi oficialmente formalizada como sendo por justa causa, conforme afirma Luís Fernando de Souza:

O que eu não aceitava era justa causa, porque eles me deram justa causa [...] Como deram justa causa a Antônio Santana também... Ao Ênio [Seabra] também, todos que foram demitidos, tinha um suplente também aí, era o Zenílson, também foi demitido por justa causa.⁴²²

O artifício de afastar o empregado por justa causa tinha por objetivo “manchar” a sua carteira de trabalho para dificultar-lhe o acesso a um novo emprego. Além disso, anos depois, como aponta Antônio Santana, foi descoberto que havia um código, criado pelos empregadores, que possibilitava identificar quem havia participado na greve de outubro:

E aí eu fiquei impressionado na época, porque, poxa, eu li minha carteira de tudo quanto é jeito, não tem nada constando aqui que eu sou grevista, que eu fui presidente do Sindicato, eu fui conhecido? Eu sabia que saía na reportagem do Jornal todo dia, na televisão e tal, mas que eu era um grevista de 64 [1964], de 68 [1968], não estava escrito. Depois de muitos anos, eu estava trabalhando de fotógrafo num Jornal e fui fazer uma cobertura de um encontro do pessoal da FIEMG [Federação da Indústrias do Estado de Minas Gerais]. Aí eu



falei com ele [presidente da Mannesmann]: ‘doutor, até hoje eu não sei como é que era o código que vocês utilizaram pra gente não conseguir emprego em outras indústrias metalúrgicas’. [Ele disse:] ‘Ah, foi simples demais, todos aqueles subversivos têm na carteira a data de 04 de outubro de 1968, todos foram demitidos no mesmo dia, todos que têm o dia 4, todo mundo tava avisado’. Aí eu olhei, realmente, todos estavam 4 de outubro de 1968, todos eles que foram demitidos junto comigo, na época, tinham a data de outubro de 1968.’⁴²³

Assim, todos os operários demitidos na segunda paralisação dos metalúrgicos de 1968 eram identificados e não conseguiam emprego. A repressão sobre os trabalhadores, depois da greve de outubro, gerou vários tipos de abusos além do acontecimento propriamente dito. O Sindicato dos Metalúrgicos ficou sob intervenção até julho de 1969, quando se realizou uma nova eleição para a diretoria. Muitos trabalhadores foram presos e alguns torturados, como Ênio Seabra, que denunciou as violências sofridas, entre as quais o fato de ter “levado umas marteladas nos dedos, no tornozelo; algumas pancadas”⁴²⁴

Outros tantos foram excluídos do mercado de trabalho, sem contar o clima de medo e a vigilância que se tornaram presentes dentro das fábricas. Nos anos posteriores às duas greves e a partir da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, a repressão se intensificou em todo o Brasil. Na Cidade Industrial não foi diferente. Aliada à repressão do regime militar estava a vigilância e os desmandos patronais. Tornou-se comum a cumplicidade e a colaboração entre os empresários e o DOPS, para filtrar contratações mediante a “verificação de possíveis ocorrências desabonadoras registradas nos arquivos dessa delegacia”⁴²⁵

As greves dos metalúrgicos de 1968, na Cidade Industrial de Belo Horizonte e Contagem, foram um marco na luta operária durante o regime militar. Se em abril houve ganho econômico e político, em outubro a vitória já não foi possível, de vez que a repressão policial militar, secundada pelo ditado e a colaboração empresarial, abateu-se com virulência sobre o mundo do trabalho na região, demonstrando que o País caminhava para o terrorismo de Estado. No fim do ano, a edição do AI-5 deixou clara a disposição de aprofundar o arbítrio, para garantir a continuidade de seu projeto de desenvolvimento econômico hostil ao mundo do trabalho e ao povo brasileiro.

Um relato sobre o tratamento dispensado a Conceição Imaculada em um quartel da PMMG deve ficar retido na memória democrática, como imagem típica da política aplicada contra o movimento operário e sindical:



Preso política durante o período, a primeira mulher a fazer parte direção do Sindicato dos Metalúrgicos, Conceição Imaculada sofreu um aborto depois de torturada num quartel no bairro Calafate, em Beagá. Num primeiro momento eu não vi ninguém. Era só eu sendo torturada. Então eu tive uma hemorragia muito grande porque estava grávida e sofri um aborto.⁴²⁶

A greve dos taxistas, em 1968

Em Belo Horizonte, no dia 14/05/1968, iniciou-se a greve dos motoristas, reivindicando melhores tarifas e maior segurança no trabalho, principalmente no horário noturno, tendo em vista o aumento de assaltos à categoria. Sem dúvida, eles sentiam-se estimulados pela manifestação dos metalúrgicos. Durante o movimento, muitos participantes acusaram a então diretoria do Sindicato dos Condutores Autônomos de omissão diante dos interesses da categoria, sendo que muitos exigiam a sua deposição. Conforme reportagem publicada pelo Jornal Diário da Tarde, na edição de 15//1968, cerca de 1.500 veículos se concentraram em diferentes pontos da capital mineira e paralisaram algumas ruas do Centro, como forma de exigirem o atendimento de seus pleitos.⁴²⁷



Figura 39 - Início da greve dos taxistas em Belo Horizonte. Fonte: Jornal Última hora, 15/05/1968. In: APM. DOPS/MG. Pasta: 0252, rolo 017, maio1968/ago.1968, imagem 72



A repressão foi imediata. Declarada ilegal a greve, iniciaram-se as prisões dos participantes. Já no dia 14, o departamento de guarda civil – divisão da radiopatrulha – recolheu, na encruzilhada das avenidas Pedro II com Mauá, no Bairro Carlos Prates, os motoristas João Batista Oliveira, Geraldo Evaristo Oliveira, Manuel Batista Silva, Márcio Bastos Dabul e Ediel José Santos, que segundo anotação no Boletim de ocorrência, “parece-nos o mentor”. Sobre o motivo da prisão, relata o patrulheiro no Boletim de Ocorrência 1.207:

Cumprimos o dever de informar-lhes que os acima conduzidos encontravam promovendo desordem à Av. Pedro II c/ Mauá fingindo de motoristas de praça para apedrejarem ônibus e demais carros que por ali trafegavam. Vários veículos que por ali passavam foram com seus vidros e pneus furados porque os motoristas não podiam nem reclamar aos policiais ali em serviço devido ao aumento de desordeiros ali concentrados [...].⁴²⁸

Também no dia 14, em outro local da cidade – Praça da Estação Ferroviária –, foram aprisionados Elizeu Alfredo Ferreira, Henrique Ermenegildo da Silva e Antônio José de Campos, pelos “Sg. Dácio, Cabo Sinésio, Sd. Campos”. A natureza do delito teria sido “contra os costumes – contravenção”. Dácio Batista, 2º sargento PM, que assina a ocorrência 4.457, afirma que os citados “foram detidos por estarem perturbando a ordem, bem como apedrejando os veículos (táxi) que passavam no local acima. [...] tais elementos estavam ainda fazendo com que outros os acompanhassem em tal ato”.⁴²⁹ Ou seja, fazendo piquete, prática usual durante as greves, para se convencerem os trabalhadores a participar.

Foram, ainda, detidos 55 motoristas grevistas no dia 15/05/1968, tendo sido liberados às 24 horas do mesmo dia, entre os quais: Waldevino Antunes Vieira, João de Almeida Freire, Nelito Rodrigues Pereira, João Nogueira Duarte Filho, José Alberto Pinto Fiuza, João Batista de Almeida, Cesarinho José Félix, Dorival Jorge de Jesus, José Eustáquio Caetano, Edimar Jeferson de Paiva Lopes, João Matias de Souza, José Pires dos Santos, José Leão Câmara, Edson Cruz Baldil, Heni Jorge do Nascimento, Melquíades Pereira da Silva, Vicente Moreira, Alvimar de Oliveira Santana, Severino José Soares, José Pereira, Joaquim Balduino Felipe, Onildo Neves de Carvalho, Joaquim Tiago Filho, Emílio José Fonseca Muzzi, José Eymard Monteiro, Almir Scarpelli Vilaça, José de Paula, Wilson de Castro, Geraldo Eustáquio dos Santos, João Batista Pereira, Ercides Soares de Oliveira, Cristóvan Bonifácio da Silva, Lincoln Inês Ribeiro, Claudomiro Antônio de Souza, Venancius Ferreira, João Batista de Oliveira, Erli Rabelo da Costa, Alcides Liberto Pereira, Múcio Gonçalves dos Reis, Olavo Batista de Oliveira, Pedro Simões Neves, Josias Costa Peles, Vicente Pereira da Silva e Ivaldo Alves Martins.



Também foram presos alguns indivíduos que, mesmo exteriores à categoria, estavam apoiando o movimento: João Resende Dias, escriturário; José Hermínio de Souza, funcionário dos Correios e Telégrafos; Antônio Carlos Chaves, lavador de carros; Vanir Soares de Magalhães, comerciário, que trabalhava na Casa dos Cereais Alto Paranaíba Ltda; Sebastião Chaves de Abreu, comerciante; José dos Santos Oliveira, torneiro mecânico, que teria comprado carro há pouco tempo; Mário Del Cantoni Júnior, motorista, mas que não estava exercendo a profissão; Márcio Antônio Del Catoni, gráfico, que trabalhava nos 'Diários Associados e Emissoras Associadas; Geraldo Magela de Oliveira e José Dias Filho, desempregados; Felismundo de Paula Alves, motorista, mas vivendo de biscates.⁴³⁰

Na lista, além de constarem os dados pessoais dos detidos – nome completo, filiação, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, estado civil, endereço, profissão, carteira de motorista e placa do carro –, registravam-se as seguintes informações acerca do autuado: se trabalhava por conta própria ou, caso trabalhasse para outra pessoa, o endereço do proprietário do táxi. Conforme o delegado Fábio Bandeira, em declaração ao Jornal Última Hora, de 16/05/1968, os donos dos veículos também seriam responsabilizados, pois nada teriam feito para impedir que seus empregados se envolvessem.⁴³¹

Na mesma reportagem o Jornal informa que a greve foi declarada ilegal e que, imediatamente, “o Departamento de Vigilância Social passou a prender todos os motoristas que se encontravam fazendo piquetes ou aconselhando seus colegas a não furar greve”. Na declaração do delegado Fábio Bandeira:

[...] os responsáveis estão sendo encaminhados ao DOPS, onde são ouvidos em inquérito já instaurado, e estas medidas independem ainda de outras, como cassação de registro, matrícula e corte das placas de táxi que se encontram no movimento paredista.

O secretário de segurança, Joaquim Gonçalves, também ameaçou os grevistas com a suspensão da Portaria que proibia “o emplacamento de novos carros”, o que não seria de interesse da categoria, pois aumentaria a concorrência. A repressão policial amplamente utilizada pelas polícias militar e civil. O Jornal Última Hora informa, por exemplo, que “vários comandos da Polícia Civil se encontravam [...] nas ruas, prendendo os motoristas que se negavam a trabalhar e levando-os para o DOPS, para serem interrogados”⁴³² Nesse clima, a greve foi temporariamente suspensa pela categoria no próprio dia 15 de maio, como informa o mesmo Jornal, no dia seguinte, já que o secretário de Segurança condicionara o início das negociações ao fim do movimento.



Os motoristas apresentaram uma proposta com aumento de 44% na tarifa, maior segurança para trabalhar, principalmente à noite, limitação no número de táxis na cidade e melhor tratamento por parte dos fiscais.⁴³³ O Conselho Estadual de Trânsito definiu um aumento de 14%, que foi aceito pelo Sindicato, mas não pela categoria, que continuou tentando negociar. No dia 25 de maio, os grevistas tentaram uma audiência com o governador Israel Pinheiro. Sem conseguir a reunião, estacionaram seus carros no meio da Praça da Liberdade, obstruindo o trânsito. Conforme matéria do Jornal Estado de Minas, os agentes do Departamento de Vigilância Social dissolveram a paralisação.

Na ocasião, foram presos os seguintes motoristas: Deusdet Moreira da Cunha, Waldemar Neves Carneiro, Ricardo Xavier Borges, Afrânio de Oliveira, Eustáquio José Lima, Antônio Elias e José Pires, todos liberados em seguida.⁴³⁴ Os taxistas, como informa o Jornal O Diário, de 05/06/1968, decidiram continuar negociando e afirmaram que iriam suspender a greve como forma de protesto,⁴³⁵ cientes de que, no contexto de regime militar, precisavam evitar a continuidade e o agravamento da repressão. Ao todo, foram detidos 70 taxistas. Com tais fichamentos ficaria mais fácil, para o Departamento de Vigilância Social e a polícia, identificar e reprimir aqueles que se envolvessem em futuras paralisações.

A greve dos bancários, em 1968

No mesmo ano, em setembro, na sequência dos pronunciamentos dos metalúrgicos e taxistas, secundados pela ascensão vigorosa do movimento estudantil, os bancários também cruzaram os braços, exigindo um reajuste salarial de 32%. Após recusarem a proposta patronal de 27%, deflagraram a greve em uma assembleia que reuniu, segundo o Jornal Correio da Manhã, de 28/09/1968, “3 mil bancários”.⁴³⁶ Os documentos oriundos do DOPS-MG, hoje disponíveis no APM, demonstram que a nova iniciativa paredista de massas despertou uma forte preocupação no interior aparato repressivo.

A Pasta 0257, Rolo 017, contém informações a respeito, sob o título “Greve dos Bancários”, acompanhado pela descrição: “lista de nomes, depoimentos e requisições.” A pasta aborda indivíduos envolvidos na greve dos bancários. Trata também de indivíduos do grupo Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) considerados foragidos.⁴³⁷ Importante destacar que a repressão perpetrada pelo regime militar contra a luta reivindicatória dos bancários foi imediata e intensa. Em matéria jornalística consta a seguinte informação:

[...] toda a diretoria do Sindicato está sumida desde as primeiras horas de ontem. A polícia informa que não é responsável, mas admite que prendeu vários bancários durante a parte da



manhã e mesmo de madrugada quando ocorreram pichações nas paredes dos Bancos com dizeres alusivos à greve.⁴³⁸

Concomitantemente às prisões, o delegado regional do trabalho, Onésimo Viana, decretou a dissolução da diretoria sindical. Os interventores nomeados foram Humberto Colo da Silva, Benedito de Luca e Tupã Lucas dos Santos. A PMMG invadiu o prédio da sede do Sindicato e reforçou os seus efetivos no centro de Belo Horizonte. A tropa de choque se distribuiu para vigiar os bancários nas portas das agências. Nem a imprensa escapou à violência das forças repressivas, conforme indica um trecho de matéria jornalística: “os repórteres eram afastados com brutalidade e algumas máquinas fotográficas foram destruídas.”⁴³⁹

Foram presos e conduzidos à Delegacia de Vigilância Social, por atuarem no movimento grevista no centro de Belo Horizonte, vários bancários. No arquivo do DOPS existe um documento intitulado “relação dos detidos durante a greve dos bancários, de 27/09/1968,” que arrola os seguintes nomes: Antônio Augusto Furst Gonçalves, Antônio Elias Nicomedes Moraes, Erley Anghinetti, Evandro Carvalho Cornélio, Itamar Vieira da Costa, Ildeu Alves Costa, João Alves de Matos, João Pedro Mendes, Joaquim Martins Borges, José Gomes Coimbra, Jose Gomes Machado, Júlio Rilson da Silva, Nilson Nunes de Castro, Romildo Borges, Ubiraci Carias dos Santos e Wellington da Rocha Costa.⁴⁴⁰

Há também registros, em “termo de declarações” (depoimento) de pelo menos outros quatro participantes da greve: Erley Anghinett, Joaquim Martins Borges, Antônio Augusto Furst Gonçalves e José Gomes Coimbra. Demonstrando uma firme conduta, os detidos se recusam a admitir as imputações que lhe foram feitas, seja declarando desconhecer a existência de piquetes, seja negando a participação na assembleia da categoria. Obviamente, já estavam preparados para lidar com a repressão política. No depoimento de Erley Anghinett chega a constar o seguinte:

[...] o declarante não sabe o que é piquete; que o declarante e as pessoas que formavam o grupo que se dirigiu para as citadas agências não estava impedindo a qualquer pessoa que trabalhasse e, sim, pedia os que não trabalhassem [...].⁴⁴¹

Os militantes foram aprisionados sob a suspeita de escreverem palavras alusivas à greve nas portas dos Bancos. Conforme consta no depoimento de Antônio Augusto Furst Gonçalves:

[...] o declarante, somente, aqui, notou a lata de *color-jet*; que não portava nenhum material que pudesse identificá-lo



como sendo o autor do escrito já referido, podendo afirmar também que seus colegas não escreveram nada relacionado com a greve [...].⁴⁴²

No depoimento de José Gomes Coimbra há uma informação que indica o local onde fora realizada a assembleia geral dos bancários:

[...] por volta das 23 horas, teve sua atenção despertada para um grupo de pessoas, possivelmente, bancários que estavam regressando de uma assembleia de classe na secretaria de saúde, que gritava que a greve havia sido deflagrada [...].⁴⁴³

A mobilização com paralisação dos funcionários das instituições bancárias merece registro, ainda que sintético, pois se somou a outras três greves para marcar o ano belo-horizontino de 1968 como explosão dos anseios econômicos das categorias em luta e seus desdobramentos políticos, assim como exemplo de resistência e combatividade dos trabalhadores, além das manifestações estudantis e da intelectualidade progressista. Um de seus participantes foi o jovem Paulo Roberto Pereira Marques, membro da AP e então funcionário do Banco de Minas Gerais, com apenas 18 anos, cuja militância entrou na mira repressiva do DOPS-MG.

Denunciado no Processo nº 11/70, como incurso no Decreto-Lei nº 898/1969, artigos 43 e 45, I e II, pela auditoria da 4ª Circunscrição Militar Judiciária, foi demitido e teve de passar à clandestinidade no mesmo ano. Já militando no PCdoB, saiu de Belo Horizonte para a Bahia, onde ficou algum tempo. Depois, esteve no Rio de Janeiro. Por fim, deslocou-se ao Araguaia, fixando residência na região da Gameleira. Tendo combatido no destacamento B das forças guerrilheiras que atuavam naquela parte do País em defesa dos interesses populares locais e contra o regime militar, é tido como desaparecido político desde o combate ocorrido no dia 25/12/1973.⁴⁴⁴

A primeira greve dos professores, em 1979

A paralisação de 1979 foi dirigida pelo Comando Geral de Greve (CGG), que aglutinou os trabalhadores das redes particular e pública do estado de Minas Gerais. A decretação do movimento se deu em assembleia, no dia 12 de maio, com previsão para iniciar-se cinco dias depois. Caracterizada por sua longa duração e grande alcance geográfico, durou 41 dias e angariou adesão de 420 cidades, em um contexto da crise cíclica no interior da fase depressiva inaugurada no início da década, em geral conhecida como o fim do “milagre”, mas que de fato tinha uma dimensão internacional.



Socialmente, a greve simbolizava a luta dos professores em sua nova condição, agora já proletarizados, como uma enorme categoria assalariada que se esparramava pelos estabelecimentos privados e, na esfera dos serviços, pelas redes públicas de ensino estaduais e municipais. Na pauta de reivindicações estavam medidas destinadas a valorizar a carreira e as condições de trabalho, assim como a resgatar as perdas salariais provocadas pelas políticas de arrocho dos anos anteriores. Semelhante convergência de reivindicações acabou gerando um movimento amplo, forte e muito unificado.

A greve foi capitaneada, sobretudo, pelos professores da rede estadual, que aderiram em massa. A paralisação surpreendeu os governantes, pela versatilidade das atividades e dos atos públicos, e angariou apoio na sociedade. Luiz Soares Dulci, um dos dirigentes à época, em entrevista concedida ao Jornal dos Bairros, em 21/07/1979, explica os possíveis motivos da solidariedade à greve:

A nossa greve teve um apoio muito grande. Eu acredito que um apoio popular maior que a maioria dos movimentos de professores no País inteiro. [...] O fato de, por exemplo, 80% dos professores grevistas serem do sexo feminino pode ter influenciado na simpatia imediata que a greve despertou [...] O determinante para o apoio popular foi a distribuição bastante equitativa do magistério por todas as cidades do estado e por todos os bairros da capital [...] Tudo isso contribuiu para que a população, desde o primeiro momento, visse o movimento como algo que partiu da população mesmo e não como um movimento, em princípio político, de conteúdo ideológico definido. Por outro lado, a situação gravíssima da deterioração do salário do professor, de conhecimento público, motivou a solidariedade para o movimento.⁴⁴⁵

O respaldo à paralisação veio também de outras categorias econômicas, sobretudo dos metalúrgicos, que acabavam de obter uma vitória, e de duas cidades. Uma era Monlevade, onde:

[...] os operários participavam das assembleias 'para sugerirem formas de lutas, formas de arrecadar fundos de greve. A mesma coisa ocorreu em Itabira onde, em certas assembleias, a presença de operários era até superior à presença de professores'.⁴⁴⁶

O movimento acabou por colocar em xeque as próprias organizações de massas então existentes. As diretorias do Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Sinpro Minas) e da Associação de Professores Primários de Minas Gerais



(APPMG), entidades representativas à época, recusaram-se a assumir ou apoiar a greve. Pelo contrário, adotaram uma postura desmobilizadora, ao tentarem enfraquecê-la. No que se refere ao Sinpro, a primeira eleição, realizada na sequência da renúncia e intervenção da DRT, resultou no ingresso à diretoria de professores ligados ao Comando Geral de Greve: Guilherme Tell Quintão Furtado Gomes, Inês Teixeira Gomes e Carlos Magno Machado ocupariam a presidência, respectivamente, nos anos de 1980, 1983 e 1986.

No setor público, a APPMG perdeu a legitimidade: o espaço de representação foi ocupado pela UTE, criada logo após a greve. Um episódio marcante, que ilustra a crise da entidade e a sua superação, ocorreu em plena assembleia, reunida na Secretaria da Saúde, atual Minascentro, quando Maria Telma Cançado, que então presidia a Associação, foi vaiada e teve sua presença “rejeitada” pelos presentes que, em coro, gritavam: “Comando Geral de Greve na mesa!”⁴⁴⁷ Esse teria sido o ato simbólico que marcaria a transição para as novas direções do Sinpro e, notadamente, a criação do atual SindUTE.

Antônio Carlos Ramos Pereira (Carlão) relata os acontecimentos:

[...] a Maria Telma Cançado, que era presidente da APPMG, convocou uma assembleia de professores, [na] antiga Secretaria de Saúde, hoje Minascentro e bancou ônibus do estado todo para lá. Então, veio gente de todo lado! Encheu. Daí nós fomos pra lá. E a palavra de ordem era: CGG na mesa. Comando Geral de Greve, nome de entidade. A UTE foi fundada depois da greve de 79 [1979]. Nós fomos para a mesa, a mesa foi destituída, fizemos alguns encaminhamentos, vida que segue. Encerrado, fomos para casa [...].⁴⁴⁸

Durante a greve, os órgãos de repressão estatais acompanhavam as atividades dos principais militantes, o que bem demonstrava o caráter conservador e consentido da transição em curso nacionalmente. Os agentes monitoravam todas as reuniões e assembleias. No arquivo da Coordenação Geral de Segurança (Coseg), abrigado no APM, há relatos feitos por agentes da PMMG, datados de 18/05/1979, sobre a presença de elementos de fora, que estariam “infiltrados” na greve dos professores. Há, também, um relatório sobre as assembleias, datado de 06/06/1979.⁴⁴⁹

Portanto, a vigilância e a espionagem, efetivadas pelas Polícias Militar e Civil, bem como pelos órgãos de inteligência do governo federal, foram severas e incessantes. O movimento também se deparou com uma dura repressão nas



ruas. No dia 29 de maio, depois de uma assembleia, os trabalhadores do ensino decidiram sair em passeata até a Praça da Liberdade. No entanto, foram violentamente impedidos de lá chegar, por meio de jatos d'água, gás lacrimogêneo, cães e cassetetes, e pela utilização da tropa de choque da PMMG. Um professor, Antônio Pádua Simão, de Conselheiro Lafaiete, foi preso e levado ao DOPS para interrogatório.



Figura 40 - Professoras de Belo Horizonte em manifestação durante a greve da categoria, em junho de 1979. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greves-se-alastram-e-peocs-se-revoltam>



Figura 41 - Profissionais do ensino protestando por “reajuste digno”, na Praça da Liberdade, 1979. Fonte: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/02/interna_gerais,643229/repressao-na-praca-da-liberdade.shtml. Foto: Marco Antonio/EM, Brasil



Carlão comentou o episódio: “o jato d’água é que ficou famoso. O governo Francelino se queimou muito nessa. O jato d’água deveria apagar fogo, mas pegou muito mal para ele!”⁴⁵⁰ O fato repercutiu negativamente na imprensa e na ALMG, não apenas porque se estabeleceu uma identidade geral com a resistência democrática ao regime e as justas reivindicações então defendidas pelo professorado, mas também porque desvelou um tratamento contrastante com a imagem venerável que a população guardava a respeito dos mestres. O secretário de estado de Segurança foi convocado pelo parlamento mineiro, para prestar esclarecimentos sobre os rumos e métodos da ação policial. Além disso, a indignação recrudesceu o movimento, inclusive aumentando as adesões no interior.

A segunda greve dos professores, em 1980

A segunda greve no setor da educação pública aconteceu em abril de 1980. Novamente, os trabalhadores do ensino em Minas Gerais se mobilizaram por demandas salariais e um plano de carreira. A repressão foi ainda mais intensa. Mesmo antes da paralisação, os militantes mais notórios, especialmente os que desempenhavam funções dirigentes, foram intimados a comparecerem ao DOPS para interrogatórios. Deflagrado o movimento, em 22 de abril, o governo do Estado publicou o Decreto nº 20.500, de 23/04/1980, que autorizava a Secretaria de Educação, por meio de suas delegacias regionais e diretorias escolares, a desligar trabalhadores faltosos e contratar outros para substituí-los.

O objetivo era impedir a paralisação das atividades escolares. O Decreto dizia, nos seus artigos 3º e 4º: “fica a Secretaria de Estado da Educação autorizada a promover a imediata substituição dos ocupantes de cargo efetivo ou de cargo em comissão que, por ação ou omissão, permitirem a interrupção dos trabalhos escolares”. O mesmo valia para os servidores que não eram efetivos. Tais providências repressivas limitaram a força e o alcance do movimento, até porque se associavam a outras, de cunho inclusive criminal, direcionadas aos membros do SindUte [antiga UTE], especialmente os mais visados.

Assim, nos dias 25 e 29 de abril, foram presos cinco diretores da entidade. O primeiro foi Carlão, logo após uma assembleia da categoria no pátio da ALMG. Outros, que estavam procurados, abrigaram-se no interior do parlamento mineiro, buscando proteção política. Contudo, mesmo assim, em violação à imunidade que vários deputados procuravam defender, quatro dias depois foram detidos, no recinto da Casa, Luiz Dulci, Isis Magalhães e Luiz Fernando Carceroni. Fernando Cabral foi capturado em Juiz de Fora, conforme relatou em entrevista: “eu fui o último. Fui preso em Juiz de Fora [...]”⁴⁵¹



Os cinco dirigentes da UTE, levados ao DOPS, em Belo Horizonte, foram interrogados, mantidos incomunicáveis e indiciados na Lei nº 6.620/1978, em nome da Segurança Nacional. Carlão relatou tais acontecimentos:

[...] nós fizemos uma assembleia no pátio da Assembleia Legislativa. Ao final dessa assembleia, eu fui preso. Depois vieram Luiz Dulci, Fernando Cabral, Isis Magalhães; [...] o falecido Fernando, Luiz Fernando [Carceroni] foi preso nessa época também. Mas eu, Dulci, Cabral e Isis, com certeza.⁴⁵²

Com as detenções preventivas, ficava muito clara a disposição governamental de enfrentar a ferro e fogo o movimento, sem indecisões ou concessões. O próprio Fernando Cabral esclarece a intenção repressiva e a política que a norteava na conjuntura: “em [1980 [...] o governo percebeu que o movimento já tinha lideranças mais ou menos estabelecidas [...] o governo percebeu que se ele tirasse de circulação as lideranças, ia colocar o movimento na defensiva”⁴⁵³ Interessante notar que mesmo na fase de “abertura conservadora” do regime militar, as autoridades acionaram a legislação autocrática.

Naquele contexto, em que os atentados terroristas da extrema direita se multiplicavam em Belo Horizonte, é provável que a ação repressora tenha sido coordenada pelo governo militar em nível nacional, pois atingira, simultaneamente, os movimentos grevistas em Minas Gerais e São Paulo, conforme o relato de Cabral: “[...] o governo agiu rápido, botou a Lei de Segurança Nacional para funcionar rapidamente, agiu assim em nível nacional, agiu rapidamente em São Paulo, como agiu rapidamente em Minas Gerais [...]”⁴⁵⁴ Isso evidencia que o regime militar perseguiu e reprimiu implacavelmente os trabalhadores, até na sua fase final. Também mostra que a fase da “abertura” conservadora foi pendular, alternando ações de distensão e de repressão.

Além dos dirigentes, muitos militantes intermediários foram atingidos pela perseguição política, inclusive os apoiadores. Nas cidades do interior, como em João Monlevade, a vigilância dos órgãos repressivos também agiu. Em Divinópolis, vários professores e um diretor de escola foram detidos e levados à delegacia de polícia local, para interrogatório. Sobre uma coerção com tamanha magnitude – conforme levantamentos, 409 trabalhadores demitidos ou punidos até o final da greve⁴⁵⁵ – Carlão relata:

[...] o esquema da repressão funcionou: foram exonerados diretores de escolas. Isso foi um pouco concentrado, não foi uma coisa generalizada pelo estado. Apenas em algumas delegacias de ensino, hoje superintendências, a ação foi mais



forte, mais dirigida. Então, escola que tinha paralisação, onde tinha alguma possibilidade de o diretor estar estimulando ou participando, o diretor foi exonerado. Houve também exoneração de professores designados, convocados, que era o nome à época, mais uma leva de prisões.⁴⁵⁶

No dia 3 de maio, os cinco dirigentes confinados nas dependências do DOPS entraram em greve de fome, com o objetivo forçar o governo estadual a negociar, como explicou Fernando Cabral:

[...] foi quando, então, nós optamos por aquela decisão de entrar em greve de fome, coisa que acabou forçando o governo a dar um desfecho ao movimento, porque tinha um agravante que era novidade para a época. Afinal de contas havia cinco professores em greve de fome dentro da cadeia sem nenhuma justificativa para a prisão [...].⁴⁵⁷

A dura repressão desencadeada sobre a greve de 1980 deixou sequelas. Além da punição sobre os diretores da entidade representativa e outros trabalhadores diretamente envolvidos – diretores e professores – houve uma passageira desmobilização da categoria, que veio a se rearticular somente alguns anos depois. Carlão relata com foi o desfecho do jejum político e como as autoridades estatais se comportaram perante as reivindicações: “o governo, depois de oito ou dez dias de greve de fome, não lembro ao certo, mas foi longa, abriu negociação. Nós encerramos a greve de fome e, obviamente, na sequência, a negociação foi encerrada.”⁴⁵⁸

A greve dos peões, em 1979

A greve operária da construção civil foi um grande evento de massa, que durou cinco dias e repercutiu fortemente na cidade de Belo Horizonte, além de ter sido um marco na história da categoria econômica. Por suas características e consequências, tornou-se objeto de estudos acadêmicos, como a dissertação do mestre Ricardo Cordeiro de Oliveira.⁴⁵⁹ Tradicionalmente, os peões da construção civil eram vistos como uma categoria pouco politizada, ainda que fosse uma das mais vulneráveis à exploração capitalista. O movimento reivindicatório de 1979 ajudou os estudiosos e militantes sindicais a reverem tal noção.

A paralisação aconteceu no final dos anos 1970, quando entrava em ascensão a luta proletária no Brasil e quando os trabalhadores mineiros já haviam dado provas de coragem e combatividade. Mesmo diante das rígidas restrições impostas pelo regime militar, em período de transição conservadora, uma série de greves eclodira. Segundo Oliveira, “em números, aproximadamente, 400 mil trabalhadores e trabalhadoras mineiros cruzaram os braços”⁴⁶⁰ em 1979. Entre as categorias



paradas estavam metalúrgicos, trabalhadores do ensino, motoristas e trocadores de transporte coletivo, comerciários, funcionários de hospitais, bancários, vigilantes de casas comerciais, garis, coveiros e operários da construção civil.

Greves motivadas pelo fracasso do dito “milagre econômico”, aspecto importante da política aplicada pelos governos militares, reagiram às perdas salariais generalizadas. O movimento dos peões não surgiu por acaso: teve uma relação estreita com a especificidade da industrialização em Minas Gerais, em franco desenvolvimento, bem como a política de organização pela base, a partir do local de trabalho, adotada no ambiente operário mineiro nas décadas de 1960 e 1970. Tais condições combinadas aproximaram os proletários da construção civil com outras categorias, inclusive durante a construção de plantas industriais.

Nessa época, havia grande investimento em infraestrutura e na construção civil pesada, o que transformou o Brasil e, particularmente, Minas Gerais, em um grande “canteiro de obras”. A Cidade Industrial de Contagem, por exemplo, estava em franco desenvolvimento, com ampliação e mesmo construção de indústrias. Ênio Seabra, que se empregou na Companhia Siderúrgica Mannesmann em 1959, destaca a forte presença dos peões: “na firma onde iniciei, a Mannesmann, na época era muito mais construção civil que estava surgindo. E eles pararam aquilo tudo ali na Cidade Industrial.”⁴⁶¹

Eis o ambiente que incentivou o movimento reivindicatório de massa como a greve protagonizada pelos operários da construção civil na RMBH. Apesar da ofensiva repressora promovida pelo regime militar, com as intervenções em Sindicatos pela DRT, a cassação de diretorias suspeitas de simpatias oposicionistas e a supressão aos direitos políticos de militantes, prisões e torturas, o movimento sindical continuou articulando-se e organizando-se por baixo, ou seja, a partir dos “próprios locais de trabalho”. Em especial naquele ano, houve grande mobilização em torno da campanha salarial.

No dia 15 de julho, convocou-se uma assembleia geral na sede do Sindicato. O objetivo era definir a proposta de reajuste salarial que seria apresentada aos patrões. Compareceram, surpreendentemente, cerca de 10 mil operários, número muito superior ao que comportava a sede. Dessa forma, a direção foi pressionada a marcar outra assembleia para o dia 29/07/1979, um domingo, no antigo estádio do Clube Atlético Mineiro, localizado na Av. Olegário Maciel, no Bairro de Lourdes, no terreno onde hoje funciona o *Diamond Mall*. Segundo notícia de um Jornal, compareceram cerca de 30 mil operários. A proposta de reajuste feita pelos trabalhadores havia sido recusada pelo Sindicato patronal, que pedira um prazo para apresentação de contraproposta.



Figura 42 - Passeata dos operários da construção civil em Belo Horizonte, 1979. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greves-se-alastram-e-peoes-se-revoltam>

Na assembleia geral, os operários recusaram o adiamento e deflagraram a greve a partir da zero hora da segunda-feira. Em seguida iniciaram uma passeata, que percorreu a Av. Olegário Maciel e se dirigiu ao centro da cidade, carregando faixas e cartazes: “Queremos oito mil. Peão precisa de comida.”⁴⁶² Espalharam-se piquetes em toda a RMBH. A massa avançada exigia que os companheiros ainda no trabalho participassem. Uma vigília, na Praça da Estação, reuniu aproximadamente 20 mil operários na manhã de segunda-feira. A concentração pacífica se transformou em conflito quando um taxista avançou contra os manifestantes, atropelando um operário e recusando-se a socorrê-lo.

Os manifestantes reagiram e o motorista abandonou o carro, que foi incendiado no local. Os grevistas também se desentenderam com os bombeiros que chegaram para apagar o incêndio, já que o caminhão da corporação avançou sobre a multidão. Os choques se intensificaram com a chegada de 50 policiais militares. Os manifestantes atiravam objetos, como pedras, frutas e sacos de lixo, nos agentes que os hostilizavam. A tropa revidava com bombas de efeito moral e cassetes. Em face da confusão geral, a multidão se dispersou pelas ruas. Ao contínuo, a direção do Sindicato orientou os operários a se dirigirem ao mesmo estádio onde houvera a assembleia, mesmo contra a vontade da prefeitura de Belo Horizonte, que não liberara mais o local.

Os grevistas, entoando palavras de ordem, seguiram pela Avenida Amazonas, passaram pela Praça Sete e ganharam a Av. Olegário Maciel. No trajeto, obtiveram manifestações de solidariedade, mas também houve algum sentimento de medo e certas manifestações negativas. Alguns poucos moradores lançaram



sacos com água dos prédios sobre os manifestantes. Aconteceram também saques e quebra-quebras em lojas, e confrontos com a polícia. Carros foram virados e incendiados. Políticos, governantes e até alguns sindicalistas atribuíram os conflitos e atos agressivos a “agitadores infiltrados no movimento”.

Alguns políticos, especialmente os aliados ao regime militar, recorreram à “origem humilde” dos trabalhadores, para justificarem a sua suposta incapacidade de tomar iniciativas mais agressivas.⁴⁶³ Tal postura, por parte do governo, tinha duplo significado, conforme observou Oliveira:

[...] legitimar a repressão e descaracterizar a paralisação como momento legítimo de reivindicação dos operários da construção civil de Belo Horizonte, que há anos sofriam com a depreciação de seus salários e com as péssimas condições de trabalho.⁴⁶⁴

Como o impasse na negociação permanecia, a greve foi a julgamento no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na noite do dia 2 de agosto. Surpreendentemente, mesmo com a vigência da Lei de Greve, o movimento foi considerado legal. “A decisão determinou um reajuste de 53% (o índice oficial havia sido fixado em 44%), mandou que fossem pagos os dias parados e determinou o retorno imediato ao trabalho.”⁴⁶⁵ Ante a decisão, realizou-se uma nova assembleia geral em 3 de agosto, no mesmo estádio, para avaliar a decisão judiciária. O presidente do Sindicato comunicou a decisão aos presentes, aproximadamente 10 mil operários, colocando em votação o encerramento da greve, aprovado por maioria.

Contudo, a decisão gerou alguns conflitos. Os trabalhadores reagiram contra os favoráveis e o presidente do Sindicato, Francisco Pizarro Neto. Os salários fixados pelo TRT atendiam à intenção patronal de cindir a categoria. Para encarregado e mestre de obra, os empresários aceitaram a proposta do Sindicato, que previa salários de, respectivamente, Cr\$12.000,00 e Cr\$20.000,00. Todavia, para serventes e oficiais, o reajuste foi muito inferior, desagradando uma parte dos grevistas presentes ao encontro. Serventes ganhariam Cr\$3.600,00 e oficiais Cr\$6.500,00, bem abaixo dos pisos reivindicados, que eram, respectivamente, Cr\$5.000,00 e Cr\$8.000,00.

Além disso, em pouco mais de um mês, atendendo a um recurso do Sindicato dos empregadores, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu a decisão do TRT e os patrões passaram a pagar os salários de acordo com o reajuste estipulado pelo governo. Os salários diferenciados desagradaram a categoria, que havia ido à greve disposta a melhorar, principalmente, as remunerações dos oficiais e serventes, como diziam algumas mensagens de cartazes que apare-

ceram na passeata do dia 29: “Queremos oito mil”; “peão precisa de comida” e “basta de exploração”. Na marcha do dia seguinte, 30 de julho, os operários gritavam: “é de oito mil; é de oito mil!”

Nesse ambiente, a greve chegou ao fim. Durante os dias de mobilização, a PMMG colocou nas ruas um aparato policial estimado em cerca de 10 mil homens, inclusive o Batalhão de Cavalaria. A repressão teve resultados trágicos. Somente nos dois primeiros dias, o “saldo foi de 50 pessoas feridas, entre policiais e manifestantes, 61 prisões efetuadas e uma morte.”⁴⁶⁶ Dois dias depois de encerrada a greve, houve um culto ecumênico em memória do operário Orocílio Martins Gonçalves, de 24 anos, atingido com um tiro na Av. Olegário Maciel, perto do antigo estádio do Atlético, no dia 30, primeiro dia da greve.



Figura 43 - Corpo de Orocílio Martins Gonçalves, operário de construção civil morto no primeiro dia da greve, em 1979. Fonte: http://www.sticbh.org.br/fotos_greve_1979.html

Segundo o laudo da necropsia, a morte do operário “foi provocada por um tiro, bala calibre 38, recebido no lado direito do peito.”⁴⁶⁷ Considerando o relato de Francisco, também dirigente sindical, o jovem participava ativamente da greve, e da resistência à truculência policial, própria daquele contexto:

Ele era forte na greve. Ele desafiou o soldado. Bateu no peito: ‘Se você é homem, atira!’. Uma época de ditadura, estava na ditadura, Francelino Pereira era o governador, e o cara desafiando a polícia. Aí, os caras [policiais] já estavam correndo atrás pra aqui, pra acolá, que não tinha sossego, e o cara (Orocílio) ainda desafia. [...] Ele caiu assim mesmo.⁴⁶⁸



A morte de um trabalhador, em luta coletiva por direitos, produz uma forte identificação, a partir do sentimento universal de que o evento poderia ter acontecido com qualquer um dos participantes. Tal compreensão foi explicitada no depoimento de Zildo, outro dirigente sindical: “eles acertaram o Orocílio, mas do jeito que eles (policiais) atiraram, era qualquer um que estivesse na frente. Poderia ter sido a mim, poderia ter sido meu irmão que participou junto, meu cunhado.”⁴⁶⁹ Dessa forma, o operário assassinado se transformou em símbolo da combatividade e da solidariedade dos operários em construção civil.

As mobilizações operárias no final do regime militar

No final de 1978, antes mesmo de entrarem em ascensão as lutas dos professores e dos peões nos dois anos seguintes, os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem reiniciaram suas assembleias, visando à recuperação das perdas salariais que lhe haviam sido impostas em 1973 por meio da política econômica governamental e da espiral inflacionária. O movimento precursor da retomada foi a greve dos operários da Mannesman, no primeiro semestre, que reivindicaram uma pauta específica da categoria. Entre os pontos enumerados constava, com destaque, a questão salarial e a redução na jornada de trabalho.

No primeiro semestre do ano seguinte, quase todas as categorias fizeram greve. A primeira empresa em que os braços se cruzaram foi a Mannesman, em 22/05/1979, com os trabalhadores obtendo uma vitória relevante. Logo depois, pipocaram paralisações em várias fábricas, como a Randazo, a Nanzen, a Randon, a Fiatallis e a RCA Victor, entre outras. Na Toshiba, aumentava o clima de insatisfação no que diz respeito aos salários, à remuneração inferior para mulheres e à precariedade dos transportes: em julho, após assembleia realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, começou uma nova greve que durou oito dias e conseguiu que fossem atendidas importantes reivindicações, inclusive a estabilidade no emprego de seis meses para a comissão de negociação.

No segundo semestre de 1979, o movimento se fortaleceu mais ainda na categoria. A antecipação da campanha salarial pelo Sindicato precipitou a eclosão de uma greve generalizada, que acabou sendo “duramente reprimida pela PM, Polícia Civil, DOPS, etc.,” seja por meio da infiltração de agentes nas assembleias e piquetes, promovendo atividades de vigilância e provocação, seja por meio de intensa repressão.⁴⁷⁰ Mesmo assim, a paralisação na Toshiba alcançou a proporção de 100%. Atuou nessas jornadas uma nova geração de militantes sindicais, ao lado de organizações e partidos ainda parcial ou totalmente clandestinos, como “a Convergência Socialista, [...] o PCdoB, MR8, MEP, e outros ligados à Igreja, e também algumas organizações clandestinas.”⁴⁷¹



Em meados dos anos 1980, a despeito dos discursos governamentais em prol da chamada abertura política, o controle sobre o movimento sindical continuava a ser exercido pelo Estado e pelo patronato, a exemplo da relação entre a “Polícia Militar / DOPS e a direção da Fiatallis”.⁴⁷² De um modo geral, semelhante método repressivo continuou em vigor durante as greves dos metalúrgicos de 1985, 1986, 1987 e 1988. Vale registrar que semelhante forma repressiva esteve presente nas greves de ocupação na Belgo Mineira e na Mannesman, como partes integrantes da paralisação nacional e geral deflagrada a partir de 14/03/1989, e ainda nas mobilizações dos anos 1990, cristalizando-se como política e cultura empresarial que perdura até os dias atuais.

6.5 Entidades sindicais atingidas pela repressão

Levantamento preliminar nos arquivos do DOPS e Coseg, ambos acolhidos no APM, constatou que 39 Sindicatos e duas confederações sofreram intervenção e tiveram suas diretorias destituídas após 1964, em Minas Gerais. Ainda que sejam iniciais, tais números reforçam a conclusão de que os trabalhadores foram o alvo prioritário da repressão política durante o regime militar. A perseguição às entidades, aos dirigentes e aos militantes foi intensiva nos dois anos posteriores ao golpe, em 1964 e 1965. Ressalte-se o caráter seletivo das intervenções, atingindo os Sindicatos com maior número de filiados e os que representavam os trabalhadores industriais.⁴⁷³

Tal esforço coercitivo evidencia a tentativa de aniquilar os protestos remanescentes e qualquer possibilidade de resistência por parte do proletariado. Em Minas Gerais, a repressão política atingiu os Sindicatos de categorias numerosas e de longa tradição, como os mineiros, os tecelões, os metalúrgicos, os bancários e a construção civil, entre outras. Contudo, as intervenções tiveram como propósito atingir o conjunto de trabalhadores e o próprio movimento sindical. Ou seja, a massa potencial ou já efetivamente crítica que, se mobilizada, imprimiria à resistência democrática uma força irresistível.

As entidades atingidas pelo regime militar, representativas de várias e diversas categorias, expressam o mundo integral do trabalho em Minas Gerais, em sua correlação com as especificidades do desenvolvimento econômico local: Sindicatos dos tecelões de Além Paraíba, Belo Horizonte, Cataguases, Curvelo, Juiz de Fora, Lavras, Leopoldina, Pará de Minas, São João Nepomuceno e Uberaba; Sindicatos dos metalúrgicos de Barão de Cocais, Belo Horizonte, Conselheiro

Lafaiete, Coronel Fabriciano, João Monlevade e Sabará; Sindicatos dos bancários de Belo Horizonte, Cataguases, Juiz de Fora, Montes Claros e Ponte Nova; Sindicatos dos operários em construção de Belo Horizonte, Cataguases e Montes Claros; Sindicatos dos eletricitários de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Sul de Minas.⁴⁷⁴

Além desses, destacamos também: Sindicato dos aeroviários de Belo Horizonte; Sindicato dos marceneiros e similares de Belo Horizonte; Sindicato dos petroleiros de Minas Gerais; Sindicato dos operários em confecção e similares de Belo Horizonte; Sindicato dos fumageiros de Belo Horizonte; Sindicato dos mineiros de Nova Lima e região; Sindicato dos mineiros de Belo Horizonte; Sindicato dos garis de Juiz de Fora; Sindicato dos transportadores fluviais de Pirapora; Sindicato dos industriários em laticínios de Três Corações; Sindicato dos industriários em alimentação de Uberaba; Sindicato dos barbeiros e similares de Uberaba; Sindicato dos industriários em calçados de Uberaba; Sindicato dos rodoviários de Varginha; federação dos bancários de Minas Gerais; federação dos tecelões de Minas Gerais.

Portanto, sofreram intervenções sindicatos de categorias extremamente variadas, seja com grande número de trabalhadores, seja com menor expressão numérica, alguns ligados a atividades econômicas tidas como tradicionais. Com certeza, tais intervenções visavam às entidades que tinham maior tradição de luta e representavam polos de resistência democrática ao regime militar. Os atos direcionados ao interior também sugerem o caráter genérico e abrangente da repressão política, demonstrando a extensão do arbítrio. Assim, o impacto atingiu o conjunto dos trabalhadores, isto é, os assalariados, em vasto número de empresas, afetando suas famílias e as camadas populares de um modo geral, mesmo em cidades menores. Politicamente, significou a supressão de seus direitos fundamentais, inclusive de organização, expressão e lutas, que precisaram manifestar-se a despeito do aparato repressivo oficial.

Tais atos também se desdobraram em outras espécies criminais gravíssimas, como caça a partidos proscritos, perseguições individuais, prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e assassinatos. Para atingir de forma ostensiva os trabalhadores, o regime militar utilizou a estrutura burocrática da DRT-MG, órgão governamental criado para mediar os conflitos entre trabalhadores e patrões – até onde permitem os interesses e a lógica suprema do capital e tornou-se um dos principais dispositivos de repressão ao movimento sindical. De fato, os órgãos estatais se instrumentalizaram para adaptar-se à prática da repressão política e especializar-se em sua realização, tentando imprimir-lhe um disfarce de legalidade.





Durante quase todo o período ditatorial militar, a DRT-MG foi dirigida por Onésimo Viana de Souza, nomeado pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek e há cerca de 30 anos no cargo. Tal agente só deixou o posto em 1985, último ano do governo João Batista de Figueiredo. A despeito das aparências contemporizadoras, sempre colaborou com o regime militar. Ênio Seabra, presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem à época do golpe de 1964, narra uma entrevista tida com o delegado regional do trabalho, quando a entidade sofreu intervenção:

[...] Bom, eu me mantive calado; não disse para ele [o interventor] nada, que ia fornecer ou não. Mas, depois que ele saiu, eu fui ao delegado do trabalho, que era Onésimo Viana, e conversei com ele. Que eu, como vice-presidente, estava em exercício e não ia fornecer dados nenhum para ninguém. Poderia fornecer alguns dados para o delegado do trabalho, que era ele, porque algumas coisas eram de lei. Agora, se ele tivesse que botar intervenção, que pusesse, porque eu não ia dar nenhum dado para o coronel, não ia fornecer nada para ele. E, com três dias mais ou menos, não durou muito tempo, ele mandou intervenção [...].⁴⁷⁵

A pesquisadora Carolina Dellamore apresentou dados recolhidos em pesquisa, que confirmam o relato do sindicalista. Estudando a ata da reunião realizada em 17/04/1964, a primeira após a intervenção, constatou que a “junta governativa foi nomeada pela Portaria nº 989, emitida pelo delegado regional do trabalho, Onésimo Viana”⁴⁷⁶ Em entrevista, Seabra apresenta sua impressão sobre o referido agente público:

A gente, às vezes, discordava muito dele porque ele era muito conciliador, mas tinha sempre uma penazinha para um lado, uma penada para o lado do empregador. Então a gente ficava sempre com um pé atrás com ele. Mas era uma pessoa fácil de combinar, de conversar, de dialogar. Quanto a isso, não tinha problema não.⁴⁷⁷

Apesar das características pessoais de tais ou quais autoridades estatais, as intervenções parecem ter seguido um padrão. Após as destituições das diretorias, os Sindicatos passavam a ser dirigidos por um militar reformado ou alguma outra pessoa confiável ao regime. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, foi nomeado o presidente que havia sido afastado pelos trabalhadores, conforme relato de Seabra: “agora, a nossa surpresa é que ele botou como interventor o ex-presidente. Não, o ex-presidente não, o presidente que era o Onofre Martins Barbosa, que nós já não estávamos aceitando [...]”⁴⁷⁸



Sinval Bambirra, dirigente operário em 1964, conta que para interventor no Sindicato dos Tecelões foi nomeada uma figura vinculada ao Sindicato patronal e na federação, um general:

[...] o Sindicato dos Tecelões sofreu uma intervenção imediata, no dia 30 mesmo, e colocaram um patronal na presidência do Sindicato, o Danovan, da [Teceragem] Renascença, indicado pelos patrões. Ele é homem de absoluta confiança dos patrões. No caso da Federação, eu já estava preso, e quem assumiu o comando da Federação foi um general. Um general que assumiu a presidência da Federação, no lugar [...].⁴⁷⁹

Pode-se inferir que o objetivo do regime militar não foi, simplesmente, fechar ou promover modificações estruturais nos Sindicatos, mas garantir o domínio do regime sobre as entidades representativas. Era preciso mantê-las em funcionamento, não para defender os interesses dos trabalhadores, mas para barrar as suas ações reivindicatórias, facilitar o fluxo de informações fundamentais para a sistemática vigilância, perseguição, demissão e outras violações a direitos dos trabalhadores, coletivos ou individuais, durante todo o período repressivo de 24 anos, que transcorreu entre o golpe de 1964 e a Constituição de 1988.

6.6 Violações aos direitos dos trabalhadores

A consolidação do regime ditatorial representou uma intensa perseguição aos trabalhadores, por meio de IPMs abertos em várias cidades. O objetivo era investigar pessoas que desenvolviam atividades sindicais e políticas consideradas como ameaças ao regime militar. Ao se observarem algumas peças, identificam-se dados relevantes. Um deles é a descrição do “assunto”: na maioria dos casos, tratava-se da então chamada “apuração de atividades subversivas”. A responsabilidade de execução processual era de militares das Forças Armadas, delegados de polícia e oficiais da PMMG, em articulação com a Delegacia de Vigilância Social (DVS), sobretudo nas cidades do interior.

Grande número de trabalhadores foi indiciado em IPMs e processos administrativos, particularmente os vinculados ao movimento sindical, nos primeiros anos do regime militar. Mesmo com limites temporais e de pessoal disponível, a Covemg levantou os nomes e dados de milhares e milhares de trabalhadores vigiados, interrogados, cassados, presos, torturados ou mortos, apresentados no Quadro IV,⁴⁸⁰ anexo à versão digital deste Relatório. Tal lista, embora gigantesca,



retrata tão somente a ponta do *iceberg* repressivo. No Quadro IX, a seguir, que sintetiza os resultados do levantamento por cidade, ainda que apareçam centenas de indiciados sem identificação de moradia, o grande número de cidades alcançadas permite concluir que a coerção política se interiorizou.

A quantidade de investigados varia muito, mas o rol de municípios atingidos indica a abrangência do aparato repressor. O aparato antioperário e antissindical atingiu, em levantamentos preliminares e ordem decrescente, trabalhadores nas seguintes localidades: RMBH – com destaque para Belo Horizonte, Nova Lima e Contagem –; Juiz de Fora; Uberlândia; Uberaba; Coronel Fabriciano; Cataguases; João Monlevade; Montes Claros; Araguari; Varginha; Além Paraíba; Lavras; Caxambu; Caratinga; Pouso Alegre; Barão de Cocais; Ponte Nova. No total, o braço persecutório do regime, considerados apenas os atos formalizados em inquéritos, abarcou 105 cidades, indicando o seu impacto geral. Provavelmente, o número real foi maior.

A forte repressão desencadeada na mina de Morro Velho, abarcando a região de Nova Lima e municípios adjacentes, foi tratada neste Capítulo. Em Juiz de Fora e Uberlândia, importantes centros urbanos, a repressão atingiu servidores públicos – incluindo professores –, eletricitários, autônomos, bancários, comerciários, tecelões e rodoviários. De um modo geral, são notórios e frequentes os casos de assalariados submetidos a constrangimentos, humilhações, vigilâncias, perseguições, prisões e torturas por motivações exclusivamente sindicais e políticas. Muitos tiveram direitos cassados e foram indiciados, presos arbitrariamente, torturados, desaparecidos ou assassinados. Os IPMs constituem provas documentais sobre as brutais perseguições e violências perpetradas contra o mundo do trabalho.

Quadro IX – Cidades mineiras onde trabalhadores foram implicados em IPMs⁴⁸¹

Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos	Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos
1	Açucena	3	55	Lavras	45
2	Aimorés	13	56	Leopoldina	19
3	Aiuruoca	5	57	Manhuaçu	1
4	Além Paraíba	46	58	Mariana	16
5	Alfenas	17	59	Mato Verde	3
6	Andradas	2	60	Medina	23

Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos	Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos
7	Araçuaí	4	61	Monte Carmelo	13
8	Araguari	52	62	Monte Santo	1
9	Augusto de Lima	3	63	Montes Claros	59
10	Barão de Cocais	34	64	Nanuque	9
11	Barbacena	12	65	Nova Lima	175
12	Belo Horizonte	730	66	Novo Cruzeiro	6
13	Bicas	13	67	Oliveira	1
14	Bom Despacho	6	68	Ouro Preto	15
15	Brasilândia	5	69	Pará de Minas	15
16	Buenópolis	6	70	Passos	7
17	Cachoeira Dourada	3	71	Pedro Leopoldo	13
18	Caetanópolis	2	72	Pirapora	17
19	Cambuquira	19	73	Piumhi	7
20	Campestre	1	74	Planura	6
21	Campina Verde	13	75	Poços de Caldas	5
22	Campo Belo	10	76	Poços de Caldas	6
23	Candeias	1	77	Ponte Nova	32
24	Carangola	4	78	Porteirinha	4
25	Caratinga	39	79	Pouso Alegre	38
26	Cássia	5	80	Recreio	2
27	Cataguases	67	81	Resplendor	8
28	Caxambu	32	82	Ribeirão Vermelho	2
29	Coimbra	2	83	Rio Pardo de Minas	1
30	Congonhas do Campo	15	84	Rio Pomba	16
31	Conselheiro Lafaiete	40	85	Rio Vermelho	4
32	Conselheiro Pena	4	86	Sabará	21
33	Corinto	6	87	Santa Rita do Sapucaí	3





Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos	Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos
34	Coronel Fabriciano	69	88	Santos Dumont	11
35	Curvelo	29	89	São Geraldo	3
36	Diamantina	13	90	São João del Rei	12
37	Divinópolis	18	91	São João Nepomuceno	27
38	Engenheiro Navarro	5	92	São Lourenço	10
39	Estrela Dalva	1	93	São Sebastião do Paraíso	3
40	Formiga	2	94	Sete Lagoas	15
41	Frutal	13	94	Teófilo Otoni	19
42	Furtado de Campos	2	96	Timóteo (Acesita/ Marliéria)	10
43	Governador Valadares	23	97	Três Corações	28
44	Guapé	3	98	Três Marias (Barreiro Grande)	6
45	Ipatinga	3	99	Ubá	3
46	Itabirito	4	100	Uberaba	74
47	Itajubá	17	101	Uberlândia	148
48	Itanhandu	4	102	Unai	7
49	Itaobim	7	103	Varginha	54
50	Ituiutaba	24	104	Viçosa	1
51	Jeceaba	4	105	Visconde do Rio Branco	5
52	João Monlevade	62		Não identificada	320
53	Juiz de Fora	158			
54	Laginha	1			

Fonte: APM, DOPS e COSEG, IPMs e Processos de 1946 a 1988

A repressão atingiu, também, diversos ramos: em levantamento preliminar, 30. Todavia, pode haver outras, pois aparecem 426 trabalhadores de categorias econômicas sem identificação, além de 406 autônomos, que denotam os chamados trabalhadores por conta própria, como artesãos, advogados, contadores,



médicos e pequenos comerciantes, entre outros tipos de profissionais externos às relações de assalariamento. A diversidade do mundo proletário, que aparece no levantamento, ilustra os distintos labores concretos internos à classe. Fala também sobre a heterogeneidade do capital implantado na economia mineira, que estava em crescimento à época, e sobre o funcionalismo público existente.

Na relação das categorias arroladas, algumas compunham uma espécie de “massa avançada”, em termos de organização e consciência política, e reuniam grande número de trabalhadores: servidores públicos, metalúrgicos, tecelões, mineiros, bancários, industriários e operários da construção civil, entre outras. Surgem, também, categorias menos numerosas, mas com bom nível de esclarecimento político: jornalistas, trabalhadores dos correios, eletricitários, professores, ferroviários, rodoviários, petroleiros, fumageiros, marceneiros, alfaiates-costureiras e aviários-aeronautas, entre outras. (Quadro X)

Quadro X – Trabalhadores urbanos atingidos, por categoria econômica

	Categorias econômicas	Nº de trabalhadores atingidos
1	Trabalhadores Autônomos	426
2	Profissões não identificadas	406
3	Servidores Públicos	282
4	Metalúrgicos	275
5	Tecelões	229
6	Extrativista	210
7	Bancários	180
8	Trabalhadores do ensino (professores)	179
9	Ferrovários	155
10	Industriários	109
11	Jornalistas	90
12	Trabalhadores do Correios	75
13	Eletricitários	71
14	Taxistas	70
15	Trabalhadores da Construção Civil	64
16	Comerciários	63



	Categorias econômicas	Nº de trabalhadores atingidos
17	Militares	49
18	Trabalhadores do transporte	49
19	Petroleiros	29
20	Fumageiros	26
21	Marceneiros	22
22	Alfaiates/Costureiros(as)	18
23	Aeroviários/Aeronautas	16
24	Previdenciários	7
25	Vendedores	2
26	Securitários	2
27	Trabalhador do transporte marítimo	1
28	Trabalhador das telecomunicações	1
29	Estivador	1
30	Barbeiro	1
31	Artista	1

Fonte: APM, DOPS e COSEG, IPMs e Processos de 1946 a 1988

Os dados apresentados ainda são inconclusivos. Os quadros I e II devem ser tomados somente como indicativo preliminar da interiorização e amplitude da repressão política, que ainda precisa ser completado. Até por que a perspectiva que orienta a elaboração da Covemg é, não exaurir as informações, tarefa que seria inviável, mas contribuir, nas condições e possibilidades práticas que se apresentaram, para se garantirem e consolidarem os direitos fundamentais. Sob tal perspectiva, um único caso de violação e arbítrio, em qualquer lugar que ocorra, jamais poderia ser menosprezado.

É preciso também olhar os fatos com uma noção ampliada sobre os crimes cometidos. A Covemg considera os atos preparatórios e o contexto que acabaram possibilitando, provocando e legitimando as práticas repressivas. Assim, é possível tipificar todos e cada um dos fatos que configuram crimes contra a dignidade e a liberdade de trabalhadores, ocorridos em Minas entre 1946 e 1988. Tal esforço tem um propósito didático. Na realidade, em muitos casos, as violações mais sutis ambientaram e constrangeram os atos consagrados, com



resultados graves e claros. Em outras palavras, a supressão dos direitos deve ser pensada como o ápice de uma cadeia nem sempre evidente.

Exemplos são os eventos no âmbito das relações laborais, como demissões injustas e cassação de mandatos sindicais, que atingiram milhares de trabalhadores, logo após o golpe. É notório que houve uma vasta e dirigida operação antiproletária, centrada nas pessoas que tinham alguma militância política e que pudessem representar estorvo ao regime instaurado. Tal política coercitiva, desfechada em nome do combate à “subversão” e ao comunismo, manifestou-se na legião de mandatos cassados e de trabalhadores demitidos, muitos com estabilidade, em óbvia violência contra a dignidade e a sobrevivência de seus familiares.

Tais crimes atingiram, sobretudo, os participantes do movimento sindical. Muitos foram demitidos ilegalmente pelo simples fato de desenvolverem atividades em suas entidades representativas ou em movimentos grevistas. Semelhantes formas persecutórias foi uma prática comum e corrente. São fatos notórios as chamadas “listas” e as trocas de informações entre os setores de RHs nas empresas ou desses com os órgãos repressivos. A demissão injusta representava, no contexto do regime militar, um óbice real para o retorno ao emprego. Ênio Seabra narra tal dificuldade após a demissão na Companhia Siderúrgica Mannesmann e a prisão: “emprego não existia, porque em qualquer firma que a gente fosse, era falar Ênio Seabra que não tinha serviço. Não adiantava. Aí resolvemos criar uma oficina.”⁴⁸²

Muitos são os casos de trabalhadores que ocupavam cargos de direção em Sindicatos e tiveram seus mandatos sindicais cassados e seus direitos políticos suspensos. Foram alvejados, assim, pelas flagrantes violações às liberdades de associação e opinião, combinadas. Cerca de 800 trabalhadores tiveram seus direitos políticos cassados em Minas Gerais, a partir de 1964. Destacam-se os aeroviários, alfaiates, costureiras, bancários, operários da construção civil, eletricitários, extrativistas, fumageiros, industriários de alimentos e calçados, marceneiros, metalúrgicos, petroleiros, tecelões e rodoviários.

Igualmente comum foi o indiciamento em IPMs por motivação política, que representava a violação ao direito à intimidade e à personalidade, inclusive profissional, pois os atingidos se tornaram objeto de investigação, sofriam constrangimentos em sua vida cotidiana e eram submetidos a interrogatórios humilhantes. Muitas informações que propiciaram abertura de IPMs foram cedidas pelas próprias empresas, especialmente pelos setores de RHs e segurança, ou pelos interventores nos Sindicatos. Quaisquer suspeitas de participação política ou



ideologia diversa das noções consagradas pelo regime militar, ainda que fluidas, já era motivo para denúncias e investigações.

O simples indiciamento em IPM significava que o trabalhador estava “fichado como subversivo”, resultando em perseguição e vigilância. É o caso, por exemplo, de pessoas investigadas no exercício da própria atividade profissional, como alguns jornalistas, advogados e educadores. Caso típico foi o acontecido com o professor Sílvio Carvalho de Vasconcelos, em Belo Horizonte, interrogado em IPM na 4ª DI do Exército por causa da simples suspeita de ser comunista e de patrocinar viagem de estudantes a uma exposição de arquitetura.⁴⁸³ O fichamento também acarretava constrangimentos, quando não provocava outros tipos de violações mais graves.

Há três casos de servidores públicos com “atestado de antecedentes negado”, por estarem “fichados”: Samuel Simões de Moraes, em 09/09/1966, por constar em lista da 4ª RM; Nilberto Batista Moreira, por ter participado da UNE em 1963; Carlos de Las Casas Ignácio da Silva, em 03/04/1974, por ter assinado uma lista pelo registro do PCB em 1962 e sido preso em Ipatinga em 1964.⁴⁸⁴ Tornou-se notório que os IPMs se tornaram pretextos legalizados sob a encomenda para encobrir as práticas de prisões arbitrárias e, com frequência, as torturas, prática consagrada como método de investigação.

Houve trabalhadores e dirigentes sindicais presos mais de uma vez. Relatos dramáticos demonstram que muitos presos ficaram longos períodos encarcerados e incomunicáveis como ato, seja preventivo, para retirar os dirigentes de circulação e anular sua ação política, seja investigativo, com o objetivo de extrair informações e forçar delações. Nesse caso, a tortura configura-se como brutalidade eivada de requintes, um método pensado e adotado para impor sofrimento às pessoas com fins de recolher-se confissões e informações. Clodesmidt Riani, Antônio Lopes Faria e Ênio Seabra foram presos preventivamente. Já as detenções de Antônio Crispim de Oliveira, Virgílio Justino Salomão e Alberto Lemos Mota tiveram características de ato investigativo.

Clodesmidt Riani,⁴⁸⁵ eletricitário de Juiz de Fora, era um dirigente sindical com expressão nacional e internacional. Por ocasião do golpe militar, acumulava as funções de presidente da CNTI, dirigente do CGT, deputado estadual e membro do Conselho Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ligado à ONU e com sede em Genebra. Como outros sindicalistas, foi perseguindo pelo regime militar. Tendo seus direitos políticos cassados, acabou indiciado em IPMs e preso, conforme seu relato, por cinco anos oito meses.⁴⁸⁶ Na idade avançada, ainda retinha lembranças atormentadas sobre os maus-tratos sofridos.⁴⁸⁷



Riani ficou detido após apresentar-se na 4ª RM, em Juiz de Fora, no dia 04/04/1964. Em seguida, transferido, juntamente com outros dirigentes sindicais, para o DOPS-MG e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), em Belo Horizonte. Esteve também no presídio de Ribeirão das Neves. Graças à incansável luta de sua esposa, conseguiu retornar ao quartel do Exército em Juiz de Fora, no dia 2 de maio. Indiciado em dois inquéritos, foi solto somente depois de quatro anos e dois meses, ainda com o processo em andamento. Em 1969, viu-se condenado e preso novamente, sob a falsa acusação de “apropriação indébita” de recursos na CNTI com a qual seus algozes tentaram desmoralizá-lo.

A calúnia foi em vão, pois sua imagem se manteve incólume. Sobre a segunda prisão, quando cumpriu pena no Rio de Janeiro durante mais um ano e seis meses, o dirigente sindical relatou:

Eles me deram a sentença e depois fui entregue no depósito de presos da Guanabara. Não tem nem jeito da gente descrever o que é um depósito de presos. Nem jeito. Depois, fui mandado para a penitenciária Lemos de Brito, penitenciária. [...] Eu tive uma intuição. De fato, de madrugada eles me levaram para Ilha Grande.

Riani também falou sobre os maus-tratos sofridos na prisão. Sofreu espancamentos quando, ao se apresentar em Juiz de Fora, um oficial lhe ordenou “colaborar”, assinando uma carta que declarava a ideologia comunista de João Goulart e Leonel Brizola. Diante da recusa, passou a ser agredido a socos e pontapés.⁴⁸⁸ Conforme declarou, sempre teve a clara percepção de que fora encarcerado por motivo de sua influência política: “eles não tinham nada, nada contra mim. Era [...] o poder que eles acham que eu queria..., me incriminaram mais porque estavam querendo parar um poder da República [...]”⁴⁸⁹

Antônio Faria Lopes,⁴⁹⁰ presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte, foi um dos redatores do manifesto em apoio ao presidente João Goulart, em 30/03/1964. Preso no dia 28 do mês seguinte e arrolado em investigação sobre ações consideradas “subversivas” acabou demitido do Banco do Brasil em 6 de outubro. Em 13/08/1965, após ser condenado a 18 anos de prisão, teve a pena revisada pelo Superior Tribunal Militar (STM) para um ano. A acusação, cômica, era de que o sindicalista estaria a serviço de uma potência estrangeira, conforme contou em entrevista: “quer dizer, no caso, estávamos todos a serviço da União Soviética”⁴⁹¹

Segundo ainda relata, “muitos foram denunciados nesse artigo, [...] o artigo que dava a pena mais pesada na Lei [referência à Lei Segurança Nacional]”⁴⁹² Detido



no DOPS, no 12º RI, em Belo Horizonte, e em Ribeirão das Neves, Faria narra os espancamentos sofridos, especialmente, no DOPS-MG: pontapés, socos, golpes com cassetete:

Tanto que quando eu falo que fui espancado, é muito diferente de dizer que eu fui torturado [...]. Tortura é uma coisa científica, preparada [...]. Eles erraram muito, tanto que mataram muitos companheiros [...]. Não era tão científica assim. É, foram muito além do que podiam. Mas nesse meu caso, não, meu caso era mesmo espancamento.⁴⁹³

Ênio Seabra, por ocasião do golpe militar, estava na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem. Apesar de removido da diretoria por intervenção, continuou desenvolvendo a militância de base até aparecer como um dos principais dirigentes nas greves de 1968, quando os metalúrgicos enfrentaram o regime militar. Indiciado em IPM e demitido da empresa, perdeu os direitos políticos por 10 anos. De 1968 a 1970, foi detido por várias vezes, sob a acusação de "agitador". Ao relatar as circunstâncias de suas prisões, Seabra fornece informações que permitem compreendê-las como ato preventivo.

Pelo menos duas ocorrências chamam a atenção. Uma em 30/09/1968, véspera da greve organizada e definida para começar em 1º de outubro, conforme falou em entrevista: "dia 1º de outubro de 68, já estava marcado. Eu fui preso de noite, em 30 de setembro. Fiquei no DOPS. Cedo eles me soltaram, às 7h. Falaram que não queriam nada comigo não."⁴⁹⁴ A outra em 1970, véspera do dia 1º de maio, quando foi preso em sua casa:

Eles foram à minha casa. Alguns policiais, meio receosos, entraram lá, perguntaram para minha filha se eu estava. Ela disse que estava. Eles disseram que o secretário de Segurança Pública queria falar comigo. Em casa, só tinha meus filhos, todos menores de 10 anos, me parece, 11 anos. Eles ficaram lá. E eu fui para o carro e me levaram até o DOPS, me prenderam. Fiquei de um dia para o outro lá. Passei o primeiro de maio. Me soltaram no dia seguinte, mas não falaram, não me perguntaram nada. Ninguém conversou comigo nada. Talvez só precaução para o dia, por ser 1º de maio.

O episódio mostra que os órgãos repressivos adotavam uma política sistemática, sempre com o propósito de anular os militantes e dirigentes sindicais. Para tanto, consolidaram um esquema de vigilância e monitoramento constante, que se derramava sobre o movimento operário em geral. Seabra, por exemplo, sofreu seguidas prisões às vésperas de acontecimentos relevantes. Ao relatar o



caráter limitado das violências que havia sofrido nessas detenções preventivas, nada mais fez que acentuar e denunciar, por contraste, as brutais torturas perpetradas contra outros militantes: “[...] Do jeito que eu já contei e já vi, comigo até que relativamente foi pouco.”⁴⁹⁵

Em certa ocasião permaneceu encarcerado por mais tempo e passou por diversos lugares, conforme relatou:

A gente foi para o [12] RI do Exército. De lá, nós fomos para Neves [presídio de Ribeirão das Neves]. Fiquei lá em Neves uns dois meses e pouco. Depois vim para o DOPS. Aliás, em Neves foram quase três meses. Depois vim para o DOPS e fiquei no DOPS alguns dias. Daí me soltaram [...]”⁴⁹⁶.

Os casos de Antônio Crispim de Oliveira e Virgílio Faustino Salomão, trabalhadores metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e dirigentes operários em João Monlevade, foram típicos de prisão usada como instrumento investigativo. Logo após o golpe de 1964, ambos perderam os seus mandatos, por meio da intervenção decretada no Sindicato, e foram forçados a pedir demissão do emprego sob pressão de policiais armados dentro da empresa. Encarcerados e depois liberados, passaram a ser cotidianamente vigiados e perseguidos, inclusive com invasões de suas residências pela polícia. A esposa de Antônio Crispim de Oliveira sofreu violência sexual.

Um relatório enviado de João Monlevade ao DOPS-MG em 30/05/1964, assinado por Amaro Zacarias Corgosinho – “1º tenente reformado. Elemento de ligação entre as autoridades militares e policiais desta [localidade] e o Comando da I.D.4” – contém os nomes de vários operários e sindicalistas demitidos, assim como informações sobre o “motivo da dispensa”, “endereço” e “observações”. Nesse último item, foram registradas informações sobre as preferências político-ideológicas e o perfil comportamental dos vigiados.⁴⁹⁷ Em relação a Antônio Crispim de Oliveira, consta o seguinte:

[...] diretor do Sindicato. Grevista, agitador, sempre apresentou reivindicações absurdas, fazia parte do “grupo dos 11”, ligado a Leonel Brizola e Chicão. Mantinha correspondência com Dazinho e Bambirra. Esteve preso no DOPS (DVS).

Sobre Virgílio Faustino Salomão, o documento informa: “suplente de diretoria. Idem a Antônio Crispim quanto à ideologia. É violento e inconformado”. Vê-se que a filiação político-ideológica dos sindicalistas tinha muita importância naquele contexto. Assim, a sua atividade política era um motivo determinante



para o processo de perseguição, prisão e tortura que enfrentaram. No caso de Oliveira, houve tortura com “choques elétricos”, “pau de arara”, “telefones”, “dança das latas”, privação de alimentos e fuzilamento simulado.⁴⁹⁸ No caso de Salomão, os horrores chegaram em forma de socos, agressões físicas variadas, violência sexual e incomunicabilidade.⁴⁹⁹

Em depoimento sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Tereza, esposa de Virgílio, narrou a repressão política sofrida pelo marido, por seus companheiros e familiares:

Prisão [...] houve pessoas que a polícia foi em casa para prender [...] quando ele viu que prendeu todo mundo, ele falou: eu também vou ser preso mesmo, deixa eu ver como é que tá os meus colegas lá dentro da prisão’. Chegou lá eles falaram: “Ah, você veio, né, nós estamos de olho em você mesmo, que você é mais teimoso, é um dos mais cabeçudo, pois é, nós estamos de olho em você mesmo” e revistou e encontrou uma bala, uma balinha de garrucha 22 no bolso dele, que é pequeninha e ele falou: “pode ir buscar essa arma que você tem em casa e trazer para nós, e vem para ficar aqui, que você não vai voltar para casa não”. “Assim ele fez, assim que ele foi preso.”⁵⁰⁰

Em outro momento, Tereza conta como se deu a segunda prisão de Virgílio: estava sendo levado para prestar depoimento em João Monlevade, o que acabou não se confirmando, uma vez que acabou encaminhado ao DOPS, onde foi barbaramente torturado. Quatro dias depois, os policiais o entregam de volta, muito debilitado e com grave quadro infeccioso: “quando eu olhei para ele, eu comecei a chorar de pena de ver. Ele estava com um febrão que vocês precisavam ver.” Sua esposa continuou: “estava todo vomitado, todo sujo”. A seguir levou-o ao banheiro para dar-lhe um banho e lhe fez um café. Foi quando Virgílio lhe contou: “o processo infeccioso foi causado por perfurações que lhe fizeram no pênis”.

Alberto Lemos Mota, operário da mina de Morro Velho, também foi seviciado. Então presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima, foi preso na madrugada do dia 31 de março de 1964, quando teve a residência invadida por cerca de 60 policiais. Sua família ficou dois meses sem notícias sobre o seu paradeiro. Passou pelo DOPS e pelo presídio de Ribeirão das Neves, sendo submetido a torturas: espancamentos, choques elétricos, queimaduras com cigarro, agulhas enfiadas debaixo das unhas, pau de arara, privação de alimentos, “afogamento” e pressões psicológicas. Saiu do presídio para realizar uma cirurgia de úlcera estomacal. Libertado, respondeu a



processo na Justiça militar, em Juiz de Fora. Quando voltou a trabalhar na Companhia Morro Velho, foi rebaixado e passou a sofrer constantes perseguições. Em dezembro de 1964, desligou-se da empresa após 27 anos de trabalho, tendo de abrir mão da estabilidade.⁵⁰¹

Esses três casos ilustram a prisão arbitrária como instrumento investigativo. Obviamente, não foram os únicos. Como sugerem tais exemplos, arrolados para efeito de tipificação, a posição político-ideológica, o envolvimento em atividades políticas e a combatividade sindical constituíram a senha para a selvageria. Contudo, se tais foram os tipos mais comuns de violações, também deve ser mencionado o nível extremo: os desaparecimentos e assassinatos sob o regime militar são relatados neste Relatório da Covemg.

Cabe sublinhar o assassinato do operário em construção civil Orocílio Martins Gonçalves, em plena manifestação grevista, já narrado aqui. Há também o misterioso desaparecimento de Paulo Duran, operário da Companhia Siderúrgica Mannesmann, que não retornou à sua residência em Belo Horizonte após uma viagem de trabalho a São Paulo, em 1976, segundo seus familiares. Duran havia sido investigado pelas forças repressivas desde os anos 1950: no acervo do DOPS-MG existem dois registros com seu nome – inclusive um pedido de informações sobre a sua militância –, que são fortes indícios de motivação política.

Entre as violações aos direitos fundamentais estão as consequências psicossociais da repressão. Ao atingir os trabalhadores, o regime militar afetou, também, direta ou indiretamente, toda a população, em especial as camadas populares. Em primeiro lugar, porque as arbitrariedades se derramaram sobre muita gente no entorno dos prejudicados. As dificuldades financeiras decorrentes das demissões, o constrangimento de receber a intromissão policial em casa ou dirigir-se a delegacias para depoimentos, a ausência de parentes presos ou mortos e o contato com pessoas torturadas significaram sofrimentos duradouros, em muitos casos levando as famílias à desestruturação.

A perseguição produziu situações como as relatadas pela esposa de Virgílio Salomão:

[...] um dia ele chegou, falou: 'Tereza, nós temos que mudar daqui [...] porque a casa é da Companhia. Nós temos que ir embora, pois eles não querem que a gente fique aqui'. Eu tinha 18 dias de operada de vesícula e falei para Virgílio: 'para onde nós vamos?' [...] 'Vamos ver se eu acho uma casa em Nova Era'. E todo mundo naquela época tinha medo de



alugar, pois diziam que são comunistas. Mas Deus ajudou e ele arrumou um lugarzinho lá em Nova Era e nós fomos para [cidade de] Nova Era.⁵⁰²

O relato mostra duas dimensões da repressão política: a primeira é a dificuldade familiar em consequência da demissão e demais tipos de violações a direitos, ou seja, a desgastante experiência de mudança compulsória, às pressas e sem destino conhecido; a outra é o medo alheio de envolver-se com pessoas tachadas de comunistas. Eis uma questão social de maior importância, que permite pensar como a repressão repercute nos locais de trabalho e moradia, sobretudo nas cidades pequenas. Trata-se ainda de uma diretriz política do regime militar, pois a hegemonia incorpora formas amplas e disseminadas de dissuasão.

Tomando como campo de pesquisa a atual Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA), em particular as cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, Amir José de Melo⁵⁰³ encontrou uma pista para se analisarem os resíduos repressivos na memória coletiva da população. Em trabalho monográfico, arrolou alguns casos para descrever o processo de “interiorização” do regime militar. Logo após a decretação do AI-1, uma lista com nomes de pessoas supostamente “perigosas” foi organizada, iniciando-se uma série de prisões arbitrárias de jornalistas, sindicalistas, políticos e até pessoas comuns.

Euclides Diogo Sabará, proprietário do Jornal A Verdade Impressa, foi detido pela manhã, quando fazia compras em um mercado de Timóteo, sob a acusação de participar em uma conspiração contra o regime militar. A operação estava comandada pelo tenente Xavier, à frente de um destacamento vinculado ao 6º Batalhão da PMMG, sediado em Governador Valadares. O jornalista ficou preso por nada menos que 40 dias, incomunicável, na cadeia de Ipatinga. Depois, foi transferido para o presídio de Ribeirão das Neves, sem que sua família tivesse qualquer informação a seu respeito.

Adolfo Martins da Costa Quintão, proprietário de uma banca de jornal, foi preso em Belo Horizonte, quando, em 27/04/1964, cumpria uma intimação que lhe havia sido enviada. A acusação era o “crime” de vender o Jornal Classe Operária, considerado subversivo. Na ocasião, os seus nome e endereço constavam em um caderno de anotações, como cliente e responsável pela distribuição do impresso. Levado para depor no DOPS, foi encaminhado ao presídio de Ribeirão das Neves, onde adoeceu. Internado no Hospital Militar, sob uma estrita vigilância, só foi libertado depois de 22 dias.



Durval Ribeiro de Matos, um conhecido comerciante de Coronel Fabriciano, foi detido, pela manhã, em sua própria casa. A operação policial havia fechado o quarteirão onde o procurado morava e mantinha um bar. Acusado de ser comunista – pois havia dado ao filho o nome “Lenini”, supostamente em homenagem a Lênin, dirigente revolucionário russo –, foi conduzido a Belo Horizonte para interrogatório. Mantido em cárcere privado na casa de uma família conhecida, que residia na capital, só foi liberado para retornar à família e ao trabalho após a intervenção de um advogado e deputado estadual.

O Metasita sofreu intervenção em 09/07/1964. À época, tinha cerca de 9 mil associados, congregando os trabalhadores da Acesita, da Usiminas e da Siderúrgica Belgo Mineira. A junta era formada pelo capitão do Exército Hormezinho Viceas Borges (presidente); Manuel Ferreira da Silva, operário da Acesita (secretário), e Geraldo Gonçalves Rodrigues, operário da Usiminas (tesoureiro). Ao presidente afastado, Geraldo dos Reis Ribeiro, reservaram-se a prisão e a perda de direitos políticos. Outros dirigentes do Metasita também foram detidos, como de praxe sob a acusação de comunismo: Antônio de Melo, Joaquim de Melo, Antônio Silva e Batista Faiole.

A denúncia contra Batista teria sido articulada e formalizada pelo serviço de segurança da própria Acesita, a Siderurgia onde trabalhava. Em consequência, permaneceu detido por dois meses na cadeia de Coronel Fabriciano, sendo transferido, posteriormente, à penitenciária de Ribeirão das Neves. A intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano é um caso de repressão política que precisa ser lembrado e realçado, de vez que a RMVA se compunha de cidades tipicamente operárias, cujas populações trabalhavam, organizavam-se e viviam em torno das referidas empresas.

Amir José de Melo destacou, ainda, casos de arbitrariedades e abusos de autoridade cometidos, que permaneceram na memória popular na RMVA. Sua narrativa evidencia como o regime militar favoreceu uma licenciosidade à PMMG para aterrorizar, humilhar, reprimir e torturar trabalhadores. Frequentemente, os operários da Usiminas e das empreiteiras envolvidas em sua construção foram vítimas de abusos. Não raro, tarde da noite, a caminho de casa, eram abordados pela polícia, que lhes davam buscas, usando as formas mais grosseiras de intimidação: empurrões, tapas na nuca, gritos e xingamentos.

Os relatos também informam que, em algumas ocasiões, não bastassem tais violências, os soldados, utilizando uma segueta, serravam guidons de bicicletas,



obrigando os “peões” a irem para casa a pé, empurrando-as. Outro abuso de autoridade, arrolado pelo autor, diz respeito a José Silva Sobrinho, um ex-policial militar que havia servido no 6º Batalhão da PMMG e agora estava empregado na recepção do então Hospital Siderúrgica. Em 27/08/1975, à noite, quando passeava pela zona boêmia, foi preso por três policiais da cidade de Coronel Fabriciano, a saber: Geraldinho, Gessy e Matias, sem qualquer acusação ou Boletim de Ocorrência.

Silva foi torturado pelos citados e outros policiais nas dependências da cadeia. Seu irmão, ao perceber sua falta em casa e no trabalho, começou a procurá-lo. Depois de passar duas vezes pelo local onde estava detido e de receber falsas notícias de que lá não havia nenhuma pessoa com seu nome, um policial conhecido o procurou e acabou lhe informado o que tinha acontecido. Com a ajuda de um promotor da cidade, o preso foi resgatado e internado com graves lesões. Após passar por três cirurgias, faleceu no dia 19 de setembro. Um inquérito foi aberto, mas se estagnou. Os acusados nem sequer foram julgados.

Tais circunstâncias contribuíram para formatar a memória coletiva no mundo do trabalho e, de forma geral, nos moradores na RMVA. Permitem compreender, em certo sentido, a percepção que a população, especialmente as camadas populares, tinha sobre regime militar. Sua face mais conhecida acabou sendo a repressiva: o uso autocrático, abusivo e ilimitado da força, de forma legal ou não. Assim, difundiu e consolidou uma cultura do terror e do medo, seja dos órgãos estatais, seja do patronato, seja até do comunismo, que se revelava por meio do silêncio em situação de abuso efetivo ou possível, que só muito tempo depois começou a ser quebrado e superado.

6.7 Conclusões e responsáveis

Conclusões

A repressão política da ditadura militar sobre os trabalhadores foi sistemática, atingindo as diferentes categorias econômicas, na capital de Minas e nas cidades do interior. Embora tenha perseguido e reprimido os partidos e organizações revolucionárias e seus militantes, e as demais pessoas envolvidas na resistência democrática, sua política coercitiva foi bem mais geral e abarcou o conjunto dos trabalhadores, sempre focalizado como objeto de exploração e perigo de subversão, efetivo ou latente. Ao mesmo tempo, as violações se concretizaram em pessoas como particularidades individuais dos trabalhadores, especialmente do proletariado.



Uma consideração relevante para compreender-se a repressão política sobre os trabalhadores mineiros é de cunho conceitual. A noção de violação a direitos se encontra expandida, abarcando inclusive práticas mais sutis e não menos nocivas. Considerou-se, pois, não somente as formas consagradas, como prisões arbitrárias, assassinatos e desaparecimentos, mas também as demissões sem causa justa, a supressão a direitos políticos e os indiciamentos em IPMs por motivações ideológicas. Tais práticas condenavam os atingidos, quase sempre, a serem vigiados, perseguidos, ameaçados e constrangidos, formas de arbitrariedade constituíam, no contexto do regime militar, o desdobramento ou a preparação de ocorrências graves.

Os trabalhadores foram os alvos prioritários do regime militar, sendo duplamente atingidos. Trata-se de uma repressão ao mesmo tempo de caráter conjuntural, visando ao desmantelamento do movimento sindical organizado e politicamente autônomo, e de caráter estrutural, com vistas a impor e manter a sua subordinação e o seu silêncio em face do capital. Ou seja, a classe dominante queria um desenvolvimento conservador com a presença inevitável e ativa do proletariado como força de trabalho, mas temia a sua atividade sindical e política, isto é, queria reproduzir o capital à custa dos trabalhadores nos planos da economia, mas impondo a sua hegemonia com coerção militar.

A política salarial orientada para o arrocho salarial e a restrição aos direitos trabalhistas, previstos em Lei, como os dispositivos antigrevistas e o FGTS evidenciaram o propósito de fragilizar o trabalho perante o capital. Assim, além de atingir quase todos os ramos urbanos – o levantamento preliminar constatou 30 categorias econômicas –, o regime militar concentrou a repressão sobre os setores maiores e mais organizados. Em Minas Gerais, a vigilância e a perseguição foram intensas, gerando as seguintes intervenções: tecelões, com 10 Sindicatos e a federação; metalúrgicos, com seis Sindicatos; bancários, com cinco Sindicatos e a federação; peões da construção civil, com três Sindicatos; eletricitários, com três Sindicatos; entre outras.

A amplitude da ofensiva repressora coincide com a heterogeneidade e a especificidade da economia mineira à época, quando setores tradicionais coexistiam com as indústrias implantadas depois. A susceptibilidade dos trabalhadores locais em face da exploração, à época, de vez que socialmente reconstituídos em um contexto de rápidas transformações na economia, gerou acontecimentos marcantes e únicos, como as greves de 1968 e 1979, ambas motivadas por questões salariais, mas rapidamente expandidas à dimensão política. De qualquer modo, saltam aos olhos os crimes do regime militar no trato com tais movimentos.



Constata-se uma série de crimes: vigilância e perseguição no local de trabalho, demissões por motivos políticos, intervenções com destituição de diretorias sindicais, prisões arbitrárias, torturas físico-psicológicas, assassinatos e desaparecimento, além de inúmeros casos de pressão, interrogatório e vigilância, atingindo familiares e conhecidos. A ocorrência desses crimes quase sempre teve uma sequência progressiva, ou seja, foram inúmeros, sobrepostos e crescentes. O tipo de trabalhador mais atingido foi o militante sindical e político-partidário, especialmente os comunistas e os revolucionários em geral. Em termos quantitativos, a violação a direitos mais comum foi o binômio composto por prisão arbitrária e tortura.

O objetivo do regime militar não era aniquilar fisicamente o proletariado como classe, até por que necessitava dos produtores diretos para reproduzir o capital, nem o movimento sindical como formalidade. Contudo, precisava conformar o mundo do trabalho aos seus desígnios, impondo-lhes um regime rigidamente hierárquico-disciplinador dentro e fora das empresas. Assim, mais que a repressão aos demais segmentos sociais, os desmandos contra os trabalhadores se constituíram em via preferencial para atingir as camadas populares. Basta pensar no contexto dos bairros e cidades operárias da época, lugares típicos, onde a população se organizava em torno das indústrias.

Em um tempo com meios de comunicação ainda pouco desenvolvidos e sob uma forte censura, as notícias sobre a repressão circulavam nos espaços populares de moradia e trabalho, inclusive no interior das indústrias, das famílias e da vizinhança comunitária. Nessas condições, reproduzia-se um efeito psicossocial abrangente, criando um conflito entre lutar sob o influxo das determinações econômico-sociais objetivas e os valores democráticos ou paralisar-se e esmorecer, aceitando um processo que, ao longo do tempo, criava uma sensação de impotência. Eis por que a face mais difundida do regime militar entre as camadas populares foi o terror e a brutalidade.

A reação conservadora e traumática sobre trabalhadores e demais camadas populares interrompeu e/ou adiou o processo constitutivo de um projeto democrático, nacional e popular no Brasil. O golpe de 1964 e os 24 anos de regime militar, com suas sobrevivências posteriores, representaram a cristalização e banalização da violência estatal contra o mundo do trabalho, inclusive os seus movimentos e entidades, além dos partidos vinculados aos seus interesses imediatos e históricos. Marcaram uma quadra sombria, que deixou às novas gerações uma herança de profundos resíduos antidemocráticos e preconceitos antioperários.



Responsáveis

Muitos agentes responsáveis e executores foram identificados, seja pelos próprios trabalhadores, em depoimentos ou em processos indenizatórios, seja por meio de registros oficiais nos IPMs. O funcionamento do aparato repressor é um tema que, devidamente aprofundado, decerto levantará novos envolvimento e provas. A repressão política aos trabalhadores envolveu uma rede articulada de órgãos militares e civis de coerção pública, no ápice da qual se localizaram os governantes federal e estadual, e as empresas que urdiram, apoiaram, incentivaram e até financiaram o regime militar e seus atos.

O rol de comando, execução e cumplicidade abarcou a DRT, a Polícia Civil, a PMMG, o DOPS-MG e a 4ª RM, desde o dia do golpe militar. Alguns anos depois, quando o País mergulhou no terrorismo de Estado, o comando operacional do aparato repressivo foi centralizado pelo DOI-Codi, por ordem expressa do governo Médici. Assim, os relatos e dados apurados sobre as detenções e demais formas de arbítrio contra os trabalhadores demonstram a existência de um fluxo entre os órgãos coercitivos do Estado federativo e do Estado-membro, com trocas de informações e trânsitos de prisioneiros políticos.

Na capital, a maioria dos opositores detidos foi enviada para o DOPS, onde os detidos eram, não raro, torturados e interrogados. Posteriormente, seguiam para as unidades do Exército – CPOR e 12º RI –, em Belo Horizonte, ou as penitenciárias de Ribeirão das Neves e Linhares. Quando as prisões ocorriam em cidades do interior, os militantes sindicais e políticos eram também encaminhados ao DOPS/MG, onde ficavam submetidos às condutas violentas de praxe, e em seguida para as penitenciárias ou alguma unidade militar, em Belo Horizonte. Nos relatos, aparece como local de julgamento dos processos o Tribunal Regional Militar (TRM), em Juiz de Fora.

A Delegacia Regional do Trabalho atuava em colaboração com os governos e o aparato repressivo. Os registros encontrados no APM comprovam que o então delegado regional do trabalho, Onésimo Viana, assinou portarias, autorizando intervenções em vários Sindicatos e partilhou informações com o DOPS. As empresas estavam envolvidas até a medula com o aparato repressivo, permitindo e até solicitando a presença de policiais infiltrados entre os operários e no serviço de segurança interno, como exemplificam a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e a Mannesmann.

O capital mineiro e o capital externo internalizado se mobilizaram em favor do golpe de 1964. Várias empresas e entidades civis burguesas se empenharam



na sustentação política e econômica da conspiração que o desferiu. Aliás, chegaram ao ponto de abrir mão de sua participação na gerência do Estado – em que adotavam a tradicional mediação republicana e civil de seus partidos, políticos e lobistas, e a fusão monopólica de seus conglomerados com os órgãos de poder – para aceitar e até promover um novo regime político também delegado, mas de caráter ditatorial, estruturado e exercido pelo autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, composto pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

As políticas econômica e trabalhista aplicadas pelo regime militar foram, desde o início e sempre, favoráveis aos grandes grupos capitalistas, que se sentiam, na maioria dos casos, garantidos pela nova ordem política. Frequentemente, os primeiros atos repressivos, já no ano do golpe, aconteceram dentro das próprias empresas, com a constituição e institucionalização de um sistema de vigilância e perseguição em conluio com os órgãos repressivos. Tal cultura e a concepção política que lhe corresponde permanecem vigorando até hoje em Minas Gerais, especialmente dentro das fábricas na região divisória de Belo Horizonte e Contagem.

Sublinhe-se a responsabilidade dos governos e legislativos, estaduais e municipais, por ação ou omissão, nos atos repressivos. Muitos servidores públicos sofreram perseguições durante o regime militar, tendo seus direitos fundamentais violados: implicados em IPMs e acusados de “atividades subversivas”, no ambiente de trabalho ou fora dele, foram demitidos e denunciados. Os governos mineiros utilizaram as instituições estaduais em apoio à ditadura militar, especialmente as forças de segurança pública, como a PMMG e a Polícia Civil. Aqui é preciso citar, nominalmente, José de Magalhães Pinto e Francelino Pereira. A ALMG, além do pioneirismo em matéria de cassar deputados – lembrem-se os três parlamentares sindicalistas, José Gomes Pimenta, Sinval Bambirra e Clodesmidt Riani –, também perseguiu seus próprios servidores, conforme reconhecimento e reparação formal. Da mesma forma, funcionários foram reprimidos em vários municípios, como Juiz de Fora e Uberlândia, entre outros.

Uma vasta legião de agentes estatais mobilizada para reprimir os trabalhadores está identificada. O Quadro III foi elaborado com base nos dados levantados em pesquisa, levando-se em consideração os órgãos e os nomes das autoridades atuantes. As cidades aparecem como informações adicionais. Os nomes emersos dos documentos, processos e depoimentos constituem um elemento fático importante, pois inúmeros perseguidos, presos e torturados conseguiram identificá-los, alguns se repetindo em outras ocorrências. A opção foi apresentá-los

caso a caso. Note-se a concentração dos órgãos e agentes responsáveis em torno da 4ª RM, em Juiz de Fora, e do DOPS, em Belo Horizonte.

Quadro XI – Órgãos e agentes implicados em repressão aos trabalhadores

Órgão repressor	Agentes implicados
4ª RM, 10º RI e 11º RI; 4º RO, Juiz de Fora.	capitão Adílio Sarmiento Xavier; capitão Francisco de Oliveira; capitão Sebastião Ferreira de Oliveira; general Osvaldo de Almeida Brandão; major Benedito Waldir Navarro de Souza; major Cid Godofredo Fonseca; major Dalmo de Oliveira Mott; major Expedito Ribeiro de Rezende; major Hélio Pires de Moraes; major José Félix; major José Ferras de Souza (sic); major José Joaquim Paiva de Pinho; major Lourenço de Oliveira; major. Sílvio Genti Filho; major Stênio de Paula Cunha; major Urbano Ribeiro Amaral; major Wilson Gomes de Paiva; tenente-coronel Olavo Martins da Costa Cruz; tenente-coronel Roberval Barral Tavares; cabo José Matos, soldado Derli, major José Felix.
11ª RM - 3ª/6º BC, Uberlândia.	capitão Cláudio Albano de Brito Rech
6º Batalhão da PMMG, Governador Valadares.	tenente Klinger Sobreira.
9º Batalhão de PMMG, Barbacena.	tenente Pedro H. Medeiros; tenente-coronel Waldir Victor Foureanx.
Artilharia Divisionária (AD/4): Aiuruoca; Alfenas; Belo Horizonte; Cambuquira; Caxambu; Itajubá; Pouso Alegre; Três Corações; Varginha.	1º tenente Demóstenes Pereira Guimarães; 1º tenente José Ribeiro Sobrinho; 1º tenente José Wilson Peçanha Brito; 1º tenente Sebastião Rodrigues Moura; 2º tenente Agostinho Antônio da Silva; coronel Edgard Catunda Gondim; coronel José Alves Martins; major Vet. Zoroastro, Franco de Carvalho Filho; tenente Wesley de Souza Moreira.
ALMG, Belo Horizonte.	deputado Nicanor Neto; deputado Armando Geraldo Quintão; deputado Hugo Aguiar Maria Ribeiro Pena; deputado Mário Hugo Ladeira.
Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, João Monlevade.	tenente Amaro Zacarias Corgosinho; Ademar Soares de Oliveira (funcionário administrativo da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira).
Colégio Militar/CPOR/delegacia de furtos e roubos/12º RI, 4ª DI, Belo Horizonte	capitão Álvaro Guadalupe Montezuma; capitão Juarez Arruda Gomes de Sá; capitão José Gabriel Sartori; major Rodrigo Octávio Morande Xavier de Azevedo; José Maria de Paula (Cachimbinho); delegado Pereira, Cruz; So Nego; Subinspetor Português; Tonhão; Ferreirão; capitão Hilton de Paula da Cunha Portela; sargento Léio; capitão Wilmar Barros Nogueira; capitão Pedro Ivo de Vasconcelos; coronel Mário W. Filho; tenente Marcelo Paixão de Araújo, general Manoel Francisco Pacheco.





Órgão repressor	Agentes implicados
Delegacias de polícia / cadeias públicas, várias cidades	capitão Amauri de Sá Ferreira de Lima; capitão Carlos Augusto da Costa; capitão Carlos Dias Rolim; capitão Cid Néelson Safe Silveira; capitão Jair Alves Pinheiro; capitão José Lucas Marinho Filho; capitão Vicente de Paula Gomes; capitão Waldir Rosa Nazareth; capitão Walfrido de Oliveira; coronel José Geraldo Leite de Barbosa; coronel Luís de Oliveira Fonseca; Cel. Mário Nobert Lindemberg; Cel. Melquiades Libânio Horta; delegado Aloysio Machado Gomes; delegado Aluísio Oliveira Andrade; delegado Bolivar Malaquias; delegado Cid Néelson Safe Silveira; delegado Décio Guerzoni; delegado Diocélio de Oliveira Cabral; delegado Francisco de Assis Teixeira; delegado Glauco Brandão; delegado João Arantes; delegado José Cândido de Almeida; delegado José Fernandes Motta; delegado José Geraldo Leite Barboza; delegado Lindolfo Coimbra de Souza; major Carlos de Abreu Lopes; delegado Oscar Soares de Souza Lima; delegado Pedro Antônio Caifa; delegado Rubens Coelho da Rocha; delegado Thacyr Omar Menezes Sai; delegado Virgílio Soares de Souza Lima; delegado Washington Gomes de Faria; Deusededit Freitas; major Carlos de Abreu Lopes; major Cristiano Martins da Silva; major João Santos Rabelo; Major José dos Santos; tenente Caio Márcio Correa; tenente-coronel Eurico de Alvarenga Mafra; tenente-coronel Urano Nunes Queirós; tenente-coronel Wálter Viana; tenente linger Sobreira de Almeida; tenente Welison de Oliveira; detetive Carlos; detetive Leopoldino; detetive Miguel; detetive Tito Rosa; detetive Ari Carlos da Silva; detetive policial Hernani; detetive Benjamim Gomes; tenente Francisco Pereira Xavier; capitão Eustáquio Murilo da Silva; 2º sargento Alaor Gomes da Silva, detetive Napoleão.
DRT, Belo Horizonte.	Onésimo Viana de Souza.
DOPS (DVS), Presídio Colônia Penal Magalhães Pinto; Presídio de Linhares / PMMG G-2, Belo Horizonte / Ribeirão das Neves / Juiz de Fora.	cabo Helvécio; capitão Geraldo Sampaio Vaz de Melo; capitão Hélcio Menezes Carvalho; capitão PM Rubens José Ferreira; capitão da Polícia Militar Paulo Koscki Rosa; capitão Hilton de Paula da Cunha Portela; capitão João Alcântara Gomes Carneiro; capitão Paulo Clementino; capitão Pedro Ivo de Vasconcelos; coronel PM Geraldo de Moraes; coronel Góes, Sargento Léio; tenente Marcelo Paixão de Araújo; delegado Raimundo Tomaz; delegado David Hazan; delegado Ercílio; Soldado Lambert; delegado Thacyr Omar Menezes Sai; policial "Esperendeus"; escrivão Ariovaldo da Hora e Silva, detetive "Garrufo"; detetive Sarmento; general Bandeira; José Paulino; major Ilmar Vilas Boas; major Silvío de Souza; sargento Antônio Apolinário Capanema; sargento Djalma; sargento Pedro Lúcio; sargento Pedro; sargento Praxedes, soldado Joel de Castro; subtenente Chaves; tenente José Luiz Pinheiro de Figueiredo; tenente Fernando Torres; tenente Francisco Pereira Xavier; tenente-coronel Manuel Alfredo Camarão Albuquerque; delegado Virgílio Soares Souza Lima; capitão Pedro Ivo de Vasconcelos; tenente-coronel Silvío de Souza.

NOTAS

- 1 Relatório da Comissão Nacional da Verdade – Grupo de Trabalho 13, 2014; Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015.
- 2 Relatório da Comissão Nacional da Verdade – Grupo de Trabalho 13, 2014, p. 64.
- 3 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 34.
- 4 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 36.
- 5 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro (morro-velho)*. Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 13.
- 6 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 38.
- 7 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro (morro-velho)*. Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 7.
- 8 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro (morro-velho)*. Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 46.
- 9 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro (morro-velho)*. Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 46.
- 10 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro (morro-velho)*. Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 46.
- 11 VIDIGAL, Wilson Carneiro. Hino dos Mineiros de Morro Velho, 13/05/1959. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 83.
- 12 MOTTA, José Flávio. Derradeiras Transações: O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). In: *Almanaque brasileiro / Revista Eletrônica*, nº 10. São Paulo, IEB/USP, 2009, p. 148.
- 13 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 39.
- 14 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 39.
- 15 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 40.
- 16 À época, o governador era nomeado a título de presidente, obviamente, com prerrogativas e competências declinadas pela constituição vigente em cada momento.
- 17 SOARES, Sebastião. Influências estrangeiras na formação do sindicalismo brasileiro. In: VÁRIOS (org. José Reginaldo Inácio). *Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?* Belo Horizonte, Editora Crisálida, 2007, pp. 163 e 165.
- 18 BRASIL. Constituição Republicana de 1891. Apud: AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil – passado, presente, futuro*. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 13.
- 19 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 41.
- 20 BANDEIRA, Orlando de Sá. Relatos pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 239.
- 21 BRASIL. Decreto nº 1.637, de 1907. Apud: AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil / passado, presente, futuro*. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 13.
- 22 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 42 e 43.
- 23 MORAES FILHO, Evaristo de. *A ordem social num novo texto constitucional*. São Paulo, Editora LTr, 1986, PP 60 e 61.
- 24 ROCHA, Ronald. Antíteses dos 500 anos do Brasil. In: ALMG. *Revista do Legislativo*, nº 27, janeiro/março de 2000. Belo Horizonte, ALMG, 2000, p. 16.
- 25 AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil / passado, presente, futuro*. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 14.
- 26 GUIMARÃES, Anélio Marques. Entrevista por Lucília de Almeida Neves. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1991. Fita 02, 25/03/1991, Lado A, p. 2.
- 27 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 84 a 87.
- 28 CORREIO MINEIRO. A Cia. de Morro Velho é Contra a Sindicalização. Belo Horizonte, Correio mineiro, 14/04/1933, p. 7. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 93.
- 29 BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19/03/1931. In: www.planalto.gov.br
- 30 UNIÃO DOS MINEIROS DA MORRO VELHO. Ata da instalação da União dos Mineiros da Morro Velho. In: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO OURO E METAIS PRECIOSOS DE NOVA LIMA E REGIÃO. Arquivo SDM, Caixa 1.
- 31 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 96 e 97.
- 32 AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil – passado, presente, futuro*. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 14.
- 33 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 117.
- 34 CARLOS, Newton. Toda a verdade sobre o Plano Cohen. *Revista Manchete*, nº 344, 22/11/1958, pp. 23 e 24.
- 35 MÜLLER, Filinto. Ofício ao Exmo. Sr. Dr. Agamenon, de Magalhães, ao Ministro do trabalho. Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 23/03/1936.
- 36 ALEXANDRE, José Carlos. A demissão dos 51 “terroristas” de Nova Lima, um trabalho para a Comissão Estadual da Verdade. In: josecarlosalexandre.blogspot.com.br
- 37 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 117.
- 38 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 118.





- 39 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 121 a 148.
- 40 BRASIL. Decreto Lei n.º 1.402, de 1939. In: www.planalto.gov.br
- 41 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 257.
- 42 BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. In: www.planalto.gov.br
- 43 SILVA, Hélio. Por que depuseram Vargas. In: *O ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, Vol. XV, p. 192.
- 44 BRASIL. Decreto-Lei nº 7.666, de 22/06/1945. In: www.planalto.gov.br
- 45 BRASIL. Lei Constitucional nº 9, de 28/02/1945. In: www.camara.leg.br
- 46 BRASIL. Decreto-Lei nº 7.586, de 28/05/1945. In: www.camara.leg.br
- 47 UDN. Estatutos da União Democrática Nacional. Apud: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, p. 32.
- 48 KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, p. 33.
- 49 KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, p. 33.
- 50 BUONICORE. Augusto. A explosão eleitoral comunista nos anos 40. In: www.vermelho.org.br
- 51 KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, pp. 33 e 34.
- 52 PRESTES, Luiz Carlos. Participemos ativamente das eleições municipais. *Revista Principios*, nº 2, setembro de 1947. In: pcb.org.br (acessado em 30/06/2015).
- 53 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 158 e 159.
- 54 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 152 a 157.
- 55 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 155.
- 56 BARBOSA, Rui. Prefácio a O Papa e o Concílio: a questão religiosa, de Johann Joseph Ignaz Döllinger. In: BARBOSA, Rui. *Obras*. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura / Fundação Casa de Rui Barbos, 1977, Volume 1.
- 57 LINS, Álvaro. Os mortos de sobrecasaca. Apud: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, p. 36.
- 58 BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 31/01/1946. Apud: AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil / passado, presente, futuro*. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 15.
- 59 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 202 e 235.
- 60 NASCIMENTO, Saint'Clair L. *Os comunistas, Cizânia em Quartéis em Minas*. Juiz de Fora, Editor Editora Associada Ltda., 2008, pp. 9 e 10.
- 61 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 177.
- 62 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 176.
- 63 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 177.
- 64 DIÁRIO DE MINAS. Organizam-se os Mineiros de Nova Lima para Conter Naquela Cidade a Infiltração Comunista. Belo Horizonte, Estado de Minas, 04/08/1949, p. 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 176.
- 65 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 177.
- 66 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 186.
- 67 BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15/03/1946. In: www.planalto.gov.br
- 68 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 184.
- 69 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Editora Ática, 1987, pp.16 a 18.
- 70 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 18.
- 71 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 215, 216 e 224.
- 72 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp.196 a 200 e 231.
- 73 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 212 e 213.
- 74 LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um Cristão nas Minas – minas do ouro, minas d'água, minas de gente....* Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, pp. 95 e 96.
- 75 MALAN, Pedro Sampaio; et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil, 1939-1952*. Rio de Janeiro, Ipea, 1977, p. 294. MALAN, Pedro Sampaio; et al. *Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 aos anos 80*. Friburgo / Stanford-Bekerley, Joint Center for Latin American Studies, Iuperj, 1983.
- 76 NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, p. 108.



- 77 ROCHA, Ronald. *Teses Tardias* – capitalismo e revolução social no Brasil moderno. São Paulo, Editora Interferência, 1989, p. 143.
- 78 SANDER, Roberto. 1964 – *O verão do golpe*. Rio de Janeiro, Maquinaria editora, 2013, pp. 39 a 153.
- 79 SANDER, Roberto. 1964 – *O verão do golpe*. Rio de Janeiro, Maquinaria Editora, 2013, p. 158.
- 80 GOULART, João Belchior Marques. Discurso no comício da Central do Brasil, em 13/03/1964. In: <http://www.institutojoaogoulart.org.br>
- 81 ALVES, Maria Helena Morais. *Estado e oposição no Brasil* (de 1964 a 1979). Petrópolis, Editora Vozes, 1984, p. 244. AROUCA, José Carlos. *Organização Sindical no Brasil* – Presente, Passado, Futuro (?). São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 16.
- 82 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 231.
- 83 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 157.
- 84 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 157 a 159.
- 85 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 160.
- 86 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata nº 2 da Sessão Extraordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 10/12/1947. Livro I, fl. 5. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 161.
- 87 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 8ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 23/01/1948. Livro I, fl. 11. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 161.
- 88 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 10ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 28/01/1948. Livro I. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 162.
- 89 CAMPBELL, Alcebíades Filho. Depoimento à Covemg em 05/05/2015. Belo Horizonte, Covemg, 2015, Parte 2, p. 3.
- 90 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 4ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 21/06/1948. Livro I, fl. 48. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 162.
- 91 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 10ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 21/06/1948. Livro I. Ata da 5ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 28/06/1948. Livro I, fl. 49-50. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 162.
- 92 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 5ª Sessão Extraordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 22/06/1948. Livro II, fl. 3. Ata da 7ª Sessão da 5ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 18/09/1948. Livro II, fl. 3. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 163 e 164.
- 93 VIDIGAL, Wilson Carneiro. Depoimento. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 159 e 160.
- 94 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 3ª Sessão da 2ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 06/04/1948. Livro I, fl. 24. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 163.
- 95 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 165.
- 96 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 171.
- 97 ST. JOHN D'EL REY MINING CO. LTD. E MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A. Annual Reports (Relatórios 1938, 1939, 1960, 1980). Nova Lima, Arquivo da Mineração Morro Velho S.A., 1980. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 257 e 258.
- 98 ST. JOHN D'EL REY MINING CO. LTD. E MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A. Annual Reports (Relatórios 1938, 1939, 1960, 1980). Nova Lima, Arquivo da Mineração Morro Velho S.A., 1980. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 258.
- 99 ST. JOHN D'EL REY MINING CO. LTD. E MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A. Annual Reports (Relatórios 1938, 1939, 1960, 1980). Nova Lima, Arquivo da Mineração Morro Velho S.A., 1980. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 259.
- 100 BANDEIRA, Orlando Correa de Sá Bandeira. Relatos Pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 243 e 244.
- 101 COMISSÃO DE SALÁRIO. Boletim nº 1. Nova Lima, Comissão de Salário, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 102 BANDEIRA, Orlando Correa de Sá Bandeira. Relatos Pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem* – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.
- 103 BANDEIRA, Orlando Correa de Sá Bandeira. Relatos Pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. "Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária." Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.
- 104 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.
- 105 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.



- 106 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.
- 107 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.
- 108 Quando este Capítulo estava sendo concluído, faleceram João Paz Rocha e Magda Campbell. Ambos deixaram na Covemg o registro de seus depoimentos.
- 109 ROCHA, João Paz. Depoimento à Covemg em 15/07/2015. Raposos, Covemg, 2015, pp. 15 e 16.
- 110 ESTADO DE MINAS. Em Greve Cerca de 6.000 Operários da Cia. Morro Velho. Belo Horizonte, Estado de Minas, 13/10/1948, p. 10. ESTADO DE MINAS. Cesou a Greve em Nova Lima e Raposos. Belo Horizonte, Estado de Minas, 14/10/1948. TERRA DO OURO. Terminou a Greve dos Empregados da Companhia Morro Velho. Nova Lima, Terra do Ouro, 16/10/1948, Ano II, nº 121, p. 4. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.
- 111 LINDEMBERG, Mário Norberto. Assentada em 21/10/1948. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório. Nova Lima, Comissão Especial de Investigação em Nova Lima, 1948.
- 112 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 168.
- 113 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 181.
- 114 ESTADO DE MINAS. Responsáveis os comunistas pela greve em Nova Lima. Belo Horizonte, Estado de Minas, 19/10/1948, p. 10. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 170.
- 115 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 172.
- 116 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.
- 117 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.
- 118 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.
- 119 SOUZA ROCHA, Luiz Soares, Delegado; BRAGA, João Alves, Condutor. Auto de prisão em flagrante delito, p. 6. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 120 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.
- 121 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.
- 122 ROCHA, João da Paz. Depoimento à Covemg em 15/07/2015. Raposos, Covemg, 2015, p. 7.
- 123 COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 124 REQUISICÕES DE EXAMES, AUTOS DE CORPO DE DELITO, TERMOS DE DECLARAÇÕES. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, pp. 39 a 47.
- 125 COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 2º Volume.
- 126 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.
- 127 PENA, Erdir. Termo de declarações, p. 1. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 128 SANTOS, Laurindo Lopes dos. Termo de declarações, p. 2. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 129 SOUZA, José Gualberto de. Testemunho, p. 1. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 130 ZILLER, Armando. Termo de declarações, p. 3. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 131 CORRÊA, Iguatemy. Depoimentos à Covemg em 03/05/2015. Nova Lima, Covemg, 2015.
- 132 GUIMARÃES, Anélio Marques. Entrevista por Lucília de Almeida Neves. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1991. Fita 05, Lado A, p. 4.
- 133 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 171.
- 134 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, problemas, 1949.
- 135 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.
- 136 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 174.
- 137 BOLETIM. William Dias Gomes. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 175.
- 138 ESTADO DE MINAS. Dois Mortos e Numerosos Feridos num Conflito em Nova Lima. Os Comunistas foram os causadores da Tragédia. In: Belo Horizonte, Estado de Minas, 9/11/1948, pp. 8 e 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração*

- do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 174.
- 139 ESTADO DE MINAS. Revivem os Sangrentos Episódios de Nova Lima. In: Belo Horizonte, Estado de Minas, 21/01/1949, p. 10. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 174.
- 140 SOUZA ROCHA, Luiz Soares, Delegado. Nota de culpa, p. 9. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 141 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 174 e 175.
- 142 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, 1949.
- 143 ANÔNIMO. Cartaz. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 144 SEM ASSINATURA. Cartaz. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 145 BONFIM JÚNIOR, Orlando; et al. O Governo Milton Campos cúmplice no assassinato de William Dias Gomes. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 146 BONFIM JÚNIOR, Orlando; et al. O Governo Milton Campos cúmplice no assassinato de William Dias Gomes. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 147 CAMPBELL, Magda. Depoimento à Covemg em 05/05/2015. Belo Horizonte, Covemg, 2015, Parte 1, p. 4.
- 148 CAMPBELL, Magda. Depoimento à Covemg em 05/05/2015. Belo Horizonte, Covemg, 2015, Parte 1, pp. 3, 4 e 7.
- 149 ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas – O Romance de um Mito-herói*. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009, p. 269.
- 150 ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas – O Romance de um Mito-herói*. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009, pp. 275-277.
- 151 ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas – O Romance de um Mito-herói*. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009, pp. 275-277.
- 152 ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas – O Romance de um Mito-herói*. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009, p. 278.
- 153 FOLHA DO POVO. Protestam os intelectuais junto ao sr. Milton Campos. Rio de Janeiro, Jornal do Povo, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 154 FOLHA DO POVO. Contra a Chacina de Morro Velho. Rio de Janeiro, Jornal do Povo, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 155 FOLHA DO POVO. Solidariedade aos mineiros. Rio de Janeiro, Jornal do Povo, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 156 FOLHA DO POVO. Greve de protesto nas minas de Morro Velho. Rio de Janeiro, Jornal do Povo, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.
- 157 ST. JOHN MINING COMPANY LIMITED. Regulamento Interno. Nova Lima, 25/01/1949, C III, p.7. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 177-178.
- 158 REDAÇÃO RESERVADA. Declaração de retratação. Terra do Ouro, Nova Lima, 23/04/1949, Ano III, nº 142, p. 1. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 178-179.
- 159 LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um cristão nas minas – minas do ouro, minas d'água, minas de gente...* Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, p. 99.
- 160 ESTADO DE MINAS. Misterioso Assassinio Ocorrido em Nova Lima. Belo Horizonte, Estado de Minas, 21/06/1949. ESTADO DE MINAS. Esclarecido o crime de Nova Lima. Belo Horizonte, Estado de Minas, 22/06/1949, p. 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 179.
- 161 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p.179.
- 162 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p.179.
- 163 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp.179-180.
- 164 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p.180.
- 165 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp.180 e 181.
- 166 GUIMARÃES, Anélio Marques. Entrevista por Lucília de Almeida Neves. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1991. Fita 05, Lado A, p. 4.
- 167 RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, pp. 1 e 2 (grifo original do texto).
- 168 RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, pp. 1 e 2 (grifo no texto original).
- 169 RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, pp. 1 e 2 (grifo original do texto).





- 170 RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et. al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, pp. 2-3.
- 171 COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Carta ao Sr. Ministro. In: MARÇAL, Argemiro; et. al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, pp. 3-4.
- 172 COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Carta ao Sr. Ministro. In: MARÇAL, Argemiro; et. al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, p. 4.
- 173 REIS, José Tavares. Mandado. Nova Lima, Juizado da Comarca de Nova Lima, 1949.
- 174 ANÔNIMO. Depoimento. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 186.
- 175 CORRÊA, Iguatemy. Relatos à Covemg em 03/05/2015. Nova Lima, Covemg, 2015.
- 176 ST. JOHN D'EL REY MINING CO.; MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A. Annual reports (Relatórios 1938, 1939, 1960, 1980). Nova Lima, Arquivo da Mineração Morro Velho S.A., 1980. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 257-258.
- 177 COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Carta ao Sr. Ministro. In: MARÇAL, Argemiro; et. al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, p. 1.
- 178 JUÍZO DA COMARCA DE NOVA LIMA. Autos do processo dos 51. In: Arquivo Judiciário. Nova Lima, Centro de Memórias de Nova Lima, 1949.
- 179 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 182.
- 180 SINDICATO DOS MINEIROS. Ofícios e Notificações. Exceção de Suspeição. In: JUÍZO DA COMARCA DE NOVA LIMA. Autos do processo dos 51, Arquivo Judiciário. Nova Lima, Centro de Memórias de Nova Lima, 1949.
- 181 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 183.
- 182 NASCIMENTO, Saint'Clair L. *Os comunistas, Cizânia em Quartéis em Minas*. Juiz de Fora, Editar Editora Associada Ltda., 2008, pp. 9 e 10.
- 183 SÁ BANDEIRA, Orlando Correa. Relatos pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 241.
- 184 RENNÓ, J. Pinto. Sentença de 05/01/1949. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 184.
- 185 TRT. Sentença de 05/09/1951. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 184.
- 186 BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15/03/1946. In: www.planalto.gov.br
- 187 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 184.
- 188 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 02/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.
- 189 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 14/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 1. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.
- 190 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 15/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.
- 191 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 16/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 5. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.
- 192 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 16/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 1. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.
- 193 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 28/03/1951. Belo Horizonte, 1951, p. 1. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.
- 194 ESTADO DE MINAS. Exemplar de 16/07/1952. Belo Horizonte, Estado de Minas, 1952, p. 5. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.
- 195 ECLESIASTES. *Velho Testamento*. Eclesiastes 13, 21-22-23.
- 196 PIMENTA, José Gomes (Dazinho). Relatos pessoais. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 198.
- 197 PIMENTA, José Gomes (Dazinho). Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 200.
- 198 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 200.
- 199 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 210.
- 200 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 224.



- 201 LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um Cristão nas Minas* – minas do ouro, minas d’água, minas de gente... Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, pp. 102-103.
- 202 CARLOS, Newton. Uma caminhada de 16 quilômetros: o drama coletivo de uma população escravizada às minas de ouro. As minas no Morro Velho e as soluções de aparência. *Revista da Semana*, nº 48, 28/11/1953. Apud: LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um Cristão nas Minas* – minas do ouro, minas d’água, minas de gente... Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, pp. 106 e 107.
- 203 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 224-229.
- 204 ESTADO DE MINAS. Movimento grevista em Nova Lima. Belo Horizonte, Estado de Minas, 2/4/1964, p. 8. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 229.
- 205 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 231.
- 206 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 71-74.
- 207 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 78-81.
- 208 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 83.
- 209 DIÁRIO DA TARDE. Operários tiveram choques com PM em greve de apoio a Jango. Apud: DELGADO, Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 84.
- 210 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 18 a 20, 90.
- 211 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório NL/SS-1302-WG. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 85-88.
- 212 INFORMANTE ANÔNIMO. Relatório. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 93.
- 213 INFORMANTE ANÔNIMO. Ação Energica – Prisões. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 96.
- 214 ARANTES, Helvécio. Bilhete a Diocélio de Oliveira Cabral. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 95.
- 215 ESTADO DE MINAS. Descomunicação em Nova Lima e suas adjacências, 25/04/1964. Belo Horizonte, Estado de Minas, 1964. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 101-103.
- 216 ESTADO DE MINAS. Descomunicação em Nova Lima e suas adjacências, 25/04/1964. Belo Horizonte, Estado de Minas, 1964. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 101-102.
- 217 LACERDA NETO, José da Cruz. Certidão. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 106.
- 218 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 20.
- 219 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 117-118.
- 220 CORRÊA, Iguatemy. Relatos à Covemg em 03/05/2015. Nova Lima, Covemg, 2015.
- 221 VIEIRA, Aluísio. Relatos à Covemg em 03/05/2015. Nova Lima, Covemg, 2015.
- 222 ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SEDESE 1.1.1, Cx.03, Proc.524.
- 223 ROCHA, João Paz. Depoimento à Covemg em 15/07/2015. Raposos, Covemg, 2015, pp. 10, 11, 20 e 21.
- 224 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 133.
- 225 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 133-134.
- 226 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 134.
- 227 DELGADO, Raimundo Tarcísio. Depoimento à Covemg, em 05/05/2017. Juiz de Fora, Covemg, 2017, p. 5.
- 228 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 134.
- 229 ESTADO DE MINAS. Delegado diz que Nova Lima era o maior foco de agitação no Estado, em 06/06/1964. Belo Horizonte, Estado de Minas, 1964. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 138-139.
- 230 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 140.
- 231 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de



- Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 153.
- 232 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 157.
- 233 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 158.
- 234 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 158.
- 235 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 158-159.
- 236 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 159.
- 237 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 157-161.
- 238 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 169-170.
- 239 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 167-172.
- 240 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 173.
- 241 DELGADO, Raimundo Tarcísio. Depoimento à Covemg em 05/05/2017. Juiz de Fora, Covemg, 2017, p. 11.
- 242 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 179-182.
- 243 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 191.
- 244 DOPS-MG. Documento. Belo Horizonte, APM, Pasta 0005, Imagens 32 a 35.
- 245 AUTO POLICIAL. Processo 01, Caixa 161. In: Arquivo Judiciário Nova Lima. Centro de Memórias de Nova, 1955.
- 246 BEDRAN, Saad. Solicitação de diligência. In: Arquivo Judiciário. Nova Lima, Centro de Memórias de Nova, 1977.
- 247 NEVES, Lucília de Almeida. Rito Sumário: política, poder e discriminação: a cassação dos deputados operários. In: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (org.). *Discriminação*. São Paulo: Editora LTR, 2000. pp. 77-91.
- 248 RIANI, Clodsmidt. Entrevista. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 23/03/2004, p. 5.
- 249 Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes foram as principais expressões militares do golpe em Minas. O relato do diálogo é de Afonso Barsante dos Santos, o único dos quatro que ainda se encontra vivo.
- 250 SANTOS, Afonso Barsante. Entrevista. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 21/3/2004, p. 3.
- 251 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 2001, 2ª Edição.
- 252 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 2001, 2ª Edição.
- 253 Estado de Minas. Belo Horizonte, 1º/04/1964.
- 254 CHAVES, José Deusdedith “Serrinha”. Depoimento. In: RUEDA, Lenira e JÚNIOR, Antônio Nahas. *Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Ipatinga: Ed. Prefeitura de Ipatinga, 1991, Vol. 1.
- 255 TOLEDO, C. N. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas, Ed. Unicamp, 2001, p. 42.
- 256 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *1964: temporalidade e interpretações*. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). “1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo”. Campinas, Ed. UNICAMP, 2001, pp. 15- 18.
- 257 O capital da Usiminas estava dividido entre o governo federal (40%), por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – NipponStell (40%) e governo de Minas (20%).
- 258 Em 1963, o sistema de telefonia era extremamente precário. Por isso, o rádio era o meio de comunicação mais eficiente quando se queria agilidade. As primeiras notícias sobre a gravidade do conflito de sete de outubro chegaram a Belo Horizonte pelo sistema de radiocomunicação operado pela Acesita em Timóteo.
- 259 GUATIMOSIM, Gil. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.
- 260 Esse oficial conseguiu atingir seu objetivo parcialmente, pois, no dia seguinte, pela manhã, trabalhadores revoltados com a ação da polícia destruíram o caminhão que havia sido utilizado, no dia anterior, no transporte dos policiais para o local do conflito. (FREITAS, 2008).
- 261 Estado de Minas. Belo Horizonte, 08/10/1963, p. 4.
- 262 Depois de ter apoiado abertamente a deposição do presidente João Goulart, José Geraldo de Oliveira, que deixou a PMMG em 1966, entrou para a política em 1979, quando se elegeu deputado estadual. Em 1986, rompeu com seu partido, o PDS, e apoiou a eleição do então governador de Minas, Tancredo Neves, pelo PMDB, de oposição, no Colégio Eleitoral. Morreu em maio de 1989. Em seus últimos anos de vida se dedicou apenas à sua fazenda, em Brumadinho, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, aonde ia quase diariamente. (Hoje em Dia. Belo Horizonte, 1º/11/1988, p. 7).
- 263 Superintendência de Reforma Agrária (Supra), órgão federal encarregado de implantar a reforma agrária no País.
- 264 CHAVES, José Deusdedith “Serrinha”. Depoimento. In: RUEDA, Lenira e JÚNIOR, Antônio Nahas. *Ho-*

- mens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens?* Ipatinga, Ed. Prefeitura de Ipatinga, 1991, Vol. 1.
- 265 OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Seleções Cebrap, 1976.
- 266 CERQUEIRA, Benedito Cerqueira. Entrevista. In: Última Hora. Rio de Janeiro, 26/11/1962. Apud: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- 267 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- 268 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- 269 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- 270 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte: Comunicação de Fato Editora, 2008.
- 271 TULER, Marilene. *O massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.
- 272 APM. Acervo do DOPS, pasta 157, imagem 31.
- 273 TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte, O Lutador, 2007; FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.
- 274 PMMG. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963.
- 275 RIBEIRO, Geraldo. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.
- 276 TULER, Marilene. *O massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.
- 277 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.
- 278 RIANI, Clodesmidt. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.
- 279 TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.
- 280 TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.
- 281 As duas siderúrgicas mudaram os seus nomes. Em 2001, com fusão do grupo luxemburguês Arbed, do qual a Belgo fazia parte, com a francesa Usinor e a espanhola Aceralia, surgiu o grupo Arcelor. Tal conglomerado passou a ter o nome da Belgo Mineira. Em 2006, em outra fusão, o Arcelor fundiu-se com indiano Mittal, nascendo, daí, a Arcelor Mittal. Isso resultou em nova mudança de nome, para Arcelor Mittal Monlevade. Diferentemente da Arcelor, a Acesita nasceu como uma empresa estatal. Em 1992 foi privatizada, mas seu controle acionário permaneceu nas mãos de brasileiros até 2007, quando foi adquirida pela Arcelor Mittal, passando a denominar-se Arcelor Mittal Timóteo. Em 2011, a usina foi transferida para o grupo Aperam, que, por sua vez, também fazia parte da Acellor Mittal. Com isso, a empresa ganhou nova denominação, que é a atual *Aperam South America*.
- 282 GUATIMOSIM, Gil. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.
- 283 PACHECO, Janot Pacheco. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.
- 284 VERANO, Luiz. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.
- 285 PINTO, Paulo. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.
- 286 ANÍCIO, Raimundo. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.
- 287 MIRANDA, Padre. Depoimento. In: RUEDA, Lenira e JÚNIOR, Antônio Nahas. *Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Ipatinga, Ed. Prefeitura de Ipatinga, 1991, Vol. 1.
- 288 PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. Belo Horizonte, Segrac, 1984.
- 289 LETRO, Cláudio. Trajetórias de deslocamento: experiência e narrativas dos moradores da “Rua do Buraco” no espaço urbano de Ipatinga. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.
- 290 RIBEIRO, Geraldo. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.
- 291 PORTILHO, Jacy. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.
- 292 ZAMPROGNO, Robson. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.
- 293 PAULA, Almir. In: TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.
- 294 VERANO, Luiz. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.
- 295 ZAMPROGNO, Robson. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.
- 296 A narrativa dos acontecimentos foi construída com base nas seguintes fontes: ALMG, CPI; PMMG, Inquérito Policial; USIMINAS, Inquérito; FERNANDES, Edivaldo (org.), *Massacre de Ipatinga* quadro a quadro. Belo Horizonte, Instituto Pauline Reichstul, 2013; FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*, Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008; TULER, Marilene, *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*, Belo Horizonte, O Lutador, 2007.
- 297 ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 228.
- 298 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 46.
- 299 ANDRADE, Jurandir Gomes. Depoimento. In: USIMINAS. Comissão de Inquérito da Usiminas. Ipatinga, 1963.
- 300 CARVALHO, Jurandir Gomes de. Depoimento. In: USIMINAS. Comissão de Inquérito da Usiminas. Ipatinga, 1963.
- 301 MARQUES, Padre Avelino. Depoimento. In: PMMG. IPM. 1963, Vols. 1 a 3.
- 302 OLIVEIRA, Afonso Enes. Depoimento. In: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963, Vols. 1 a 3.
- 303 SILVA, João Pereira da. Depoimento. In: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963, Vols. 1 a 3.





- 304 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.
- 305 PINTO, Moacir Bretas. Depoimento. In: MORAES, José Augusto de. *Ipatinga 42 anos: a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica*. Ipatinga, Ed. Prefeitura de Ipatinga, 2006, p. 360.
- 306 RIBEIRO, Geraldo. Entrevista. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 08/10/1963, p. 8.
- 307 MÁRIO, Caio. Entrevista. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 08/10/1963, p. 4.
- 308 Uma divisão do Exército, principal unidade de combate, é formada por um número variável de brigadas e regimentos. A ID-4 estava sediada em Belo Horizonte e pertencia à 4ª RM, cuja sede era Juiz de Fora.
- 309 DELGADO, Lucília de Almeida Neves; DULCI, Otávio Soares; MENDES, Virgínia dos Santos. *Edgar de Godoi da Mata Machado: fé, cultura e liberdade*. Belo Horizonte, Ed. UFMG / Edições Loyola, 1993.
- 310 MARTINS, Antonieta Francisca da Conceição. Entrevista. In: Última Hora. Rio de Janeiro, 09/10/1963, p. 3.
- 311 CORREIO DE MINAS. Belo Horizonte, 17/10/1963, p. 10.
- 312 CORREIO DE MINAS. Belo Horizonte, 17/10/1963, p. 10.
- 313 DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 16/10/1963, p. 7.
- 314 PMMG. IPM. Ipatinga, 1963, Vol. 3, p. 310.
- 315 PMMG. Conclusões. In: IPM. Ipatinga, 1963, p. 310.
- 316 PMMG. Conclusões. In: IPM. Ipatinga, 1963, Vol. 3, p. 316.
- 317 PMMG. Conclusões. In: IPM. Ipatinga, 1963, Vol. 3, p. 316.
- 318 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964.
- 319 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964.
- 320 Emílio Gallo, como ficou conhecido, mais tarde entrou para a política, por indicação de seu tio, Geraldo Quintão, político de expressão na região do Vale do Aço nos anos 1960. Foi deputado estadual por dois mandatos, entre 1985 e 1993, inicialmente pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e depois pelo Partido Democrático Social (PDS), partido em que chegou a ocupar o cargo de secretário da Executiva Regional.
- 321 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964.
- 322 MARQUES, Padre Avelino. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, p. 142.
- 323 SALES, João Cláudio. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964.
- 324 RIBEIRO, Geraldo. Entrevista. In: "Estado de Minas. Belo Horizonte, 24/01/2006.
- 325 A ideia de explodir gasômetros tinha adeptos entre os militares. Em 1968, o capitão-aviador reformado da Aeronáutica, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o "Sérgio Macaco", recusou-se a cumprir ordens do brigadeiro João Paulo Burnier, que tinha planos para explodir o gasômetro do Rio e sequestrar políticos considerados de esquerda, atirando-os do alto dos aviões, entre os quais Carlos Lacerda. "Sérgio Macaco" era aviador da 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento (Para-Sar), como é conhecido o serviço de salvamento e buscas da Força Aérea Brasileira (FAB). Por conta de sua recusa em cumprir a ordem, foi transferido para a reserva. Morreu em fevereiro de 1984 sem realizar o seu grande sonho: chegar ao posto de brigadeiro.
- 326 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 4.
- 327 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.
- 328 MELO, Antônio Carlos. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 4.
- 329 Rufino da Silva Neto foi prefeito de Coronel Fabriciano (1955-1959 e 1971-1973) e também deputado estadual (1975-1979 e 1979-1983, inicialmente pela Arena e depois pelo PDS).
- 330 SARAIVA, Teotônio. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.
- 331 CUNHA, Saulo. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.
- 332 MORAES, José Augusto de. *Ipatinga 42 anos: a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica*. Ipatinga, 2006.
- 333 MORAES, José Augusto de. *Ipatinga 42 anos: a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica*. Ipatinga, 2006, pp.189 a 193.
- 334 CARVALHO, Jurandir Gomes. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.
- 335 TJM. Depoimento dos policiais. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, Vol. 5, pp. 120 a 154.
- 336 TJM. Ata da sessão de julgamento. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, Vol. 5, p. 206.
- 337 TJM. Ata da sessão de julgamento. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, Vol. 5, p. 206.
- 338 CARVALHO, Jurandir Gomes. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5, p. 214.
- 339 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.
- 340 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.
- 341 TJM. Conclusões. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.
- 342 TJM. Conclusões. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.
- 343 VIANA, Lourival Vilela. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, p. 242.
- 344 TJM. Conclusões. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.
- 345 SANTOS, Afonso Barsante. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, p.15.
- 346 PORTO, Manuel Araújo. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, p.48.

- 347 TJM. Processo criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, Vol. 6.
- 348 CHRISTO, Antônio Vieira. Depoimento (Conclusões). In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.
- 349 CHRISTO, Antônio Vieira. Depoimento (Conclusões). In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.
- 350 Os principais partidos políticos eram o PSD, a UDN e o PTB.
- 351 CARVALHO, Jurandir Gomes. Entrevista. In: Hoje em Dia. Belo Horizonte, 1º/11/1988, p. 7.
- 352 ASSIS, Paulo. Massacre de Ipatinga completa 40 anos. Projeto de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo da UFMG). Belo Horizonte, 2003, p. 16.
- 353 CARVALHO, Joaquim Félix. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 124.
- 354 CARVALHO, Joaquim Félix. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 125.
- 355 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.
- 356 SOARES, Daniel Miranda. *O Massacre de Ipatinga. In: Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)*. Salvador, 1980, Nº 64.
- 357 VERANO, Luiz. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 15.
- 358 GUATIMOSIM, Gil. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 15.
- 359 CÍCERO, Paulino. Entrevista. In: Hoje em Dia. Belo Horizonte, 1º/11/1988, p. 7.
- 360 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.
- 361 MARIA, Magna. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 276.
- 362 REIS, Antônio José. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 281.
- 363 REIS, Eva Maria. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, pp. 281 a 283.
- 364 REIS. In: FREITAS, 2008, pp. 281 a 283.
- 365 SANTOS. In: FREITAS, 2008, p. 166.
- 366 RIBEIRO, Maria Conceição. Depoimento à CNV. Ipatinga, outubro de 2013. 1 arquivo.mp3 (10m29s).
- 367 Esses 47 operários da Usiminas faziam parte da lista de 79 feridos, que incluía também populares e pessoas empregadas nas empreiteiras a serviço da companhia (FREITAS, 2008).
- 368 PEREIRA, Carlindo Marques. O Massacre de Ipatinga. Belo Horizonte, SEGRAC, 1984, pp.74 a 76.
- 369 Sobre a participação de tradicionais políticos mineiros no cenário nacional, ver SANDER, 2013.
- 370 STARLING, STARLING, Heloisa M. M. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 128-140.
- 371 STARLING, 1986, pp. 126-127.
- 372 SANDER, 2013. STARLING, 1986.
- 373 STARLING, 1986, pp. 267 a 310.
- 374 CIPRIANI, 2014.
- 375 Relatório da Covemg, 2014, p. 71.
- 376 Em 14/08/1984, Hélio Garcia, então vice-governador, assumiu o governo no lugar de Tancredo Neves que se afastou para concorrer, no Colégio Eleitoral, à presidência da república, sendo o primeiro civil eleito para tal cargo após o golpe militar.
- 377 STARLING, 1986, p. 52.
- 378 STARLING, 1986, pp. 48-53.
- 379 STARLING, 1986, p. 50.
- 380 STARLING, Heloisa M. M. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 381 STARLING, 1986, p. 232-233.
- 382 STARLING, 1986, p. 231.
- 383 SANDER, 2013, p. 65.
- 384 STARLING, 1986, pp. 343 a 346.
- 385 STARLING, 1986, pp. 343 a 346.
- 386 STARLING, 1986, pp. 337 a 339.
- 387 STARLING, 1986, pp. 72 a 75.
- 388 VASCONCELOS, João Paulo Pires de. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, março de 2017.
- 389 VASCONCELOS, João Paulo Pires de. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, março de 2017.
- 390 VASCONCELOS, João Paulo Pires de. Depoimento ao Cerem (Centro de Referência e Memória do Trabalhador) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, s/d.
- 391 VASCONCELOS, João Paulo Pires de. Depoimento ao Cerem (Centro de Referência e Memória do Trabalhador) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, s/d.
- 392 GOMES, Gilberto Antônio. Ciclo de Debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe de 1964. In: CDHU-ALMG. Notas Taquigráficas da Audiência Pública. Belo Horizonte, ALMG, 2014.
- 393 GOMES, Gilberto Antônio. Ciclo de Debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe de 1964. In: CDHU-ALMG. Notas Taquigráficas da Audiência Pública. Belo Horizonte, ALMG, 2014.
- 394 PAIVA, Oraldo. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, 25/07/2017.
- 395 GOMES, Gilberto Antônio. *A Perseguição da ditadura militar aos metalúrgicos de BH e Contagem e o papel das empresas na colaboração com a repressão militar*. Belo Horizonte, CSP-Conlutas, s/d.
- 396 DELLAMORE, 2015, p. 13. APM. DOPS. Pasta 0947, rolo 025, mai.1972-nov.1972.
- 397 PORTUGAL e ASSUMPÇÃO, 2015, p. 102.
- 398 PROJETO, 1968, s/p.
- 399 MAGALHÃES, Luiz Marcos. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2016.
- 400 DELAMONICA, Carlos. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2016.
- 401 BUONICORE, Augusto. *O 1968 operário*. Portal Vermelho, 2017 (consultado em agosto de 2017).
- 402 BRANCO, 2008, p. 17.
- 403 WEFFORT, 1972, p. 38.
- 404 SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. A greve em Contagem. In: SINDI-





- CATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 22.
- 405 OLIVEIRA, 2010.
- 406 SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. A greve em Contagem. In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 23.
- 407 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.
- 408 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.
- 409 OF. GDR 159/68. APM. DOPS/MG, pasta 0346, rolo: 022, mar.1966- ago.1975, imagem 81.
- 410 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 122.
- 411 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 123.
- 412 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 79.
- 413 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 118.
- 414 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 119.
- 415 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 105.
- 416 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 104.
- 417 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagens 99 e 103.
- 418 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagens 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44 e 45.
- 419 Tais nomes também aparecem no documento intitulado Relação dos operários metalúrgicos detidos durante a última greve, imagens 4 a 7.
- 420 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago. 1968-abr.1969, imagens 12 a 29 (relato sobre a prisão dos militantes citados).
- 421 BARCELOS, Antonio Santana. Entrevista a Edgar Leite de Oliveira, em 25/03/2010. In: *Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*, 2010, pp. 118 e 119.
- 422 SOUZA, Luís Fernando de. Entrevista a Edgar Leite de Oliveira, em 27/03/2010. In: *Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*, 2010, p. 118.
- 423 SOUZA, Luís Fernando de. Entrevista a Edgar Leite de Oliveira, em 27/03/2010. In: *Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*, 2010, p. 117.
- 424 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.
- 425 APM. DOPS. Pasta 0947, rolo 025, mai. 1972-nov.1972.
- 426 SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. O golpe de 1964. In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 21.
- 427 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 65.
- 428 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 67.
- 429 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 66.
- 430 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagens 4 a 10
- 431 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 80.
- 432 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 80.
- 433 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 81.
- 434 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 22.
- 435 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 32.
- 436 CORREIO DA MANHÃ. Primeiro Caderno, 28/9/1968. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=95917&url=http://memoria.bn.br/docreader#>
- 437 APM. Pasta 0257, Rolo 017. www.siaapm.cultura.mg.gov.br
- 438 APM. Pasta 0257, Rolo 017. www.siaapm.cultura.mg.gov.br
- 439 APM. Pasta 0257, Rolo 017. www.siaapm.cultura.mg.gov.br
- 440 APM. DOPS. Pasta 5072, rolo 77, imagem 14.
- 441 APM. DOPS. Pasta 0257, rolo 17, imagem 6.
- 442 APM. DOPS. Pasta 0257, rolo 17, imagem 16.
- 443 APM. DOPS. Pasta 0257, rolo 17, imagem 18.
- 444 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. pp. 233 e 234.
- 445 DULCI, Luiz Soares. *Jornal dos Bairros*, 21/06/1979. Apud OLIVEIRA, 2006, p. 80.
- 446 OLIVEIRA, 2006, p. 81.
- 447 OLIVEIRA, 2006, p. 84.
- 448 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.
- 449 APM. Coseg. Rolo de microfílmes nº 5, pasta CA.04.03-2, documento 37; Rolo de microfílmes nº 6, pasta CA.04.03-7, documento 155.
- 450 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.
- 451 CABRAL. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 250.
- 452 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.
- 453 CABRAL. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 250.
- 454 CABRAL. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 250.
- 455 APM. Coseg. Rolo de microfílmes nº 6, pasta CA.04.04-3, documento 109a.



- 456 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.
- 457 CABRAL. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 250.
- 458 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.
- 459 Os fatos sobre a greve dos Operários da Construção Civil têm como referência a dissertação de mestrado de Ricardo Cordeiro de Oliveira, defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFRJ, em 2006.
- 460 OLIVEIRA, 2006, pp. 48 e 49.
- 461 SEABRA, Ênio. Ciclo de Debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe de 1964. In: ALMG. Notas Taquigráficas da Audiência Pública da CDHU-ALMG. Belo Horizonte, ALMG, 2014.
- 462 SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. A revolta dos Peões. In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 29.
- 463 OLIVEIRA, 2006, p. 86.
- 464 OLIVEIRA, 2006, p. 57.
- 465 OLIVEIRA, 2006, p. 59.
- 466 OLIVEIRA, 2006, p. 55.
- 467 OLIVEIRA, 2006, p. 55.
- 468 FRANCISCO. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 68.
- 469 ZILDO. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 68.
- 470 GOMES, Gilberto Antônio. *A Perseguição da ditadura militar aos metalúrgicos de BH e Contagem e o papel das empresas na colaboração com a repressão militar*. Belo Horizonte, CSP Conlutas, s/d.
- 471 FUNGHI, Paulo César. Entrevista. In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 34.
- 472 GOMES, Gilberto Antônio. *A Perseguição da ditadura militar aos metalúrgicos de BH e Contagem e o papel das empresas na colaboração com a repressão militar*. Belo Horizonte, CSP Conlutas, s/d.
- 473 CNV. Relatório. CNV, Grupo de Trabalho 13, 2014, p. 60. DELLAMORE, 2015, pp. 1 e 2.
- 474 TARDELI, Everson de Alcântara. *Eletricitários do sul de Minas – Meio século de lutas, 1957-2007*. Belo Horizonte, Crisália Livraria e Editora, 2008, pp. 47 e 48.
- 475 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.
- 476 DELLAMORE, 2015, p. 4, nota 7.
- 477 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.
- 478 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.
- 479 BAMBIRRA, Sinval. Entrevista a Lucília Neves. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 19/fev.-4/abr/1990.
- 480 O Quadro IV está publicado como anexo à versão digital deste Relatório.
- 481 Conforme aparecem nos IPMs e processos, as cidades apresentadas no Quadro I correspondem ao local onde houve a investigação, não à cidade de origem dos investigados. Em muitos casos os trabalhadores foram investigados nas próprias cidades onde nasceram.
- 482 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.
- 483 APM. DOPS. Pasta 0007.
- 484 APM, DOPS, pasta 308, imagens 3 e 4. APM, DOPS, pasta 308, imagem 23. APM. APM, DOPS, pasta 309, imagens 3 e 4.
- 485 RIANI, Clodesmidt. Entrevista a Lucília Neves. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 14/01/1991.
- 486 RIANI, Clodesmidt. Entrevista a Lucília Neves. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 14/1/1991.
- 487 RIANI, Clodesmidt. Depoimento à Covemg. Juiz de Fora, Covemg, 2016.
- 488 RIANI, Clodesmidt. Depoimento à Covemg. Juiz de Fora, Covemg, 2016.
- 489 RIANI, Clodesmidt. Depoimento à Covemg. Juiz de Fora, Covemg, 2016.
- 490 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1. Caixa 05, Processos 534.
- 491 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.
- 492 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.
- 493 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.
- 494 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.
- 495 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.



- 496 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.
- 497 APM. DOPS. Pasta 0311, imagens 6, 7, 8 e 9.
- 498 APM. Sedese-1.1.1. Caixa 05, Processos 280.
- 499 APM. Sedese-1.1.1. Caixa 58, Processos 198.
- 500 SALOMÃO, Tereza. Depoimento ao CEREM (Centro de Referência e Memória do Trabalhador) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, s/d.
- 501 APM. Sedese-1.1.1. Caixa 03, Processos 524.
- 502 SALOMÃO, Tereza. Depoimento ao CEREM (Centro de Referência e Memória do Trabalhador) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, s/d.
- 503 Ver: MELO, 2014, Capítulo 2.